



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLÁUDIA BORGES COSTA

TESE DE DOUTORADO

**Trabalho nas cadeias de produção global - Trajetórias educativo - laboral
das trabalhadoras das confecções de Goiânia - GO**

BRASILIA
2015

CLÁUDIA BORGES COSTA

Trabalho nas cadeias de produção global - Trajetórias educativo - laboral das trabalhadoras das confecções de Goiânia - GO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UNB, como exigência para Conclusão do Doutorado em Educação, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação, Eixo de Interesse: Desenvolvimento de ações e projetos de educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento territorial.

Sob a orientação do Prof. Dr. Remi Castioni.

BRASÍLIA
2015

Costa, Cláudia Borges
C C837t Trabalho nas cadeias de produção global -
Trajetórias educativo - laboral das trabalhadoras das
confeções de Goiânia - GO / Cláudia Borges Costa;
orientador Remi Castioni. -- Brasília, 2015.
209 p.

Tese (Doutorado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2015.

1. Trabalho. 2. Educação. 3. Trajetória e Gênero.
4. Confeções. 5. Formação Profissional. I. Castioni,
Remi , orient. II. Título.

CLÁUDIA BORGES COSTA

Trabalho nas cadeias de produção global - Trajetórias educativo - laboral das trabalhadoras das confecções de Goiânia - GO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UNB, como exigência para Conclusão do Doutorado em Educação na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação, Eixo de Interesse: Desenvolvimento de ações e projetos de educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento territorial.

Aprovada em 4 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o. Remi Castioni.

Orientador – FE /UnB

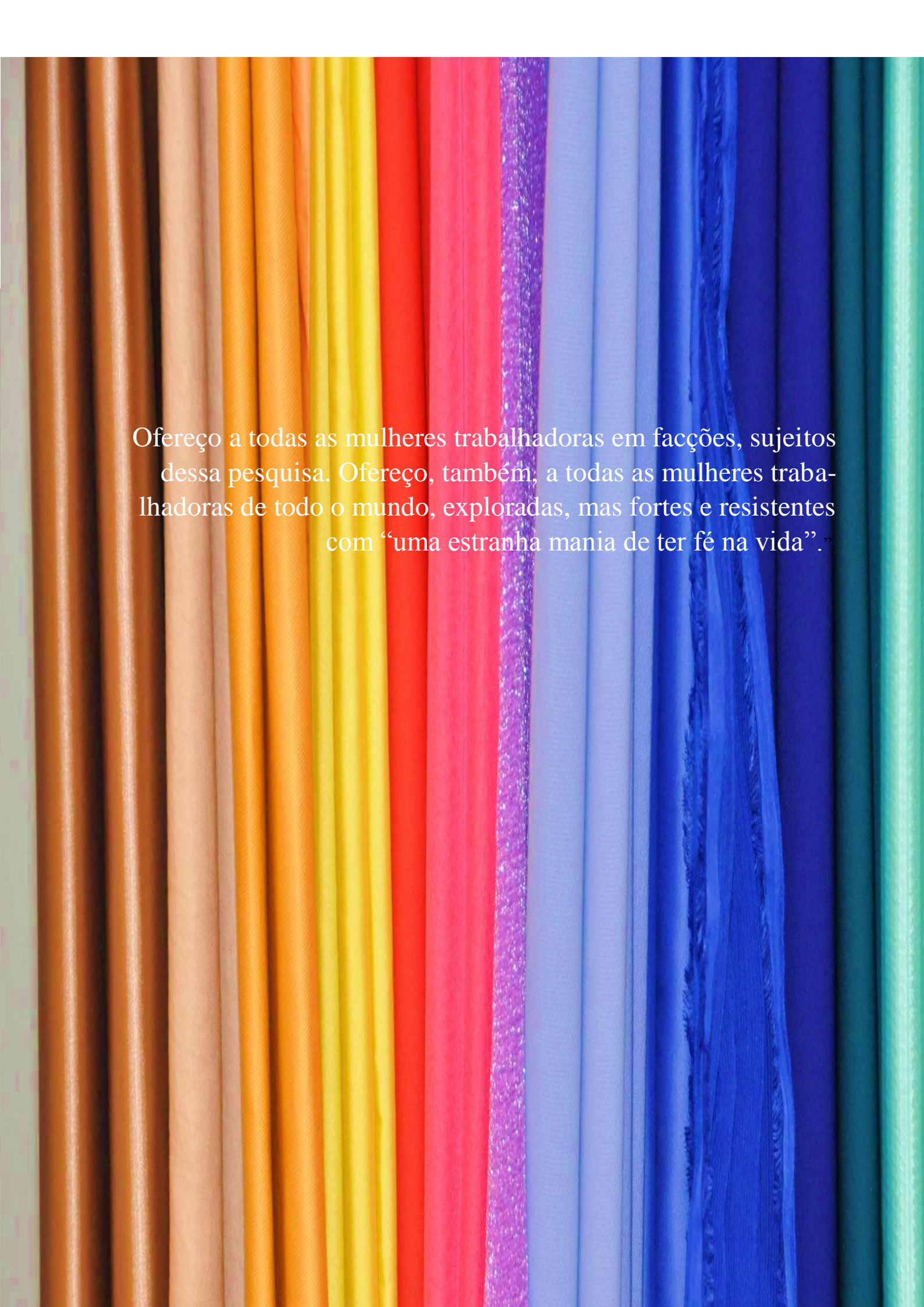
Prof. Dr^o. Octavio Maza Diaz Cortés
Universidade Autonoma de Aguascalientes/México

Prof. Dr^a. Maria Margarida Machado
FE/UFG

Prof. Dr^a. Olgamir Francisco de Carvalho
FE/UNB

Prof. Dr^o. Mário César Ferreira
Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília

Prof. Dr^a. Adriana Almeida Sales de Melo
FE/UNB (Suplente)



Ofereço a todas as mulheres trabalhadoras em facções, sujeitos dessa pesquisa. Ofereço, também, a todas as mulheres trabalhadoras de todo o mundo, exploradas, mas fortes e resistentes com “uma estranha mania de ter fé na vida”.

AGRADECIMENTOS

“Ainda assim acredito ser possível reunirmo-nos tempo, tempo, tempo, tempo num outro nível de vínculo tempo, tempo, tempo, tempo”

Caetano Veloso

No tempo dessa caminhada de estudo, pesquisa, escutas, mais leituras nos livros e do mundo, fui encontrando companheiros, pares valorosos, que muito contribuíram para essa construção. Fui tecendo vínculos no compromisso com as leituras, estudos e pesquisa. Vínculos com novos amigos, companheiros, assim como, também, reafirmaram-se antigos vínculos. Nesse passo a passo tenho percebido a importância de constituirmos e reunirmos pares, parcerias, companheiros que defendem as mesmas ideias. Talvez isso também seja uma importante marca da formação humana. Por isso meu agradecimento a todos esses pares de caminhada. Em especial aos companheiros (as) dos Fóruns de EJA espalhados pelo Brasil afora, mais especial ainda aos companheiros (as) do Fórum Goiano de EJA, um abraço a cada um/uma pela força, torcida e, sobretudo, o compromisso com a defesa da formação dos trabalhadores.

Vivencio uma contínua aprendizagem com cada companheiro e companheira.

Ao Deus da vida e da minha história, por fazer parte dessa caminhada e permitir força, coragem e saúde neste percurso acadêmico.

Um agradecimento mais que especial a uma mulher, também costureira, minha mãe, com quem sempre pude contar, parceira incondicional. Talvez a memória de criança acompanhando minha mãe no cortar e costurar das roupas tenha contribuído para a sintonia com as mulheres costureiras da minha pesquisa. Ao meu pai, onde estiver, sei que está feliz pela conclusão desse doutorado. Obrigada aos dois pela vida!

Ao meu companheiro, Luiz Alberto, não tenho palavras para dizer de minha gratidão. Primeiro pelo apoio total para cumprir esta importante etapa de minha vida e, depois, por assumir e dividir muitas atividades dos cuidados com a família, o que me possibilitou seguir meus estudos. E pela leitura de todos os meus escritos, com reflexões que muito contribuíram com o meu texto. Continuo aprendendo muito com ele.

Aos meus filhos Flávio e Daniel, como é bom poder contar com esses dois seres humanos muito especiais. Agradeço a compreensão, a paciência e o carinho, fundamentais para

continuidade de meus estudos. Agradeço ao Flávio, futuro pesquisador no campo das Ciências Sociais, pelas várias ajudas, escutas, discussões, confecção de gráficos, tabelas etc. E ao Daniel por contribuir na correção do *Abstract*.

Obrigada mais uma vez à minha irmã de alma, Rose. Foram inúmeras as vezes que contei com você em todos esses anos. O cuidado, o carinho e a amizade foram significativos nesse tempo de estudo e pesquisa. Estendo o agradecimento aos amigos Bebel, Rodrigo e Adriano, pelo afeto e constante torcida.

Ao Professor Dr. Remi Castioni, meu Orientador. Inicialmente um agradecimento especial pela acolhida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. E agradeço a confiança e paciência no amadurecimento e aguardo de meus escritos. Agradeço às Professoras Dr.^a Maria Margarida Machado e Dr.^a Olgamir Carvalho, pela leitura comprometida e criteriosa do meu texto de Qualificação. Foi tamanha a importância dessas professoras! As argumentações e as contribuições foram valorosas e deram o norte para a pesquisa.

Um agradecimento mais que especial à companheira Professora Dr.^a Miriam Fábria, inicialmente pela torcida no processo de seleção para doutorado, depois pelos vários diálogos sobre a pesquisa, em particular, agradeço pela leitura cuidadosa do meu texto, com sugestões pertinentes de grande contribuição.

Agradeço à amiga Dinorá, companheira de doutorado e estrada, as conversas e debates sobre os estudos, livros, textos, autores e a vida nas viagens foram constituidoras de conhecimentos, mas também serviram como bálsamo nas angústias e dificuldades advindas do tecer acadêmico e da vida. Aproveito também para agradecer a Nem pelo carinho e acolhida em sua casa.

Agradeço à amiga Esmeraldina pelo constante apoio, incentivo e diálogos tão necessários nesse percurso.

Agradeço aos vários amigos de perto de longe, que contribuiram, ora com seus escritos, ora com os diálogos, ora com a torcida, o que foi valioso para me estimular no percurso desta difícil tarefa de construir uma tese.

Minha gratidão a todas as mulheres trabalhadoras que compartilharam comigo suas histórias de labuta e vida.

RESUMO

Esta tese propõe conhecer a trajetória educativo-laboral de trabalhadoras em confecções de Goiânia-GO, no que diz respeito a inserção laboral no setor de produção e confecções de roupas. O objeto do estudo busca compreender a trajetória de vida dessas trabalhadoras, condições de trabalho e gênero, entrelaçada com a formação escolar e profissional. A temática pesquisada pretende melhor compreender as relações e condições de trabalho que marcam a realidade das confecções, mais precisamente das trabalhadoras em fábricas. As condições de trabalho estão relacionadas com as transformações no universo do trabalho na contemporaneidade? Quais são as contradições? Analisando a reestruturação produtiva, quais conflitos podem ser percebidos na subjetividade e condição de gênero? Qual é o lugar, ou o não-lugar, da escola para essas trabalhadoras? Como essas mulheres aprenderam esse ofício? O objetivo da pesquisa almeja analisar as trajetórias educativo-laborais das trabalhadoras de fábricas que compõem a rede de confecção de Goiânia no que tange à sua compreensão do trabalho e da formação na composição de suas histórias pessoais e a constituição de vínculo com as cadeias globais de confecções de roupas. Essa investigação empreendeu uma pesquisa do tipo qualitativa, utilizou as seguintes modalidades de investigação: pesquisa bibliográfica, análise documental e empírica com o instrumento de entrevista em profundidade. Por meio da escuta das trabalhadoras ficou evidenciada a inserção em uma estrutura produtiva constituída na contradição do mundo do capital. A condição de gênero só complementa a exploração enquanto trabalhadora que acumula o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e o profissional, o espaço único de trabalho e residência. A formação laboral apresentou-se de forma específica e a escola teve uma passagem aligeirada na trajetória das trabalhadoras, o que lança um desafio pedagógico para a escola frente ao trabalhador estudante.

Palavras Chaves: Trabalho. Educação. Formação Profissional. Trajetória e Gênero. Confecções.

ABSTRACT

This thesis proposes to meet the educational and employment history of workers in garment productions of Goiânia-GO, with regard to labor insertion in the production sector and clothing clothes. The object of the study seeks to understand the trajectory of life of these workers, working conditions and gender, intertwined with the educational and professional training. The surveyed theme plan to better understand the relationships and working conditions that mark the reality of clothing, specifically women workers into factions. The working conditions are related to the transformations in the world of work in contemporary society? What are the contradictions? Analyzing productive restructuring, which conflicts can be perceived subjectivity and gender condition? Which place, or non-place, is considered the school for these workers? How these women have learned this craft? The objective of the research aims to analyze the educational and labor trajectories of the working of factions that make up the fabrication network of Goiânia in terms of their understanding of the work and training in the composition of their personal stories and bond formation with global networks of clothe manufacturing. This research undertook a qualitative type of research, used the following types of research: literature, documentary and empirical analysis of the interview instrument in depth. From listening to the workers, the authors emphasize their insertion into a productive structure made in contradiction of the world of capital. Gender condition only complements exploration while working conditions accumulates domestic work, child care and the professional work, the unique work space and residence. The job training presented in a specific way and the school had a lighter passage in the trajectory of workers, which casts a pedagogical challenge for schools in front of the student worker.

Key Words: Work. Education. Professional qualification. Trajectory and Gender. Clothing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Emprego no segmento têxtil:	52
Gráfico 2 - Exportações e Importações:	56
Gráfico 3 - Índice de escolaridade na Indústria de Confecções:	60
Gráfico 4 – Tempo consumido com o trabalho remunerado e as atividades doméstica:	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de escolarização dos brasileiros por faixa-etária.....	100
Tabela 2 - Ramos de atividade econômica assumidos por homens e mulheres.....	131
Tabela 3 – Vínculo Empregatício e Gênero.....	132
Tabela 4 – Tempo de estudo entre mulheres e homens por regiões.....	140
Tabela 5 – Tempo de estudo entre mulheres e homens.....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Oficina de costura e sala”. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: janeiro de 2015. .9Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Casa da costureira.....	148
Figura 2 - “A Feira: centro da moda”. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: janeiro de 2015. .9Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Rua 44 no centro de Goiânia-GO.	151
Figura 3 - “Mãos que cortam e costuram o tecido”. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: janeiro de 2015. .9Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Casa das costureiras.	166
Figura 4 - “Mãos que costuram o Jeans” As duas máquinas; a da esquerda e essa abaixo, são máquinas somente para costurar jeans. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: março de 2015. .9 Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Casa das costureiras.....	167

LISTA DE SIGLAS

ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ANPED - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação
APL - Arranjo Produtivo Local
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CME - Conselho Municipal de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CNM – Congresso Nacional dos Metalúrgicos
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFETC - Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CONEB - Conferência Nacional de Educação Básica
CTC - Cadeia Têxtil de Confecção
CTPS - Carteiras de Trabalho e Previdência Social
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
DEF-AJA - Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos
EAJA - Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos
ECR - *Efficient Consumer Response*
EDI - *Electronic Data Interchange*
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
FAT - Fundo de Amparo ao trabalhador
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
GM - General Motors

GTP - Grupo de Trabalho Permanente de Apoio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho
IES (Instituições de Educação Superior)
IEMI - Instituto de Estudos e Marketing Industrial
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUCEG- Junta Comercial de Goiás
LDB - Lei Diretrizes e Base da Educação
LER - Lesão por Esforço Repetitivo
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC - Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC - Ministério da Educação
MI - Ministério da Integração Nacional
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)
OEM - Original *Equipment Manufacturer*
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PASEP - Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PBF - Programa Bolsa Família
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PEA - População Economicamente Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PIPMO - Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra
PIS- Programa de integração Social
PLANFOR - Política Nacional de Formação do Trabalhador
PME - Pesquisa Mensal de Emprego
PNA - Programa Nacional de Alfabetização
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
Proeja FIC – Programa de Educação Profissional Integração à Educação Básica Formação Inicial e Continuada
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PSF - Programa Saúde da Família

SEBRAE -Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDP - Desenvolvimento da Produção

SEEC - Serviço de Educação e Cultura

SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

SRTR - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

UCM - Universidad Complutense de Madrid

USAID - *United States Agency for international Development*

SUMÁRIO

Introdução	16
Pressupostos, Objetivos e Delimitação do Problema.....	19
Procedimentos Metodológicos e Fundamentação Teórica	24
Campo de Investigação, Caminho da Investigação, Instrumentos de coleta de dados e Critérios para Análise dos Dados.....	28
ESTRUTURA DA TESE	34
CAPÍTULO I CONTEXTOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES BRASILEIRAS E GOIANAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	36
1.1 TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS NA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES	36
1.2 PRODUÇÃO TÊXTIL: O MAIS ANTIGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL.....	41
1.3 Goiás e Goiânia no ramo das confecções	54
Capítulo II CONCEITOS QUE ENVOLVEM AS RELAÇÕES DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA REALIDADE DAS CONFECÇÕES	62
2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA: DAS CORPORAÇÕES DE OFÍCIOS AO MUNDO INDUSTRIAL	63
2.2 TRABALHADORES NA ESTEIRA DA INTENSIFICAÇÃO DO RITMO DE TRABALHO.....	68
2.3 AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: O TRABALHO NA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	78
2.4 TRABALHADORAS NAS FACÇÕES: ESPECIFICIDADE NA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	88
CAPÍTULO III O LUGAR E O NÃO LUGAR DA ESCOLA NA VIDA DAS TRABALHADORAS DAS FACÇÕES	98
3.1 A MARCA HISTÓRICA DA EXCLUSÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO PROCESSO ESCOLAR	100
3.2 SE NÃO É PELA ESCOLA EXISTEM OUTRAS POSSIBILIDADES FORMATIVAS ALÉM DA ESCOLA FORMAL? MODELOS DE FORMAÇÃO DO MST E CUT.....	114
3.3 “EU TINHA LOUCURA PARA VOLTAR A ESTUDAR”	122

CAPÍTULO IV TRAJETÓRIA DAS MULHERES TRABALHADORAS NAS FACÇÕES: CONDIÇÕES DE TRABALHO E DUPLA JORNADA.....	126
4.1 TRABALHO E MULHERES: UM PANORAMA GERAL DOS ÚLTIMOS ANOS DO SÉCULO XX E OS PRIMEIROS DO SÉCULO XXI.....	127
4.2 O ESPAÇO DAS OFICINAS DE COSTURA, O DOMICÍLIO E OS AFAZERES DOMÉSTICOS NAS HISTÓRIAS DAS TRABALHADORAS.....	142
4.3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS VÁRIAS HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS DO ENVOLVIMENTO COM O FAZER DAS COSTURAS E FACÇÃO	151
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	172
REFERÊNCIAS.....	179
TRABALHADORAS ENTREVISTADAS	191
APÊNDICES	192
ANEXOS	205

INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado “Trabalho nas Cadeias de Produção Global – trajetória educativo-laboral de trabalhadoras em confecções de Goiânia-GO” investigou as trabalhadoras em facções¹ da região de Goiânia, no que diz respeito às histórias de suas inserções laborais no setor de produção e confecções de roupas. Compreender a trajetória de vida dessas trabalhadoras, condições de trabalho e gênero, entrelaçada com a formação escolar e profissional, é o objeto da tese.

A opção pelas mulheres trabalhadoras, enquanto sujeitos da pesquisa, se deu em função das trabalhadoras serem a maioria nesse ramo de produção. A proposta da pesquisa foi estimulada pelo interesse em discutir o mundo do trabalho em um contexto significativo de desmandos impostos pela dinâmica da acumulação capitalista. Nesse cenário a escolha de aproximar da realidade das mulheres costureiras e conhecer suas histórias de trabalho, escola e a lida com os filhos, família e identidade de gênero, a partir de suas histórias de vida foi fundamental. Esse grupo tem aumentado no setor de produção de roupas na cidade de Goiânia, sobretudo a partir da década de 1990.

O atual contexto, conforme o Boletim da Organização Internacional do Trabalho/OIT – Trabalho Decente, dos 5.570 municípios do Brasil, 3.304 apresentam o predomínio da informalidade no trabalho, ou seja, são trabalhadores sem proteção social. Esse contingente enfrenta cotidianamente o trabalho precarizado, na argumentação de Antunes (2008), o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo apresenta um arrefecimento do operariado industrial, simultaneamente concretiza-se uma ampliação expressiva do trabalho assalariado, sobretudo no setor de serviços.

Esse processo é chamado de “subproletarização” do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário ligado à informalidade “pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços” (p.47). Essa condição aumenta a incerteza dos trabalhadores quanto efetividade de uma vida digna que garanta o alcance aos bens materiais necessários para sua existência e de sua família. Essa realidade insere-se no formato de relevante exploração do capital, pautado no modelo neoliberal da economia, que a partir da década de 1980, acelerou o processo de

¹ Conforme Keller (2010) facção revela-se com uma parcela específica do processo produtivo, costumam receber as peças ainda por terminar, bem como os insumos, realizam atividades simples e repassam as peças para serem encaminhadas para outros processos.

globalização dos mercados e mundialização do capital.

As trabalhadoras em confecções na cidade de Goiânia, público dessa pesquisa, foram delineando por meio de suas histórias, as características laborais e as condições de trabalho, marcadas pela identidade de grande parte dos trabalhadores desse país. O panorama visualizado pela alta informalidade, trabalho a domicílio, baixa qualificação escolar e profissional, perceptível, sobretudo no processo de precarização no setor de confecções, sem o resguardo da legislação trabalhista.

Ao se pensar nessas trabalhadoras e o mundo do trabalho, deve-se considerar que, nesse contexto, embora se observe uma evolução da inserção das mulheres no trabalho, ainda assim continuam existindo os obstáculos e as desigualdades com relação aos homens. A presença maior das mulheres nos segmentos de informalidade e precariedade, reafirma essa desigualdade.

Dessa forma o trabalho decente, conforme a OIT, continua sendo um desafio para uma parcela significativa de mulheres, mas também para homens trabalhadores. A discriminação fundamentada na questão de gênero tem se manifestado de distintas formas no âmbito do trabalho, e muitas vezes dificultando o acesso das mulheres trabalhadoras aos seus direitos. De acordo com a Declaração sobre direitos e princípios fundamentais no trabalho da OIT (1998), a discriminação de sexo no trabalho atinge o princípio da igualdade de oportunidades e tratamento.

Reportar-se a esse universo empírico, mulheres trabalhadoras na costura, permitiu deparar-se com trajetórias de vida que confirmaram o atual cenário econômico. São vivências particulares ou sociais, derivadas de relações travadas no mundo do trabalho, sobretudo nas novas configurações em curso, as quais podem ser percebidas no âmbito mundial, a saber, a restrição aos postos de trabalho estáveis e o crescimento do trabalho precarizado e informal como saída possível para aqueles trabalhadores impedidos de se inserirem no mercado de trabalho formal.

A experiência própria como profissional da educação do ensino noturno da rede pública, no interior e na capital, trouxeram muitas inquietações. Entre elas, a ausência de diálogo entre a educação básica e o mundo do trabalho, sobretudo quando o público diz respeito a jovens e adultos. Outra inquietação refere-se a dificuldades dos referidos jovens e adultos trabalhadores no sentido de obterem acesso e continuidade à formação escolar e de qualificação profissional.

Além das experiências como profissional de educação envolvida com a formação de jovens e adultos, minha pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores alunos da Rede

municipal de Goiânia trouxe alguns aspectos desse grupo, principalmente os dilemas quanto a conciliar a dinâmica do trabalho e a formação escolar, por exemplo, o fato desta população, não raramente, apresentar graves lacunas em seu percurso educacional, motivadas pela necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho, bem como a exigência desse mesmo mercado, face aos avanços tecnológicos, quanto a necessidades de formações técnicas de perfil complexo. Essa experiência de investigação propiciou a maturidade epistemológica que a investigação exige, bem como o aprofundamento em temas relacionados e suscitados a partir da inserção no mundo empírico dos jovens e adultos trabalhadores e estudantes.

Quando ingressei no Curso de Doutorado em educação oferecido pela UNB na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação – Eixo de Interesse: Desenvolvimento de ações e projetos de educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento territorial em 2012 e 2013, cursei algumas disciplinas relacionadas ao tema: **Trabalho nas Cadeias de Produção Global – trajetória educativo-laboral de trabalhadoras em confecções de Goiânia-GO**, pretensão da minha pesquisa, entre outras disciplinas, Educação e Trabalho e, ainda, Tópicos Especiais em Políticas Públicas e Gestão: Trabalho e Tecnologia (Qualificação Profissional e Competências), o que possibilitou aprofundamentos e contato com a literatura pertinente com a temática do trabalho e qualificação, objeto de estudo proposto neste projeto.

No caminho do estudo e da pesquisa, também estava o da disputa política e da organização para participar dos movimentos em defesa da educação pública de qualidade social, sobretudo o direito da educação dos trabalhadores. Nesse sentido, a participação nos referidos movimentos contribuiu para a pesquisa e estudos no campo das confecções, além de reafirmar o compromisso com as mulheres trabalhadoras nas facções, sujeitos de direito.

Com esta perspectiva, a presente pesquisa justifica-se, também, na medida em que busca refletir sobre as relações dialéticas entre o subjetivo e o social, isto é, o movimento de contradições próprio dos vínculos construídos na sociedade, sobretudo no âmbito que envolve educação e trabalho. As trajetórias de vida das trabalhadoras, o contexto em que estão inseridas no segmento profissional de confecção de roupas, serão abordadas em uma perspectiva de diálogo frente aos conhecimentos epistemológicos e ontológicos da formação humana.

PRESSUPOSTOS, OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Na expectativa de aproximação do objeto, empreendeu--se algumas leituras com o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica, que apontou o contexto, com ênfase em análises do trabalho específico desenvolvido pelos trabalhadores no setor de confecções, o que muito contribuiu para organização e encaminhamento dessa pesquisa. As primeiras impressões percebidas sobre a situação dos trabalhadores nesse setor, ao consultar a bibliografia pertinente, diz respeito à grande quantidade de horas dispensadas ao trabalho, a baixa escolarização, a ausência de tempo gasto com a formação para o trabalho, além da parca remuneração. Essa primeira análise comparada a algumas pesquisas² que também focalizaram os trabalhadores das confecções apontam algumas afinidades que podem ser incorporados no campo desses pressupostos.

A primeira pesquisa intitulada *“Mujeres que viven del trabajo a domicilio – El tempo próprio de las trabajadoras de la ropa de vestir de Goiás”*, foi realizada no ano de 2000 e referiu-se a condições de trabalho das mulheres com exercício profissional em facções da região central e da periferia da cidade de Goiânia-GO. A pesquisa apontou as condições insalubres, bem como a jornada dupla em relação aos afazeres domésticos das trabalhadoras, (JONAS, 2001).

A segunda pesquisa, intitulada *“O trabalho e o processo de saúde-doença das costureiras por facção - região metropolitana de Goiânia”* (PIMENTEL, 2010), tomou como referência a pesquisa citada anteriormente, e retomou a investigação com as mesmas trabalhadoras que participaram do grupo da pesquisa anterior. Dessa forma, dez anos depois as costureiras revelaram a necessidade de permanência no referido trabalho pela necessidade de contribuir com o orçamento familiar. Apresentaram, ainda, baixa escolaridade, dupla jornada de trabalho, isto é, jornada concomitante de trabalho, ambiente no geral desprovido de conforto visual, térmico, acústico, mobiliários inadequados e mesclados com o ambiente familiar. A pesquisa revelou que no campo da saúde prevaleceram “as disfunções musculoesqueléticas, alterações na coluna vertebral, alterações digestivas, alterações visuais, cefaleia, labirintite,

² Trata-se de três pesquisas: Primeira: JONAS, E. (2001). *Mujeres que viven del trabajo a domicilio – El tiempo próprio de las trabajadoras de ropa de vestir. Goiás – Brasil, 1975-1995*. Universidad Complutense de Madrid/UCM. Madrid, Espanã. Programa de Doctorado en Sociología y Antropología. Tese de Doutorado. Segunda: PIMENTEL, Lílian Cristina Teixeira. *O trabalho e o processo de saúde-doença das costureiras por facção – região metropolitana de Goiânia / 2010 / PUG-GO – 2010*. Terceira: VILASBOAS, Jaqueline P. de O. *A capital goiana do jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá-GO*. Tese de Doutorado. UNICAMP/SP. 2015

dores nas pernas, fibromialgia, varizes, hipertensão e estresse.”, (PIMENTEL, 2010, p. 195).

A terceira pesquisa, “A capital goiana do jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá-GO” (VILASBOAS, 2015), propôs estudar as condições de trabalho contemporâneo, os processos de flexibilização, a reestruturação produtiva no setor de confecção da cidade de Jaraguá em Goiás. O campo de investigação foram três espaços distintos de trabalho: o trabalho a domicílio, o trabalho nas pequenas empresas formalizadas de produção e o trabalho nas lavanderias de jeans. A pesquisa constatou que essas três linhas de produção acomodam a cadeia de produção de peças jeans na cidade.

Essa pesquisa trouxe a articulação das categorias de gênero e raça e dialogou com as diversas contradições nos diferentes espaços ocupados pelos trabalhadores do ramo de confecções de Jaraguá, que contribuiu para identidade dessa cidade, na argumentação de Vilasboas (2015, p. 253) “O trabalho familiar, flexível e desregulamentado é a mola propulsora do setor de confecção de Jaraguá; é ela que sustenta, alimenta e fornece condições necessárias para que o município continue sendo conhecido na região como a capital das confecções.”. Além dessas três pesquisas que trouxeram as especificidades de Goiânia e Goiás, outros estudos foram visitados em relação à temática, em outros Estados do País.

A participação em um seminário em 2012 possibilitou conhecer o significado do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho- LAEPT da Universidade Federal da Paraíba. O laboratório tem desenvolvido estudos e pesquisas sobre a temática do trabalho com a preocupação de interligar com a tese do desenvolvimento e das políticas públicas. O grupo é certificado pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e conta com registro no CNPQ. A área-predominante no âmbito das Ciências Humanas foca a Sociologia, entretanto com a perspectiva de alcançar a dinâmica interdisciplinar, a saber, economia, antropologia, geografia, e educação.

O Grupo de Pesquisa – GP-Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas tem reunido vários pesquisadores de iniciação científica, mestrado e doutorado em ciências sociais que estão no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG, bem como pesquisadores da Universidade Estadual e Federal da Paraíba. Existe um projeto guarda-chuva “A informalidade no Polo de confecções do Agreste Pernambucano: práticas e sentidos em disputa”. O objetivo geral do projeto é identificar e analisar as dinâmicas e sentidos atuais da informalidade nas relações de trabalho, sob a globalização, em uma região periférica como o Nordeste, particularmente a partir do estudo do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

O referido grupo de pesquisa contava, ao final de 2012, com aproximadamente 13

pesquisas³ desenvolvidas e em andamento. Estas pesquisas buscaram apreender as relações de trabalho presentes no Polo e as principais mudanças pelas quais vêm passando na última década; identificar e caracterizar as formas de ações coletivas diante dos conflitos presentes nas relações de trabalho (sindicais e não sindicais); identificar e caracterizar as políticas públicas relacionadas à problemática do trabalho no Polo, a saber, políticas públicas municipais de emprego, Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, Programa Saúde da Família - PSF, entre outros; identificar e caracterizar as ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, e de outras instituições privadas junto ao Polo; refletir sobre a condição atual do trabalho sob o capitalismo, especialmente quanto a suas implicações em regiões periféricas, como o Nordeste.

As pesquisas têm apresentado o panorama da realidade do Polo das confecções denominado Agreste Pernambucano. As atividades produtivas e comerciais relacionadas ao setor surgiu nos anos 1950 em torno das Feiras da Sulanca, inicialmente em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama. Hoje seu raio de influência se estende por dezenas de municípios do Agreste e repercute, inclusive, no país.

O Polo produz basicamente roupa casual (masculina e feminina). Foram se estabelecendo por meio das Feiras da Sulanca e, agora, dos agigantados Centros Comerciais para onde acorrem comerciantes e consumidores de diversos Estados. As unidades produtivas são na sua maioria construídas de “fabricos” e “facções”, mas já vêm se estabelecendo algumas fábricas. Dados de 2007 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco indicam que o Polo reúne cerca de 14 mil empresas, principalmente familiares, sendo 11,3 mil informais, compreendendo 76 mil postos de trabalho.

Como Unidades Produtivas que acompanham a dinâmica das confecções, as lavanderias representam importante espaço de pesquisa. Pela iniciativa dos grupos empreendedores os

³ 1-A juventude na “sulanca”: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte (Sandra) 2-Qualificação profissional e relações de trabalho no PCAPE: trajetória e perspectivas de atuação do SENAI (Eugênio - M) 3- Empreendendo a nova (in)formalidade: o SEBRAE e o PCAPE (Alexandre - M) 4- O trabalho facionado realizado pelas mulheres do Cariri Paraibano para o PCAPE (Elaine - M) 5- O Programa Empreendedor Individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no PCAPE (Juliana - M) 6-Incidência das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda junto às mulheres atuantes no PCAPE (Patrícia – M) Patrícia dos Santos Melo 7- O Projovem frente ao caráter informal e precário do trabalho no PCAPE (Marcelo – D) 8- Relações de trabalho em lavanderias industriais no Agreste Pernambucano (Ana Márcia - D) 9- Configurações do trabalho à domicílio nas confecções de jeans no Município de Toritama (Edilane - D) 10- A informalidade no PCAPE: processos de diferenciação dos empreendimentos comerciais de Toritama e suas implicações para as relações de trabalho (Bruno – IC/M) 11- A informalidade no PCAPE: tipos de manifestações do trabalho Infantil em Toritama (Jéssica – IC/M) 12- Costurando o trabalho e gênero com a linha da informalidade no Agreste de Pernambuco (Renata - IC) 13- A informalidade no PCAPE: condições, práticas e sentidos em disputa (Roberto) (Legenda: M- mestrado D- doutorado)

centros comerciais, por exemplo, Moda Center, tornou uma inovação, sobretudo pelo estabelecimento de um caráter de maior qualidade da produção de roupas.

Compõe também essa dinâmica produtiva as unidades domiciliares que têm se reproduzido ao longo do tempo, denominadas facções. O contexto revela-se com a convivência das relações de trabalho com uma articulação formal e informal, com caráter predominantemente familiar, domiciliar e precário. O Polo a partir das dinâmicas constitutivas está sendo analisado tomando como um processo “autônomo” / “espontâneo”. Seu desenvolvimento reconfigurou-se a partir da dinâmica urbano-rural na região e se constituiu como um aglomerado produtivo e comercial, sob uma crescente imbricação com a dinâmica capitalista.

Diante da aproximação com a temática da pesquisa, foram se revelando as condições de trabalho dos trabalhadores que estão envolvidos com o setor das confecções, a saber, informalidade, precariedade, desproteção da legislação trabalhista e de políticas públicas. Essa situação está relacionada com as transformações no universo do trabalho na contemporaneidade, conforme argumenta Antunes (2002). Dessa forma, criou-se uma massa de trabalhadores “precarizados”, sem qualificação, que está atualmente vivenciando a experiência de trabalho temporário, parcial ou ainda experienciando o “desemprego estrutural”, o que ele denomina do “terceiro setor” e as novas formas de trabalho em domicílio.

No que diz respeito à formação escolar e qualificação profissional, essas temáticas são pouco lembradas pelos sujeitos dessa pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa possibilitou, a partir do levantamento da trajetória de vida dessas trabalhadoras, dialogar e refletir com a realidade da baixa escolaridade e as experiências voltadas para as relações de qualificação técnica das costureiras faccionistas, com um formato específico, o que possibilitou retomar a memória histórica do final da Idade Média dos mestres e aprendizes de ofício.

Todo esse contexto aponta a complexidade da qualificação dos trabalhadores desse setor. E diante das novas exigências do mundo do trabalho para adequar-se à sociedade que requer uma qualificação profissional ampliada, exige-se também o aumento da formação escolar para os trabalhadores. Na argumentação de Paiva (1989), a relação entre educação e mundo do trabalho se tornou mais complexa e contraditória. Para o setor de confecções, essas relações não se apresentam como exceção.

Como objetivo geral, a pesquisa buscou analisar as trajetórias educativo-laborais das trabalhadoras de facções que compõem a rede de confecção de Goiânia no que tange à sua compreensão do trabalho e da formação na composição de suas histórias pessoais, isto é, a centralidade de suas atividades profissionais em um contexto hodierno de intensas adversidades sócio-econômicas e a constituição de vínculo com as cadeias globais de confecções de

roupas.

Os objetivos específicos que a pesquisa almeja atingir passam pela apreensão das especificidades nas relações de trabalho presentes nas confecções e as conexões com o contexto e as novas configurações do mundo do trabalho. Nesse sentido, a investigou-se, por meio das trajetórias de vida das trabalhadoras de fábricas, as contradições advindas das relações de trabalho constituídas na produção de roupas. Identificou-se também as contradições e desigualdades advindas pela condição de gênero, bem como o espaço e o não-espaço da escola nas histórias de vida das trabalhadoras. Refletiu-se, ainda, como foi construído o aprendizado desse ofício pelas trabalhadoras e analisou-se as condições das trabalhadoras costureiras na divisão do ambiente domiciliar. Os referidos objetivos marcam a especificidade das trabalhadoras e do trabalho nas fábricas de Goiânia, no entanto, o diálogo com um contexto mais amplo do trabalho e suas transformações é pertinente na composição dessa pesquisa.

No final do século XX e início do XXI o trabalho tem apresentado profunda transformação no que diz respeito às condições de sua elaboração. As crises econômicas do capitalismo causam consequências sociais e as mais diferenciadas repercussões nas relações de produção, sobretudo pelas transformações tecnológicas e as novas configurações da classe trabalhadora.

Conforme o contexto dessas mudanças, percebe-se o aumento do trabalho informal e precarizado nas cidades brasileiras, sobretudo do grupo de trabalhadores desempregados⁴. Buscar a informalidade é uma via de sobrevivência de muitos homens e mulheres no contexto atual, nesse sentido, o trabalho domiciliar tem se configurado como uma alternativa.

Essa realidade é constatada no setor de confecções, isto é, o avanço tecnológico e organizacional nas empresas fabris impediu inúmeros trabalhadores ao acesso ou permanência aos postos formais das fábricas, obrigando-os a buscar alternativas de trabalho e renda. O trabalho informal, domiciliar, distingue-se por ser uma ferramenta que também valoriza o capital, isso é possível por meio de formas flexibilizadas na estruturação do trabalho, sobretudo no formato da descentralização da produção da indústria.

No setor das confecções a subcontratação dos trabalhadores domiciliares representa um meio externo à empresa, mas que alimenta o capital. Isso reduz custos, sobretudo no âmbito da força de trabalho e dos contratemplos que possam apresentar no processo produtivo.

⁴ Conforme IBGE, o índice de trabalhadores desocupados no primeiro trimestre de 2015 era de 7,9 milhões. Disponível:<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/desemprego-ficou-em-79-no-primeiro-trimestre-de-2015-diz-ibge.html> (Pesquisa em 18/08/2015).

A jornada de trabalho dos trabalhadores do segmento em estudo está submetida à demanda do mercado consumidor, dessa forma, existe um estímulo, sobretudo em alguns meses do ano, para que se cumpra horas extras, para que possam atender a necessidade da grande exigência de produção ao mercado varejista e atacadista.

Essa situação, acrescida à rotina do som das máquinas, sem a devida proteção auricular, representa mais uma forma de precariedade vivenciada pelos trabalhadores das fábricas de roupas, espalhadas pelos os vários bairros de Goiânia. Vilasboas (2015) revela o árduo e extenuante ritmo de trabalho, pois a exigência da produção em larga escala é diária em alguns períodos do ano. Conforme as pesquisas, nas empresas de menor porte, o número de peças confeccionadas por semana chegam aproximadamente a 20.000.

A temática a ser pesquisada pretende melhor compreender as relações e condições de trabalho que marcam a realidade das confecções, mais precisamente das trabalhadoras em facções. Entre outras perguntas, as que seguem serviram de norte para a pesquisa e estudos: As condições de trabalho estão relacionadas com as transformações no universo do trabalho na contemporaneidade? Quais as contradições? Analisando a reestruturação produtiva, quais conflitos podem ser percebidos na subjetividade e condição de gênero? Enfim, quem são estas trabalhadoras nas facções da região de Goiânia-GO? Como foi a trajetória educativo-laboral das trabalhadoras em facções? O trabalho na produção de roupas possibilitou seu sustento e de sua família? Criou vínculo com a produção das cadeias globais de confecções de roupas? Qual o lugar, ou o não-lugar, da escola para essas trabalhadoras? Como essas mulheres aprenderam esse ofício, fruto da construção de sua identidade como trabalhadoras?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa investigação empreendeu uma pesquisa do tipo qualitativa, por entender que suas características básicas permitem uma melhor apreensão do objeto em tela de uma forma mais ampla, pois “se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” (LUDKE; ANDRÉ 1986, p. 18).

Os estudos qualitativos, com o olhar da perspectiva sócio-histórica, podem contribuir na valorização dos aspectos descritivos e as percepções pessoais, as quais focam o particular como elemento constituinte na globalidade do contexto social.

Segundo a perspectiva dos estudos qualitativos, o conhecimento científico assume o

caráter do conhecimento crítico, assim, a teoria contribui para apreensão crítica da realidade. O pensamento crítico científico possui movimentos essenciais; primeiro pressupõe a desconfiança diante o que o senso comum apresenta. E o segundo movimento é o questionamento sobre sua própria produção investigativa, nesse sentido, precisa do olhar e interpretação de outros sujeitos que possam propor novas indagações.

A pesquisa científica em uma perspectiva epistemológica exige a organização de procedimentos necessários para elaboração da ciência sobre os objetos e os problemas concretos revelados pela sociedade. Essa revelação aponta inúmeras necessidades, complexas, amplas e provocativas, portanto, há exigências de procedimentos, os quais precisam atender ao rigor da pesquisa científica e também representam condições ativas e de possibilidades inovadoras. Conforme Duarte (2012, p. 63)

Os estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. Por isso, a noção de hipótese, típica da pesquisa experimental e tradicional, tende a ser substituída pelo uso de pressupostos, um conjunto de conjecturas antecipadas que orienta o trabalho de campo.

Antecipar os procedimentos que serão realizados pressupõe demarcar o sentido, a direção, que embora esteja ancorada no presente, no atual contexto, poderá reafirmar a direção significativa do que virá. Mas na argumentação de Gamboa (2013, p. 30): “A compreensão dessas condições presentes, mas produzidas no passado, dá maior sentido às previsões postas no futuro.” O autor afirma o pressuposto histórico presente nas relações de produção do conhecimento.

A pesquisa científica não é uma ação imparcial, efetivada ao acaso ou manejada pela neutralidade do pesquisador. De fato, ela recebe as influências do contexto social mais amplo, isto é, as condições políticas, econômicas e sociais, conforme o período histórico em que se encontra a sociedade. Dessa forma, a pesquisa deve ter como centro o trabalho teórico e a utilização dos conceitos que possam dialogar com a realidade objetiva e suas dificuldades nas suas várias dimensões e diversidades. Nesse sentido, os estudos teóricos, sobretudo referentes ao ramo de produção das confecções, possibilitaram um aprofundamento de conceitos e categorias, imprescindíveis à pesquisa.

A Cadeia Têxtil e de Confecção (CTC), definida por Keller (2010, p. 18) “como o conjunto de atividades produtivas que somam as atividades tradicionais que formam o chamado

setor têxtil em si – fiação, tecelagem e acabamento – mais as atividades do setor de confecções.”, vive sua reconfiguração mundial ao seguir o curso da economia global. O processo de globalização⁵ dos mercados ocorre sob um novo contexto competitivo, conforme Keller (2010, p.21), que pressupõe:

A valorização de melhorias fora da produção, tais como design, marketing, gerenciamento da marca, capacitação de pessoal, etc, indo além da simples reestruturação produtiva ou da atualização tecnológica dos equipamentos; a ênfase na construção de laços cooperativos interfirmas e a valorização da integração competitiva para frente e para trás com empresas locais e/ou regionais da cadeia da mercadoria para uma coordenação mais eficiente; e a ênfase em políticas industriais – no nível nacional e local – assim como na utilização adequada de instrumentos de defesa comercial para inserção mais ativa na economia global.

O referido autor argumenta que as principais mudanças na CTC mundial no âmbito global só interferiram no contexto brasileiro a partir do processo de aceleração de liberalização comercial, ao tomar esse caminho como possibilidade de assegurar grande desenvolvimento econômico por meio do mercado. Essa liberalização comercial se desenvolveu entre o final da década de 1980 e final da década de 1990.

Esse contexto promoveu uma reviravolta nas empresas brasileiras como o objetivo de adaptarem aos moldes competitivos do mercado global. Também a movimentação e expansão da produção para outros lugares, por exemplo, região sudeste para nordeste, foram mudanças que propiciaram às empresas brasileiras inseridas na indústria têxtil e de confecção a possibilidade de resistirem ao contexto competitivo.

A partir da década de 1980, o debate da qualificação do trabalho ganhou evidência, sobretudo no continente europeu. As transformações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais do período interferiram diretamente no mundo do trabalho. A exigência de um novo formato da qualificação para atender aos novos desenhos da sociedade capitalista foi fundamental para essa temática tornar-se relevante.

No continente europeu as transformações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais que atingiram o mundo do trabalho marcaram o esgotamento do modelo regulador fordis-

⁵ Conceção de globalização, conforme Frigotto (1998, p. 13): “No plano socioeconômico o capital, centrado no monopólio crescente das novas tecnologias microeletrônicas associadas à informática, rompe com fronteiras nacionais e globaliza-se de forma violenta e excludente sem precedentes. Globaliza-se, sobretudo, o capital financeiro especulativo que dilapida os fundos públicos nacionais, particularmente das economias do Hemisfério Sul.” Para esse autor esse período histórico no contexto ético e político significa a confirmação da visão neoliberal de um novo modelo econômico em que o mercado impera como condição única de sobrevivência da sociedade dos homens.

ta, bem como as técnicas tayloristas de produção. O modelo de acumulação flexível passa a ser a alternativa encontrada pelo capitalismo para superar a crise da década de 1970. Conforme argumenta Harvey (2007, p. 140)

[...] as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.”

Aqui no Brasil na década de 1990 essa discussão se faz mais presente em função do contexto da flexibilização das relações de trabalho, diminuição dos operários nas atividades produtivas, redução do emprego, desafio aos sindicatos com essa nova configuração e estruturação na linha de produção. Conforme Pochmann (2010, p. 7), “Este ciclo perverso de regressão produtiva e ocupacional ocorreu simultaneamente ao fortalecimento da ordem liberal durante a década de 1990.”

As mudanças no mercado de trabalho, bem como o avanço tecnológico exigiram mudanças também no âmbito estrutural, com operações de produção descentralizadas. Nesse novo contexto de produção coube aos trabalhadores uma inserção em uma dinâmica inovadora, o que solicitou destes, conhecimentos mais complexos com tarefas abstratas com exigência cognitiva, novas competências profissionais e uma habilidade sócio-comunicativa para cumprir a demanda do dinâmico mercado econômico.

Portanto, a qualificação nesse contexto tem o caráter meramente econômico e voltado para aquisição de habilidade e competências para incorporar o contexto da flexibilização do trabalho. No setor das confecções, a falta de mão de obra qualificada, pode ser refletida a partir do baixo valor pago pela confecção das peças. A falta de projetos para a qualificação dos trabalhadores desse ramo também tem sido revelada em algumas pesquisas. Tem ficado a cargo do “*Sistema S*”⁶, grande parte dessa qualificação. Os sindicatos também têm aderido ao

⁶ O sistema “S”, ou seja, Senai, Senac e Sesc, instituições privadas e envolvidas aos interesses patronais, tinha o objetivo de formar para o mercado especialista em treinar a força de trabalho. Esse sistema tem usado a seu critério a contribuição compulsória descontada da folha de pagamento o equivalente a 1% do salário. Conforme a lei 1942, esses valores deveriam ser investidos na saúde e na formação do trabalhador. No entanto, o que se percebe que a maioria dos cursos tem mensalidades cobradas, preços iguais aos de instituições privadas. Esse sistema tem atendido de forma considerável a qualificação no setor de costura, mas os cursos disponibilizados para o setor das confecções apresentam aproximadamente em torno de 200 horas. Dos recursos atualmente

Sistema S no sentido de atender a referida demanda. O incentivo com o objetivo de abertura de pequenas empresas proporcionado pelo SEBRAE⁷, termina também por influenciar, em parte, essa qualificação, sobretudo na formação ideológica do auto-emprego, o que sustenta esse atual modelo do capital, flexibilização e desconcentração. Revela-se, dessa forma, também como trabalho precarizado, instável e informal. (ANTUNES, 2008). Além da fundamentação teórica da qualificação dos trabalhadores as bases da discussão do trabalho e educação constituíram-se como aporte teórico dessa pesquisa.

O debate sobre trabalho e educação, desde as últimas décadas do século XX, vem gerando inúmeras reflexões. Historicamente, o poder hegemônico considera trabalho e educação como dois mundos separados, mas uma parcela de estudiosos e pesquisadores da educação não dissocia a escola das relações sociais, bem como da produção. Dessa forma, em todo o percurso da organização social dos homens, o trabalho e o conhecimento sempre estiveram integrados. É na produção que os homens tomam consciência do contexto em que estão envolvidos. É quando a aprendizagem agregada à natureza, em condições complexas e sobretudo com outros homens, constituem o desenvolvimento integral.

Esse debate é pertinente à medida que se julga imprescindível à defesa ao direito dos trabalhadores à educação, nas palavras de Arroyo (2002, p. 77), “é mais radical do que apenas defender escola para todos.” A gênese do trabalho e da educação está inextricavelmente relacionada à própria existência humana. É pelo trabalho que o homem produz riqueza e também se constitui, enquanto ser humano. Assim, essa é a defesa de educação aos trabalhadores que vem se construindo ao longo da história, educação enquanto produção e formação humana, constituição de identidade de uma classe, que se encontra no dilema contínuo e complexo da teoria e prática. Na argumentação de Arroyo (2002, p. 77) “Entre nós a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação dos instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas da negação do direito das classes trabalhadoras à educação e à formação da cultura e da identidade enquanto classe.”

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO, CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO, INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

disponibilizados ao Sistema S para os cursos em parceria com o Ministério da Educação (MEC) não se sabe quais valores foram repassadas a esse sistema. A informação é de que dos, R\$ 14 bilhões investidos entre 2011 e 2014, R\$ 5, 1 bilhões foram para rede federal.

⁷ Serviço Brasileiro de Apoio a micro e pequenas empresas (<http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confecoes>)

O setor econômico pertinente à pesquisa apresenta um campo amplo e revela, de uma forma geral, quatro fases produtivas e relacionadas, a saber, a produção de fios, a preparação para tecelagem (denominada de fase de fiação) a tecelagem na fabricação de tecidos, o acabamento (o que propicia ao tecido características próprias) e, por fim, a quarta e última fase, a confecção (onde o produto toma forma de vestuário).

No que se refere à produção da região de Goiânia, Castro e Brito (2010) chamam a atenção para a especificidade das confecções prioritariamente de roupas femininas estruturadas com o seguinte perfil: indústria de confecção; estamparias; lavanderias; facções (montagem e acabamento). Além das lojas de distribuição no mercado (varejo e atacado), transportadoras e representantes comerciais (vendas sob encomenda para outros mercados) compõem a cadeia têxtil de Goiânia.

No entanto, como se estima uma quantidade de trabalhadoras na informalidade em domicílios próprios ou alugados, a pesquisa buscou essas trabalhadoras, as quais foram entrevistadas para fins de posterior análise. Foram demarcados alguns bairros espalhados pela cidade de Goiânia, por meio do critério da condição de apresentarem-se como aglomerados do setor das confecções: **Bairro Goyá, Jardim Fonte Nova, Itatiaia, Finsocial, Jardim Nova Esperança, São Judas Tadeu, Garavelo e Novo Horizonte**. Os bairros são, na sua maioria, distantes do centro da cidade, 22 Km, 25 km, 31 km, 27 km, 25 km, 15 km, 28 km e 16 km, respectivamente. Localizados nas regiões Oeste, Norte, Noroeste e Sudoeste de Goiânia (Anexo IV)..

No caminho trilhado, na expectativa de aproximação do objeto da pesquisa, foi aplicado um roteiro, apêndice II, para um primeiro diálogo com os trabalhadores das confecções de Goiânia-GO. A tentativa dessa aproximação buscou o contato com representantes de três grupos: 1º- trabalhador formal de uma empresa de confecção; 2º- trabalhador informal em domicílio (facção de acabamento); 3º- profissional autônomo que confecciona as roupas e também comercializa a mercadoria e, 4º- trabalhador de uma lavanderia. Essa primeira etapa ainda não tinha definido pesquisar as trabalhadoras em facção, domicílio e informais.

A perspectiva de análise do material produzido por meio de uma metodologia eminentemente qualitativa, que mobiliza, além da pesquisa bibliográfica, a combinação de três procedimentos, quais sejam, consulta a fontes documentais, realização de observações diretas em campo e realização de entrevistas com alguns atores convidados verbalmente.

Inicialmente, voltou-se para apropriação dos fundamentos teóricos e metodológicos por meio da busca da literatura pertinente, a fim de subsidiar as respostas previstas pelas questões da

pesquisa. A análise documental – leis, resoluções, pareceres referente à Educação Profissional, foi necessária para contribuir na contextualização do campo da formação profissional no país. Recorreu-se aos documentos para trazer os dados de inúmeras instituições, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sistema Nacional de Emprego (Sine), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Ministério da Educação (MEC); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (Ipea), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

Outros documentos que puderam contribuir para contextualização das confecções de Goiânia-GO, Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG; Secretaria do Planejamento de Goiás – SEPLAN e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

O segundo e o terceiro caminhos trilhados podem ser considerados indissociáveis, pois fazem parte da entrada direta no campo pesquisado. Após o conhecimento prévio dos espaços em que aglomeram as confecções, sejam firmas registradas ou espaços domiciliares, possibilitou a escolha dos locais em que os participantes seriam entrevistados. A qualificação realizada em setembro de 2014 foi um divisor de águas no sentido de estabelecer um foco para pesquisa, nesse sentido, a opção pela pesquisa de campo com as mulheres trabalhadoras, na informalidade, em seus domicílios e em fábricas, determinou o caminho a ser trilhado pela pesquisa na sequência.

A Rua 44 no centro de Goiânia concentra uma série de profissionais do setor de confecções. Além das várias galerias, com inúmeras lojas de roupas, sapatos e acessórios, é possível encontrar vários ambulantes nas ruas, também, comercializando as produções. Por meio dessas lojas foi possível o contato com as trabalhadoras em fábricas. Nesse sentido, foi realizada uma aproximação inicial, prévia, a saber, a observação científica, pois, conforme Ludke e André (1986, p. 26), “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”.

Ao demarcar seis bairros da periferia em Goiânia que possuem aglomerados de costureiras, foi feita a escolha do grupo de dezesseis trabalhadoras em fábricas, duas mulheres de cada bairro. O critério de escolha das entrevistadas, além de pertencerem ao gênero feminino, apoiou-se no parâmetro da idade entre 20 a 65 anos, independente do tempo de atuação na profissão. Na dinâmica da entrevista em profundidade cinco trabalhadoras receberam mais de uma vez a pesquisadora que foi levantando outras questões por meio da escuta às entrevistadas.

A etapa das entrevistas foi fundamental e também complexa, não somente pelo respeito necessário às entrevistadas, mas, sobretudo, pelo cuidado na interpretação das histórias e trajetórias reveladas por cada trabalhadora, no caso, pertencentes ao setor das confecções. Conforme explicita Duarte (2012, p. 64), a entrevista como artifício de pesquisa, demanda preparação de “procedimentos metodológicos específicos: o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações são essenciais para dar validade e estabelecer as limitações que os resultados possuirão.” O processo de investigação também é um espaço de propiciar condições para “dar” voz às trabalhadoras que estão excluídas dos direitos da cidadania, isto é, a possibilidade de tornar visível a vulnerabilidade das trabalhadoras.

Por se tratar de pesquisa aprofundada, a proposta da entrevista partiu de uma questão inicial que indicou o norte do diálogo. Dessa forma, foi apresentada a seguinte questão: *Comente sua trajetória de vida a partir do início de seu trabalho no setor das confecções.* Na sequência dessa etapa de coleta de dados, iniciou-se a fase da análise das entrevistas transcritas, bem como a produção das interpretações, o que foi realizado em constante diálogo com os teóricos abordados na revisão da literatura. Conforme Haguette (1994, p.394), “não existe empreendimento científico sem qualidade na observação, rigor científico e atenção analítica que sustentem o caráter fundamentalmente interpretativo, teórico e ético da pesquisa social.”

Após a transcrição das entrevistas, organização das memórias e relatos e ordenação das fotografias, indicação de data, local, seguiram os seguintes procedimentos: agrupamentos das informações, constituição de categorias e, por último, o diálogo dos dados com os conceitos epistemológicos. Ao transcrever as entrevistas, nomes fictícios foram estabelecidos para as entrevistadas, para assegurar o anonimato. Esses nomes foram utilizados para trazer as vozes das entrevistadas para tese.

Para análise da produção científica, a escolha inicial da categoria – *totalidade*, foi uma opção tendo em vista sua articulação com a situação contraditória das relações de trabalho. A categoria da *totalidade* compreendida como forma lógica de apreensão da realidade, foi utilizada na análise dos relatos coletados. Essa categoria do materialismo dialético expressa as leis mais gerais do desenvolvimento do mundo objetivo.

A categoria do materialismo dialético não desagrega homem e mundo, mas os associa, pois refletem os processos da natureza e da sociedade como existem na realidade. O todo para a dialética materialista, conforme Kosik (1976), é percebido por meio de uma visão panorâmica, bem como em relação a cada um dos processos e fenômenos singulares que o integram, portanto, não representam apenas um conjunto ou somatório de relações, fatos e processos, partes, mas também a criação, a estrutura, a gênese do todo e da unidade de forma conexa.

Trazer a categoria da totalidade para o estudo das trabalhadoras em facções da cidade de Goiânia-GO impõe como exigência o conhecimento da trajetória de vida, seu envolvimento com o fabrico das roupas, a continuidade no referido trabalho, a ligação desse trabalho domiciliar com a cadeia global de produção, o significado da qualificação profissional e escolar e, por fim, o reconhecimento de suas relações e condições laborais interligadas ao contexto e contradições do atual mundo do trabalho. Nas palavras de Gamboa (2013, p. 133) “é na pesquisa que o pesquisador tem de recuperar a ‘matéria’ em suas múltiplas inter-relações; apreende o específico, o singular, a parte e seus tecidos com a totalidade mais ampla; as contradições e os elementos estruturantes do fenômeno pesquisado.”

Para a coleta de dados e informações, após o primeiro instrumento, foram realizadas as entrevistas, com caráter aprofundado, com o objetivo de ouvir as histórias de vida das trabalhadoras em facções. Conforme Lanlada (1998, p. 877): “Na realidade, uma história de vida não é uma sequência (uniforme) de acontecimentos, mas é um traçado, por vezes sinalizado por acontecimentos marcantes, momentos de transição que confirmam trajetórias ou contribuem para as redefinir.”

Para Ludke e André (1986), por sua vez, a entrevista é um dos instrumentos fundamentais para a coleta de dados, isto é, uma das técnicas básicas voltadas, sobretudo, para as pesquisas das ciências sociais. A entrevista em profundidade, conforme Lanlada (1998, p. 975) “permite abordar, de um modo privilegiado, o universo subjetivo do ator, ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte da sua história.”

Este recurso metodológico, denominado entrevista aprofundada, apresentou-se como uma técnica qualitativa que indagou um assunto na perspectiva de informações, percepções e experiências dos sujeitos para estudá-las e organizá-las de forma ordenada. Essa abordagem foi oportuna para desenvolver o caráter flexível ao permitir que os sujeitos entrevistados deliberrassem os termos da resposta, ao mesmo tempo em que propiciou ao entrevistador adequar de forma mais livre suas perguntas. Conforme argumenta Duarte (2012, p. 63):

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não se busca, por exemplo, saber quantas ou qual a proporção de pessoas que identifica determinado atributo na empresa “A”. Objetiva-se saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados.

A entrevista possibilitou uma significativa aproximação da história de vida das trabalhadoras do setor das confecções. Nessa perspectiva, contribuiu para elucidar a inserção no

trabalho das confecções, continuidade, descontinuidade, condições e espaço de trabalho, o lugar, ou o não, da escola em sua vida, a qualificação ou não profissional, entre outras vivências significativas sob o ponto de vista das entrevistadas. Realizaram-se entrevistas com dezesseis mulheres e cinco com retorno de mais de uma vez para fechar a entrevista, nas casas das trabalhadoras, locais em que realizavam suas atividades laborais. Conforme Ciavatta (2009, p. 109) “A história de vida, o relato oral, o depoimento são, pois, variações da mesma técnica, que tem como base a entrevista, a forma mais antiga e mais divulgada de coleta de dados orais nas ciências sociais.”

O levantamento de informações, por intermédio de entrevistas, foram realizadas com o auxílio de um gravador de voz. Um caderno de memórias foi utilizado para relatar as observações mais gerais nos espaços das fábricas. Além desses registros, a fotografia também foi utilizada como instrumento de apreensão do contexto vivenciado. Na argumentação de Ciavatta (2009, p. 113), “a fotografia pertence a um conjunto de processos em que ciência, técnica e arte estão imbricadas na criação de um mundo de possibilidades no domínio da imagem.” Por meio da fotografia foi possível refletir sobre o meio social em que vivem as trabalhadoras entrevistadas, bem como inferir sobre a constituição de suas subjetividades, construídas a partir de um mundo compartilhado, a saber, a realidade do contexto específico desse segmento de profissionais, e, ainda propor uma reflexão crítica em relação às ideias que legitimam ou não a situação concreta, diuturna e duramente vivenciada pelas trabalhadoras em fábricas.

ESTRUTURA DA TESE

A tese está organizada em quatro capítulos.

No **capítulo I**, “Contexto da indústria têxtil e de confecções brasileiras a partir da década de 1990, e o contexto de Goiás”, apresenta-se o contexto da indústria têxtil, bem como as confecções no País, a partir da década de 1990, aproxima-se entre os espaços produtivos e a história desse setor, bem como alguns dados que contribuem para o conhecimento da cadeia têxtil de confecções brasileiras, com foco no Estado de Goiás e, mais especificamente, na cidade de Goiânia. Visualizar a situação brasileira frente ao cenário internacional da indústria têxtil, também é abordado, assim, inicialmente serão apontadas as especificidades e os fundamentos das tendências internacionais na indústria têxtil e de confecções em interface com o processo histórico.

O **capítulo II**, “Conceitos que envolvem as relações de trabalho e qualificação na realidade das confecções”, aborda-se as mudanças no mundo do trabalho, os novos conceitos de competência, competitividade, habilidades, qualidade total e empregabilidade, estes, aparecem como imposição ideológica de sustentação dos valores do mercado e do capital, em detrimento aos valores humanos. Estes conceitos terminam por afirmar, na presente relação de trabalho, a fragmentação, a precarização, a flexibilidade e a intensificação da exploração do trabalhador. Recupera-se referências históricas sobre o conceito de qualificação profissional envolvidas com a organização das relações do trabalho, principalmente no que diz respeito ao aparecimento das contradições engendradas a partir dos padrões capitalistas de acumulação e regulação, período denominado de fordismo. Pretende-se trazer um pouco de história do trabalho e da qualificação em três momentos distintos: o primeiro diz respeito ao advento das Corporações de Ofício à indústria, inclusive, na atualidade é possível se deparar com sinais do trabalho de ofício. O segundo momento histórico reporta-se aos séculos XIX e XX. Trata-se do modelo técnico e divisão do trabalho, taylorismo e fordismo e a teoria da gerência científica do trabalho. O terceiro período traz a acumulação do capital a partir modelo de produção flexível do trabalho. E o último item do capítulo, pretende assinalar a qualificação laboral com o olhar mais focado no setor de confecções, sobretudo as contradições presente na qualificação destes trabalhadores.

O **capítulo III**, “O lugar e o não lugar da escola na vida das trabalhadoras em confecções”, o presente capítulo aborda em um primeiro momento as histórias de vida dessas trabalhadoras imbricada com a marca histórica de exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras no processo escolar. O capítulo traz no segundo momento, a discussão sobre outras possibilida-

des formativas para além da concepção mercadológica na perspectiva de retomar o sentido estruturante da educação e sua integração com o trabalho, possibilidades criativas e emancipatórias a partir dos modelos de formação do MST e CUT. E por último o desafio pedagógico da escola frente ao trabalhador estudante.

O **capítulo IV**, “Trajetória das mulheres trabalhadoras nas facções: condições de trabalho e dupla jornada”, inicialmente, apresenta-se um contexto com dados na expectativa de aproximar da realidade dos sujeitos dessa pesquisa. A trajetória de vida das trabalhadoras das facções em Goiânia-GO, a história de cada uma das entrevistadas revela as relações que foram construindo e desconstruindo no trabalho e na vida domiciliar, que no caso dessas trabalhadoras, vivenciam a condição de vida profissional e, não raro, de chefe do grupo familiar, ou seja, trabalho para obter os recursos para sobrevivência e o trabalho com a casa, filhos, enfim com a família.

E por fim, **Algumas Considerações** que apresentam as reflexões que a pesquisa permitiu elaborar.

CAPÍTULO I CONTEXTOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES BRASILEIRAS E GOIANAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

“[...] e quando chegamos em casa, /Aí de nós! Vemos que nosso trabalho mal começou;/ Tantas coisas exigem a nossa atenção,/ Tivéssemos dez mãos, nós as usaríamos todas. Depois de pôr as crianças na cama, com maior carinho/ Preparamos tudo para a volta dos homens ao lar:/ Eles jantam e vão para a cama sem demora. E descansam bem até o dia seguinte;/ Enquanto nós, aí! Só podemos ter um pouco de sono Porque os filhos teimosos choram e gritam [...] Em todo trabalho (nós) temos nossa devida parte;/ E desde o tempo em que a colheita se inicia/ Até o trigo ser cotado e armazenado,/ Nossa labuta é todos os dias tão extrema/ Que quase nunca há tempo para sonhar.”

Thompson (1998, p. 287/288)

No sentido de apresentar o contexto da indústria têxtil, bem como as confecções no País, a partir da década de 1990, faz-se necessário a aproximação entre os espaços produtivos e a história desse setor, bem como alguns dados que contribuem para o conhecimento da cadeia têxtil de confecções brasileiras, com foco no Estado de Goiás e, mais especificamente, na cidade de Goiânia. Há, ainda, a necessidade de visualizar a situação brasileira frente ao cenário internacional da indústria têxtil. Dessa forma, inicialmente serão apontadas as especificidades e os fundamentos das tendências internacionais na industrial têxtil e de confecções em interface com o processo histórico.

A contextualização permite levantar algumas reflexões acerca de Goiás em relação aos Arranjos Produtivos Locais; é possível perceber duas situações, uma aproximação ao contexto do comércio global ou apenas uma possibilidade de sobrevivência de um mercado no ramo das confecções. O assunto marca a análise do Estado de Goiás e a possível inserção no mercado global, bem como a sobrevivência de muitos trabalhadores no âmbito das confecções de roupas, sobretudo feminina.

1.1. TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS NA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES

A Cadeia Têxtil e de Confecção (CTC), conforme Keller (2010), manifesta-se como um aglomerado de atividades produtivas, isto é, uma série de produções tradicionais que formam o chamado setor têxtil em si. Setor que se constitui a partir da fiação, tecelagem e aca-

bamento. Esse segmento convive com uma reconfiguração mundial ao seguir o curso da economia global. O aprofundamento da reestruturação produtiva nas últimas décadas do século XX pode ser identificado a partir das medidas de abertura da economia e as características principais podem ser levantadas na perspectiva de compor o cenário dessa reestruturação econômica.

A primeira característica é o investimento em bens de capital que se manteve inferior prevalecendo uma estratégia de ingresso seletivo de novas tecnologias. De forma significativa, a introdução seletiva de novas tecnologias alcançou diversos patamares, como no caso, por exemplo, de montadoras e de fabricação de autopeças, mas não foi o caso da indústria têxtil. Os encadeamentos estratégicos na indústria têxtil de confecções foi o formato que de certa forma reorganizou a CTC numa perspectiva global, como exemplo, do Leste Asiático e América do Norte e Bacia do Caribe. Na análise de Keller (2010, p. 68-72):

Leste Asiático – os primeiros encadeamentos estratégicos globais na CTC se deram entre empresas líderes dos países avançados e empresas asiáticas. As empresas dos países do leste asiático são, em geral, consideradas arquétipos da evolução competitiva na indústria têxtil mundial. Esses países foram capazes de realizar uma transição rápida de um estágio inicial de “pura montagem” (Modelo OEM – *Original Equipment Manufacturer*), utilizando as Zonas Processadoras de Exportações (ZPEs) próximas aos grandes portos, para se tornarem competidores globais a partir da criação de competências próprias. América do Norte e Bacia do Caribe – os novos encadeamentos estratégicos na cadeia têxtil-vestuário da América do Norte, sob o Nafta⁸, têm suscitado uma série de controvérsias entre Estados Unidos e México relacionados aos ganhos e oportunidades suscitadas sob o acordo. [...] No México, a parte dinâmica do setor do vestuário é constituída por fábricas maquiladoras⁹ voltadas para exportação.[...] Já a parte do setor do vestuário do México, que não engloba as maquiladoras, é constituída de muitas empresas pequenas, que fabricam roupas baratas e de baixa qualidade destinadas ao mercado doméstico.[...] norte-americana é formada, por um lado, por empresas produtoras de grandes volumes de roupas padronizadas ou básicas, que tendem a ter grandes fábricas verticalmente integradas e tem conseguido manter uma base de produção nacional. Por outro lado, no segmento do vestuário norte-americano voltado para a moda, há predomínio de importações. Os países da Bacia do Caribe [...], também têm vantagens de acesso ao mercado norte-americano.

Conforme Sturgeon et. al (2013, p. 26): “nos últimos anos, muitas indústrias passaram de entidades delimitadas nacionalmente a redes de negócios fragmentadas, em termos organizacionais, e globalmente distribuídas, consistindo em ‘empresas líderes’ e fornecedora e pres-

⁸ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, entrou em vigor em 1 de janeiro de 1994.

⁹ Maquiladora é uma empresa que importa materiais com isenção de impostos, sendo seu produto específico e acordado a não comercialização no país onde está sendo produzido.

tadora de serviços — que muitas vezes operam globalmente.” Dessa forma, os autores afirmam que tanto os países como regiões puderam aprimorar seus conhecimentos e investimentos nas especificidades da produção. Nesse sentido, os referidos autores exemplificam com base em uma série de bens de consumo de massa, os quais são projetados nos EUA, Europa ou Japão e fabricados na China, Europa Oriental ou México. “Os insumos vêm de dezenas de países, e os produtos acabados são vendidos localmente e exportados para os mercados mundiais.” (STURGEON et. al, 2013, p. 26).

Na argumentação de Gereffi (2007, p. 244) “México e China competem pelos mercados norte-americanos em uma pluralidade de linhas de produtos, que vão desde têxteis e vestuários, ou móveis, até a indústria automotiva e de produtos eletrônicos.” Para o autor a China, a Índia e o México constituíram laços econômicos crescentes e revelam condições que servem de instrução para outros países. Estes países possuem grande experiência no que tange ao aperfeiçoamento em mercados globais.

No campo da organização do trabalho ampliou-se o uso de métodos de planejamento, com a adoção dos programas de qualidade total (ANTUNES, 2008). Outra característica que lentamente vai substituindo a gestão autoritária é a gestão dita participativa, isto é, as empresas que exercem o comando do mercado também apresentam liderança em programar novas formas de gestão participativa, sem excetuar a indústria têxtil.

Vale registrar mais duas características, uma inserida em um contexto mais geral dos processos produtivos, diz respeito à ação sindical que se insere em uma fragilização visível, advinda da política contrária à organização sindical elaborada pelas empresas ou pela própria debilidade dos sindicatos frente ao real desemprego crescente. A última peculiaridade vai ao encontro das próprias características da atividade de confecção, pois como uma das grandes dificuldades do referido setor é a incorporação da novidade tecnológica no processo produtivo. Dessa forma, a alternativa é o aprofundamento do sistema de subcontratação, que se constitui em uma das ferramentas básicas da flexibilização e redução de custos no contexto de fim e início de século (HARVEY, 2007).

Entre as características internacionais, a descontinuidade do processo produtivo com distintas intensidades no que diz respeito à dotação orçamentária, a utilização da mão-de-obra em cada etapa, com acréscimo das várias possibilidades do uso e conciliação de matérias-primas, deriva em uma série ampla de opções quanto ao procedimento técnico empregado, as configurações da produção e a mercadoria final esperada.

Absorção das inovações tecnológicas é bastante desenvolvida, sobretudo no setor de máquinas têxteis e de fibras químicas. Porém, os vários cuidados nos acabamentos e as divi-

sões advindas do mercado no elo final da cadeia de produção impõem como componente essencial de competitividade a condição de diferenciar os produtos e absorver as demandas de maneira flexível às variações nos arquétipos de preferência dos consumidores.

As empresas têm apresentado estratégias diversas no campo das escalas produtivas, a saber, produto diferenciado, intensificação do uso de capital ou mão-de-obra e especificação das etapas. As escolhas procuram atender a caracterização do produto final quanto a seu aspecto, tecido, modelo, flexibilidade, entre outros, bem como ao mercado que se espera chegar, o que atenderá ao âmbito doméstico ou industrial, mercadoria que acompanhe a moda ou aquela de abrangência padrão para faixas de alta ou baixa renda.

No contexto mundial, a característica de fragmentar o processo produtivo em várias etapas derivou uma cadeia produtiva integrada no âmbito internacional. Essa cadeia tem sido gestada por grandes empresas especializadas no comando da marca e da comercialização ou mesmo nas empresas de varejo gerenciando as mudanças nas etapas para uma intensificação da mão-de-obra para países em desenvolvimento com baixos custos salariais.

O aumento da concorrência internacional forçou os produtores dos países centrais a desenvolver uma nova estrutura nas suas condições de inserção no mercado, bem como em suas táticas de organização da produção. Conforme Relatório de Acompanhamento Setorial (UNICAMP – 2008, p. 4), as perspectivas centrais dessa ação de reestruturação são:

- Concentração em produtos de maior valor agregado, com maior ênfase na diferenciação de produtos através de investimento nas atividades de design e desenvolvimento de marcas.
- Redução do tempo de concepção, produção e comercialização, de maneira a seguir de perto as variações relacionadas às tendências da moda, fugindo da concorrência com produtos mais padronizados.
- Deslocamento das etapas mais intensivas em mão-de-obra para países de mão-de-obra barata, configurando esquemas de subcontratação principalmente dentro de acordos regionais (Estados Unidos com o México e o Caribe, Países desenvolvidos da Europa com a Turquia e países do Norte da África, e Japão e Tigres Asiáticos com China, Indonésia, Bangladesh e Vietnã)
- A utilização de técnicas modernas de *supply chain management* combinada com a difusão de tecnologia de informação como EDI (*Electronic Data Interchange*) e ECR (*Efficient Consumer Response*) passou a ser um fator competitivo fundamental em razão da necessidade de integração entre as várias etapas da cadeia produtiva, de maneira a captar rapidamente as tendências do mercado consumidor e gerenciar toda a cadeia de suprimentos para o atendimento dessas tendências,

É possível perceber que alguns empresários de países em desenvolvimento têm procurado sua posição na cadeia de valor, transpondo da edição clássica da subcontratação, para

produtores OEM (original *Equipment Manufacturing*)¹⁰, o que significa conhecer a especificação do produto, precisar as especificidades do processo de produção, gestar os procedimentos de compras e entrega do produto com a marca do cliente.

Integrado a essa ação, o avanço na capacitação em *design* e invenção de marcas próprias também concebe o investimento no reposicionamento na cadeia de produção. O desdobramento de extensão da subcontratação para outros países em que a mão-de-obra é também barata, além desse aspecto a busca de esquivar-se das limitações estabelecidas pelo sistema de quotas vigente até 2005, o qual determinava o Acordo Multifibras e Acordo Têxteis e vestuário.

A clareza dos investidores da reorganização mundial da cadeia Têxtil e de Confecções pode ser notada a partir dos dados de comércio internacional, por meio dos movimentos contínuos realizados pelos países desenvolvidos no *ranking* dos principais exportadores. Essa preponderância do setor têxtil marca o período desde a década de 1960 do século XX. Dessa forma, o Relatório de Acompanhamento Setorial (UNICAMP – 2008, p. 5) afirma que

[...] os números das exportações mundiais de produtos têxteis e de confecções atingiram aproximadamente US\$ 534 bilhões em 2006, apresentando um crescimento de 6,4% ao ano no período 2000-2006. Neste último ano, valor das exportações representou cerca de 4, 5% das exportações mundiais. O maior crescimento entre os grupos de produtos analisados foi no segmento de produtos de vestuário (7,3% ao ano), levando a um aumento na participação relativa de 52,8% em 2006. Já os fios e tecidos e as fibras têxteis cresceram abaixo da média e perderam participação, representando 39,7% do total exportado em 2006, respectivamente.

Na argumentação de Keller (2010), as principais mudanças na CTC, no âmbito global, somente interferiram no contexto brasileiro a partir do processo de aceleração de liberalização comercial, caminho escolhido como possibilidade de assegurar um grande desenvolvimento econômico por meio do mercado. Essa liberalização comercial se desenvolveu entre o final da década de 1980 e final da década de 1990. Esse contexto promoveu uma reviravolta nas empresas brasileiras, com o objetivo de se adaptarem aos moldes competitivos do mercado global. No entanto, a produção têxtil e de confecções faz parte de um processo histórico que revela suas especificidades. O próximo item propõe trazer o contexto histórico da indústria têx-

¹⁰ Conforme Paiva, Carvalho Jr. & Fensterseifer (2009, p. 162) “O modelo Original *Equipment Manufacturer* (OEM) foi inicialmente usado para caracterizar produtores terceirizados de tecnologia. Este modelo apoia-se em empresas. Geralmente localizadas em países emergentes, que produzem os produtos de acordo com especificações técnicas, custos, quantidade e condições de entrega definidos pelo comprador, com uma marca de terceiros.”

til brasileira entrelaçada com a conjuntura histórica internacional.

1.2 PRODUÇÃO TÊXTIL: O MAIS ANTIGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

Na argumentação de alguns estudiosos, a indústria têxtil guarda íntima relação com a produção industrial tradicional, entretanto, na ótica de Pereira (1979) esse ramo apresenta-se como o setor clássico da indústria de transformação mundial. Mas afinal qual a marca histórica e as condições apresentadas pela indústria têxtil registrada na história da humanidade?

A indústria têxtil foi pioneira no artifício de mecanização e constituição das fábricas desencadeada no período da revolução industrial, iniciada na Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia), na segunda metade do século XVIII. O historiador Eric Hobsbawm (2001) fez uma análise desse pioneirismo britânico e em seu exame, os elementos tecnológicos, científicos e sociais são componentes que constituíram o processo revolucionário industrial inglês, o que o diferenciou de outros países europeus, sobretudo por apresentar-se “de forma empírica, causal, não planejada” (p. 60).

O autor aponta outros elementos que reafirmam a condição da Inglaterra como precursora da revolução industrial. A Inglaterra era detentora de um poder governamental que desde o século XVII promovia o lucro privado e o desenvolvimento econômico. As plantações agrícolas já eram destinadas, com preponderância, ao comércio e às manufaturas, o que levava à difusão do mundo do comércio pelo interior, que não apresentava mais aspecto feudal.

Para Hobsbawm (2001, p. 46), a indústria do algodão foi a “primeira a ser revolucionada” e, dessa forma, contribuiu para a consolidação da revolução industrial britânica. A política governamental do comércio colonial inglês propiciou aos produtores criar a indústria algodoeira e sustentou por meio da mecanização a produção do algodão, principalmente pela falta de mão-de-obra barata e eficiente.

A inovação técnica no âmbito da indústria do algodão era destaque. Esse ramo produtivo conseguia dominar o movimento de toda economia britânica. Em uma análise mais geral da revolução industrial inglesa e que se espalhou por todo o continente europeu, Hobsbawm (2001) aborda o conflito causado na ordem social e alteração no contexto tradicional, constituindo um conjunto de problemas sociais, advindos da desigualdade e pobreza. Para o historiador inglês Thompson (1998, p. 279), até a compreensão do tempo foi alterada a partir da revolução industrial e o relógio passou a ter relevância:

Embora começassem a aparecer alguns relógios muito baratos – e de qualidade inferior -, os preços dos relógios eficientes continuaram ainda por várias décadas fora do alcance do artesão [. ..]O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço.

É possível afirmar que a indústria têxtil do algodão na Inglaterra apresentou o primeiro modelo de máquina. Em 1730 houve o aprimoramento no tear de tecer, possibilitando mais velocidade e a preparação de peças mais largas. Para que houvesse certo equilíbrio na elaboração dos fios e tecidos foi necessário assegurar o desdobramento de outra máquina, isto é, aquela que iria fazer a fiação e criar condições da produção com velocidade tanto dos fios quanto dos tecidos.

E a indústria têxtil continuou apresentando avanços contínuos. O número de “novas patentes subiu de 39 entre 1800 e 1820 para 156 na década de 1840 na indústria do algodão” (HOBSBAWM, 2001 p. 58). A adoção da energia a vapor marcou a década de 1830, nesse sentido, como a demanda não era grande, ainda, utilizava-se “um quarto da energia de fonte hidráulica até 1838” (HOBSBAWM, 2001 p. 56). Enquanto isso a Inglaterra crescia o número de seus teares, “de 2,4 mil em 1813 para 250 mil em 1850” (HOBSBAWM, 2001 p. 58). Posteriormente, também houve modificações na indústria de lã, assim como ocorreram mudanças tecnológicas e desenvolvimento na indústria têxtil do algodão.

Com o surgimento das fábricas, a imposição de novas condições aos trabalhadores condizia com a aceitação, por parte destes, do tempo medido pelo relógio e não mais pelas tarefas e os ritmos da natureza, como era a realidade do mundo antes da revolução industrial.

No campo uma “revolução agrícola”¹¹ permitiu que inúmeros trabalhadores fossem expulsos das terras em que trabalhavam, assim, os camponeses se transformavam em andarihos, mendigos ou migravam para as cidades, onde se ofereciam para trabalhar por baixíssimos salários nas manufaturas, oficinas ou nos estaleiros. Na argumentação de Hobsbawm (2001), existia uma dificuldade latente em conseguir número suficiente de trabalhadores que

¹¹ Conforme Hobsbawm (2001) o capitalismo não era somente característica das cidades inglesas, mas entrava também no campo, onde a nobreza rural – conhecida na Inglaterra como *gentry*, endinheirava-se sobretudo, por meio da realização da agricultura comercial. Embora a *gentry* vivenciasse a realidade do campo também mantinha vínculo comercial e casamentos com a burguesia das cidades. Os *yeomen*, pequenos e médios proprietários, também enriqueciam e, assim, como os *gentry* produziam e vendiam lã e gêneros agrícolas que a marinha mercante inglesa revendia aos vários lugares do mundo. Na expectativa de dar continuidade na produção de alimentos e criação de ovelhas em amplas proporções, a *gentry* e os *yemen* iniciaram a prática do cercamentos, dessa forma iam aumentando suas posses e expulsavam os camponeses de seus domínios.

atendessem aos requisitos necessários, a saber, qualificados e habilidosos para operar as máquinas advindas com a revolução industrial. O autor também analisa o contexto a partir do reconhecimento da mão de obra de mulheres e crianças como realidade identificadora da composição da classe trabalhadora nesse período. Na argumentação de Thompson (1998) o trabalho mais difícil e penoso ficava a cargo das mulheres trabalhadoras no espaço rural, pois parte era no campo e a outra começava quando chegava em casa. Thompson (1998, p. 287/288) recorre a uma réplica inteligente de Mary Collier reclamando a situação das mulheres trabalhadoras a Stephen Duck (Poetas do século XVIII – Inglaterra), usada como epígrafe desse capítulo. A partir da poesia de Mary Collier, Thompson (1998, p. 288) argumenta “Isso continua a ser verdade até os dias de hoje, e, apesar do tempo da escola e do tempo da televisão, o ritmo do trabalho feminino em casa não se afina totalmente com a medição do relógio.”

Para Thompson (1998, p. 289), a análise do mundo do trabalho britânico nos séculos XVIII, XIX e início do XX, não exigia simplesmente um olhar sobre o processo de industrialização qualquer, mas para o capitalismo industrial. Em sua argumentação:

O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em qualquer sociedade, mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão de obra.

A produção de ferro, necessária, para o avanço do processo da industrialização, apresentava-se modesta na Inglaterra, o que a tornava dependente de outros países. No entanto, em relação ao carvão, as reflexões de Hosbawm (2001, p. 48) afirmam: “em 1800 a Inglaterra gerava 90% da produção mundial”, o que evidenciava a relevância britânica em relação aos outros países.

No Brasil o processo de industrialização também apresentou desde o início seu entrelaçamento com a indústria têxtil, conforme Suzigan (2000), essa atividade representou, até ao final da década de 1930, uma das atividades mais importante da economia brasileira. Porém a marca inicial das atividades manufatureiras têxteis, ocorreu no século XVIII, por ocasião da produção do algodão e tecidos advindos do processo de produção manual. Na análise de Furtado (1986), essa situação vivenciada no Brasil colônia, em que a produção têxtil era realizada de forma elementar marcada pela interrupção, demonstrava a imposição da coroa portuguesa que inibia o crescimento desse ramo brasileiro. Na análise de Keller (2010, p. 80), as políticas

econômicas resguardavam os interesses da metrópole, sobretudo na perspectiva de cumprir as convenções comerciais com outros países:

Significativo foi o alvará de D. Maria I, de 1785, determinando que todas as indústrias de transformação na Colônia fossem proibidas, proibição esta que incidia diretamente sobre as fábricas de tecidos de algodão. Com exceção apenas para as fábricas que produziam tecidos grosseiros para vestimenta dos escravos e dos pobres urbanos ou para a produção de sacos para enfiamento dos produtos agrícolas.

Por outro lado, no Brasil colônia o modelo agrário exportador prevaleceu. Prado Júnior (1981, p.55) apresenta a importância da produção algodoeira do Brasil para o comércio internacional:

Ainda ocorre na segunda metade do século mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e sobrepuja-lo-á em breve: o algodão. Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo.

Para o autor o século XVIII foi cenário das construções mecânicas, sobretudo da máquina a vapor e do tear. A Inglaterra representava o centro industrial têxtil, que consumia muito algodão, dessa forma, os antigos alimentadores não conseguiam suprir a demanda prevista pela pioneira no ramo têxtil. A América passa a ser uma fornecedora adequada, já que esse produto era nativo do continente. O Brasil já desenvolvia essa produção, antes mesmo da chegada dos europeus, isto é, os indígenas já cultivavam espontaneamente o algodão. Com a colonização houve uma disseminação da produção, principalmente voltada para atender ao mercado externo. Como argumenta Prado Junior (1981, p. 56), “a primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior (com a exclusão daquela remessa pequena e intermitente exportação do séc. XVI [...], data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que neste ano exporta 651 arrobas.”

No que tange às mãos trabalhadoras que concretizavam o desafio dessa produção, os escravos africanos eram obrigados a trabalhar nas lavouras, no beneficiamento que era voltado para separação do caroço, limpeza e enfiamento do algodão. Essa produção também criou possibilidade de difusão do negro africano pela colônia brasileira com repercussão no

perfil étnico da região.

Até a metade do século XIX a indústria brasileira continuou sendo inibida, inicialmente para acatar o interesse da metrópole, posteriormente para atender aos ditames da aristocracia, que alternava no poder desde a proclamação da república. No entanto, na década de 1860 o Estado da Bahia foi o palco das primeiras instalações têxteis brasileiras. Conforme Suzigan (2000, p. 135) “em 1866 havia no Brasil nove fábricas de tecidos de algodão, contando com 13.977 fusos e produzindo em torno de 4 milhões de metros de tecidos e 5 das 9 fábricas estavam localizadas na Bahia.” A produção do algodão foi um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento da indústria têxtil brasileira. O algodão era produzido no nordeste, norte e também no Estado de São Paulo. A produção atendia a vestimenta, mas também para acondicionar os vários produtos cultivados nas lavouras como café, açúcar, cereais, entre outros. O crescimento econômico nesse período contava com trabalhadores escravo, e outros com baixa renda e sem qualificação.

No período de 1864 a 1881 houve uma significativa ampliação da indústria têxtil no Brasil, a saber, de 20 fábricas de tecidos ocorreu um salto para 44. O final do século XIX e início do XX apresentou um cenário de 48 fábricas para 56 tecelagens de algodão instaladas no Brasil no século XIX. A maioria era de pequenas fábricas distribuídas entre a Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Para Keller (2010) esse período foi caracterizado por comércios atacadistas de tecidos dirigidos por empresários. Estes assumiam cargos respeitados da administração fabril, bem como a exploração e a tutela industrial marcando as relações capital-trabalho e, ainda, o resguardo da proteção alfandegária com a preocupação de conservar o processo de ampliação da indústria têxtil.

Conforme Suzigan (2000), no ano de 1906 a produção brasileira provia 68% do comércio nacional. A indústria têxtil exercia a supremacia no caráter de empregabilidade de mão-de-obra avulsa no ramo da transformação. Em 1907 apresentava 34,2% da mão-de-obra no ramo produtivo têxtil e 40,2% dessa produção contava com a força de motores investidos. Para Keller (2010, p. 85), antes da primeira guerra mundial o Brasil já era considerado um grande produtor da indústria têxtil, “o Brasil era 12ª maior indústria têxtil de algodão do mundo e era o único país na América do Sul a ter desenvolvido esta indústria em grau significativo.”

Com a primeira guerra mundial a indústria têxtil brasileira avançou e se confirmou em função da pouca entrada de artigos advindos do comércio exterior, já que os grandes produtores estavam envolvidos com a produção da guerra. Em 1919, “a indústria brasileira contava com 109.116 trabalhadores, que representava 38,1% do contingente empregado nas indústrias

de transformação.” (KELLER, 2010, p. 85)

A partir de 1920 houve uma reviravolta no contexto da produção têxtil, dessa forma, com o fim do conflito mundial e o pouco estímulo para essa transformação produtiva, houve a concentração da indústria na região sudeste. São Paulo tornou-se fundamental produtor têxtil do país. O governo investiu em um programa de pesquisas que tinha o objetivo de aprimorar o cultivo do algodão no Estado. A expectativa era chegar na produção de um algodão que apresentasse fibra mais longa com preços acessíveis e que pudesse atender a demanda do mercado internacional. O governo criou em 1922 um novo departamento, específico para executar esse programa, o Instituto Agrônomo de Campinas, que tinha o encargo de selecionar e distribuir as sementes aos produtores. Conforme Suzigan (2000, p. 161) “os resultados positivos desse programa beneficiaram a indústria têxtil, então a mais importante do país, e estimulariam ainda mais sua concentração no Estado de São Paulo.”

A década de 1930 a 1960 a referida indústria alcançou concessões e vantagens do Estado, porém com o crescimento de outros ramos no processo de transformação produtiva brasileira esses privilégios tornaram menos frequentes. Em 1950 a indústria têxtil contava com “18,7% do valor da produção da indústria de transformação e por 27, 4% do total do emprego industrial, na década de 1960, essa participação havia caído para 12, 5% e 18,7%, respectivamente.” (Keller, 2010 p. 88)

No contexto internacional as inovações no processo de produção têxtil não foram consideradas grandiosas, pois o caráter dessa indústria revelava-se conservador em sua técnica e organização. Para Keller (2010, p. 52), “Até o início da primeira metade do século XX o setor têxtil foi marcado por uma lenta modernização por causa da própria descontinuidade do processo produtivo têxtil.” Esse setor carrega especificidades de princípios básicos de fabricação e configuração de equipamento, e sobreviveu, até metade do século XX com modificações e aperfeiçoamentos mecânicos do que com grandiosas transformações nos processos de produção.

Porém a partir da década 1960 a indústria têxtil mundial legou transformações relevantes advindas das inovações técnicas do campo industrial da química e da eletrônica. Conforme Keller (2010, p. 52):

No segmento de fiação, a principal inovação foi o advento das fibras químicas artificiais e sintéticas), e no segmento da tecelagem foram os teares com componentes eletrônicos. A partir da década de 1960, a indústria têxtil começa a se tornar mais intensiva em capital. [...]As inovações técnicas na matéria-prima, surgidas nos Estados Unidos com o desenvolvimento de novas

fibras químicas (artificiais e sintéticas), foram obtidas a partir das contribuições das indústrias químicas e petroquímica. [...]A difusão das fibras sintéticas ganhou velocidade a partir da década de 1960, devido ao seu baixo custo em relação às fibras naturais, pelo impulso produzido no processo produtivo e pela possibilidade de desenvolver novos produtos.

A inovação advinda das fibras químicas possibilitou o desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva com novas configurações no contexto produtivo nas últimas décadas do século XX. Na perspectiva de Keller (2010, p. 54), a ampla alteração no campo da produção têxtil “na última metade do século 20 foi a emergência de novos produtores nos países em desenvolvimento, na Ásia especificamente.” Os países asiáticos vislumbraram a possibilidade do mercado externo como saída de seu desenvolvimento, pois internamente seus mercados constituíam-se de forma restrita.

No Brasil as últimas décadas do século XX, embora no período de 1986 e 1987 com o Plano Cruzado¹² houve um crescimento no setor produtivo têxtil, embora o cenário apresentasse uma derrocada econômica. Com a abertura comercial brasileira, outra marca do fim do século XX, a produção têxtil foi exposta a forte concorrência do mercado externo. Com a globalização o processo produtivo recebeu o impacto de novas orientações, dessa forma, ocorreu uma reestruturação no processo de transformação produtiva no ramo têxtil. Nova reestruturação capitalista é marcada por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública.

Na perspectiva de Keller (2010), o desenvolvimento da indústria têxtil brasileira apresentou fragilidades em sua estrutura, nesse sentido, ocorreram dificuldades que marcaram o processo da liberalização comercial, bem como os conflitos no campo da administração econômica e sua estruturação. No entanto,

Se o momento imediato à liberalização foi de crise e de conflitos, ao final da década de 90, contudo, as empresas da cadeia têxtil e de confecção brasileira irão apresentar sinais de recuperação nos seus índices de produtividade, assim como formulará estratégias de médio e longo prazo em um processo de reconfiguração tanto produtiva quanto institucional. (KELLER, 2010, p. 79)

Com a perspectiva de buscar estratégias empresariais, tomou-se a alternativa individu-

¹² O Plano Cruzado foi um conjunto de medidas econômicas, lançado pelo governo José Sarney em 28 de fevereiro de 1986, baseado no decreto Lei nº 2.283 de 27 de fevereiro. O ministro da Fazenda Dilson Funaro apresentou medidas tomadas pelo plano cruzado: Congelamento de preços no varejo, fiscalizados pelos cidadãos comuns “fiscal do Sarney”, estímulo ao consumo, correção automática do salário para acompanhar a inflação. O Plano contribuiu para agravar ainda mais a crise econômica.

alizada, e isso contribuiu para o crescimento da crise e do conflito instalado no contexto da indústria têxtil brasileira na década de 1990. Na análise de Keller (2010, p. 103), a crise no âmbito da indústria têxtil e confecções não deve ser conferida “apenas ao processo de abertura comercial, que desencadeou onda de importações de insumos básicos e depois de manufaturados têxteis e de confeccionados, mas também à crise da produção do algodão brasileiro[...]”. O autor revela que com a abertura comercial, as importações aumentaram consideravelmente ainda no final da década de 1980.

As importações saltaram para US\$ 510 milhões em 1988 (fibras, manufaturados e máquinas têxteis). As importações de fibras e de tecidos atingiram US\$ 2 bilhões em 1993 [...]. Em 1993 houve elevado crescimento das importações de fibras (213%) devido à grande quantidade de algodão importado. Os manufaturados também tiveram um aumento significativo (66%). Tomando o período de 1988-95, o crescimento total na importação de fibras foi de 450% e na importação de fios e tecidos artificiais sintéticos. (KELLER, 2010, p. 103)

Cabe refletir, no sentido de lançar luz nas referidas estratégias de reconfiguração, a partir das informações oriundas da caracterização peculiar da indústria têxtil e de confecções, embora essa caracterização seja nos moldes internacionais, contribui para análise da realidade brasileira. Esse ramo econômico apresenta-se de forma bastante ampla e com quatro fases produtivas intimamente relacionadas. De acordo com o Relatório de Acompanhamento Setorial (UNICAMP – 2008, p. 2) essas fases são:

1) **Fiação**: produção de fios ou filamentos que serão preparados para etapa da tecelagem; 2) **tecelagem**: fabricação de tecidos planos ou tecidos de malha (malharia) e de tecnologia de não-tecidos; 3) **acabamento**: operações que conferem ao produto conforto, durabilidade e propriedades específicas; 4) **confecção**: desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura. Na etapa final, os produtos podem tomar a forma de vestuário, de artigos para lar (cama, mesa, banho, decoração e limpeza, ou para indústria (filtros de algodão, componentes para o interior de automóveis, embalagens etc.) O produto final de cada uma dessas fases é a matéria prima da fase seguinte, o que denota à cadeia têxtil e de confecções um caráter bastante diversificado, sendo cada setor composto por grande número de segmentos diferenciados, com dinâmicas, estruturas físicas e players próprios.

Na perspectiva desse processo dinâmico, contínuo e interdependente, as estratégias de reconfiguração, conforme argumenta Keller (2010), destaca-se de forma relevante no final da cadeia, sobretudo na fase da confecção e moda, a partir do incentivo às exportações de artigos que apresentavam maior valor reunido, além da advocacia de vínculos mais cooperativos ao

longo da produção.

Ao observar essas etapas, a fiação apresenta produção mais intensa em proporção direta à automação do processo produtivo, no entanto, na fase de confecção, no âmbito do vestuário há a utilização de significativa mão-de-obra. Essa caracterização é parte da estrutura de mercado da indústria têxtil e de confecções do Brasil.

Conforme Dourado (2002), o mundo no contexto da globalização da economia, tem sido marcado por exclusão social, desemprego, precarização do trabalho, degradação na relação metabólica entre o homem e a natureza conduzida pela lógica societal voltada para a produção de mercadorias que destrói o meio ambiente em escala global. A partir de 1995, com o aumento da competição advinda do processo de liberalização comercial, ocorreu uma redução considerável do número de unidades produtivas, bem como o crescimento do desemprego. Conforme assevera o Relatório Macroeconômico da Indústria Têxtil e Confeccionista no Brasil- Instituto de Estudos e Marketing Industrial/IEMI (2001), instalou-se uma queda, nos termos evidenciados em um estudo comparativo entre os anos de 1990 a 2000:

no setor têxtil -33,1% , tecelagem -70,7%, malharia -15,2%. No âmbito das confecções, aumentou o número de unidades produtivas +22,3%. Quanto ao número de empregados no setor têxtil redução de -62%, tecelagem -75,3%, fiação -66,2%. No setor das confecções -29,8% no segmento do vestuário – 32,2%.

No Brasil a esfera da confecção tem se apresentado de forma bastante fragmentada, dessa forma, há predominância da micro e da pequena empresa. Na esfera da tecelagem e fiação existe uma coexistência das empresas pequenas com as empresas de grande porte. Nos termos do Relatório Macroeconômico da Indústria Têxtil e Confeccionista no Brasil- Instituto de Estudos e Marketing Industrial/IEMI (2006-2010), o panorama quantitativo da produção têxtil brasileira foi de:

2.249 mil toneladas em 2010, o crescimento foi de 7,7% em volumes, este montante pressupõe uma produção per capita de 11,6 Kg no ano. Pelo lado do consumo interno, o mercado chegou a 2.883 mil toneladas em 2010. Com um consumo per capita de 14, 7 kg, superior à media mundial. Deste total, 28% foi suprido por manufaturas e confeccionados importados. A cadeia produtiva têxtil e confeccionista no Brasil, em 2010, era composta por: 31 mil indústrias, 1,7 milhões de empregos, 2,2 milhões de produção no ano, US\$ 56,7 bilhões em valores de produção, US\$ 2,3 bilhões exportados e US\$ 1,4 bilhão investido.

Conforme os dados apresentados, houve um crescimento relevante no ano de 2010. A

trajetória histórica, desde a década de 1990, marcada pelas crises, mas ao mesmo tempo por várias inovações na organização produtiva após a abertura comercial, apontou para a modernização do parque industrial nacional, sobretudo por meio da obtenção de máquinas e equipamentos importados. Assim, ocorreu maior divulgação dos produtos nacionais no comércio externo, especialmente os mercados voltados para o ramo da confecção, ampliação das empresas agregadas, tais como marcas e design, marketing, comercialização e distribuição da produção.

Esse período vive sob a égide do mundo globalizado e para Harvey (2007) apresenta o enxugamento da máquina estatal e privatização de bens e serviços e superação de visão do passado que defendia a tese de um Estado essencialmente assistencialista, e no atual contexto faz a defesa de mudanças de organização do Estado por meio de uma administração pública gerencial que vê a saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica como setor de serviços não-exclusivos, isto é, áreas que podem ser oferecidas pelo setor privado ou público não estatal. Enfim, o mundo no contexto da globalização da economia reforça a desigualdade social, a pobreza, a informalidade laboral, a deterioração da convivência harmônica do ser humano com o meio ambiente, aprimorada pelo ideário do consumismo fomentado em larga escala e com contribuição para o descontrole e catástrofes ambientais.

Diante desse contexto globalizante a reação da indústria têxtil e confecção, conforme Keller (2010, p. 55),

foi basicamente no sentido de buscar uma reestruturação industrial no setor, incorporando os avanços tecnológicos surgidos e adotando novas formas organizacionais e novas estratégias de mercado. Assim, as indústrias têxtil-confecção norte-americana europeia, estrategicamente, passaram a buscar mudanças organizacionais com a subcontratação internacional e uma estratégia de mercado com enfoque maior em produtos de maior agregado, tais como tecidos e roupas com maior influência da moda.

Essa nova organização da cadeia produtiva previa novas estratégias dos empresários na expectativa de enfrentar a concorrência no mercado mundial. Nesse sentido, estabeleceu-se estratégias com agentes econômicos locais, resguardando a colaboração horizontalizada e uma maior integração na cadeia da mercadoria. Para a realidade das empresas da Cadeia Têxtil de Confecções brasileiras na economia global também implicou enfrentar as pressões competitivas no interior do grande mercado brasileiro. Na argumentação de Keller (2010, p. 129) fez-se necessário:

Promover a ofensiva internacional e atingir as macrometas definidas pelo Projeto TexBrasil¹³ e pelo Fórum de Competitividade¹⁴ da Cadeia Têxtil e Confecção Brasileira e pensar a relação entre competitividade e equidade econômico-social. A via alta diz respeito a uma nova maneira de abordar a problemática da reestruturação produtiva em conjunto com as formas de *upgrade* fora da produção e a construção de novas formas de coordenação entre os atores econômicos interdependentes envolvidos ao longo de todos os nós da cadeia da mercadoria; também a construção de políticas comercial e industrial ativa em uma nova relação entre Estado e setor empresarial dentro de contextos globalizados.

Como a valorização da moda tem sido uma das estratégias do setor de produção em discussão no mundo globalizado, no Brasil buscar a moda de alguma forma sempre representou marcar a diferença em sua produção, já que sua essencialidade sempre foi produção agrícola. Dessa forma, essa estratégia definidora do contexto da indústria têxtil brasileira tem almejado o diálogo com os estilistas nacionais com objetivo de assegurar uma marca própria diferente da moda internacional.

É possível perceber o desenvolvimento da indústria brasileira no setor têxtil e de confecções no âmbito do design, criatividade e posicionamento de marca, mas no campo da competitividade internacional, conforme a acirrada concepção mercadológica do capital, muito ainda terá que ser feito para assegurar a consolidação da indústria têxtil e confecções no mercado internacional.

Conforme pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2013) a indústria têxtil e de confecções brasileira tem mostrado capacidade em níveis superiores a 80%, crescimento de empregos e aumento no faturamento. No entanto, a pesquisa registra um parco investimento na capacidade da mão de obra, para que essa permaneça e continue exercendo um trabalho de qualidade. A pesquisa informa que houve um crescimento entre 2007 e 2012 de 8,9% no setor, o valor das vendas industriais dos segmentos têxtil e de confecções foi de 46, 5 bilhões e ca-

¹³ O Projeto TexBrasil ou também conhecido como projeto comprador organizados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT, identifica compradores internacionais em potencial de acordo com os produtores oferecidos pelas empresas exportadoras brasileiras e patrocina a vinda dos profissionais ao Brasil. Conforme os organizadores (ABIT) a possibilidade de apresentar lançamentos para compradores específicos, aumenta as condições de negócios e fortalece a rede de contatos em mercados para consolidação das empresas. Conforme Keller (2000, p. 115) “Ao mesmo tempo a marca ‘TexBrasil’ serviria, segundo os formuladores do mega-projeto, de uma espécie de laço de união dentro do setor têxtil-confecções, gerando sinergia entre os diversos segmentos da cadeia.”

¹⁴ Programa Fórum de Competitividade realizado por meio da coordenação do Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP). O programa constitui-se em um espaço de diálogo entre o setor produtivo, contando com a representação de empresários e de trabalhadores, mais poder executivo e legislativo, na expectativa de assegurar inicialmente o debate com objetivo de buscar o consenso no que diz respeito as desafios das cadeias produtivas que formam uma trama na economia brasileira. Para a promoção do diálogo o diagnóstico é elemento utilizado para no segundo momento definir ações e metas que possam apontar alternativas ou soluções possíveis aos desafios apresentados.

deia empregou pouco mais de 1 milhão de pessoas. Conforme mostra em uma análise crescente 2007 a 2012:

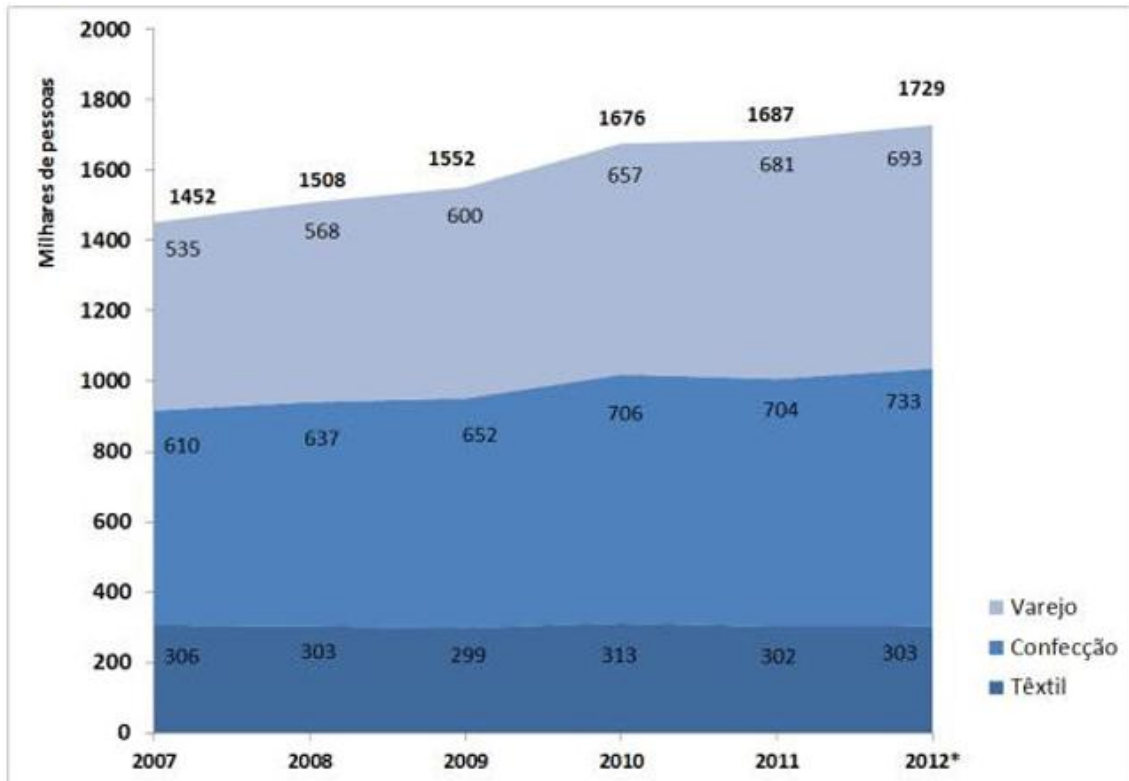


Gráfico 1 - Emprego no segmento têxtil:

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – RAIS¹⁵/ CEGED/TEM, 2012.

Conforme o estudo e o gráfico 1, houve também crescimento na condição de emprego formal, a marca registrada de 1,7 milhão de postos de trabalho, representa 3,7% do total de empregos formais no Brasil por ano e foram criados 123 mil postos formais no período. No âmbito do varejo a pesquisa revela um aumento de emprego formal, com 5,3% de crescimento médio ao ano e a constituição de 157 mil postos de trabalho formal.

No comércio exterior esse ramo comercial tem apresentado déficit, conforme o estudo, a marca chegou a US\$ 2,9 bilhões no ano de 2012. US\$ 2,2 bilhões diz respeito ao vestuário e US\$ 737 milhões referente à tecelagem. O relatório do estudo destaca:

¹⁵ Relação Anual de Informações Sociais/RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, instrumento de coleta de dados que a gestão governamental do setor do trabalho. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, a RAIS tem por objetivo: o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

O crescimento das importações de têxteis e vestuário está em linha com um movimento mais geral, observado no comércio exterior brasileiro como um todo. Assim, considerando o período 2006-2012, o valor total das importações brasileiras passou de US\$ 7,6 bilhões para US\$ 17,5 bilhões, o equivalente a um crescimento médio anual de quase 15% ao ano. Ao par disso, as importações de bens de consumo em geral passaram de US\$ 997 milhões para US\$ 3,2 bilhões, apresentando crescimento médio anual de 22%. Por sua vez, as importações de têxteis e vestuário cresceram 22,6% e 35,3%, respectivamente, no mesmo período.(FGV, 2013)

A FGV (2013), em sua análise revela que embora tenha ocorrido crescimento nas importações têxteis e vestuário, esse setor conseguiu satisfazer o mercado interno brasileiro, dessa forma houve um crescimento em média, entre 2006 e 2012 de 5% ao ano, crescendo o mercado nacional no âmbito de produtos das confecções e têxtil.

A reconfiguração produtiva realizada no fim do milênio e nos dez primeiros anos do novo, trouxe investimentos em modernização industrial no ramo têxtil com o objetivo de modernizar a tecnologia, característica tardia e específica da realidade da produção têxtil brasileira. Embora o cenário apresente uma ampliação do setor para outras regiões do país, além da região sudeste, a globalização provocou uma maior concentração de indústrias do ramo têxtil, o que termina por favorecer a constituição de grandes centros de poder que dominam e comandam as pequenas e médias empresas. Essa característica da estrutura industrial têxtil no Brasil revela a constituição de importantes aglomerados ou polos industriais-clusters¹⁶. Para Keller (2000), os principais polos de produção têxtil estão na região sudeste, sul e nordeste. Na região sudeste o autor destaca que o polo da Região de Americana como um grande produtor de tecidos. Compõe este aglomerado algumas empresas pequenas e médias que são delegadas a produzir de forma específica a apenas uma etapa do processo de produção.

Embora houvesse um crescimento pequeno da produção têxtil na região Centro-Oeste, sua participação ainda é escassa, nesse sentido, passou de 1,4% da produção nacional em 2003 para 1,9% em 2007. Estudo do IPEA *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Política Pública* (2013) aponta uma análise sobre a relação dos Estados brasileiros com o setor externo. O estudo registra que todas as regiões brasileiras sofreram com a crise de produtividade industrial de 2008, nessa perspectiva, a Região Centro Oeste: “foi particularmente

¹⁶ Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2006), Arranjos Produtivos Locais (APL's), ou Clusters, são aglomerados de empresas que, além de proximidade física e da forte relação com os agentes da localidade, têm em comum uma mesma dinâmica econômica. As razões para formação dos Clusters são diversificadas e podem ser devido à utilização de mão-de-obra local disponível, em determinada região, ou, ainda, devido a fatores climáticos ou à formação do solo. Pode ainda ser causado pela disponibilidade de matéria prima local, ou, entre outras razões, pela concentração de fornecedores para atender um cliente específico, instalado em uma região.

afetada pela crise de 2008 no que se refere à atração de investimentos externos diretos. Entre 2003 e 2005, a média desses investimentos era de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões, mas caiu para cerca de US\$ 1,5 bilhão nos anos seguintes [...] (BRASIL, 2013, p. 621).

Na publicação do IPEA (2013) argumenta que a continuidade deste determinado investimento estrangeiro manteve-se por causa da possibilidade de retornar os projetos acoplados aos estudos dos recursos naturais e em serviços¹⁷. Dessa forma, a região Centro-Oeste, a partir de 2008 a 2012 a relação dos estados e o setor externo vincula-se na denominada média intensidade tecnológica¹⁸, que conforme o IPEA (BRASIL, 2013) compreende investimento nos recursos naturais, sobretudo alimentação, enquanto que a baixa intensidade tecnológica, a qual abriga o setor têxtil, apresentou investimento pouco significativo. Em Goiás o ramo das confecções é anunciado como inserido no contexto dos Arranjos Produtivos Locais, próximo ao contexto do comércio global. No entanto, cabe um estudo no contexto desse estado, bem como de Goiânia no que tange ao ramo do setor têxtil e de confecções, pois o Estado e a capital apresentam de fato uma inserção na cadeia global do setor das confecções, ou também, são sobreviventes desse mercado.

1.3. GOIÁS E GOIÂNIA NO RAMO DAS CONFECÇÕES

A indústria de confecções teve início em Goiás, conforme Castro e Brito (2006), na década de 1960. À época existia uma dificuldade de ter acesso aos artigos de vestuário vindos de outros centros de moda do país, assim, surgiram inicialmente as empresas familiares. A posição geográfica do Estado de Goiás na Região Centro-Oeste, situado entre as regiões Norte e Nordeste, possibilitou o atendimento da demanda dessas e de outras regiões. Nas últimas décadas Goiás tem se apresentado como um dos principais polos de confecções do Brasil. A produção diversificada conquistou o mercado nacional e esboça os primeiros passos frente ao comércio internacional.

Castro e Brito (2005) apontam que 30% das indústrias goianas são do setor têxtil e de confecção, e destas, 62% estão inseridas na região metropolitana de Goiânia. Dez cidades apresentam-se como destaques de polos têxteis: Goiânia, Trindade, Aparecida de Goiânia,

¹⁷ Conforme a publicação do IPEA (BRASIL, 2013) no ANEXO I, Quadro de Classificação setorial dos Fluxos de investimento externo direto: Serviços, compreende: imobiliário, hotéis e turismo, serviços financeiros, lazer, entretenimento, comércio, galpões de armazenamento, Software e serviços TI e saúde.

¹⁸ “A classificação dos setores industriais receptores de investimento externo é feita de acordo com a intensidade tecnológica de seus produtos finais.” (BRASIL, 2013, p. 620)

Jaraguá, Catalão, Morrinhos, Rio Verde, Jataí, Inhumas, Caldas Novas, Anápolis, Goianésia e São Francisco. A empresa Planalto Confecções, criada em 1964, sobrevive desde esse período e ainda hoje confecciona calças e camisas. A Confecção Scala, fundada em 1967, atualmente Bulk Confecções, também continua desenvolvendo a produção de roupas. Embora na década de 1980 os empreendimentos tenham sofrido com a recessão, alguns centros da moda em Goiânia, como os setores Campinas, Fama, Marista, Novo Mundo, Norte Ferroviário e Bairro Goya, continuam como referências de produção, sobretudo de roupas femininas.

Com o contexto da globalização intensificado nas últimas décadas do século XX e início do XXI, os conceitos de arranjo ou sistema produtivo local ganham expressão e apontam um conjunto específico de atividades econômicas que tendem a possibilitar a análise de interações, principalmente as que possam dar origem a novos produtos e processos. Conforme Lastres e Cassiolato (2003) as interações são condições básicas nas relações técnicas e outras, formais e informais entre os diferentes promotores e que objetivam adquirir, gerar e difundir os conhecimentos pertinentes aos setores produtivos. Para os autores:

Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Assim, consideramos que: - a dimensão institucional e regional constitui elemento crucial do processo de capacitação produtiva e inovativa; - diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e formas de articulação entre agentes e de aprendizado interativo são reconhecidos como fundamentais na região e difusão de conhecimentos e particularmente aqueles tácitos. (LASTRES & CASSIALATO, 2003 p. 11)

No âmbito do mercado externo o IPEA (BRASIL, 2013), demonstrou no período de 2010 e 2011, que o Estado de Goiás apresentou queda na exportação, assim, como a maioria dos estados, aliás, somente cinco registraram aumento na participação no comércio externo.

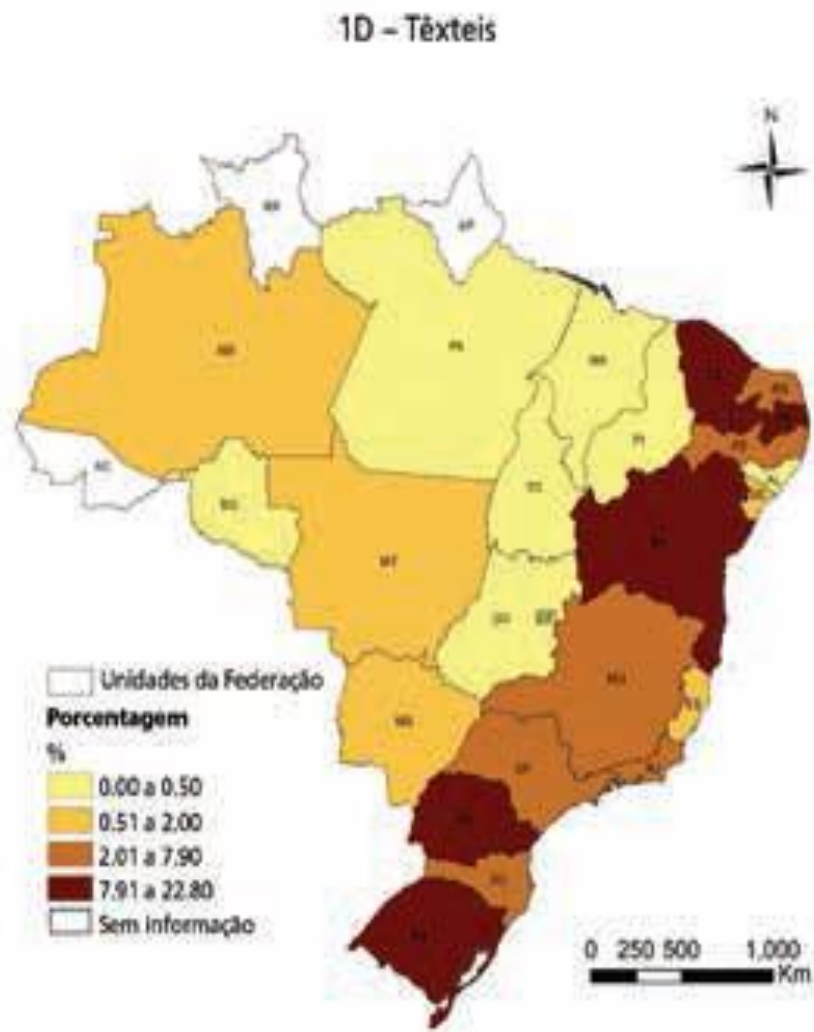


Gráfico 2 - Exportações e Importações:

	Exportações		Importações	
	2000	2011	2000	2011
Amazonas	50,1	60,8	90,85	87,88
Paraíba	63,2	48,2	19,10	82,08
São Paulo	60,9	45,4	75,99	81,52
Ceará	39,9	39,8	57,54	79,07
Santa Catarina	44,3	33,7	95,16	73,78
Minas Gerais	44,9	25,8	63,32	66,52
Bahia	18,2	24,7	66,34	63,23
Maranhão	77,3	24,4	48,44	63,06
Rio Grande do Sul	40,8	23,6	60,83	61,66
Rio de Janeiro	42,0	20,2	9,05	60,14
Paraná	28,5	19,8	55,06	58,79
Sergipe	36,2	19,0	50,17	53,64
Espírito Santo	40,7	15,6	42,42	53,40
Pernambuco	30,1	12,1	53,91	48,95
Goiás	20,6	10,6	52,12	45,75

(Continua)

(Continuação)

	Exportações		Importações	
	2000	2011	2000	2011
Rondônia	2,2	10,1	39,99	44,34
Pará	28,5	9,2	37,46	44,27
Mato Grosso	2,0	8,1	31,79	37,91
Rio Grande do Norte	28,1	7,7	33,89	37,84
Piauí	6,6	5,6	59,75	36,47
Mato Grosso do Sul	1,8	2,4	31,48	35,40
Acre	9,1	1,1	26,09	35,32
Distrito Federal	56,1	0,8	23,15	30,37
Roraima	3,6	0,3	7,76	24,86
Tocantins	44,6	0,2	26,91	18,53
Alagoas	0,1	0,1	40,41	9,72
Amapá	0,0	0,0	5,23	3,30

Fonte: AliceWeb (Secex/MDIC).

Elaboração: Dinte/Ipea.

Por outro lado Goiás se destacou entre os nove Estados que aumentaram a relação entre valor exportado e produção industrial, percorrendo uma média de 2007 a 2010, conforme anexo I. Na distribuição da relação entre exportação e produção industrial, também nessa média de 2007 a 2010, Goiás apresentou uma baixa produção no setor têxtil, 0,0 a 0.50%, conforme mapa abaixo (BRASIL, 2013, p. 611):

O panorama da confecção goiana, conforme a Junta Comercial de Goiás – JUCEG, apresenta o quantitativo de 6 mil empresas cadastradas, 2.524 confecções formais, estabelecimentos micro e pequenas empresas. Estima-se que haja 3.476 confecções na informalidade. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, CAGED/MTE, 2009) constata que cerca de 200 mil trabalhadores foram empregados no ramo. A indústria de confecção é constituída com uma dinâmica própria. É necessário comprar tecido, aviamentos e máquinas, necessita-se da lavanderia, acabamento e por uma indústria artesanal, nesse sentido a mão-de-obra é determinante para assegurar a produção.

No que diz respeito ao conteúdo e tamanho significativo das empresas locais, a marca é da diversidade, sobretudo no que tange a processos automatizados. Algumas possuem equipamentos mais sofisticados do que outras e prestam serviços mais avançados, portanto, estas se tornam destaques no ramo.

O polo de confecção de Goiânia iniciou suas atividades em 1986 e obteve grande desenvolvimento, sobretudo na década de 1990. Entretanto, somente em 2000 os APLs em Goiás receberam as primeiras ações de apoio por meio dos governos estaduais da Região Centro-Oeste, com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e suas FINEP e CNPq, e, ainda, o Ministério da Integração Nacional (MI). Na elaboração do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para Região Centro-Oeste, a articulação realizada em torno dessa elaboração organizou de dois a três projetos pilotos em cada Estado, no sentido de programar projetos cooperativos em aglomerações produtivas.

O Sebrae-GO em 2001 assumiu a coordenação da articulação da indústria de confecções no município de Jaraguá, com a utilização do conceito de arranjo. O APL de Jaraguá logo se tornou uma referência nas discussões nacionais na temática das confecções. Em 2004 o poder executivo estadual criou a Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (RG-APL), por meio do Decreto 5.990/2004, sob a coordenação da Secretaria de Ciências e Tecnologia. Com a consolidação da RG-APL, que veio a se dar efetivamente em 2006, ampliou-se, expressivamente, as ações e o número de arranjos apoiados no Estado.

Em 2008 a RG-APL passou a ser reconhecida como núcleo estadual do Grupo de Trabalho Permanente de Apoio a APLs do Governo Federal (GTP). Segmento de produção vin-

culado às confecções é o que situa maior número de APLs. São nove arranjos de confecções, (em anexo II): Goiânia e Trindade; região de Jaraguá; Catalão; Sancrelândia; Água Limpa; Novo Gama; Planaltina; Santo Antônio do Descoberto e Pontalina. Nesse sentido, alguns Arranjos de Produção Local que encontram-se em destaque, conforme Castro (2011, p. 41/42):

O APL de confecções de Goiânia, que tem seu foco na moda feminina, é o de maior peso. São 4.349 estabelecimentos formais com 20.050 empregos, com um faturamento anual de R\$ 961,7 milhões, respectivamente 54,2%, 60,1% e 53,8% do total da cadeia no Estado. Suas vendas no mercado local representam 66,1%, no interestadual 22,6% e no externo somente 0,3%. Sua taxa de agregação de valor é de 27,4% e de compras locais é de 33,8%. No APL de confecções da região de Jaraguá, são 468 estabelecimentos formais com 3.219 empregos, com um faturamento anual de R\$ 51,3 milhões. Suas vendas no mercado local representam 62,3%, no interestadual 37,7% e no externo somente 0,1%. Sua taxa de agregação de valor, assim como de compras locais são expressivamente maiores do que a do APL de Goiânia, sendo respectivamente de 48,7% e 52%. No APL de confecções de Catalão, são 346 estabelecimentos formais com 605 empregos, com um faturamento anual de R\$ 20,6 milhões, respectivamente 1,8%, 1,0% e 0,8% do total da cadeia no Estado. Suas vendas no mercado local representam 50,5%, no interestadual 49,1% e no externo somente 0,4%. Sua taxa de agregação de valor é de 28,4% e a de compras internas 18,5%, esta última muito menor que a média da cadeia. Provavelmente esse baixo índice de compras internas explica-se pela localização de Catalão, na fronteira com Minas Gerais e com forte vínculo comercial com o Triângulo Mineiro.

Por último, o registro do Polo de Pontalina, mais recente, todavia, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2011), atualmente, com cerca de 100 confecções sediadas na cidade produzem, juntas, uma média 1 milhão de peças por mês. E a atividade de micro e pequenas empresas no ramo da confecção tem levado riquezas para o referido município. Prova disso é que, de 2000 a 2010, a cidade triplicou o seu Produto Interno Bruto (PIB), passando de R\$ 65 milhões para R\$ 184 milhões. No mesmo período, a população local passou de 16,5 mil para 17,1 mil. (SEBRAE 2011)

Segundo o Sebrae, parte da expansão se deve à atuação dos empresários pontalinenses em um Arranjo Produtivo Local (APL), caracterizado por uma aglomeração de indústrias localizadas em uma mesma área, nas quais os integrantes trocam experiências, vínculos de interação e cooperação. Atualmente, oito funcionários produzem por mês 4.500 peças, ricas em cores e detalhes. As

lingeries, por exemplo, são vendidas em Mato Grosso, Pará, Brasília e Minas Gerais.

A realidade do setor de confecções em Goiânia, tem a marca, enquanto polo de confecção em 1986 e 1960, ano em que surgiram as primeiras indústrias de confecções de Goiânia. Conforme Castro (2004), as indústrias foram se agrupando nos setores; Campinas, Fama, Marista, inicialmente, e, nos últimos anos no setor Ferroviário, mais precisamente na Rua 44, hoje celeiro dos empreendimentos do ramo de confecções, alguns novos, outros advindos dos setores anteriores. A pesquisa também observou o envolvimento de muitas mulheres, famílias em geral, nos vários bairros de Goiânia, que por meio específico das facções alimentam essas indústrias e comércio de roupas no citado centro comercial da moda, Rua 44.

Conforme os dados da RAIS (2010/2013), a estrutura produtiva de Goiânia apresenta 1.895 empresas formais, cadastradas na indústria de confecções em 2010 e em 2013 2.049 empresas. Os dados de vínculos empregatícios apresentaram em 2010 12.545 e 11.800 no ano de 2013. Dessa forma o número de aumento das empresas apresenta uma variação em torno de 8,1%, enquanto o número de vínculos empregatícios demonstra uma queda de 6,3%, o que comprova a estimativa de um grande número de trabalhadores, espalhados pelo país afora, na informalidade nesse campo produtivo.

Em um estudo de 2010 a 2013 o número de estabelecimentos de vínculos formais de trabalhadores na indústria de confecções da cidade de Goiânia, registra: 2010, número de empresas 1.895 e 12.545, empregos formais; 2011, 1.972 empresas e 9.123 vínculos de empregos; 2012, 2.012 empreendimentos e 9.123 empregos formais; 2013, 2.049 empreendimentos e 11.800 empregos formais. (BRASIL, 2013)

Historicamente Goiânia vem apresentando, conforme Nunes e Campos (2006), a reunião de empresas do ramo das confecções no formato de micro e pequenas empresas, algumas empresas médias e praticamente a ausência de grandes empresas. Os dados da RAIS (BRASIL, 2014), confirma essa situação:

Tamanho dos estabelecimentos da indústria de confecções por quantidade de funcionários: nenhum funcionário - 260 empresas; de 1 a 4 funcionários - 1.098 empresas; de 5 a 9 funcionários - 438 estabelecimentos; de 10 a 19 funcionários - 208 empresas; de 20 a 49 funcionários - 105 empresas; de 50 a 99 funcionários - 12 empresas; de 100 a 249 funcionários - 5 estabelecimentos.

Há presença expressiva de mulheres no setor de confecções no Brasil, permanece, assim como em Goiânia, conforme os dados da RAIS (BRASIL, 2014) o número de homens

com vínculo empregatício no ramo das confecções era de 6.585, enquanto mulheres era 13.339. A idade média dos trabalhadores na indústria de confecções estava composta na “Faixa etária de 15 a 17 anos 385 pessoas; 18 a 24 anos 5.429 pessoas; 25 a 29 anos 3.670; 30 a 39 anos 5.686; 40 a 49 anos 3.492; 50 a 64 anos 1.598; 65 anos a mais 64 , total de 19.924” (BRASIL, 2014).

Entre a faixa etária de 30 a 39 anos são 28% de pessoas, em seguida, 27% são de jovens de faixa etária entre 18 a 24 anos. Na faixa etária de 30 a 39 anos, os dados apresentam 31% de homens e 69% de mulheres; enquanto na faixa etária jovem de 18 a 24 anos, percebe-se um quase equilíbrio de gênero, pois são 47% de homens e 53% de mulheres (BRASIL, 2014).

No que tange a escolaridade em uma análise da RAIS (BRASIL, 2004) 52% dos trabalhadores registrados nas confecções goianienses apresentavam conclusão do ensino fundamental e 47% com ensino médio completo. Em 2014, houve um aumento na escolaridade, sobretudo para as mulheres que apresentaram maior grau de instrução em relação aos homens. Conforme:



Gráfico 3 - Índice de escolaridade na Indústria de Confecções:

Fonte: Brasil, 2014

Elaboração: própria

- Sem instrução e fundamental incompleto
- Fundamental completo e médio incompleto
- Médio completo e superior incompleto
- Superior completo

A faixa salarial média, conforme os dados da RAIS de 2014, no setor das confecções de Goiânia é de mais de um e meio salários mínimos. O censo IBGE (2010), também registrou a preponderância dessa faixa salarial no ramo das confecções goianas. Conforme os dados da RAIS (2014), Goiânia apresentou uma especificidade, contrariando as pesquisas de rendimentos salariais em que apontam a supremacia masculina diante das mulheres trabalhadoras, em Goiânia a mulheres ganharam mais:

Até meio salário mínimo 14 homens e 27 mulheres; mais de meio até um salário mínimo 627 homens e 1.247 mulheres; mais de um até um e meio salários mínimos 4.294 homens e 9.198 mulheres; mais de um e meio até dois salários mínimos 953 homens e 1.309 mulheres; mais de dois até três salários mínimos 622 homens e 753 mulheres; mais de três até quatro salários mínimos 128 homens 224 mulheres; mais de quatro até cinco salários mínimos 33 homens e 53 mulheres; mais de cinco até sete salários mínimos 28 homens e 64 mulheres; mais de sete salários mínimos 12 homens e 27 mulheres. (BRASIL, 2014)

Conforme os dados apresentados, o perfil dos trabalhadores nas confecções de Goiânia é caracterizado pela presença feminina em sua maioria. A faixa etária de 25 a 49 anos predomina em relação às demais faixas. No campo educacional houve um crescimento da escolaridade das mulheres o que acompanha o dado nacional. Já na faixa salarial, Goiânia apresenta diferença dos demais Estados brasileiros. As mulheres, em todas as faixas salariais apresentaram maiores níveis salariais com relação aos homens.

De uma maneira geral, o que tem em comum com todos os arranjos ou mesmo as demais confecções dos municípios goianos e da capital é o envolvimento com outras empresas do setor de confecção, a saber, facção, lavanderias, acabamentos pré e pós-lavagem, bordados, estamparia, além de representantes comerciais, fornecedores, transportadoras e setores de corte, estilismo e modelismo. Outra peculiaridade desse ramo e que constitui a realidade é a subcontratação. Trata-se de uma forma de flexibilizar o processo de produção, diminuir custos e responder às necessidades das demandas.

Outra característica relevante e particular do setor de confecções é a utilização do trabalho domiciliar com baixos salários e longa jornada de trabalho. Esse trabalho representa grande parcela da produção no setor, trabalho desempenhado em residências e com inserção em algumas etapas do processo produtivo. A mão-de-obra é constituída, não raramente, por membros da família, inclusive crianças e adolescentes. O próximo capítulo pretende abordar as mudanças no mundo do trabalho com foco nas relações de trabalho e na qualificação com o olhar específico para o setor das confecções.

CAPÍTULO II CONCEITOS QUE ENVOLVEM AS RELAÇÕES DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA REALIDADE DAS CONFECÇÕES

“O que existe em cada momento é uma combinação variável de velho e novo, um equilíbrio momentâneo das relações culturais correspondentes ao equilíbrio das relações sociais” (GRAMSCI, 2007, p.39-40)

As mudanças no mundo do trabalho são traduzidas em novos conceitos de competência, competitividade, habilidades, qualidade total e empregabilidade. Nesse sentido, assumem importância no atual contexto do país e aparecem como imposição ideológica de sustentação dos valores do mercado e do capital, em detrimento aos valores humanos. Estes conceitos terminam por afirmar, na presente relação de trabalho, a fragmentação, a precarização, a flexibilidade e a intensificação da exploração do trabalhador. Reforça-se a visão individual de adquirir conhecimentos e condições adequadas tão somente para inserção no mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2001).

Faz-se necessário, entretanto, recuperar referências históricas sobre o conceito de qualificação profissional envolvidas com a organização das relações do trabalho, principalmente no que diz respeito ao aparecimento das contradições engendradas a partir dos padrões capitalistas de acumulação e regulação, período denominado de fordismo. Em virtude das mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e culturais, na década de 1980, no mundo europeu, a qualificação dos trabalhadores ganhou destaque para adequá-los às novas exigências do mercado. No entanto, para os trabalhadores do setor das confecções, o processo de qualificação revela suas especificidades.

Inicialmente pretende-se trazer um pouco de história do trabalho e da qualificação de sua força, ainda que de forma breve, em três momentos distintos: o primeiro diz respeito ao advento das Corporações de Ofício à indústria, inclusive, mesmo na atualidade é possível se deparar com sinais do trabalho de ofício, isto é, aquele que vem sendo passado pelo costume oral de quem sabe fazer, produzir na sua forma integral e as oficinas de fundo de quintal ainda persistem para o segmento das confecções. Retomar esse período histórico, ocorrido nos séculos XV ao XVIII, contribui para compreender as atuais trabalhadoras das confecções, sujeitos dessa pesquisa, que vivem a realidade dessa contradição, a saber, produção em oficinas improvisadas em suas casas, entretanto, submetidas à divisão do trabalho e realizam suas produções de forma fragmentada.

O segundo momento histórico reporta-se aos séculos XIX e XX. Trata-se do modelo técnico e divisão do trabalho, taylorismo e fordismo e a teoria da gerência científica do traba-

lho, com a elevada regulação e controle desde a preparação até a execução das tarefas, nesse sentido, o ideário do trabalho fragmentado consolida a condição de desconhecimento da produção que é imposta aos trabalhadores..

O terceiro período traz a acumulação do capital a partir modelo de produção flexível do trabalho. A produção fordista/taylorista cede espaço para o desenvolvimento de uma nova estrutura industrial e tecnológica, estabelecendo novos padrões de organização e de gerenciamento do trabalho. Essa passagem tem apresentado a reestruturação produtiva, apoiando-se no modelo toyotista, também conhecido como acumulação flexível, pautada na crítica ao rigor do fordismo, aderindo-se à flexibilidade dos processos inerentes ao trabalho, aos produtos e aos modelos de consumo.

O último item pretende assinalar a qualificação laboral com o olhar mais focado no setor de confecções, sobretudo as contradições presente na qualificação destes(as) trabalhadores(as). Nesse último item pretende-se trazer a voz das trabalhadoras das facções, público dessa pesquisa, e suas trajetórias de formação para o trabalho. Essas trajetórias podem dialogar com todos esses momentos históricos, uma vez que essas trabalhadoras vivem a contradição inerente à especificidade de trabalhadoras informais, mas em condição de trabalho compartimentalizado e com formação associada à tradição oral.

2.1 Um Pouco de História: Das Corporações de Ofícios ao Mundo Industrial

Embora a Idade Média tenha sido comumente considerada como a Idade das Trevas, tempo hermético, reprimido pelos senhores primitivos e pela igreja detentora do saber, o historiador francês, estudioso medievalista, Jacques Le Goff (2008), propondo a discussão de uma longa Idade Média, propõe outro olhar para esse período, nesse sentido, a Idade Média se constituiu de “Sombras e Luzes”, como qualquer outro período. Em suas palavras: “a arte gótica, pretensamente bárbara é uma arte de luz, a escolástica, julgada obscurantista, é uma combinação iluminada de razão e de fé” (LE GOFF, 2008, p.12). O historiador argumenta que a Idade Média terminou no fim do século XV, mas prosseguiu para o XVI, à medida que persistia:

A mesma dependência de uma economia rural à mercê das fomes, a mesma fragilidade das máquinas, a mesma vida urbana em que a burguesia não chegava a conquistar o poder, a mesma presença da Igreja, as mesmas mentalidades ‘feudais’, e o impacto sempre forte de crença no milagre, os métodos

sempre escolásticos de ensino universitário, os mesmos ritos monárquicos. (LE GOFF, 2008, p. 14)

Para esse autor a Idade Média não terminou com a ruptura do Renascimento, isto é, ainda foi possível conviver com extratos da Idade Média durante o século XIX. E nessa tese, por que não incluir o século XX e XXI?

A sociedade medieval apresentou-se como pré-industrial, nessa perspectiva-constituiu-se enquanto espaço de mudanças e base para a produção da sociedade industrial. O desenvolvimento do setor agrícola, aprimoramento dos instrumentos e equipamentos, surgimento das cidades, das guerras impôs uma complexidade na divisão do trabalho. Na análise de Manfredi (2002) esse contexto criou condições para o crescimento artesanal implicando na ampliação do comércio,

E, conseqüentemente, uma nova divisão social do trabalho, assim designada porque associada ao aparecimento de classes sociais diferenciadas: agricultores, artesãos, comerciantes, guerreiros, senhores feudais (grandes proprietários de terra), padres. [...]

Surgem, então, as corporações de ofício (base das futuras categorias socio-profissionais) e a separação entre o trabalho manual e o intelectual, a qual tenderá a se ampliar com o desenvolvimento da manufatura e da grande indústria,[...]. (p. 35-36)

Na organização dessas classes sociais, os senhores feudais e os padres faziam parte da classe dominante, os artesãos, advindos da camada popular, integravam as corporações de ofício, e constituíam-se em trabalhadores, despossuídos de poder. Nas oficinas das corporações de ofício existiam três divisões: os aprendizes, os parceiros na criação e os mestres, estes últimos também denominados de artesãos qualificados. Os aprendizes eram inseridos nas corporações e só eram desligados depois de conseguirem adquirir toda capacidade profissional dos parceiros e possivelmente dos mestres. O tempo do aprendizado dependia do ramo e poderia durar de um a dez anos.

Conforme Huberman (1986), para ser um aprendiz era necessária certa prudência, pois se tratava de um combinado entre a família e o mestre artesão. O aprendiz passava a morar com o mestre e recebia em troca do aprendizado e do compromisso de tornar-se um trabalhador sério e obediente, o pagamento em alimento ou dinheiro. O aprendiz era comumente um jovem de origem popular, ou mesmo miserável, quase sem o conhecimento das letras. Quando este confirmava seu aprendizado ao mestre poderia, se tivesse recurso, abrir sua oficina, se não, poderia continuar com o seu mestre ou buscar vaga em outra oficina, o que o passaria à

condição de ajudante e com recebimento de salário.

As corporações de ofício constituíam-se em associações de artesãos, produziam com rigor e técnica e abasteciam de forma tímida aos povoados que estavam se iniciando. Conforme Huberman (1986, p. 34):

As associações de mercadores, tão ávidas em obter privilégios monopolistas e tão observadoras de seus direitos, mantinham seus membros numa linha de conduta determinada por uma série de regulamentos que todos tinham de cumprir. O integrante da sociedade gozava de certas vantagens, mas só podia permanecer como membro se seguisse à risca as regras da associação [...] Rompê-las podia significar a expulsão total ou outras formas de punição.

Como afirmou Manfredi (2002), tornou-se imprescindível o surgimento da classe dos mercadores/comerciantes, e com a ampliação dessa camada, surgiu a burguesia, que foi crescendo e se constituindo enquanto classe dominante até os dias atuais. De uma forma geral, o período das corporações apresentava uma formação laboral de mestre para aprendiz, o rigor com a técnica, embora os instrumentos simples, no entanto, carecia de um processo de aprendizagem que ocorria nas oficinas, em que o aprendiz estava a par de todas as etapas da criação, ainda que essas oficinas apresentassem inclusive com determinadas condutas e vários regulamentos.

Na passagem do trabalho doméstico e do artesanato para trabalho fabril, várias mudanças ocorreram no âmbito dos distintos ofícios, dessa forma, modificados, novas ocupações e especializações foram surgindo. Na argumentação de Thompson (1987, p. 14), o aparecimento das indústrias na Inglaterra, registra a imagem da fábrica como algo tenebroso e dramático, “edifícios semelhantes a um quartel, grandes chaminés, as crianças da fábrica, os tamancos e xales, a aglomeração de habitação ao redor das indústrias como que geradas por ela.” O autor registra que essa imagem minimiza o olhar para as pessoas que estavam sujeitas à indústria. No entanto, registra em seus escritos que a tecelagem foi distinguida no contexto da revolução industrial e também social. O autor ressalta:

A indústria do algodão foi certamente a pioneira na Revolução Industrial e a tecelagem foi modelo preeminente para o sistema fabril. Ainda assim, não podemos assumir qualquer correspondência automática ou excessivamente direta entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social ou cultural. Durante meio século após a ‘erupção’ da tecelagem (por volta de 1780), os trabalhadores industriais conservaram-se como uma minoria na força de trabalho adulta na própria indústria algodoeira. [...] O assunto é relevante, pois a ênfase excessiva sobre o caráter inovador das tecelagens pode levar ao menosprezo da continuidade das tradições políticas e culturais na formação das comunidades da classe operária. Os operários, longe de serem

os ‘filhos primogênitos da revolução industrial’, tiveram nascimento tardio. Muitas de suas idéias e formas de organização foram antecipadas por trabalhadores domésticos, como os que trabalhavam com a lã em Norwich e em regiões do oeste, ou os tecelões de aviamentos de Manchester. (p. 15-16)

Thompson (1987) argumenta que as mudanças nas relações de produção e nas condições de trabalho da revolução industrial não foram atribuídas aos operários que não carregavam suas tradições e saberes artesanais, estes eram constituídos com sua herança cultural. Para o autor os novos ofícios e o declínio dos velhos, ainda, ambos constituem retribuições para as diferentes pessoas. No entanto, é sabido que de uma forma geral houve um processo de qualificação e desqualificação dos trabalhadores. Sobre o desenho do trabalho assalariado, sob a égide do capitalismo, sobretudo na discussão da qualificação do trabalhador. Enguita (1989, p. 17) ressalta que a desqualificação:

É inerente ao processo de trabalho capitalista porque o capital deve visar ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de ‘porosidade’ e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível. Assim, passa-se de um processo de trabalho variado, composto de múltiplas tarefas distintas e cuja alternância é fonte de variedade, à realização reiterada, monótona e rotineira de um reduzido número de tarefas simples. Em suma, de um tipo de trabalho que se poderia considerar como um espaço e um tempo de realização pessoal a outro que somente pode ser aceito como um mal necessário, inevitável ou simplesmente imposto[...]Ao encarregar-se de parte das tarefas, simplifica o encargo do trabalhador ou o que dá suporte ao mesmo, desqualifica seu posto de trabalho. Esta desqualificação procede também da substituição da mão-de-obra nas tarefas que requerem maior precisão e, em geral, da eliminação prática de qualquer possibilidade de decisão no processo produtivo [...].

Nesse período o trabalhador liberta-se do jugo feudal do campo e gradativamente migra para o contexto fabril. As ferramentas utilizadas na sociedade pré-industrial ensejavam processos individuais de trabalho, dessa forma, eram produzidas especificamente para aquele determinado trabalhador. Marx (2009, p. 875) argumenta que na base da jovem indústria: “A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção serve de base à pequena indústria, e esta é uma condição necessária para desenvolver-se a produção social e a livre individualidade do trabalhador.” Para Marx nesse contexto era possível encontrar relações de servidão, mas somente quando o trabalhador ficou livre dessa condição de dono dos meios de produção é que as relações fabris de fato se desenvolveram.

Esse contexto traz a marca do movimento das pessoas do meio rural para a cidade, a

acumulação do capital pela burguesia e a ascensão desta como classe dominante. Caracteriza-se, ainda, pelo incentivo ao crescimento do mercado, bem como pela centralização dos instrumentos de produção no espaço da fábrica, com a conseqüente constituição da classe trabalhadora assalariada. Sobre acumulação do capital, Marx (2009, p. 727) argumenta:

Certa acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadorias constitui condição preliminar do modo de produção especificamente capitalista. Por isso, temos de admiti-la na transição do artesanato para a exploração capitalista. Pode ser chamada de acumulação primitiva, pois, em vez de resultado histórico, é fundamento histórico da produção especificamente capitalista.

Marx (2009) continua sua argumentação sobre o contexto da acumulação do capital, início da produção industrial, e chama a atenção para o desenvolvimento tecnológico e o aproveitamento científico para pensar no planejamento do cultivo do solo, bem como nos instrumentos de produção concentrados para serem manuseados de forma social e combinada. Enfim, a nova sociedade se constituiu com todas as inovações e organização que transformou o cenário da sociedade medieval, no entanto, a miséria, a opressão e a exploração também cresciam, bem como a resistência da classe trabalhadora que se apresentava em maior quantidade.

Braverman (1974) aponta, a partir de Marx, a centralidade do trabalho para a compreensão do fenômeno humano. É por meio dele que os homens e as mulheres percebem sua humanidade. Em outra perspectiva, o autor indica a importância dos estudos a partir de Marx, que mostra como o processo de produção na sociedade capitalista é incessantemente transformado para sustentar a principal causa dessa sociedade, a saber, a acumulação do capital.

Nessa ótica, o que se percebe é que as evidências de mudanças nos processos de trabalho traduzem em efeitos nas formas das relações sociais. Em determinados contextos, os processos de trabalho entram em conflito e, conforme Braverman (1974, p. 27), “[...] as mesmas forças produtivas características do fecho de uma época de relações sociais são também características da abertura da época seguinte.” Assim, as alterações nos processos de produção recaem sobre as relações de produção, bem como sobre as relações sociais.

O processo histórico que ocorreu desde o século XVI, contexto da acumulação primitiva do capital, séculos XVII, XVIII, a indústria vai delineando seu formato e aponta o percurso da manufatura para a maquinaria, pois na dinâmica histórica o industrialismo carregava o desenvolvimento e configurava-se na perspectiva da transformação da sociedade. No estágio da maquinaria, as mudanças tornam-se mais decisivas e a ferramenta de trabalho é tirada das

mãos dos trabalhadores e remanejada para a máquina.

No contexto de acumulação primitiva do capital, a jornada de trabalho produtiva contava com uma organização e o trabalho em forma de uma colaboração, nas palavras de Marx (2009), “cooperação” a partir de um planejamento do trabalho em um mesmo lugar com o capital empregando as forças de trabalho. Assim, assegurava a grande quantidade de produção a partir de uma ordem disciplinar da divisão do trabalho, com a utilização de uma menor força de trabalho. A divisão do trabalho, conforme assinala Braverman (1974), dividia a sociedade entre tarefas, de acordo com o setor de produção. Nesse sentido, a divisão detalhada, particularizada do trabalho impossibilitava ao trabalhador se relacionar com o processo completo da produção.

Nos séculos XIX e XX inicia-se a transformação técnica e científica, nessa fase a produção passa a tomar como base o conhecimento científico. Esse contexto atinge de forma total o processo produtivo, isto é, a força de trabalho, os instrumentos, os materiais até a produção do trabalho. Todos os materiais e produtos eram constituídos para atender a demanda da indústria e do mercado. Os métodos e as máquinas que também produziram outras máquinas tinham o objetivo de serem sempre mais hábeis e rápidas. Toda essa inovação criou condições para que se consolidasse a sociedade capitalista. O trabalho compartimentalizado já havia sido institucionalizado, mas ainda no século XIX surge Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro mecânico norte americano que aprofundou a fragmentação do trabalho e no desenvolvimento de um modelo administrativo de trabalho pautado conhecimentos técnico-científicos. Nesse mesmo século aparece o empresário Henry Ford (1863-1947), na defesa da mesma concepção de dinamizar a produção industrial, proposta de discussão na sequência.

2.2 TRABALHADORES NA ESTEIRA DA INTENSIFICAÇÃO DO RITMO DE TRABALHO

Na organização da produção no contexto industrial a administração científica, ou gerência do trabalho, foi imprescindível para administrar e controlar o processo produtivo com objetivo de assegurar a larga produção. A gerência científica¹⁹ ganha espaço no contexto da industrialização. Para Gramsci (2007, p. 306), essa condição científica: “significa ‘racional’ e,

¹⁹ Na concepção de Marx (2006), o capital apropria-se do conhecimento dos trabalhadores e o coloca sob o domínio da gerência. Qualquer trabalho coletivo que realize uma produção em grande escala exige uma coordenação que acomode as ações individuais conectando os trabalhos isolados, dessa forma, o capital utiliza da gerência nesse contexto rígido de controle técnico-científico, porque precisou de todo um estudo para se chegar na máxima da produção em larga escala, com menor quantidade de força de trabalho e uma maior eficiência no produto final.

mais precisamente, ‘racionalmente conforme o fim’ a ser alcançado, isto é, produzir o máximo com o mínimo de esforço, obter o máximo de eficiência econômica, etc.’” Com a determinação de fazer a opção racional de todas intervenções e ações para conclusão da produção.

A gerência científica sobrepujou a concepção da supervisão das oficinas do contexto anterior e desenvolveu uma forma planejada de administração e controle da produção fabril. Braverman (1974, p. 68) discute que o capitalismo institui uma sociedade que conduz as pessoas a se importarem somente com seus próprios interesses “e como prevalece o contrato de trabalho entre as partes nada mais prevendo senão evitar que uns prevaleçam sobre os outros, a gerência torna-se um instrumento perfeito e sutil.”

Os princípios da gerência científica postuladas por Taylor (2011) apontavam o desenvolvimento da produção sob as bases científicas da administração e não pelo operário, este trabalhando sob a égide de normas rígidas e ferramentas cada vez mais aprimoradas; a escolha dos operários seguida de treinamento para aproveitamento somente daqueles que conseguiam se acomodar aos novos métodos; ainda na perspectiva da seleção acomodação aos postulados científicos sob a firme atenção da direção; divisão do trabalho, aqueles que planejam o processo produtivo e aqueles que executam o planejado. Esses princípios concretizaram a concepção de Taylor expressada na mais perfeita maneira e no mais perfeito tempo para a execução do processo de trabalho.

Surgia, então, uma nova forma de organização do processo de trabalho movido por esses princípios e técnicas tayloristas. Após a primeira guerra mundial esse modelo ganhou espaço nos países capitalistas desenvolvidos, com a promessa de modificações substanciais na organização do trabalho, na expectativa de lucrar mais com menos custo. Nessa perspectiva as indústrias foram se adaptando rumo a uma organização e subordinação mais intensa do trabalho ao capital. Gramsci (2007, p. 266) analisa o taylorismo sob a ótica do desenvolvimento da América e a integração com a constituição do trabalhador (novo homem) para atender a demanda do modelo taylorista, nas palavras de Gramsci:

Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofí-

sico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*.

Gramsci aborda o caráter reducionista do trabalhador, enquanto ser criativo dono de seu “saber fazer”, em simples operador treinado para máquina. De fato o contexto histórico mostrou a eliminação desses trabalhadores não só do mundo do trabalho, mas também de sua condição de cidadão. No pensamento de Taylor, o princípio da racionalidade foi um instrumento ardiloso para a eficácia do projeto capitalista. Braverman (1974) observou que o trabalhador vai se tornando alheio ao processo à medida que a ciência vai sendo envolvida no processo de trabalho. O trabalhador vai perdendo as condições de compreensão do processo, sobretudo quando a máquina foi se tornando mais complexa, dessa forma o processo de desumanização do trabalhador intensificou-se, pois o conhecimento do processo produtivo lhe era extraído, quanto menos se conhece, menor são as condições de ser humano no trabalho.

Para Schwartz (2003, p. 2) nesse contexto taylorista todas as condições do fazer laboral já estavam dadas, eram antecipadas, antes mesmo de iniciar a produção. Assim argumenta:

Esta é a filosofia da “organização científica do trabalho, o taylorismo. Uma tal ambição que de previsibilidade exaustiva concernente ao trabalho humano anula, logicamente, o desdobramento de toda a produção do saber no próprio curso desta atividade: a atividade não encontra nada que a obriga a pensar e se pensar, não existe problema a tratar, posto que o trabalho é apenas uma sequência de soluções já pensadas por outros. Lembramos Taylor dizendo a seus operários: “não lhes pedimos para pensar.”

No que tange à estrutura de produção e de administração automotiva, Henry Ford (1863-1947), na fábrica Ford Moto Company, em 1913, desenvolveu o sistema Ford, emblemático, ainda hoje, a produção em massa. A ação do trabalhador está cingida a mera mediação do trabalho entre as máquinas. Dessa forma, o sistema de produção baseia-se no percurso do trabalho, assim, a matéria prima é movida em correias e transformadas em peças de montagem. Para Gramsci (2007), o fordismo é o resultado de um contexto determinista que objetivou em uma organização econômica programática, para isso a constituição de um novo trabalhador era fundamental, ou seja, era necessária uma racionalidade produtiva que exigia outro meio e o operário adaptado à empresa fordista.

A gerência científica com Taylor e Ford demarca um desenho cunhado pelo capital com o objetivo de acomodar o trabalhador nesse método de produção que criou repressão,

convencimento e conformidade que representa o tratado que a gerência estabelece no processo de produção do trabalho. Para Vargas (1985, p. 156-157):

Tanto o Taylorismo como o Fordismo estavam orientados para criação de um novo tipo de trabalhador que se submetesse às exigências da disciplina fabril necessárias para intensificar o ritmo de trabalho. Ambos propunham a criação de um corpo técnico para programar o trabalho. E também a negociação de salários mais altos, já que a pura coerção não era eficaz, como fazem questão de ressaltar em suas obras, embora essa negociação fosse individual, negando originalmente a intermediação do sindicato ou do estado.

Vargas (1985) chama atenção para a especificidade do taylorismo e fordismo no Brasil. O início da década de 1930 foi cenário de mudanças nas orientações no âmbito da produção fabril com impulso sobre o meio intelectual, acadêmico, empresarial, bem como na máquina burocrática estatal. “Todavia com exceção de algumas poucas empresas – principalmente algumas grandes indústrias têxteis e empresas ferroviárias – as técnicas Tayloristas de controle de tempos e movimentos não penetravam nas fábricas com o mesmo ímpeto existente nos Estados Unidos.” (p. 159-160).

O processo gradativo dos princípios taylorista foi disseminado pela burguesia industrial paulista, na perspectiva da racionalização do trabalho, como objetivo de constituir uma força de trabalho adaptada aos fundamentos da produção capitalista industrial. As décadas de 1930 a 1960 agregam contextos cruciais para a difusão dos princípios da racionalidade nas relações de trabalho, isto é, o taylorismo como a forma de gestão e organização do trabalho mais propagada, em organizações privadas e públicas no país.

Na trajetória de concretização das ideias de Taylor e Ford no Brasil, 1931 foi cenário do surgimento do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). A alta diretoria era composta por empresários paulistas, os quais cuidaram de disseminar e consolidar os princípios e técnicas tayloristas. No estudo de Vargas (1985, p. 165):

O IDORT recebeu o apoio das elites dirigentes, divulgando o ideário taylorista pela imprensa, rádio e ensino acadêmico. Para atingir esse objetivo, estruturou-se em duas divisões: uma que cuidava dos aspectos organizacionais e outra que desenvolvia os aspectos ligados à seleção de formação profissional, e higiene e segurança do trabalho.

Nesse período a avaliação da mão-de-obra dos trabalhadores era objetiva e padronizada, na opinião dos empresários; escassa qualificação e precário nível de escolaridade dos tra-

balhadores brasileiros. Assim, a educação passou a ter importância para formação da classe trabalhadora, entretanto, o que se almejava era apenas acomodar a classe trabalhadora em relação aos mecanismos da disciplina inumana do taylorismo e do fordismo. Pode-se dizer que essa formação concretizou-se de forma mais ampla, posteriormente, na década de 1940, com a criação do denominado “Sistema S”.

Vargas (1985) faz uma análise do paradoxo vivenciado aqui no Brasil. Inicialmente é sabido que o Brasil não tinha as mesmas condições que os Estados Unidos para o desenvolvimento do processo produtivo fabril, nesse sentido, aqui a burguesia industrial realizava um profundo empenho para qualificar os trabalhadores “por meio de escolas de aprendizagem” (p. 160). Os Estados Unidos, por outro lado, vivenciava a “luta patronal contra os sindicatos corporativos que congregavam os trabalhadores de ofício e controlavam o processo de trabalho nas fábricas.” (p. 160)

Dessa forma, conforme o autor afirma, compreender a difusão da gerência científica no Brasil é perceber, além das especificidades, a marca do taylorismo no país. Em sua análise:

Enquanto Taylor e Ford propunham explicitamente como peça fundamental de suas propostas o aumento dos salários em razão do aumento da produtividade ou intensificação do trabalho, no Brasil os empresários e seus técnicos sempre ocultaram esta faceta do taylorismo. O nosso processo de industrialização vem se processando, principalmente nos últimos vinte anos, sem os trabalhadores participarem dos resultados econômicos de nosso desenvolvimento econômico – pelo contrário, os seus salários vêm sendo reduzidos. (VARGAS, 1985, p. 163)

Esse mesmo autor chama atenção para criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no período de 1937, o denominado Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse período o poder executivo apoiou e incentivou a propagação da concepção taylorista. O DASP teria o papel de gestar as repartições federais por meio da capacitação técnica dos administradores públicos. Posteriormente o referido departamento criou a Fundação Getúlio Vargas (1944), que teria o mesmo objetivo, sobretudo na capacitação técnica. Nesse mesmo contexto apareceu também o denominado Sistema S, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai- 1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac -1943) e Sistema Social de Indústria (Sesi- 1946), constituídos sob a ótica e as demandas dos setores empresariais, isto é, consolidando a perspectiva tecnicista na formação profissional. Para Manfredi (2002) este sistema vem tendo fôlego longo, com períodos de grande expansão como, por exemplo, a partir de 1964, com os militares no poder. No estudo desse contexto taylorista

no país, Manfredi (2002, p. 98) registra:

No campo da formação profissional, o modelo construído a partir de 30 combinou o cerceamento e enquadramento institucional das associações de trabalhadores a uma política de convencimento e de disputa de hegemonia no plano ideológico. Assim, a montagem do sistema corporativista de representação sindical, além de possibilitar o desmantelamento das iniciativas dos trabalhadores, favoreceu a construção de um sistema que, paralelo ao sistema público (às redes públicas estaduais e à rede federal), era organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais – o chamado “Sistema S”, que teve como primeiras estruturas o Senai (1942) e o Senac (1943).

O cenário de 1945-1964 anunciou uma redemocratização no país em função do término do Estado Novo. Vale registrar que os direitos políticos restituídos se concretizaram na organização dos partidos políticos, sindicatos e em uma maior participação popular, no entanto, o poder do Estado se constituía cada vez mais forte, impedindo de fato um espaço de participação legítima. O aparato institucional legitimava o sistema corporativo de representação sindical e da máquina burocrática do estado, arquitetado na era de Getúlio Vargas. Conforme Manfredi (2002, p. 102) “O estado continuou sendo o principal protagonista dos planos, projetos e programas de investimentos que alicerçaram o parque e o empresariado industrial.”

A década de 1950 trouxe algumas mudanças no setor econômico, a saber, transferência da acumulação fundamentada nos bens de consumo não duráveis pelos bens de consumo duráveis; bens de capital e consolidou-se a demanda da concentração industrial na Região Sudeste, conduzido por São Paulo. Assim, tanto o Estado como o capital estrangeiro passaram a atuar de forma mais intensa nesse período. Conforme discute Vargas (1985), o Estado incorporou o seu papel de dominador da infraestrutura econômica, bem como de juiz das negociações advindas das demandas da relação capitalista. No que tange ao domínio do capital estrangeiro, a indústria representava a possibilidade de grande expansão, e como a acumulação passou a ser no campo do capital durável, impunha novos investimentos na estrutura industrial do Brasil, dessa maneira, buscar investimentos a partir do capital estrangeiro passou a ser a alternativa viável no contexto em discussão.

Nesse sentido, a indústria brasileira começa a se estruturar em três aparatos: o Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional. Para Nilton Vargas (1985, p. 177), essa década de 1950, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, percebe-se o desenvolvimento da racionalização da indústria brasileira, o que o autor chama de “segundo período de difusão do taylorismo”. Neste momento, em sua opinião, observava-se a propagação maior das técnicas tayloristas, sendo que antes o que se via era a difusão dos princípios tayloristas.

Assim, intensifica-se ainda mais a incorporação dos métodos e técnicas tayloristas-fordistas, sobretudo na indústria de automóveis. Na ótica de Vargas (1985, p. 179), a “indústria automobilística foi lançada como a grande propulsora dessa modernização. Em relação a processos de trabalho, estava sendo lançada no Brasil a fase da produção em massa, segundo as técnicas fordistas de produção.”

O cenário do governo de Kubitschek contou com a expressiva expansão da economia calcada no processo da industrialização, nesse sentido, deu continuidade à versão populista desenvolvida por Getúlio Vargas, embora ao término tenha desconstruído alianças e acordos que sustentavam esse caráter populista. A situação econômica pautava-se na contradição, a saber, de um lado a convivência com a alta inflação que consumia o salário, e do outro a permanência no investimento de bens de consumo duráveis permitia a grande concentração de renda.

Essa política econômica se expandiu e ocupou também o governo de Goulart, mas também carregou toda a fundamentação da crise: crescimento do índice de inflação, queda do salário real e a intensa organização sindical e resistência dos trabalhadores. Esse contexto termina com dois campos de resistências, os trabalhadores organizados na resistência por melhores condições de trabalho e salários, e os empresários, a burguesia industrial, se unindo a forças conservadoras que buscavam unidade com os militares. Assim, vence o Estado autoritário, por meio do golpe militar de 1964.

Conforme Francisco de Oliveira (1975), o regime ditatorial conseguiu, de forma dinâmica, acelerar a acumulação capitalista no Brasil. Quem pagou essa conta, e de forma bastante pesada, foi a classe trabalhadora, que se viu na condição de superexploração. Com a repressão militar os sindicatos foram desarticulados, dessa forma, o que se concretizou foi uma violenta concentração de riqueza e contenção salarial, propiciando um reordenamento do ciclo econômico com a retomada das taxas de lucro e o “bem estar” da burguesia industrial.

Para Oliveira (1975, p. 71)

(...) o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.

O estado militar revela-se como o principal promotor de acumulação de capital, e de Castelo Branco (1964) a João Figueiredo (1985), os presidentes do país elegeram o caminho

que priorizava o desenvolvimento econômico a partir de projetos nacionais:

A construção dos pólos petroquímicos do Rio Grande do Sul, a expansão dos núcleos de exploração e produção de petróleo na bacia de Campos, na Bahia e no Sergipe, a construção das hidroelétricas de Itaipu, os pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia, fazendo surgir a necessidade de desenvolver vários programas que requeriam mão-de-obra em massa. Daí a revitalização do PIPMO²⁰ – Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra. O treinamento ministrado pelos convênios do PIPMO foi executado pelas instituições existentes de formação profissional, Senai e escolas técnicas da rede federal, para capacitação rápida e imediata dos trabalhadores. Os cursos tinham duração breve e abarcavam um conteúdo reduzido, prático e operacional. (MANFREDI, 2002, p. 104)

Esse ideário tecnicista deu vigor ao Sistema S, bem como, empresas privadas e estatais por meio da Lei 6.297/1957²¹ que conferia incentivos fiscais para as empresas realizarem cursos de formação aos empregados. Na argumentação da Manfredi (2002, p. 104-105) A regulamentação da referida lei possibilitava “as pessoas jurídicas a possibilidade de deduzir do lucro tributável, para fins de imposto de renda, o dobro das despesas realizadas, no País, com projetos de formação profissional previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho.”

Os governos militares fizeram também do sistema escolar, a partir da Lei 5.692/1971 a equiparação entre os cursos secundário e o técnico, essa lei previa a profissionalização compulsória para todo, o chamado na época, segundo grau. Manfredi (2002, p.105) discute a ideia da profissionalização compulsória vinculada ao interesse dos governos militares na inserção do país na economia externa:

É importante salientar que essa idéia de profissionalização universal e compulsória ocorreu em um momento em que o País objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho.

A perspectiva de uma possível articulação entre educação básica e formação profissional repercutiu como relevante, sobretudo pelo atrelamento da educação aos ditames do mercado. No entanto, a referida lei no que tange à profissionalização não obteve muito êxito.

²⁰ “O PIPMO foi criado no governo João Goulart pelo Decreto 53.324, de 18 de dezembro de 1963, para treinamento acelerado, de modo que fossem supridos de força de trabalho os diversos setores da economia.” (MANFREDI, 2002, p. 104)

²¹ Retomar essa Lei aqui tem o sentido da crítica ao estímulo concedido aos empresários e ao Sistema S que historicamente ficou com a incumbência da formação profissional, mas com o frequente recebimento recursos públicos

Conforme Domingues, Toschi e Oliveira (2000) vários foram os motivos para o insucesso, a falta de investimento: em formação dos professores, de profissionais em geral, em espaços e infraestrutura pedagógica. Ao longo dos anos a Lei 5.692/1971 foi sofrendo mudanças até em 1982, quando outras leis foram surgindo e retomando a distinção entre educação básica e formação profissional.

O debate da qualificação dos trabalhadores, para além do Brasil, tem início nesse contexto de industrialização. No século XIX, o pensamento revolucionário da Rússia defendia uma formação politécnica que iria fundamentar a consagração do homem produtor, mas também emancipado. Para Marx e Engels, a posse do conhecimento do trabalho pelo trabalhador é fundamental para sua emancipação. Na argumentação de Marx (1980, p. 559):

As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna: constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção.

A partir de 1930 a discussão da politecnia ganhou bastante espaço na agenda dos congressos e planos na União Soviética. Conforme Manacorda (1991) Lênin no início do processo revolucionário russo, propôs o vocábulo politecnia como arcabouço de seu sistema escolar. O XIX Congresso do Partido Comunista, 1952, estabeleceu que o ensino politécnico fosse desenvolvido nas grandes cidades e seguida em toda a União Soviética. A politécnica baseia-se no domínio dos fundamentos científicos das distintas técnicas que assinala o processo de produção moderno. Conforme argumenta Ramos (2005, p. 107) compreender o sentido dos conteúdos propostos para a formação dos trabalhadores, pressupõe confirmá-los “como conhecimentos construídos historicamente e que constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo de investigação e compreensão do real.”

Para Marx e Engels (1980) a sociedade pautada pelo socialismo, não haveria distinção entre aqueles que pensavam e os que realizavam o trabalho. Todos teriam acesso aos mais densos conhecimentos científicos e tecnológicos, papel da formação politécnica. Conforme Gomes (2011), essa memória do século XIX e da politecnia pensada por Marx, torna-se considerável, porque o debate da qualificação profissional, nasce nesse ideário da emancipação humana.

E no século XX o mundo europeu foi espaço para pesquisa sociológica, sobretudo

após a segunda guerra mundial. No início do século XX os Estados Unidos vivenciava o progresso do processo produtivo industrial sob a égide do pensamento taylorista e fordista, nesse contexto, a qualificação também passava a ser analisada e estudada naquele país. Os estudos de Georges Friedmann (1972), dialogando com as pesquisas norte americanas, compreenderam que esse estudos tinham o objetivo de analisar as disparidades reveladas na produção fundamentada nos princípios tayloristas, entretanto, com o propósito de aprimorar a administração científica do trabalho sob o citado perfil taylorista.

Esse contexto de avanço industrial vivenciado nos Estados Unidos apresentava suas contradições, pois a crise de 1929 criou um exército de desempregados e desvalidos que passavam de cidade em cidade buscando uma alternativa de sobrevivência, causando dentre outros problemas, o aumento da violência urbana e a consequente agitação social. Nesse cenário a Escola de Chicago de qualificação para o trabalho foi uma alternativa de controle social, fundamentada na concepção pragmática e para atender a demanda taylorista. Na discussão francesa de estudiosos clássicos do trabalho, Friedmann (1972) e Naville (1956), a qualificação da força de trabalho de uma-forma geral sofreu influência dos meios de produção e da divisão do trabalho. À medida que as máquinas e a divisão do trabalho foram tomando espaço nos processos de trabalho, a produção capitalista industrial e o modelo taylorista impuseram uma fragmentação do trabalho, com reflexo total no campo do conhecimento. Naville (1956, p. 12), traz as seguintes formulações:

A qualificação tomou um sentido particular na sociedade industrial moderna, aquela que nasceu da revolução social e da técnica ocidental desde o século XVI, à medida em que se desenvolveu a influência da técnica sobre a vida social. O técnico qualificado instalou-se, aos poucos, no centro dos valores sociais, e pôs-se a desafiar o prestígio tradicional do político, do sábio ou do padre (...). Tudo isso é inseparável do desenvolvimento do maquinismo e da instrução, isto é, de um certo uso do tempo e da acumulação de experiências adquiridas no decorrer do tempo. A qualificação dos empregos deveria receber, portanto, uma certa marca do regime do salariado, do capitalismo e da propriedade pessoal dos meios de produção.

Conforme os referidos autores, a inserção da técnica também foi uma escolha social, dessa forma, para além da opção política, a qualificação está submetida a uma relação complexa do trabalho, o que se pode perceber, conforme Friedmann (1972), que essa qualificação coloca-se em oposição à divisão do trabalho, visto que quanto mais existe trabalho parcelado, mais aprofunda o desconhecimento do trabalho. Para esse autor é categórico a qualificação da força de trabalho ser opção social, mas percebe que está aportada nas condições da ordem

econômica, social, política e cultural em que os sujeitos encontram-se envolvidos no processo de produção social.

O debate da qualificação da força de trabalho continuou ganhando espaço durante a primeira metade da década de 1950, embora somente no campo dos estudos e pesquisas e de forma bem pequena por parte dos poderes públicos constituídos. Mas a década de 1960 mostrou o aprofundamento da industrialização na Europa e Estados Unidos, bem como o início dos questionamentos ao modelo taylorista de produção. Conforme Friedmann (1972), o entusiasmo exacerbado ao trabalho e ao tratamento desumano tomando-os como partes da máquina, a expansão dos instrumentos de trabalho de base eletromecânica, o surgimento no Japão de um novo ideário industrial, reordenamento das tarefas e da cadeia de fornecedores, envolvimento dos trabalhadores elevação de suas potencialidades e avanço tecnológico, representava indícios do novo cenário do mundo do trabalho.

O Brasil apresentava sua especificidade, pois vivenciava o histórico de um processo de industrialização tardio e sobrevivia ao contexto do regime militar que em suas várias medidas econômicas buscava inserir o país na modernização econômica. Nesse sentido, as décadas de 1960 e 1970 foram o momento de consolidação dos princípios e métodos tayloristas-fordistas. Nesse período o trabalho fragmentado passou a se fazer presente em muitas indústrias, principalmente naquelas de âmbito metal-mecânico, indústria automobilística e têxtil. Nesse contexto, houve uma ampliação das práticas tayloristas-fordistas nas grandes indústrias de móveis, confecções e calçados.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela crise do modelo taylorista e fordista. No campo econômico e social, a derrocada dos níveis de produção e produtividade, com o aumento da inflação, aumento do desemprego, combinado com os baixos salários, a contenção de investimentos nas políticas que presumiam no fortalecimento do Estado de Bem-Estar, somados à desorganização das relações econômicas internacionais estabeleceram todos os elementos que atuam de forma conjunta e assim fundamentaram a crise nesse período. Como possível caminho, opção para um novo período, o trabalho caracterizado por uma produção mais flexível, discussão da abordagem seguinte.

2.3 AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: O TRABALHO NA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

No final no século XX e início desse novo milênio, um dos debates presente na sociedade pautou-se na nova configuração da classe trabalhadora. Esse contexto apresenta a mu-

dança do processo de produção fordista/taylorista para o desenvolvimento de um novo arquétipo industrial e tecnológico, estabelecendo novos padrões de organização e de gerenciamento do trabalho. Essa passagem tem apresentado a reestruturação produtiva, apoiando-se no modelo toyotista, também conhecido como acumulação flexível. Essa acumulação é pautada na crítica contundente ao rigor do fordismo, aderindo-se à flexibilidade dos processos inerentes ao trabalho, aos produtos e aos modelos de consumo (Ianni, 1994)

Conforme Hobsbawm (2002), analisar essa realidade é pensar no legado cultural do processo anterior, que culminou no atual modelo de desenvolvimento do capitalismo. O trabalhador fordista, que fazia parte da produção em massa, convivia com o trabalhador detentor de outro perfil, a saber, polivalente e com maior grau de instrução. No novo contexto do processo produtivo outras situações são colocadas, exigindo um trabalho sob novas formas, novos padrões de comportamento, assim, instiga-se diferentes situações de “participações”. As empresas buscam chamar a atenção dos trabalhadores no sentido de aperfeiçoar o processo de trabalho por meio de seu esforço e mérito. Este padrão industrial representa muito mais uma forma de administração do que uma mudança na situação do trabalhador. Argumenta Braverman (1974, p. 43), a ideia de participação concedida ao trabalhador, por exemplo, a autonomia de adequar a máquina, mudar uma simples peça, uma “lâmpada” e “[...] escolher entre alternativas fixas e limitadas, projetadas pela administração, que deliberadamente deixa coisas insignificantes para escolha”.

A argumentação de Schwartz (2003, p.31), baseada nos estudos de Francisco Lima²², sobre o contexto do trabalho flexibilizado com propostas inovadoras de participações parte do pressuposto que:

Fernando Lima pensa que a conduta orientada pelos modelos abstratos, mesmo evoluindo para uma concepção participativa, continua a negar a historicidade dos atos dos trabalhadores, que somente participam como fornecedores de informações, jamais como sujeitos capazes de assegurar a qualidade do trabalho por meio de sua experiência, a única capaz de efetivamente a assegurar.

²² Francisco de Lima, autor pesquisador sobre as relações entre a ética e os usos de si no trabalho. Essa expressão “usos de si no trabalho” foi cunhada pelos estudos franceses do trabalho. Yves Schwartz (2007) traz essa abordagem na perspectiva de reconhecer a subjetividade do trabalhador (a) que faz o uso de sua força de trabalho. O que quer dizer que se realiza uma produção, um trabalho não é puramente uma relação de submissão do trabalhador(a) aos procedimentos já previstos, mas há de fato o uso de si. A ergologia permite abordar a realidade da atividade humana, em geral, e atividade de trabalho, em particular. Para a ergologia, o trabalho se posiciona como atividade humana, espaço de debate de normas, criação do trabalho frente às demandas do mundo do trabalho.

Para Braverman (1974) existe, no contexto contemporâneo, uma diferença entre modificar estilos de gestão e alterar a posição estrutural do trabalhador na conjuntura capitalista. Esta defesa feita em 1974 desvela a postura perversa da ordem capitalista de se perpetuar no poder por meio da relação exploradora capital-trabalho.

A nova organização pautou-se no incremento da tecnologia aprimorada entre as pequenas e médias empresas e o formato flexível de relações de trabalho. Em alguns-lugares como na Europa o emprego da alta tecnologia, como robôs, a desconstrução do trabalho parcelado por meio de uma organização e reunião de tarefas para uma produção completa, possibilitou entrar em novo contexto do mundo do trabalho. No entanto, o questionamento maior ao taylorismo veio do Japão, que conseguiu reunir novos arranjos na cadeia de fornecedores com a nova organização, com a perspectiva de integração das tarefas, que terminou por aumentar a capacidade competitiva do novo sistema.

Esse sistema industrial do Japão, a partir de 1970, apresentou força para se disseminar no mundo ocidental, pois surgiu como uma alternativa para os países desenvolvidos saírem de mais uma crise capitalista. Conforme Antunes (2009, p. 56):

O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que criou na fábrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.

Para Antunes (2009), muitos são os traços que tornam o toyotismo distinto do fordismo: I- produção para atender ao mercado individualizado; II- rompimento com a organização parcelar do trabalho, incorporação do trabalho em equipe; III- processo produtivo flexível, o operário trabalha em várias máquinas ao mesmo tempo; IV- melhor aproveitamento do tempo de produção – just in time; V- estoques mínimos, organização dinâmica para reposição de peças e de estoque; VI- estrutura horizontalizada das empresas; VII- implementação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalho; VIII- implantação do emprego vitalício e salários vinculados ao aumento da produtividade.

Harvey (2007) analisa que a crise advinda das contradições do capitalismo exigia uma saída que pudesse trazer um novo regime de acumulação, combinado com um sistema de regulamentação política e social bem diferente. Dessa forma, Harvey (2007, p. 140), explicita:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto di-

reto com rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

Esse mesmo autor chama a atenção para a dinâmica do contexto que permite a mobilidade e a difusão rápida das decisões tomadas para atender as demandas do mundo capitalista. Esse domínio acrescido de flexibilidade e mobilidade facilita aos empregadores exercerem controle maior na força de trabalho, visto que essa força encontra-se ameaçada pelo desemprego e pela nova organização que impacta na realidade nos países capitalistas mais desenvolvidos, pois visivelmente o desemprego também cresce nessa nova condição de acumulação flexível.

Os postos de trabalho e respectivas máquinas, nessa dinâmica do capital, perderam seu prestígio, visto que a configuração eletromecânica propiciou as conexões de várias máquinas, dessa forma, para acontecer a produção passa a existir a dependência de uma totalidade combinada de postos de trabalho, máquinas e outros instrumentos. Neste sentido, os limites estabelecidos no fordismo para os postos de trabalho e as máquinas perderam o significado, assim como a desqualificação dos trabalhadores, isto é, ao contrário, a qualificação torna-se mais necessária e se amplia à medida que as exigências reais de novas aptidões e conhecimentos mais complexos surgem para atender o alargamento das tarefas determinadas pelo processo da produção.

Conforme Friedmann (1972), a automação conta com a força que poderia extinguir a condição de trabalho parcelado, no entanto, a sociedade capitalista não oferece condições para essa extinção. Mas o autor afirma que o atributo da qualificação deve ser reconhecido no processo de produção automotivo. Embora essa qualificação fique reservada a um grupo de trabalhadores distinto estabelecidos nos postos mais modernos da economia, por outro lado, permanece aquela força de trabalho “desqualificada” que são enquadradas nos espaços mais obsoletos da produção. A automação, em resumo, aponta para dois caminhos contraditórios e desiguais, primeiro o percurso destinado a uma minoria qualificada que assume a linha de produção exigente de conhecimentos complexos. E o segundo percurso voltado para aqueles

despossuídos dessa qualificação, os quais permanecem exercendo funções rotineiras e fragmentadas.

Antunes (2009) discute a experiência da GM²³, que obteve um resultado não muito satisfatório com o sistema baseado no toyotismo. Essa empresa usou alta tecnologia, mas reuniu várias deficiências, mas o maior problema revelado foi o desajuste entre a tecnologia avançada e a força de trabalho. Na análise de Antunes (2009, p.61):

O projeto de implantação de uma fábrica altamente tecnologizada foi, então, abandonado pela GM/Saturno, que passou a investir mais recursos na melhor qualificação e preparação da sua força de trabalho, do trabalho humano em equipe. Reconheceu-se, desse modo, que não adiantava introduzir robôs e tecnologias avançadas, sem equivalente qualificação e preparação de sua força de trabalho.

Unida à questão da qualificação da força de trabalho, a educação ganha relevância nesse período, dessa forma, torna-se essencial para qualificação profissional. Frigotto (1998) pondera que esse período de incentivo a inserção dos países ao processo de globalização e a nova estrutura produtiva, fundamentada na ciência e tecnologia avançada vincula-se a relevância da educação básica e da formação profissional. No entanto, argumenta:

Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para “empregabilidade” (p.45)

Para sociedade brasileira esse debate adquiriu reconhecimento, sobretudo a partir da década de 1990. Como foi sinalizada anteriormente, a qualificação da força de trabalho no Brasil passou todo o período da ditadura militar acontecendo por meio de programas que desenvolvia uma concepção tecnicista, cursos rápidos, prático para mera operação produtiva. No entanto, “as mudanças técnico-organizativas introduzidas com a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível iriam gerar tensões e contradições entre o ‘velho sistema educacional’ e as novas necessidades de educação para o trabalho.” (MANFREDI, 2002, p.107) A partir da segunda metade de 1990, as demandas para enquadrar o Brasil no novo modelo capitalista trouxe a perspectiva da reestruturação do ensino médio e profissional.

²³ General Motors iniciou sua atividade de fabricação de veículos no Brasil em 1925. Em meados de 1970, iniciou sua experiência toyotista, introduziu círculos de qualidade. Desenvolveu um Projeto denominado Saturno, uma experiência de associar-se a Isuzu e a Suzuki em 1983 para produção de carros de pequeno porte, na Califórnia, e não foi bem sucedida até 1986.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 1996, o Decreto Federal 2.208 de 1997 e a Política Nacional de Formação do Trabalhador-PLANFOR de 1995, estabeleceram os fundamentos para o ensino profissionalizante. Dentre as várias finalidades do ensino médio, o inciso dois, previa a formação para o trabalho, afinada com a nova configuração do trabalho, conforme LDB (BRASIL, 1996):

“II- a preparação básica para o trabalho e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo que seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou a aperfeiçoamento posteriores;” Nesse sentido, o ensino médio não se caracteriza para uma formação profissionalizante, mas objetiva formar o cidadão envolvendo conhecimento e competências para o trabalho.

Enfim, o ideário da reforma do ensino médio e educação profissional na era Fernando Henrique Cardoso tinha o objetivo de enquadrar o Brasil às novas exigências sociais e econômicas das tecnologias avançadas advindas do contexto da sociedade globalizada. Os objetivos previstos para Educação Profissional no Decreto Federal 2.208/1997, que regulamenta a LDB em seus artigos 39 a 42:

a) formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia; b) especializar e aperfeiçoar (o trabalhador em seus) conhecimentos tecnológicos; c) qualificar; requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.(BRASIL, 1996)

O Decreto regulamentou e imprimiu a concepção histórica da separação entre ensino médio e profissional, que na opinião de Moura (2010, p.881) produziu “grandes prejuízos a ambos durante o período de sua vigência e, inclusive, após a sua revogação, uma vez que é difícil desconstruir todo o aparato ideológico que fez parte das reformas²⁴ educacionais dos anos de 1990, ainda presente nas políticas atuais.”

A Política Nacional de Formação do Trabalhador-PLANFOR foi um plano nacional do segundo período do governo FHC, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, sob a coordenação da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, em alguns estados brasileiros, período de 1995 a 2002. Esse programa foi desenvolvido por meio de convênios com outras instituições e tinha a finalidade de habilitar os trabalhadores que se encontravam empregados ou desempregados. Possuía caráter provisório e era organizado de forma adjacente a

²⁴ Moura (2010) registra que o financiamento dessa reforma foi uma negociação do governo brasileiro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A concretização desse financiamento foi realizada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

entidades de classe e projetos de governo. Conforme Manfredi (2002), o Planfor foi criado para ativar os programas de qualificação financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT²⁵. Conforme , registrados os objetivos do Planfor:

- qualificar ou requalificar trabalhadores e trabalhadoras, desenvolvendo habilidades básicas, específicas e de gestão, que propiciem sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, melhoria da qualidade e da produtividade na produção de bens e serviços, elevação da renda pessoal e familiar e melhoria geral na qualidade de vida das comunidades a que pertençam;
 - elevar o nível de escolaridade da PEA²⁶, buscando, gradativamente, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do contingente escolarizado, pelo menos no nível básico;
 - contribuir para redução das desigualdades sociais regionais, para a preservação do meio ambiente e para a construção da solidariedade e da cidadania;
 - combater todas as formas de discriminação, especialmente de gênero, idade, raça e cor, garantindo o respeito à diversidade;
 - estimular e apoiar a ampliação da oferta de empregos e de oportunidades de geração de renda, buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micro e pequenos empreendimentos.
- (BRASIL, 1998)

Esse plano recebeu altos índices de investimento e recurso, no entanto, os cursos não conseguiram atender a demanda prevista, percebeu-se oscilações nos investimentos, os cursos não tiveram longa duração, prescrevia aproximadamente 102 horas, a possibilidade de articulação com o ensino básico foi limitado. Conforme argumenta Castioni (2002, p.183):

O PANFLOR, a nosso ver, teve como objetivo fundamental dissimular os ‘conceitos explicativos da nova ordem do sistema produtivo. Sua divulgação entre os trabalhadores foi no sentido de instaurar o compromisso de que são eles responsáveis pela alocação ou não da sua força de trabalho no mercado.

Aliás, essa é uma capacidade criada pelas forças produtivas do capitalismo, que constrói a vida humana atrelada a sua privacidade. O ideário da liberdade capitalista que impõe ao indivíduo a responsabilidade em sua totalidade, a liberdade é intrínseca à sua natureza, dessa forma, coloca o homem nessa condição desamparada. Para Mészáros (2006, p.234)

No momento em que alcançamos o século XX, o que adquire a ‘santidade de

²⁵ Conforme Castioni (2002, p.184) “Os artigos 201 Inciso IV e 239 da Constituição Federal de 1988 determinaram a criação de um fundo, o Fundo de Amparo ao trabalhador – FAT, formado pelas contribuições provenientes do PIS-PASEP para financiar o Programa de Seguro-Desemprego e das demais políticas do Sistema Público de Emprego.”

²⁶ População Economicamente Ativa

um dogma' é crença de que a liberdade é inerente – como se fosse um direito natural' – ao indivíduo isolado. As referências políticas e sociais tendem a desaparecer e as circunstâncias, condicionadas sócio-historicamente, da vida atomizada e privatizada do indivíduo são caracterizadas, de maneira a-histórica, como 'a condição humana'.

No que tange aos conceitos advindos da nova configuração do mundo produtivo, competência surge com o objetivo de enquadrar a qualificação na transformação propiciada pela microeletrônica. Na argumentação de Kuenzer (2007, p. 16):

Embora a ninguém ocorra educar para a incompetência, e se considere que o conceito de competência não seja novo, é preciso reconhecer que ele tem assumido um novo significado a partir do alargamento que tem sofrido, particularmente o conceito de formação profissional em face das novas demandas do mundo do trabalho. Estas demandas, a partir da substituição progressiva dos processos rígidos, de base eletromecânica, pelos de base flexível, de base microeletrônica, têm deslocado o conceito de formação profissional dos modos de fazer para articulação entre conhecimentos, atitudes e comportamentos, com ênfase nas habilidades cognitivas, comunicativas e criativas. Ou para usar as expressões correntes, trata-se agora não apenas de aprender conhecimentos e modos operacionais, mas de “saber fazer, saber ser e saber conviver”, agregando saberes cognitivos, psicomotores e socioafetivos.

Para Kuenzer (2007) esse saber ser, vinculado ao saber fazer, não quer dizer nada, a não ser que essa definição contribua para que o trabalhador torne-se disponível para atender as demandas do capital. Nesse sentido, esse conceito constitui a ideologia desse processo produtivo que subtrai o caráter político da formação do trabalhador e propõe uma acomodação deste às novas condições do mundo do trabalho.

A discussão sobre esse contexto de gestão do trabalho quando sinaliza a questão das competências conforme Machado (2007, p. 285) “fala-se, portanto, não das potencialidades que constituiriam a base para garantir a excelência no agir humano, mas dessa excelência mesmo.” Ou seja, a noção de competências difundida nesse período espera uma excelência do trabalhador que consegue ser sagaz em um determinado momento em que o trabalho exige, dessa forma essa concepção está relacionada com a subjetividade do trabalhador e sua condição criadora e de fazer sucesso. Os apelos e propriedades consolidados na noção de competência, na argumentação de Machado (2007, 284):

Os trabalhadores se viram e se vêem questionados a desenvolver novos aprendizados, a começar com o “aprender a aprender”. Além disso, devem aprender outras capacidades fundamentais: acostumar a contar

consigo próprios; desenvolver uma identidade autônoma; cultivar um projeto de vida aberto a incertezas; responder à indeterminação e ao imprevisto; adaptar-se às situações de trabalho ou de produtos; corresponder às expectativas do mercado; interagir e conviver com diferentes contextos, culturas e pessoas; saber fazer negociações e evitar custos subjetivos e objetivos. Em síntese, devem aprender e ser capaz de competir com sucesso e de contribuir para o êxito das organizações de que participam.

O valor da formação nessa perspectiva da competência é estimado, sobretudo porque o objetivo dessa formação atenderia a adaptação do trabalhador na condição de flexível e sem especialização. Envolvido em um plano de vida amplo, incerto, complexo, solitário e com necessidade de escolarização. Dessa forma, a definição da formação nesse contexto, é compreendida na perspectiva de contribuir para acomodação dos trabalhadores as novas exigências do caráter social do trabalho.

Aqui no Brasil o ideário das competências passou a ter vigor nos discursos das autoridades para a educação. Esses discursos carregavam o ensejo de atender a uma política econômica e mercadológica determinando à educação formação para as competências que permitiria adaptar à reorganização das demandas produtivas. Para Machado (2007, p. 302):

Os pareceres, resoluções e as diretrizes curriculares nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre questões curriculares, a partir de meados dos anos 1990, caracterizam-se pelo viés do determinismo tecnológico, já que atribuem às inovações tecnológicas a responsabilidade principal pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

As regulações dos documentos do CNE absolveram a visão da competência de tal forma que instituíram desenhos de conclusão de cursos com objetivo de certificação, sobretudo no âmbito da educação profissional, para atender as necessidades dos indivíduos que precisam comprovar suas competências. Em 2002 o Ministério do trabalho e Emprego, alterou a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)²⁷ para abarcar as mudanças do mundo do trabalho, a conduta metodológica para a referida alteração também seguiu a noção de competências.

Em 2004, sob a égide de um governo democrático popular, surge a possibilidade de um novo desenho na qualificação do trabalhador. Fruto de uma discussão histórica por parte

²⁷ De acordo com Machado (2007, p. 303) “A CBO anterior, editada primeiramente em 1982, teve sua última revisão em 1994 e apresentava 2.356 ocupações. A nova CBO pretendeu realizar um enxugamento, eliminando as descrições de ocupações mantendo, como último nível de agregação, o conceito de família ocupacional. Sua proposta foi descrever e validar 591 famílias ocupacionais.” Essa composição é pautada no positivismo e defende a aprendizagem como alternativa para mudança de comportamento e alcance de função superior e de sucesso.

dos movimentos sociais e estudiosos da academia, que almejavam o fim da dualidade entre educação básica e profissional, o Governo Lula possibilitou algumas discussões em seminários nacionais coordenados pelo Ministério da Educação e do Trabalho, o que se concretizou no Decreto 5.154/2004, que possibilitou a integração da educação profissional técnica ao ensino médio. Para Moraes (2013, p. 996), esse decreto estimulou “o Ministério da Educação (MEC) a promover iniciativas que propiciassem o amadurecimento de orientações dirigidas à superação organizacional e pedagógica da separação entre formação geral e técnica, entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia.”

Na esteira desse ideário surge o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o proeja e o Proeja FIC - Decretos 5.478/2005 e 5.840/2006. (Documento Base – MEC/SETEC, 2007). Para Machado (2011) o Proeja, embora constituído como programa e não política pública, era a possibilidade de suprir a carência histórica no país, de uma formação que pudesse integrar formação geral e profissional na educação básica no segmento fundamental e médio. A partir do programa haveria espaço para construir trajetórias formativas na concepção de uma formação ampla, a partir dos eixos tecnológicos.

No campo teórico foi se desenvolvendo a perspectiva da integração, no entanto, no âmbito da concretização do Proeja os limites estruturais foram apontando sinais de inúmeras dificuldades, ocorreram resistências em alguns lugares que desenvolveram o programa, as quais sinalizaram mudanças significativas, sobretudo no fazer pedagógico dos profissionais que se comprometeram a realizar o programa.

Para Moura (2010), esse contexto de incoerências e disputas de poder²⁸ em torno de um projeto de educação para os trabalhadores, indicaram a necessidade de debates que se cristalizaram nas conferências nacionais que aconteceram em 2006, a saber, a primeira Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica- CONFETC, 2008; a Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB, 2009; e a Conferência Nacional de Educação- CONAE, 2010. Os relatórios e documentos constituídos a partir dessas discussões marcaram um consenso em torno das contradições e polêmicas que fizeram parte do debate. A sustentação da dualidade estrutural entre Ensino Médio e Educação Profissional continua sendo defendida e mantém a histórica condição do ensino propedêutico para alguns poucos filhos da elite e a

²⁸ Essa é uma disputa histórica entre aqueles detêm o poder hegemônico, empresários e seus representantes sindicais, e os trabalhadores e seus representantes nos movimentos sociais. Os primeiros também organizam seus delegados para participar das conferências e fazerem suas defesas, para estes, os homens e as mulheres trabalhadores (as) que fazem parte da camada popular são meramente mão de obra para o trabalho e acumulação de riqueza nas mãos destes, donos dos meios de produção, que são a minoria nessa sociedade.

educação profissional para suprir mão de obra para mercado destinado aos filhos dos trabalhadores.

Em 2011 outro programa foi estabelecido por força da Lei 12.513, mais um prenúncio do caráter do projeto de privatização do governo federal, antagônico à defesa da formação integrada entre educação básica e profissional. Conforme Moraes (2013, p.996), o “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (Lei n. 12.513/11), que expressa o recrudescimento da disputa política no âmbito governamental e um retrocesso aos tempos do Decreto n. 2.208/97, instituído no Governo Fernando Henrique Cardoso.” Esse programa apresentou objetivos claros, isto é, ajustar os trabalhadores, empregados ou desempregados, ao mercado e motivar as redes estaduais a assumirem o ensino médio na sua forma concomitante à educação profissional, preferencialmente por meio de um termo de parceria com o Sistema S. Além de contar com bolsas de formação pagas pelo governo federal, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.4 TRABALHADORAS NAS FACÇÕES: ESPECIFICIDADE NA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Conforme o contexto de mudanças por meio do surgimento de novas configurações de trabalho, principalmente o trabalho precarizado²⁹, percebe-se o aumento do trabalho informal nas cidades brasileiras, sobretudo do grupo de trabalhadores desempregados³⁰. Buscar a informalidade é uma forma de sobrevivência de muitos homens e mulheres no contexto atual, nesse sentido, o trabalho domiciliar tem se configurado como uma alternativa.

Essa realidade é visível no setor de confecções, isto é, o avanço tecnológico e organizacional nas empresas fabris impediu inúmeros trabalhadores ao acesso ou permanência aos postos formais das fábricas, obrigando-os a buscar alternativas de trabalho e renda. O trabalho informal, domiciliar, distingue-se por ser uma ferramenta que também valoriza o capital, isso é possível por meio de formas flexibilizadas na estruturação do trabalho, sobretudo no formato da descentralização da produção da indústria.

No setor das confecções, a subcontratação dos trabalhadores domiciliares representa

²⁹ Conforme Antunes (2008, p. 103), ao nível mundial “Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego-estrutural.”

³⁰ Para a Pesquisa Mensal de emprego do IBGE/2015, no Brasil o índice de trabalhadores desocupados está em torno de em 6,9% em junho de 2015, estimado em um contingente de 1,7 milhão de pessoas (Pesquisa em 18/07/2015).

um meio externo à empresa, mas que alimenta o capital. Isso reduz custos, sobretudo no âmbito da força de trabalho e dos contratemplos que possam apresentar no processo produtivo.

Para Antunes (2008, p. 108), a intensificação das formas de extração do trabalho são óbvias.

Uma empresa concentrada pode ser substituída por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. As repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideo-político são por demais evidentes.

A partir da década de 1980 o debate da qualificação do trabalho ganhou evidência, sobretudo no continente europeu. As transformações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais do período interferiram diretamente no mundo do trabalho. A exigência de um novo formato de qualificação para atender a demanda da sociedade capitalista foi fundamental para essa temática tornar-se relevante.

Ao lado das transformações tecnológicas fundamentada na física, mudanças estruturais, como decisões no campo das operações descentralizadas, os trabalhadores são convocados a participar de processos inovadores e dinâmicos e imprevisíveis configurados nesse novo contexto de produção. Dessa forma, os conhecimentos exigidos aos trabalhadores seriam desde os conhecimentos formais até habilidades cognitivas e comportamentais voltadas para o exercício de tarefas abstratas e mais complexas.

Na argumentação de Paiva (1989), as exigências são voltadas para uma “atualização das competências profissionais” e “sócio-comunicativas”. Essas são consequências das novas tecnologias que para concretização do trabalho qualificado exige qualificação original. A autora propõe uma análise a partir das seguintes ideias:

- 1- Elevação do nível de complexidade das atividades (elevação do volume em relação ao qual deve haver uma decisão de responsabilidade pessoal), ampliação do espectro de tarefas ou concentração sobre casos complicados, sendo que em geral nota-se uma combinação de todos estes elementos;
- 2- Compressão das atividades sobre casos complicados ou densificação da estrutura temporal na tomada de decisões relevantes (pela computadorização, de sequências, simples como soma, registro e comprovação);
- 3- Rápido acesso a informações relevantes para decisões e correspondente pressão para processamento mais rápido de dados;
- 4- Densificação da comunicação e da cooperação mediatizada pelo sistema (uso do mesmo banco de dados);
- 5- Elevação da transparência e do controle das relações de trabalhos individuais. (p. 26)

Nesse debate da qualificação voltada para o contexto da flexibilização do trabalho, a condição das “competências” também ganha valor e, na opinião de Ferretti (2004), muitas vezes a ideia de competência, pensada como qualificação profissional, torna-se equivocada. Para esse autor, a qualificação profissional está no campo dos estudos sociológicos, enquanto a noção de competências está no âmbito econômico, embora a sociologia do trabalho tenha realizado estudos e análises, sobretudo por fazer parte do contexto atual do mundo do trabalho.

No que diz respeito ao setor das confecções, a falta de mão-de-obra qualificada faz parte do discurso dos empresários, administradores e economistas envolvidos com essa discussão. No entanto, a pouca qualificação é uma realidade que precisa ser analisada frente a outros elementos que contribuem para esse contexto. Como este setor está marcado pelo trabalho precarizado, o baixo custo pago pela produção das peças produzidas dificulta a presença de trabalhadores qualificados. Para Tartutuce (2004, p. 369)

Qualificação como uma relação social permanece extremamente atual, no regime do assalariado (que separa o trabalhador de seu trabalho), as qualificações profissionais – que, em princípio, remetem a capacidades qualitativas – são apreciadas por meio de sua hierarquização nas classificações profissionais – que medem quantitativamente essas capacidades por meio do salário.

A falta de projetos para a qualificação dos trabalhadores desse ramo também tem sido relevante. Tem ficado a cargo do Sistema S, grande parte dessa qualificação. Os sindicatos também têm buscado união ao Sistema S com o objetivo de atender a referida demanda. O incentivo à abertura de pequenas empresas, proporcionado pelo SEBRAE³¹, termina também por exercer em parte essa qualificação, sobretudo na formação ideológica do auto-emprego, o que sustenta esse atual modelo do capital, a saber, a flexibilização e a desconcentração, e revela-se também como trabalho precarizado, instável e informal. (ANTUNES, 2008).

Esse contexto contribui para compreensão do crescente grau de complexidade que se espera na qualificação dos trabalhadores desse setor. No entanto, a escolarização desses trabalhadores, apresenta média de formação em torno do ensino fundamental completo. (BRASIL, RAIS, 2011) Diante das novas exigências do mundo do trabalho advindas do atual desenho do mercado exige-se uma qualificação profissional ampliada, bem como o aumento da formação escolar para os trabalhadores do setor em discussão. Conforme argumenta Paiva (1989, p.30):

³¹ Serviço Brasileiro de Apoio a micro e pequenas empresas (<http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confeccoes>)

A relação entre educação e mundo do trabalho teria se tornado mais complexa, mais contraditória, com maior defasagem. A fricção entre a qualificação disponível e as exigências do mercado sempre existia, mas era coberta pela capacitação no posto de trabalho. No entanto, a redefinição das qualificações reais, a exigência de conhecimentos, destrezas e habilidades cada vez mais conceituais e abstratas tornariam aquela qualificação no emprego ultrapassada.

A realidade que se mostra, no entanto, a qualificação nas confecções no Brasil ainda continua voltando-se quase que exclusivamente para formação técnica, específica. Por outro lado, na argumentação de Ferretti (2004, p. 402), a educação escolar,

Em sentido amplo, preocupada com a formação plena do indivíduo, como pessoa e como cidadão, contribui para formação profissional de maneira indireta, seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares, seja por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará.

Nesse sentido, pautar-se na educação escolar em diálogo com a formação profissional constitui-se em uma terceira via, equidistante de uma educação exclusivamente tecnicista e empirista, por um lado, ou, em lado oposto, uma educação por demais abstrata, teórica e divorciada da realidade do trabalho.

Os relatos das mulheres trabalhadoras nas fábricas são reveladores no que diz respeito a trajetórias educativas e de trabalho, pois existe um movimento ativo entre os diferentes percursos em que as pessoas vão vivenciando condições e situações próprias, as quais manifestam as mudanças nas várias funções e trabalhos assumidos, empregos, desempregos, as incertezas, os saberes, a escolaridade, principalmente a sua ausência, as aprendizagens, os espaços construídos e desconstruídos para realização de seus trabalhos.

As mulheres entrevistadas apresentam uma faixa etária que segue, predominantemente, desde os 20 aos 64 anos. São trabalhadoras desde muito cedo, sobretudo pela condição de gênero, nesse sentido, suas trajetórias e vivências laborais retratam a necessidade de se envolverem nas atividades produtivas para sua própria sobrevivência e da família.

Na voz das trabalhadoras das fábricas, tanto a escolaridade³² quanto a formação para o trabalho seguem na contramão desse contexto. Para a maioria das entrevistadas o lugar da escola em sua trajetória de vida foi pequeno, quase passageiro, embora todas falam do desejo de ter estudado mais um pouco. Quando questionadas sobre a aprendizagem da costura, prati-

³² O tema da escolaridade será abordado no capítulo III

camente todas afirmam terem aprendido com alguém da família, ou vizinho, amigo, apenas uma das entrevistadas envolveu-se com a costura a partir de um curso formal.

Ao ouvir o relato das trabalhadoras, este remete para alguns traços do período medieval, séculos XI e XII, período das corporações de ofício. A produção nesse período caracterizava-se quase somente por meio do artesanato. Neste processo corporativo, o mestre-artesão tinha a incumbência de sustentar seus aprendizes. Às vezes os mestres e aprendizes eram membros da mesma família e não era evidente a separação entre os meios de produção e o produtor. Conforme Braverman (1974, p. 100)

Desde tempos imemoriais até a Revolução industrial o ofício ou profissão qualificada eram a unidade básica, a cédula elementar do processo de trabalho. Em cada ofício, admitia-se que o trabalhador era senhor de um acervo de conhecimento tradicional e dos métodos e procedimentos que eram deixados a seu critério. Em cada um desses trabalhadores repousava o conhecimento acumulado de materiais e práticas pelos quais a produção era realizada no ofício. Oleiro, curtidor, ferreiro, tecelão, carpinteiro, pedreiro, moleiro, vidreiro, sapateiro e outros, cada qual representando um ramo da divisão social do trabalho, era um repositório da técnica humana para os processos de trabalho daquele ramo. O trabalhador combinava, no corpo e na mente, os conceitos e habilidades físicas da especialidade.

Assim como os mestres do final da Idade Média faziam parte da família dos aprendizes, as costureiras revelam a aprendizagem de forma similar. Marina³³, Ondina, Marta:

“Eu tinha nove anos, comecei trabalhando com lingerie, fui criada com minha vó e minha vó pediu uma tia minha, que já trabalhava, para me ensinar.” (MARINA, 2015, p. 20). “Minha mãe foi costureira, então, assim, da gente olhando ela costurando a gente foi aprendendo; eu acho que eu já nasci com esse dom.” (Ondina, 2015, p. 35). “Quando a gente era menina, ele (Pai) era alfaiate. Eu sempre ia com ele para a confecção; eu via ele infestar o pano, modelar, modelava tudo.” (Marta, 2015, p. 29)

Junto com esse olhar atento, elas comentam as várias tentativas em retalhos costurados e desmanchados, muitas vezes até alcançar o objetivo de posteriormente tornarem-se ajudante. A presença rotineira desses (as) costureiros (as) detentores do conhecimento das técnicas, dos materiais e da prática aproxima-se dos mestres da Idade Média, como argumenta Huberman (1986, p. 54) tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado com seus ajudantes.”

³³Mariana, Ondina, Marta e demais nomes que irão aparecer nos outros capítulos desse estudo, são nomes fictício para zelar o anonimato das entrevistadas.

Algumas dessas trabalhadoras hoje já assumem a condição de formação profissional para outras. Ao ser questionada se já havia ensinado a alguém o seu ofício, Lúcia respondeu:

Já sim, para três pessoas, quatro com esse aí (risos) (apontou para um adolescente de 13 anos que estava costurando). Primeiro eu ensino a enfiar a máquina, a dominar a máquina primeiro, daí eu dou alguns retalhos, aí peço para fechar o ombro em cima que é mais simples e, por último, ensino a fechar toda a camiseta. (Lúcia, 2015, p.56)

Lúcia explica, inclusive, os procedimentos para o processo de aprendizagem. “Dominar a máquina”, expressão de Lúcia, para muitas trabalhadoras foi a parte mais difícil sobretudo para quem não tinha nenhuma familiaridade com ela. Nas palavras de Vitória, trabalhadora que veio do espaço rural do Maranhão para Goiânia, conta sua dificuldade em “dominar a máquina”: “Ah, mulhé, mas aí... (risos) quando eu pisava na máquina (risos), a máquina ia rápida, e eu tomava o maior susto, [...]Ela falava na hora de rematar, tem que fazer isso, na hora de freiar a máquina eu não sabia, pisei logo de uma vez, mas eu não sabia Socorro! Como eu faço?” (Lúcia, 2015, p. 67)

No diálogo com a entrevistada Marina a questão proposta tentava conhecer mais sobre sua trajetória: Como foi acontecendo seu saber na costura? E Marina (Marina, 2015, p. 26) responde:

É eu geralmente compro revistas, daí as revistas tem os ensinamentos, porque, assim, eu não tinha tempo. Eu não tinha condição, eu tinha que trabalhar. Para fazer o curso, os cursos são caros. Daí, hoje em dia com a internet, revistas, nas revistas tem todos os moldes e corte. Eu fui aprendendo assim, entrando na internet e olhando. Depois eu tive meu filho. Eu optei não colocar na creche, eu mesmo olhar e cuidar. Logo ele começou a estudar, então eu levo e busco na escola, ensino a fazer as tarefas, então eu não tenho como fazer curso. Daí eu aprendo tudo aqui sozinha. É minha tia que me ensinou o básico que era costurar em uma máquina. O resto eu aprendi sozinha, quebrando a cabeça, vai ali, “fussa” aqui, até que aprendeu.

Schwartz (2003) argumenta que a atividade laboral é invariavelmente entrelaçada de história. A trajetória de Marina sobre sua experiência de saber carrega o contexto da condição de mulher trabalhadora que ao buscar novos conhecimentos profissionais encontra as revistas como possibilidade de acessar conhecimentos, que de alguma forma historicamente foi acumulado e sistematizado nos moldes que as revistas trazem. Conforme Schwartz (2003, p. 23)

(...) toda vida humana, porque ela é em parte uma experiência, é atravessada de história. Mas quando se trata do trabalho, se isto é verdade também, não se trata de uma “pequena história”, de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais: nenhuma situação humana, sem dúvida, concentra, “carrega” com ela tantos sedimentos, condensações, marcas de debates da história das sociedades humanas com elas mesmas quanto as situações de trabalho: os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas; as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que entrelaçam e opõem os homens entre si, tudo isto cristaliza produtos da história anterior da humanidade e dos povos.

Retornando às palavras de Gramsci (2007, p. 39-40), apresentadas na epígrafe desse capítulo em cada período existe “uma combinação variável do velho e novo”. O contexto das trabalhadoras das fábricas vivem a todo momento com essa combinação. Fazem parte de um exército da força de trabalho que foram envolvidas no trabalho terceirizado. Nas argumentação de Antunes (2007, p. 107) “a classe trabalhadora moderna é crescentemente composta por esses segmentos diferenciados, mulheres e terceirizados e/ou precarizados (e ainda mais frequentemente por mulheres terceirizadas)” Por outro lado, vivenciam a fabricação das roupas de forma compartimentada, as peças chegam cortadas, elas costuram a peça, outra faz o acabamento, outra retira as linhas, ou seja continuam vivenciando o taylorismo/fordismo. Dessa forma, o debate da formação para o trabalho na trajetória dessas trabalhadoras tem a especificidade da aprendizagem acontecer entre as próprias costureiras, por isso na voz da costureira Margarete, quando questionada se já havia ensinado seu ofício para alguém, ela responde reforçando o caráter da divisão do trabalho nessa categoria:

Assim, já ajudei alguém com dificuldade, mas às vezes, por exemplo, a pessoa quer começar a ser costureira, isso eu já fiz, pegar aquela pessoa e ensinar os primeiros passos, mexer com a máquina, costurar um pouco, isso eu já ensinei, também hoje em dia depois que a pessoa aprende a mexer com as máquinas, já vai fazendo porque cada um faz um pedaço, você não tem que montar uma roupa mais, porque o mais difícil para nós é se eu fosse montar uma roupa, a gente tem que fazer cos, presilhas, barra, tudo, mas quem faz facção, às vezes ele faz só o pedaço da calça, às vezes faz só o passador, só o bolso, então para pessoa que trabalha, assim, se ele sabe mexer com a máquina, pronto consegue trabalhar. Porque antigamente a pessoa tinha que aprender fazer a peça inteira, se você for nessas costureiras das confecções, se você colocar ela pra fazer uma roupa ela não dá conta. Por exemplo. Se ela passa só o viés de uma blusa, ela vai passar só o viés, a máquina dela já tá com a peça, já entra a peça no pano, a outra lá já prepara e ela vai passar só dos lados a costura. Então a costureira de confecção dificilmente vai dar conta de fazer uma peça inteira. Ela vai aprender fazer uma coisa na roupa. (Margarete, 2015, p. 65)

Retomando uma análise de contexto ampliado do mercado de trabalho é possível perceber que ao lado das transformações tecnológicas, ocorreram mudanças estruturais, como decisões no campo das operações descentralizadas. Nesse sentido, os trabalhadores foram convocados a participar dos processos inovadores e dinâmicos configurados nesse novo contexto de produção. Dessa forma, os conhecimentos exigidos aos trabalhadores seriam desde os conhecimentos formais até habilidades cognitivas e comportamentais voltadas para o exercício de tarefas abstratas e mais complexas.

Na argumentação de Paiva (1989), as exigências são voltadas para uma “atualização das competências profissionais” e “sócio-comunicativas”. Essas são consequências das novas tecnologias que, para concretização do trabalho qualificado, exige-se qualificação original.

No entanto, essa necessidade de uma qualificação mais aprimorada “com nível elevado de complexidade”, conforme assinalou Paiva (1989), não é uma demanda para as trabalhadoras das fábricas, as quais trabalham com máquinas de pequeno porte, que embora também carreguem uma tecnologia inovadora, ainda assim, as trabalhadoras com pouco tempo de contato e envolvimento com a máquina conseguem desenvolver o trabalho. Eleuza (Eleuza, 2015, p. 4) revela “Foi aí eu peguei só a instrução com a mulher aqui, sabe? Que é a minha cunhada. [...] aí ela me dava aula por telefone! E eu costurava e eu ligava pra ela e falava: Ó, a máquina tá assim, assim (gestos) e ela falava de lá por telefone pra mim.” Eleuza contou que fez isso muitas vezes, mas ia conseguindo realizar o trabalho, sem maiores problemas.

Diante dos relatos, o que pode se dizer que referida realidade justifica de certa forma, para o mundo do mercado, o baixo custo para produção das peças. A discussão de Tartucce (2004) quanto ao debate da qualificação profissional também respalda essa realidade das trabalhadoras nas fábricas, isto é, a medida quantitativa de sua parca capacidade qualitativa das atividades desenvolvidas.

Em estudo³⁴ realizado na França, os autores afirmam que o trabalho sempre guarda uma dimensão de reflexão, mesmo que velada ou pouco consciente por parte dos trabalhadores. Duraffourg (2007, p. 68), este estudo acompanhou de perto operárias, consideradas “não qualificadas”, que insistiam em dizer que o trabalho delas era simples e monótono, entretanto, ao final da pesquisa, inclusive com o envolvimento direto com o trabalho das operárias, os autores revelam: “Por trás dos gestos os mais simples, há sensibilidade, estratégia, inteligên-

³⁴ Organizados na edição denominada Trabalho e Ergologia – Conversas sobre a atividade humana, Esse livro foi organizado pelos franceses Yves Schwartz e Louis Durrive. Ele foi pensado como um “livro-ferramenta, uma onda boa que nos leva, de conversa em conversa, ao encontro com uma perspectiva, uma postura, uma forma de pensar o trabalho [...]” (Apresentação à Edição Brasileira – Milton Athaide & Jussara Brito)

cia, todo um saber-fazer amplamente subestimado!”.

No caso das trabalhadoras das facções, que em seus discursos insistem em afirmar a facilidade de seu trabalho, termina por reforçar a ideologia do capital que subestima o saber-fazer e toda a potencialidade das trabalhadoras ao produzir sua atividade laboral, dessa forma, o valor a ser pago pode ser menor, pois não necessita de muita qualificação, conforme a hierarquia estabelecida pela ordem econômica do capital. Em outra perspectiva, conforme exposto, há uma cultura de repassar informalmente os conhecimentos inerentes à arte de costurar, o que torna o mercado com mais oferta, desvalorizando a remuneração e condições de trabalho dessas trabalhadoras.

Para Schwartz (2000), conhecer a atividade do trabalho é perceber a existência de uma relação dialógica entre aqueles trabalhadores que detém o conhecimento e aqueles que fazem, executam a produção. Isso possibilita reconhecer os problemas e os limites enfrentados, bem como os saberes desenvolvidos e trocados.

Schwartz (2000) traz o estudo do dispositivo a três polos³⁵, o primeiro diz respeito aos saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade, os conceitos, o segundo são saberes da experiência advinda da relação de trabalho e produção e o terceiro é marcado pela reverência à ética e à epistemologia dos trabalhadores presente nos dois polos. Compreendendo a postura ética que constitui as relações sociais, esse terceiro polo dispõe das condições de aprendizado mútuo em que os trabalhadores são considerados sujeitos de seu tempo, pois podem questionar e avaliar os saberes construídos no fazer laboral, sobretudo porque carregam tantos conhecimentos sistematizados, como os adquiridos na experiência do trabalho.

No contexto das trabalhadoras das facções, esse último polo representa a alternativa da formação do seu ofício, concretamente, esse é o formato de sua trajetória formativa para o trabalho. No entanto, essas trabalhadoras continuam vivenciando a carência do acesso ao conhecimento acadêmico, dessa forma, o diálogo dos conceitos gerados por distintas disciplinas com os saberes produzidos a partir da experiência do trabalho termina por ficar limitado, quase inexistente, na realidade dessas trabalhadoras.

Ferreti (2004) argumenta sobre a qualificação como relação social. Em sua opinião, essa concepção não rejeita os conhecimentos das inovações tecnológicas, necessários aos trabalhadores, mas prioriza o campo das relações sociais, o que pressupõe refletir sobre o traba-

³⁵ Conforme Schwartz (2010, 45), se tem saberes, experiências é possível articular estes com os saberes formais, conceitos, em suas palavras: “a perspectiva ergológica chama de dispositivos dinâmico a três pólos: considerar, fazer esses saberes de experiência investidos e, a partir daí, retrabalhar, recortar os conceitos mais formais.”

lho, suas condições e sobre o contexto social de seu tempo.

Assim, a defesa da qualificação profissional necessária não somente para os trabalhadores das confecções, mas para todos os trabalhadores, deve ser aquela que proponha uma formação pautada no direito de cada trabalhador a ter acesso à informação e à cultura e, ainda, em condições de perceber o contexto em que está inserido e a possibilidade de intervir de forma ativa, com sujeito, isto é, aquela que reafirme, dessa forma, a dimensão humana.

A educação tem sido foco de discussão pelo seu caráter essencial para concretização da formação da mão-de-obra, já que nesse momento a exigência da formação é mais complexa para satisfazer a ordem do mercado. No entanto, a escola toma distância de alguns grupos de trabalhadores, sobretudo aqueles que compõem grande parcela atual nessa sociedade capitalista, precários, informais, temporários e os desempregados. A seguir o próximo capítulo pretende trazer a escola na trajetória de vida das trabalhadoras das confecções.

CAPÍTULO III O LUGAR E O NÃO LUGAR DA ESCOLA NA VIDA DAS TRABALHADORAS DAS FACÇÕES

*Aprenda o mais simples!
 Para aqueles cuja a hora chegou
 Nunca é tarde demais!
 Aprenda o ABC; não basta, mas aprenda!
 Não desanime! Comece! É preciso saber tudo!
 Você tem que assumir o comando!
 Aprenda, homem no asilo!
 Aprenda, homem na prisão!
 Aprenda, mulher na cozinha!
 Aprenda, ancião!
 Você tem que assumir o comando!*

(Trecho do Poema³⁶: “Elogio do Aprendizado”, Bertolt Brecht)

A história da educação brasileira tem revelado o caráter de distanciamento da educação em relação à classe trabalhadora. O quadro atual comprova essa difícil situação de exclusão dos trabalhadores da escola. As pesquisas têm mostrado que grande parte desses trabalhadores passou pela escola, mas não continua sua formação. A TABELA N. 1, apresenta os quantitativos da escolarização no país, por faixas etárias, no ano 2010.

Tabela 1 – Índice de escolarização dos brasileiros por faixa-etária

Faixa etária	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total
15-17	4.427.496	5.159.151	470.921	5.076	291.221	10.353.865
18-24	6.149.543	6.147.813	10.335.574	996.665	244.190	23.873.786
25-29	4.821.684	3.161.596	6.819.360	2.218.550	81.728	17.102.917
30-35	6.936.738	3.125.243	6.101.965	2.495.828	71.089	18.730.863
36-49	16.814.443	5.717.044	8.854.478	4.264.049	95.073	35.745.087
50-65	15.732.818	3.208.825	4.311.616	2.770.225	37.934	26.061.418
> 65 anos	10.160.423	991.544	1.069.394	713.364	11.500	12.946.226
Total	65.043.145	27.511.216	37.963.308	13.463.757	832.737	144.814.164

Fonte: Documento – Educação Básica Noturna no Brasil: Realidade e Possibilidades - Censo/ IBGE 2010

Essa realidade de 65 milhões de pessoas sem ensino fundamental e mais de 27 milhões sem ensino médio revela uma construção histórica da educação brasileira, ou melhor, da falta

³⁶ Poemas 1913-1956, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 121

de possibilidades de acesso à escolarização. Dessa forma, pensar na educação dos trabalhadores é refletir sobre o lugar que a escola ocupou ou não em sua trajetória de vida. É preciso trazer os vários contextos de exclusão, incerteza e descontinuidade que constituiu esse lugar – escola - para os trabalhadores.

A história da educação brasileira foi marcada, desde o Brasil colônia, pela exclusão do público trabalhador, e quando a educação foi ofertada, o formato sempre foi improvisado, precarizado e descontínuo, sem compromisso com a construção do conhecimento para formação de todos, sobretudo dos pobres e trabalhadores.

As trabalhadoras do ofício da costura que participaram dessa pesquisa demonstraram invariáveis dificuldades em relação à inclusão aos processos formais de aprendizagem, ou uma permanência não raro descontínua na escola, a saber, de no máximo sete anos. Por isso a discussão do não lugar da escola em sua trajetória de vida torna-se pertinente. Para Santos (2012, p. 58) a definição de lugar é o “que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.” Esse lugar, carregado de realidade histórica, com uma perspectiva de integração com a vida, talvez pudesse ser atribuído à escola e, assim, trouxesse mais significado para as trabalhadoras. No entanto, essa não foi a realidade que elas encontraram quando passaram pelas instituições escolares. Por outro lado, as condições de sobrevivência também foram definidoras do não lugar da escola em suas vidas, isto é, a necessidade de trabalhar para contribuir no sustento da família determinou essa distância da escola, reafirmando sua condição histórica de serem trabalhadoras, exclusivamente.

O presente capítulo visa abordar em um primeiro momento as histórias de vida dessas trabalhadoras imbricadas, invariavelmente, com a marca histórica da exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do processo escolar. O segundo momento explora o debate da formação humana e a educação escolar para os trabalhadores, ou seja, uma escola que possa atender aos interesses da classe trabalhadora. Uma discussão apresentando alguns modelos concretos dessa formação, pensada como instrumento de resistência dos trabalhadores, mesmo com os desafios de materialização dessa concepção formativa na sociedade capitalista. Trata-se dos movimentos sociais, capazes de caminhar na contramão da história da sociedade capitalista. E por último o desafio pedagógico da escola frente ao trabalhador estudante.

3.1 A MARCA HISTÓRICA DA EXCLUSÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO PROCESSO ESCOLAR

Desde a invasão dos portugueses nas terras brasileiras até o século XX, as instituições escolares que foram constituídas no país tiveram como denominador comum a restrição a pequenos grupos. A grande maioria dos grupos populares e os trabalhadores foram excluídos do processo de formação escolar³⁷. Nessa perspectiva, situar a educação escolar para os trabalhadores na história do país é refletir, conforme Moraes (2013, p. 981), na “expressão das relações do processo educativo com as estruturas de poder e dominação social.”

Nas primeiras décadas do século XX, diante dos resultados do Censo de 1940, a questão do analfabetismo e a educação de adultos tornaram-se alvo de atenção mais específica. Campanhas³⁸ de alfabetização em massa foram lançadas no final de 1940 e, embora tenham sobrevivido até 1963, o programa não obteve grandes êxitos, principalmente no âmbito de inserção à escolarização.

Paiva (2003) revela que o programa manteve sua fidelidade na base política eleitoral, isto é, conseguir aumentar o número de eleitores. O caráter assistencialista, voluntarista, acrescido aos poucos recursos, mais uma vez denunciou o descaso do poder público com a formação dos trabalhadores.

Embora houvesse pouco interesse por parte do poder público para com a formação dos filhos dos trabalhadores e dos próprios trabalhadores, sobretudo em relação à população do campo, o contexto econômico exigia a formação de trabalhadores para a industrialização que sinalizava como necessidade premente para o Brasil configurar-se como nação próspera e desenvolvida. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4024, de 1961, no Título III, art. 32, previa que os fazendeiros: “que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades” (BRASIL, 1961). É sabido que desde 1910 alguns Estados possuíam legislação similar prevista, no entanto, nunca foi cumprida, nem mesmo a partir de 1961.

³⁷ Autores estudiosos desse período da história da educação brasileira revelam a condição de estagnação das escolas, sobretudo da falta de oferta aos grupos populares e trabalhadores. Ver Saviani (2011), Paiva (2003) e Marcílio (2005).

³⁸ No período do Estado Novo (1945), embora já existisse o ensejo de cuidar da escolarização, os formatos apontavam sempre propostas aligeiradas e de baixo custo, voluntarismo, sobretudo em se tratando da educação dos trabalhadores. A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) também tinha a incumbência de alfabetizar, com ênfase para a Região Nordeste. O objetivo era organizar turmas de alfabetização e promover o acesso a educação de base, que propiciasse a cada pessoa ajustamento social. Ver estudos de Beisiegel (1982).

O número de trabalhadores no meio rural sem acesso a mínima formação escolar era muito elevado. Esse cenário prevaleceu ao longo da história da educação brasileira e ainda hoje persiste nas áreas rurais, e mesmo na âmbito urbano, por meio do formato de salas multisseriadas. Na expressão de uma das entrevistadas dessa pesquisa, oriunda do meio rural da região nordeste, 54 anos, a costureira Elisabete (2015, p. 102-103) começou a estudar em 1969:

Eu comecei a estudar eu tinha 8 anos de idade. Naquela época eu morava na roça, não queria de forma alguma ir para escola, precisava apanhar pra ir pra escola. A gente andava dois quilômetros pra estudar, não tinha colégio. Tinha aquelas pessoas na comunidade que cedia um galpão, um depositozinho que era [assim] chamado. Toda a séries junta. Então vinha uma pessoa da cidade para lecionar pra gente. Naquela época as professoras não tinha nem sequer o ensino fundamental, né? E a minha última professora tinha só até a 7ª série. Naquela época tinha o primário, quem tinha quarta série naquela época podia ser uma professora leiga, porque o ensino era de qualidade, né? Aí então eu estudei, fiz o primeiro ano. Naquele ano eu sofri sarampo, quase morri. Falhei a escola quase a metade do ano, no outro tive que fazer a primeira série de novo. Aí fiz a primeira série, passei pra segunda, de novo eu falhei a escola, porque não tinha condições de comprar o caderno, nem tinha um chinelo pra calçar (risos) era muito engraçado. Quando a gente olha pra trás e até acho graça. Daí eu parei de novo e voltei fiz de novo a segunda série e passei pra terceira série. Fiz um, dois ou três meses. Naquela época a gente precisava de 10 cadernos, era 10 matérias, né? Então eu não tinha condições, [...]

Elisabete (2015) viveu um processo descontínuo em sua escolarização no ensino fundamental no meio rural, posteriormente, conseguiu terminar o ensino fundamental na cidade, depois de outros episódios de descontinuidade. Rocha e Hage (2010, p. 15) pesquisaram a escola multisseriada e afirmam: espaços e tempos em que parte expressiva da população estudou nos primeiros anos de sua escolarização.

Para uns significou um primeiro momento que se desdobrou em muitos outros. Para outros significou o limite, o impedimento de continuar, a ausência do direito à escola. Para grande maioria sinalizou o caminho da cidade. No rancho de pau a pique, na casa da professora ou do fazendeiro, distante 2 a 5 km da residência, o fato é que há quase um século um conjunto de crianças, com diferentes idades, se encontra com uma professora para o ofício de ensinar e aprender.

A entrevistada Vitória (2015) vivenciou uma realidade semelhante, vinte seis anos depois de Elisabete, em 1995, quase fim de século XX. As condições de escolarização no meio

rural ainda apresentavam inúmeras dificuldades. Para Vitória (2015), o horário do estudo dependia da chegada da professora que vinha da cidade para a roça, em suas palavras: “De tarde, às vezes de manhã, aí quando não tinha mais, era até a 5ª série lá, aí a gente foi pra cidade, aí era mais para apanhar aula à noite. Aí nós [...], no fim da semana, nós voltava pra roça, pANHÁ arroz, capina, plantar mandioca.” (Vitória, 2015, p. 69).

A costureira Margarete (2015) nasceu em 1951. No diálogo com essa trabalhadora ela narra sua história de criança à beira do Rio Araguaia, na ilha do Bananal, divisa com o Mato Grosso, onde estudou: “ Eu fui criada num lugar que era uma aldeia de índio, nós estudávamos juntos [...] junto com uma colônia de americanos, então eu aprendi a falar português junto com o americano [...]” (Margarete, 2015, p. 59-60). A entrevistada conta como foi sua escolarização:

Eu só tenho uma série, que acho que você não sabe, antigamente fazia o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano e fazia um preparativo chamado admissão. Aí eu falo para os meninos admissão³⁹, era mais ou menos um preparo para você entrar na primeira série ginásial. Só que eu fui criada em um lugar que não tinha mais nada para fazer, então acabou a admissão, acabou-se o estudo. Então para você fazer a primeira série ginásial, o que eu teria que fazer? Teria que sair do lugar onde fui criada, tipo assim, você vai fazer um estágio lá nos EUA. Maneira de dizer, mulher não saia sozinha, meu pai era da roça, era o homem da terra, ele não saía. Então, quando fiz a admissão acabou-se todo estudo. (Margarete, 2015, p. 58-59).

Margarete (2015) entrou na escola com nove anos de idade, por volta de 1960. O desenho da escola rural na época era predominantemente tradicional, isto é, repetição rígida para obter a memorização e uma sala única para todas as séries. Para Romanelli (2010), esse contexto é marcado por contradições, a implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases em 1961, e também do Plano Nacional de Educação criado em 1962, não avançou no sentido da democratização do ensino no país, nessa ótica, reafirmou uma visão tradicional, sobretudo no interior e no meio rural, embora não tenha sido imposto um currículo nacional, houve um respeito às peculiaridades regionais, dessa forma reafirmou o caráter descentralizado do período.

Para Margarete (2015), “mulher não saia sozinha” e para continuar seus estudos teria que ir para cidade, à época contava com 14 anos de idade. Quando foi questionada sobre o

³⁹ A admissão citada por Margarete era um exame que foi instituído em 1931 e oficialmente prolongou-se até a promulgação da Lei nº 5692/71. Os exames e provas eram concentrados por meio de questões que abrangia todo o processo de ensino-aprendizagem de cada disciplina. Conforme Valente (2005, p. 180), “o exame de admissão constituiu por décadas a linha divisória entre o ensino primário e a escola secundária; funcionou como um verdadeiro rito de passagem no processo de seleção à continuidade dos estudos, representada pelo ingresso no ginásio acadêmico, que teve procura intensificada a partir dos anos de 1930.”

que fez depois desse período, a entrevistada trouxe a temática de gênero, invariavelmente presente nas histórias de vida dessas trabalhadoras. Margarete (2015, p. 60), revela: “então eu fui criada assim, eu falo para os meninos, entre índio e americano, lá nós estudamos fizemos até a 4ª série, daí parou, então o que eu ia fazer, minha alternativa era casar.”

Margarete (2015) relatou que casou com 15 anos de idade, o que possibilitou residir em outra região. Coutinho e Menandro (2010), em pesquisa focada nas relações conjugais e familiares, abordaram duas gerações de mulheres. O grupo da primeira geração, com a mesma faixa etária da costureira Margarete, enfatizou que o casamento era uma estabilidade para as mulheres, Era natural casarem-se bem novas. Coutinho e Menandro (2010, p. 91), indicam:

Que foi construída uma rede de significações em torno do ser mulher na família, na qual um dos elementos centrais é o casamento (o que não significa que seja o único ou o mais importante). Há um conhecimento socialmente partilhado sobre o que casamento representa, sobre como deve e como não deve ser, que exerce evidente função na dinâmica social. Assim, a condição de ser mulher parece estar ancorada no casamento.

Para os pesquisadores, embora a partir da década de 1950 as mudanças comecem a chegar trazendo a possibilidade de outro olhar sobre as mulheres na sociedade, ainda assim essa visão quase única do casamento, como alternativa para as mulheres, permaneceu por muitos anos, e ainda hoje persiste de certa forma. Nesse sentido, a educação continuou sendo por muito tempo permitida e mais fácil aos homens do que às mulheres. Na década de 1970 os cursos técnicos, sobretudo o magistério, com uma presença vultosa de mulheres, apresentavam-se como termo final de estudos, e a sequência natural era, não raro, a dedicação ao casamento. O curso superior era destinado, majoritariamente, aos homens. A partir da década de 1980 outra configuração começa a despontar, nesse sentido, um número maior de mulheres passaram a integrar as instituições escolares, inclusive na educação superior, conforme dados registrados no capítulo III. Coutinho e Menandro (2010, p. 100) revelam:

Que a maior escolarização e o trabalho feminino fora de casa constituem importantes mudanças entre os grupos e estão na base de outras modificações substanciais, possibilitando o contrato social mais amplo e o questionamento de valores tradicionais.[...] Assim, o conflito que permanece, embora sofra alterações, é aquele entre o real e o ideal. Maior autonomia feminina só tem sido possível com o acúmulo de atribuições.

No caso da costureira Margarete (2015), atualmente com 64 anos de idade, julga im-

possível retornar aos estudos, apesar de ser um sonho, como enfatizou em seu relato. Ela já não assume muitas encomendas de facção, mas continua trabalhando e sabe muito bem do acúmulo de atribuições inerentes ao seu trabalho, conforme os autores mencionaram acima. Para as trabalhadoras em facção, essa é uma realidade cotidiana e muitas afirmam como liberdade, isto é, sem a presença explícita de um patrão, o fato de cuidarem da casa e dos filhos e trabalharem em casa, no entanto, nenhuma das participantes da pesquisa relatou conseguir conciliar as responsabilidades do trabalho com os estudos.

O ano de 1960 apresenta mais uma marca histórica de promessa de escola para os trabalhadores. O governo propôs também programas para a educação dos trabalhadores, mas a perspectiva voltava-se para aumentar o número de eleitores em prazo menor. A partir de 1961 a promessa de uma nova política em educação foi desenhada, mas não houve tempo de concretização. O governo federal estabeleceu, por meio do Ministério da Educação e Cultura, no início de 1964, o Programa Nacional de Alfabetização (PNA).

A referência que seria utilizada pautava-se na experiência de Paulo Freire⁴⁰. A perspectiva era alfabetizar cerca de cinco milhões de brasileiros, e quem coordenaria o Programa, convidado do governo federal, seria o próprio Paulo Freire, porém, na sequência, o golpe civil-militar extinguiu o referido programa. Conforme a argumentação dos militares, tratava-se de uma invenção subversiva que era necessária ser extirpada do país.

A partir de 1964 até meados de 1980 os governos militares buscaram centralizar todas as ações educativas. Nesta perspectiva, proibiram qualquer tipo de movimento social e estabeleceram acordos do Ministério da Educação e Cultura-MEC com a USAID, convênios assinados entre o MEC e a USAID (United States Agency for international Development), consolidando a era tecnicista e economicista na educação⁴¹.

A década de 1980 foi cenário significativo do início da redemocratização do país. Depois de 20 anos da ditadura militar, a realização da primeira eleição direta para Presidência da República, a retomada do movimento sindical e a constituição das centrais sindicais, a possi-

⁴⁰ Em 1963, Paulo Freire vivenciou a proposta de Alfabetização de Adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte. Historicamente essa ação ficou marcada para Educação de Adultos no Brasil. O denominado *Método Paulo Freire* ficou bastante conhecido e acrescentou aos movimentos como possibilidade real de concretizar o projeto de alfabetização. Conforme Beisiegel (1982, p.288): “Não é demais reafirmar que o projeto pedagógico de Paulo Freire exprimia o compromisso com os ideais cristãos de promoção do homem à condição de sujeito e de realização das possibilidades humanas de aperfeiçoamento. Alongando-se ao plano da existência coletiva e à entidade maior em que esta existência se definia, tais intenções eram traduzidas em termos mais amplos, identificando-se, agora, com a defesa da democratização fundamental da sociedade e com a busca do desenvolvimento econômico e da auto-apropriação do ser nacional. Nas análises do educador, estas dimensões individuais e coletivas do projeto apresentavam-se intimamente associadas. A criação de condições para a superação da pobreza dos homens do povo confundia-se com o processo de desenvolvimento econômico, e este, por sua vez, pressupunha a conquista da autonomia nacional.”

⁴¹ Ver estudos referentes ao período Manfredi (2002).

bilidade da organização da sociedade civil e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, demarcaram a tessitura de um novo tempo democrático. Entretanto, a alternativa de educação, por meio de programas⁴² aligeirados e com poucos recursos, continuou sendo a tônica de oferta escolar aos trabalhadores.

O artigo 205 da Constituição de 1988 deixou claro que a educação é um direito de todos, dessa forma, ficou assegurado o direito inclusive dos jovens e adultos trabalhadores. Essa constituição representou a possibilidade de cuidar da justiça social e criar condições para que todos tenham acesso à escolarização pois reconheceu-se que o poder público não conseguiu oferecer educação pública a todos na denominada idade adequada, estabelecendo assim a educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos na mesma situação.

Na narrativa de Margarete (2015), em 1987, com o filho crescido, com 36 anos resolveu retornar aos estudos, entretanto, mais uma vez foi impedida de retomar a escolarização:

Deixa eu te falar, olha o tamanho do crime que a gente faz com os outros. Quando meu filho cresceu eu fui em um colégio lá em Campinas, chamado Damiana da Cunha. Eu morava na Rua Senador Jaime, então o colégio era pertinho. Daí eu fui lá e falei para o moço: queria voltar a estudar. Aí ele perguntou: cadê seu histórico? E eu respondi para ele: não tenho histórico, [...] eu estudei em um colégio que eu acho que não devia ser ligado a uma determinada secretaria. A gente recebia o boletim, não tinha como, como um colégio naquele fim do Mato Grosso era ligado onde? [...] Mas eu não tinha documentação nenhuma, então o rapaz respondeu: então não tem como a senhora voltar a estudar. (Margarete, entrevista 11, p. 60).

Essa escola que Margarete (2015) se referiu é uma escola estadual, que na época seguiu, de fato, a exigência de documentação. Foi somente na próxima década, a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9.394/1996), mais precisamente em seus artigos 23 e 24, que apresentou possibilidade a essa questão:

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino; (BRASIL, 1996a)

Com base nessa Lei nº 9.394/96, os estados e municípios trataram de buscar juntos aos

⁴² Ver estudos de Haddad e Di Pierro (2000) sobre a substituição do Mobral pela Fundação Educar. A descentralização de suas ações e estabelecimentos de apoio técnico e financeiro para as prefeituras municipais ou alternativas desenvolvidas pela sociedade civil que buscavam atender a educação de jovens e adultos trabalhadores, entretanto, mais uma vez durou pouco tempo e em 1990 foi extinto.

seus respectivos Conselhos Estaduais e Municipais a constituição de Resoluções que pudessem assegurar o direito dos alunos buscarem os espaços escolares a qualquer momento do ano e solicitarem vagas para continuarem seus estudos, independente da posse ou não de documentação escolar. No entanto, voltando a história de Margarete (2015), somente dez anos após ela ter buscado essa possibilidade foi que a legislação reconheceu a especificidade do público trabalhador.

A costureira Lúcia (2015) iniciou seus estudos em 1984 no interior de Goiás na cidade de Santa Rita do Araguaia. Relata sobre o quanto estudou: “Estudei até a 7ª série, aí parei e não voltei mais. [...] Eu estudei no interior, Santa Rita do Araguaia e depois nós viemos prá cá. Nasci lá e morei lá muito tempo, depois foi que eu vim prá cá. Veio eu e meu esposo prá cá. Eu não tinha meus filhos ainda.” (LÚCIA, 2015, p. 52)

Em sua entrevista, diz que se casou cedo e com 28 anos já havia se mudado para Goiânia. Quando foi questionada sobre a possibilidade de voltar a estudar, quando chegou em Goiânia, Lúcia responde (2015, p. 53) “Na verdade eu nunca quis mesmo, porque tempo a gente tem que arrumar, tem a noite, mas é mesmo falta de vontade mesmo.” No entanto, em sua história registra que assim que chegou em Goiânia buscou cursos para se inserir no mercado de trabalho.

A partir do diálogo com Lúcia (2015) é possível compreender o quanto é complexa essa aproximação dos trabalhadores em relação à escola. Lúcia tem 37 anos de idade conta com apenas sete anos de estudo, e a escola parece não ter muita importância em sua trajetória. Manacorda (2007, p.23) argumenta que o arcabouço escola não é envolvido no ideário de uma sociedade que se pauta no imediatismo das estruturas produtivas:

A fábrica moderna é, em si, racional e um resultado puro da história dos homens; é a sua imediata produção de vida, a sua sociedade imediata, que ninguém e nada condicionou arbitrariamente; num certo sentido, criou-se por si, ou melhor, o homem não a poderia criar de modo diverso. A escola, por outro lado, é antes uma superestrutura (se se quer usar, mas num sentido que ultrapassa a extensão deformada), não apenas, ou não tanto, porque brota com e de uma estrutura originária de base, sobre a produção e a propriedade e é, em última instância, condicionada por suas relações, mas, sobretudo, porque, apresentando-se inicialmente como “inessencial”, um luxo e não uma necessidade primária quanto à produção, ela tende a deslocar-se, a separar-se da sociedade e a viver na estratosfera de suas tradições fossilizadas.

Quando Lúcia (2015) diz que não buscou mais a escola nem no interior, nem depois que chegou em Goiânia, mas que encontrou um curso rápido para enquadrar-se em um traba-

lho, em suas palavras estava dizendo que “é a necessidade vital de produzir a própria existência por meio do trabalho determinante para que os seres humanos dominem os conhecimentos e as práticas sociais necessários a essa produção, [...]” (MOURA et al., 2012, p. 2) Por isso a escola torna-se dispensável, pelo menos no campo imediato. Nesse sentido, para Lúcia trabalhar em casa, cuidar dos filhos, também reafirmou a decisão de não retornar à escola.

A escola deveria ser um espaço em que as relações sociais e a produção da vida fossem inseridas no processo de aprendizagem, ou seja, a possibilidade da formação humana sob um ponto de vista panorâmico, amplo, que se constitui a partir dessas relações sociais. No entanto, desde sua origem tem servido para atender o poder hegemônico, os dirigentes, em detrimento da grande maioria representada pela classe trabalhadora. Por isso a condição de escolarizado ficou bem distante para grande maioria dos trabalhadores, nesse sentido, para algumas costureiras o estudo ficou somente na infância, como a seguir, o próximo relato.

No desenrolar da história de vida da costureira Eleuza (2015), a década de 1990 foi o período em que ela e toda sua família mudaram para a cidade de Goiânia. Em relação ao período vivido no Tocantins, Estado em que nasceu e cresceu, quando questionada pelos estudos, Eleuza revela que estudou, até a 6ª série. Em Goiânia nunca conseguiu estudar. Quando foi questionada sobre o motivo de ter interrompido os estudos, a resposta é semelhante à de outras trabalhadoras entrevistadas: “Porque eu fui casar, engravidar. Casei com um homem pobre demais. Aí não tinha mais jeito de estudar mais, aí não tive estudo nenhum mais.” (Eleuza, 2015, p. 4).

Eleuza (2015), quando chegou em Goiânia-GO, contava com cerca de quinze anos sem estudar. Estudou somente em sua infância e pode-se localizá-la entre os 4,6 milhões de subescolarizados que na década de 1990 deveria ser contemplado pelo Plano Decenal de Educação para Todos. Na gestão de Itamar Franco o Ministro Murílio Avellar Hingel estabeleceu, em 1993, o Plano Decenal de Educação para Todos⁴³ (p. 42) “ampliar o atendimento de jovens e adultos de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente ao ensino fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados” Esse Plano, como outros, demonstravam a pertinência em oferecer a educação de jovens e adultos trabalhadores, mas não conseguiam assegurar no âmbito financeiro os recursos para concretização dos objetivos, dessa forma, terminou por ficar no campo das intenções e os índices foram

⁴³ Em junho de 1993, o Ministério da Educação apresentou o documento originado por meio de uma construção democrática e em respeito à heterogeneidade cultural e social do Brasil. Almejava construir um conjunto de diretrizes de política educacional que, pela metodologia adotada, reflita a pluralidade de concepções e de propostas políticas e permita desdobramentos operacionais seguros no nível de cada região, estado, localidade e escola do País. E convidou ainda para continuar discutindo a educação por meio do referido Plano. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf> Pesquisa em 21/09/2015.

permanecendo ou alterando para maior desigualdade para jovens e adultos trabalhadores.

O discurso da entrevistada, Eleuza (2015), também reafirmou o imaginário do papel de subordinação das mulheres nessa sociedade, suas responsabilidades domésticas e de cuidados com os filhos, o que a impediu de seguir seu processo de escolarização. Hirata e Kergoat (2007, p. 607) argumentam que a reflexão sobre as modalidades de reprodução da servidão doméstica precisam ser pautados pelo pensamento crítico da sociedade, assim registram:

A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero.

A educação escolar também é um componente que, conforme as autoras, configura como modalidade de reprodução, pois a perspectiva de conciliação do trabalho doméstico, cuidado com os filhos e dinâmica dos estudos escolares, impõe-se às mulheres encarar essa condição, porém reafirma a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres. No período em que Eleuza (2015) parou de estudar, na década de 1980, com a responsabilidade com a casa e os filhos, a impossibilidade ficou maior, sobretudo na referida década, isto é, se no contexto atual de reconfiguração das relações sociais de sexo/gênero, conforme as pesquisadoras acima afirmam, ainda continua sendo um problema, tanto maior a dificuldade na vida da trabalhadora Eleuza (2015) na mencionada década de 1980.

Embora o período a seguir tenha configurado um quadro de ampliação ao atendimento de jovens e adultos trabalhadores que apresentavam pouca escolaridade, no entanto, a formação era desenvolvida por meio da qualificação profissional que se colocava desagregada do processo de escolarização. Os cursos apresentavam caráter aligeirado, fragmentado, com o único objetivo de atender uma necessidade pontual.

Ainda que a LDB (9.394/96), em seu art. 4º, tenha registrado no inciso “VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidade adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola, [...]”, nesse mesmo ano, 1996, FHC sancionou outro dispositivo legal, a Lei nº 9.424/96, que estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Esse instrumento legal não incluiu a educação de jovens e adultos trabalhadores e dessa forma, inviabili-

zou o atendimento a esses sujeitos como previa a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996⁴⁴.

A Resolução CNE/CEB nº 01/2000 esclarece que a educação de jovens e adultos trabalhadores é uma modalidade que apresenta sua especificidade. A Resolução (BRASIL, CNE, 200b), explicita a identidade da EJA, os sujeitos que compõem essa formação, e sinaliza para a necessidade de assegurar a distribuição dos componentes curriculares com o objetivo de propiciar a esse público a igualdade de direitos e oportunidades, bem como reconhecer a identidade própria dos sujeitos educandos, isto é, inserir seus contextos de vida em seus processos de formação. Por fim, o reconhecimento da especificidade na busca da organização dos componentes curriculares, tempos e as práticas pedagógicas que sejam adaptadas ao referido público, e que assegure o seu direito como os demais da educação básica.

No entanto, o público dessa pesquisa continuou afirmando que não se configurou esse direito. A entrevista da costureira Sara (2015) reiterou a descontinuidade e pouca aproximação com a escola. Suas palavras também expressam uma trajetória de sete anos e alguns meses na escola:

Até meus doze anos eu estudei até a 5ª série, eu parei, daí meu pai foi embora, virou uma turbulência, eu parei. Eu estudava no Lyceu de Goiânia. No centro, pegava ônibus, era muito difícil. O que foi mais complicado para mim foi que na época não tinha passe escolar, na época o governo não dava isso, e lá era um colégio que tinha nível de escola particular, uma exigência muito grande. Eu não conseguia acompanhar. Minha mãe não conseguia se organizar financeiramente; eu decidi parar. (Sara, 2015, p. 42)

Sara (2015) expôs sua condição socioeconômica que vivenciou no final da década de 1980 e sua responsabilidade financeira para com a família. Quando foi questionada sobre o que a tinha afastado da escola, Sara (2015, p. 43), reafirma: “[...] foram as dificuldades mesmo da época. Eu chegava na sala, eu não tinha o livro e nem tinha condições de comprar, eu me senti obrigada a trabalhar, mas eu gostava de estudar, minhas notas eram tão boas.”

Na época, o ensino de primeiro grau, assim denominado, era marcado por ampla precariedade, principalmente em regiões mais empobrecidas. Um número considerável de crianças estava fora da escola. Conforme Saviani (2011), os estudiosos e aqueles que pensavam e construía os projetos, buscavam ampliar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino. As secretarias estaduais estavam convencidas da necessidade de maior autonomia nos

⁴⁴ No panorama da década de 1990 a educação de jovens e adultos trabalhadores foi pauta de discussões tanta nas instâncias oficiais da educação, bem como nos movimentos sociais que representam e defendem essa modalidade. Ver estudos sobre a década de 1990, Machado (2009).

estados para realizarem políticas educacionais próprias, mas isso indicava, além da delimitação de responsabilidade entre as distintas esferas do governo, a afirmação da possibilidade de financiamento para realização dos seus projetos. No entanto, havia na esfera federal uma política de centralização, o que gerou um contexto de conflitos entre as esferas do poder.

Sara (2015) era aluna de uma dessas escolas estaduais de Goiânia que não tinham condições de assegurar, naquele período, a continuidade dos adolescentes no processo de escolarização. À época, não havia passe estudantil e Sara informou que não havia distribuição de material, do livro didático⁴⁵, e ela não tinha condições de comprar. Sara (2015, p. 42), revelou que teve uma passagem de um ano e poucos meses na Educação de Jovens e Adultos no interior: “Daí quando minha filha mais velha cresceu um pouco mais eu voltei [para o interior] com 22 anos, [...] aí depois, lá no interior eu fiz o EJA, terminei o ensino fundamental, nem conclui tudo até hoje.” Esse retorno foi em 1999, período em que a EJA, buscava-se se consolidar enquanto modalidade, mas continuava sem recurso próprio e ainda perpetuava a visão de suplência com cursos aligeirados, essa era a educação oferecida aos trabalhadores, sobretudo no interior do país. Nesse ano, 2015, quando foi indagada sobre a possibilidade de retornar a escola, Sara responde:

Mas no fundo eu tenho vontade de ter um curso superior. Então, eu penso, assim, eu tenho vontade de me preparar, fazer o EJA de novo. Agora tá mais fácil para mim e terminar e fazer uma faculdade. Minhas meninas fazem faculdade, elas ajudam também, mas por isso que a gente trabalha muito pra manter elas na faculdade, a faculdade delas é particular. (Sara, 2015, p. 43)

Embora demonstre um desejo de retomar os estudos, mais uma vez a situação socioeconômica apresenta-se como empecilho. E em seu contexto de cuidado com a escolarização das filhas, se coloca no índice de uma grande parcela das famílias que estão trabalhando muito para conseguir manter os filhos no ensino superior, inclusive, em larga medida, em instituições privadas. O contexto da educação superior no país naturalizou

⁴⁵ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o programa de distribuição de livros, gratuitamente, aos estudantes. Essa denominação é atual, no entanto, assumindo vários nomes, o Programa, conforme histórico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), iniciou-se em 1929. Na década em que a entrevistada salientou a falta do Livro, o histórico registra que em 1983 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que incorporou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef). Nesse período o programa foi ampliado, inclusive com a abertura para que os professores escolhessem os livros e exigia-se a contrapartida das unidades federadas. Em 1985 o Decreto nº 91.542/1985 estabeleceu a troca do Plidef para o PNLD e uma das mudanças que ocorre é o fim da contrapartida dos Estados, ficando a cargo somente da FAE. O histórico como um todo mostra alguns anos de descontinuidade e pouca distribuição, por falta de recursos, inclusive, em vários períodos as escolas municipais foram excluídas do Programa.

A diversificação e diferenciação da educação superior e contribuir para a intensificação dos processos de expansão das IES, sobretudo do setor privado, numa escala sem precedentes na educação nacional e, ao mesmo tempo, contribuir para a alteração da lógica e das dinâmicas organizativas da IES públicas, principalmente as federais. (DOURADO, 2011, p.56)

Para o autor existe um desafio considerável, pois o contexto de privatização da educação superior no Brasil e a concepção mercantilista da formação das instituições privadas têm sido uma constante do fim do século XX e início do século XXI. E assim, torna-se evidente uma parcela das famílias desse país necessitarem de aumentar sua renda ou se endividarem para cumprir o compromisso dos filhos obterem o diploma de curso superior. A trajetória de Sara (2015) revela como essa política altera as prioridades familiares, fazendo com que ela relegue a um segundo plano o seu sonho de voltar à escola devido as despesas inerentes à graduação das filhas.

A história da costureira Dalila (2015, p.80-82) revela uma retomada nos estudos, após vinte quatro anos, ocasião em que conseguiu terminar o ensino fundamental, ela relata:

Eu casei muito nova, com 17 anos; não terminei nem o ensino fundamental. Eu casei, logo veio os filhos. Dediquei à casa e aos filhos, mas trabalhava fora, (...) Aí, em 2006, eu voltei a estudar. Estudei, terminei o ensino fundamental, fiz até a 8ª série, aqui perto, no Jayme Câmara (Escola Municipal). Eu não comecei na 5ª não, porque a quinta eu já tinha feito várias vezes. Eu não tinha passado, aí eu fui para 6ª série, fiz e passei. A 7ª mesmo, fiquei só uns dois meses. Aí pulei para a 8ª série e terminei. Dentro de um ano eu fiz a 7ª e a 8ª série.

Dalila relata várias repetições na 5ª série. Muitos trabalhadores não conseguiram terminar seus estudos na idade dita adequada, em função de reiteradas repetências e, não raro, abandonos posteriores. Essa é uma discussão complexa para educação brasileira. Ribeiro (1991) traça um panorama da repetência e também da evasão na década de 1980, década em que a costureira Dalila deixa a escola. Nesse sentido, o autor, discute que a proclamada evasão entre a 1ª e a 2ª séries, do fundamental, não importava tanto quanto a repetência, na opinião do autor essa deveria ter sido mais cuidada. Ribeiro (1991) afirma, ainda, que as taxas de repetência indicavam grandes aumentos para todas as séries do 1º grau no Brasil, inclusive para regiões mais desenvolvidas do País.

Os dados do fim da década de 1990, conforme o Censo Escolar (1999-2000), revelam que mesmo depois das mudanças na Legislação da Educação Básica os índices de repetência atingiram o percentual de 28,5%. Na 5ª série continua prevalecendo a maior taxa de 50,4%.

Uma reflexão necessária quando se trata da repetência é o papel da escola, bem como de todo o sistema escolar, conforme Paro (2001, p. 2)

[...] a prática da reprovação no ensino básico: porque ela tem servido de álibi para a secular incompetência da escola que se exime da culpa que é dela e do sistema que a mantém. A reversão dessa situação exige que o elemento que estrutura a escola básica deixe de ser a reprovação para ser o aprendizado. É preciso reprovar, não os alunos, para encobrir o que há de errado no ensino e isentar o Estado de suas responsabilidades, mas as condições de trabalho, que provocam o mau e impedem o alcance de um direito constitucional.

Essa reflexão talvez possa contribuir para que os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, como a costureira Dalila (2015), possam não somente ter acesso à escola, mas também continuar e concluir sua formação escolar. Mas Dalila (2015), relatou em sua entrevista do retorno a escola em 2006, época em que sentiu a escola como um espaço de crescimento, com essa perspectiva, não perdeu tempo e conseguiu terminar o ensino fundamental. Em 2006 a Educação de Jovens e Adultos já se encontrava com uma caminhada de reconhecimento, enquanto modalidade da educação básica.

As redes estaduais e municipais já tinham organizado suas resoluções por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais no sentido de assegurar o direito dos jovens e adultos trabalhadores de estudarem. Dalila (2015) quando buscou a escola que citou em seu relato, era uma instituição da Rede Municipal de Educação de Goiânia. A escola desenvolvia em 2006 a Proposta Político-Pedagógica da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos-Eaja, aprovada pela Resolução nº 140 CME, de 22 de junho de 2005.

E conforme a Proposta de 2005, a educação de adolescentes, jovens e adultos tem suas peculiaridades que demandam atendimento diferenciado: assegurar o acesso à educação fundamental em horário adequado às condições do educando trabalhador, carga horária e currículo voltados à sua realidade, bem como flexibilidade de frequência para o educando trabalhador. Assegurava também a matrícula e o avanço, mudança de séries, a qualquer momento do ano letivo. Esse avanço foi citado por Dalila (2015) em seu relato. O objetivo era possibilitar a formação escolar, conforme as condições e os conhecimentos já adquiridos pelos educandos dessa modalidade.

Pelo exposto, a educação formal exerceu pouco impacto na profissionalização da população estudada. Essas trabalhadoras compõem, conforme a tabela do Censo/2010 IBGE, os 60 milhões que não terminaram o ensino fundamental, ou os 20 milhões que não terminaram o ensino médio. Pertencem a uma parcela da população que construíram suas aprendizagens

no círculo familiar, no trabalho e, de forma superficial, na escola. Dessa forma, esse segmento possui vulnerabilidades sociais, sobretudo por vivenciar uma sobrecarga de trabalho, portanto, necessita que seus integrantes sejam convencidos de seus vários direitos enquanto cidadãos. A escola para esse público precisa considerar os saberes e a produção em uma dimensão de atividades em consonância com o contexto específico da população em tela. reais de transformação. Conforme Schwartz (2009, p. 268):

[...] como, protagonista coletivos, nós operamos continuamente entre, de um lado as formas de saberes tendencialmente produzidos anteriormente e à distância, sem destinatário personalizado, destinados à antecipar e a, de certo modo, normalizar mais ou menos todo agir, e, do outro lado, o meio humano, incluindo o sujeito do agir, permanentemente reconfigurado pelo produto da dinâmica do vaivém anteriores, exige reavaliações, reaprendizagens novas.

Nesse sentido, o direito à educação, acesso e continuidade, precisa ser ressignificado, todavia, sem perder de vista os saberes adquiridos ao longo da trajetória de vida das mulheres trabalhadoras que se constituem, enquanto profissionais em domicílio e, ainda, fazem parte, mesmo sem terem a consciência, da cadeia de produção global de confecções.

Diante da invariável exclusão da formação escolar dos trabalhadores, fica evidenciada a falta de políticas públicas e o pouco investimento com a formação escolar dessa categoria na sociedade. A educação para os trabalhadores ocupou lugar secundário nos projetos dos governos federais. A realidade tem apontado o descaso ou a parca eficiência para confrontar com a questão dos baixos índices de escolaridade para o segmento dos trabalhadores nesse país.

Nas vozes das entrevistadas dessa pesquisa a escola ocupou pequeno espaço em suas existências. Que outras possibilidades podem representar uma alternativa de formação? Quais projetos educacionais poderão integrar teoria e prática na perspectiva dos trabalhadores? O próximo item abordará a concepção de formação humana e escolar para além da tese mercadológica. Nesse sentido, serão apresentados modelos vivenciados pelos movimentos sociais, o que representa uma forma de valer-se das contradições que a sociedade capitalista apresenta e construir um projeto social contra-hegemônico⁴⁶.

⁴⁶ Para Gramsci: “ O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, [...] a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômico, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” (CADERNOS DO CÁRCERE, 2007, V. 3, p. 48). Dessa forma, a contra-hegemonia constitui-se pela organização dos grupos dominados em oposição às determinações políticas e econômicas do grupo dirigente.

3.2 SE NÃO É PELA ESCOLA EXISTEM OUTRAS POSSIBILIDADES FORMATIVAS ALÉM DA ESCOLA FORMAL? MODELOS DE FORMAÇÃO DO MST E CUT

Uma das características do modo de produção capitalista recai sobre a divisão social e técnica do trabalho e, dessa forma, as mudanças estabelecidas no mundo do capital exige uma configuração educacional de classe social. Essa perspectiva impôs e continua impondo a concepção de educação que tem historicamente apartado “trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das classes subalternizadas.” (MOURA et al., 2012, p. 2). É sabido que esse percurso não se constitui de forma automática, mas a disputa social engendra de alguma forma o questionamento e busca travar essa imposição da sociedade capitalista.

Assim, faz sentido, a compreensão da centralidade teórica nos vínculos trabalho e educação, que os estudos têm contribuído historicamente no ensejo de contagiar os processos educativos, para além da educação profissional ou ensino médio. O princípio educativo⁴⁷ baseado na relação educação e trabalho, aponta para duas finalidades: primeiro, para enfrentar os desafios que atingem a classe trabalhadora; e segundo, para articular novas relações sociais que busquem a superação das contradições capitalistas. Vale ressaltar que as finalidades não indicam apenas uma melhora da situação dos trabalhadores no contexto do capitalismo, mas sim a superação da exploração do trabalhador a partir dos próprios sujeitos.

Na discussão de Arroyo (1998, p. 155), a visão universal da educação “não apenas no sentido de para todos, mas de dar conta da universalidade, pluralidade, omnilateralidade das dimensões humanas e humanizadoras a que todo indivíduo tem direito por ser e para ser humano.” Essa concepção de unidade das dimensões humanas faz o contraponto ao ideário propedêutico, caracterizado pela preparação estreita para o mercado de trabalho.

Considerando a dualidade histórica brasileira entre educação propedêutica e profissional, a partir de 2005⁴⁸ o debate do currículo integrado tornou-se um passo na compreensão das

⁴⁷ “Ter o trabalho como princípio educativo implica referir-se a uma formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana, em que a produção do conhecimento científico é uma dimensão. Por exemplo, a eletricidade como força natural abstrata existia mesmo antes de sua apropriação como força produtiva, mas não operava na história. Enquanto era uma hipótese para a ciência natural era um “nada” histórico até que passa a se constituir como conhecimento que impulsiona a produção da existência humana sobre as bases materiais e sociais concretas.” (RAMOS, 2005, p.119-120)

⁴⁸ Com o Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja – e o Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, ampliou-se a oportunidade de ofertas de cursos nos sistemas estaduais, municipais e entidades nacionais de serviço social, propiciando a integração dos cursos de formação inicial também no ensino funda-

necessidades da educação de jovens e adultos e de sua importância no que tange ao desenvolvimento social do país, a partir dos trabalhadores. Esse debate encontra-se fundamentado, conforme Ramos (2005), na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral. Essas dimensões são indissociáveis no contexto social e na formação dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o currículo integrado apresenta-se como uma possibilidade de não somente inserção social para aqueles que foram obrigados a se afastarem do processo de escolarização pelas próprias condições concretas de existência, mas também compreende a perspectiva da formação humana, essencial para condição emancipatória dos homens e mulheres dessa sociedade.

Referido debate do currículo integrado faz parte de uma construção histórica, tecida pelos os movimentos sociais, alguns registrados a seguir. Enquanto iniciativa de educação popular⁴⁹, o Brasil vivenciou alguns projetos educacionais que tiveram como norte os movimentos dos trabalhadores e a defesa da educação integral. Vale ressaltar os limites do proclamado nos documentos e o que de fato foi realizado, no entanto há de se enfatizar a construção histórica no âmbito da formação dos movimentos dos trabalhadores. Entre muitas, as propostas educacionais libertárias iniciaram no Brasil com o movimento anarquista ainda no século XIX. Conforme Moraes e Silva (2013, p. 9)

[...] proposta de levar o trabalhador à sua formação integral e consciência de classe, eclodiram diversas bibliotecas populares, centros de estudos, centros de cultura social, grupos de teatro, centros libertários, sem mencionar os variados jornais – mensais, semanários, diários, revistas – que obtiveram significativa ressonância na classe operária e na sociedade da época.

Os autores destacam que a concepção de educação integral das escolas libertárias está ligada à história do movimento revolucionário do século XIX, elaborado por Paul Robin e aprovada nos Congressos da I Internacional Comunista. A concepção de educação integral apoiada pelo movimento anarquista é “contrária a existência de dois tipos de instrução – uma ‘aprimorada’, reservada aos burgueses, e outra, ‘simplificada’, destinada aos trabalhadores, expressão da dominação de classe.

mental na modalidade de EJA, o que resultou então na criação do Proeja-FIC. (BRASIL, 2007), Conforme registro no Capítulo II.

⁴⁹ Educação Popular aqui defendida na concepção de Peixoto Filho (2010, p. 34) “como um conjunto de práticas que se realizam e se desenvolvem dentro do processo histórico no qual estão imersos os setores populares, ela deve ser compreendida também como estratégias de lutas para a sobrevivência e libertação desses mesmos setores.”

Na década de 1950 até o início de 1970, a referência de educação integral pode ser exemplificada por meio da implementação dos Ginásios Vocacionais no Estado de São Paulo. Contavam com educadores militantes da educação democrática, os quais defendiam a apropriação da classe trabalhadora em relação ao conhecimento socialmente construído. A proposta do currículo integrado apresenta, conforme Moraes (2013, p. 994), “o trabalho como princípio educativo e os recursos pedagógicos do estudo do meio na aproximação entre escola e cidade (polis), a participação coletiva, a autogestão e autoavaliação [...]” Essa formação e movimento contou com o envolvimento da comunidade local e o estímulo a uma participação política dos sujeitos.

A década de 1980 e 1990, os movimentos sociais, na perspectiva da redemocratização do país, foi palco de discussões sobre a educação integrada, sobretudo pautada no meio acadêmico, bem como pelos militantes sindicais, que viviam o processo de elaboração da Carta Constitucional e da Lei de Diretrizes e Base da Educação. Nesse cenário, o 5º Congresso da Central única dos Trabalhadores – CUT - discutiu e aprofundou o entendimento de que a formação profissional não deveria ser separada da educação geral, dessa forma, surgiram novos caminhos em que a referida Central buscou relacionar os termos trabalho-educação. Conforme as resoluções do 5º Congresso, em 1995 definiu:

A formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como o exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou mera garantia de promoção de competitividade dos sistemas produtivos (5º Concut, 1994)

O documento também enfatizou a perspectiva de compreender que os trabalhadores trazem para o espaço da formação conhecimentos que superam os denominados científicos. Dessa forma, valorizar os saberes que são constituidores desses trabalhadores é uma forma de reconhecê-los como sujeitos históricos com potencialidades de construção de sua formação. Por isso uma das premissas do documento diz respeito ao diálogo necessário com esse público, mas isso é somente possível se buscar a condição epistemológica e ontológica que não comunga com uma formação mecânica, mas a dialógica que também propõe a concepção da formação integral.

Na 7ª Plenária Nacional reafirma que:

A superação do antagonismo entre formação geral e formação técnica exige

a defesa de uma educação democrática, a organização da escola básica unitária, entendida como unidade que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e médio, incluídos neste nível de escolaridade os objetivos adicionais de educação profissional. Esta é a escola capaz de viabilizar a formação integral ou politécnica para a classe trabalhadora (7ª Plenária, 1995)

Em 1995 o III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos-CNM/CUT - aprovou o Programa Integrar que tinha o objetivo de reafirmar a formação profissional, mas distante do ideário de adiestramento, da rotina de cursos isolados e aligeirados e formação compartimentalizada. Decidiram então por um Programa em que o desempregado seria o centro. O documento do III CNM/CUT registrou:

Que a Direção Executiva, eleita neste Congresso, organize e coordene uma campanha nacional, para que até o ano de 2000 todos os trabalhadores metalúrgicos tenham condições e oportunidades de concluir a 8ª série do primeiro grau, exigindo do poder público programas específicos e negociando com empregadores investimentos e estrutura como parcela de contribuição. Precisamos mostrar que esta proposta – que, para os empresários, pode ser considerada unicamente como um fator de custo – é, para nós, um fator de cidadania. As negociações com os empresários devem ter também como objetivo a articulação de esforços para pressionar o poder público a cumprir seu papel, que é o de garantir a educação básica a todos exigindo escolas e salas adequadas, bem como salários e condições dignas de trabalho aos professores. (CNM/CUT, 1995)

Antes de iniciar o Programa, a Confederação propôs uma pesquisa informal com os trabalhadores desempregados que se concentravam em diferentes lugares da cidade de São Paulo. A partir da pesquisa chegaram algumas premissas que possibilitaram direcionar o programa para esse público: “a) o valor do conhecimento acumulado pelos trabalhadores em sua trajetória de vida; b) a formação técnica e propedêutica associada à certificação de escolaridade em nível de ensino fundamental; c) e a discussão sobre a questão de geração de emprego e renda.” (CNM/CUT, 1995).

Na opinião de Schwartz (2001) o trabalho adquire saberes específicos que os responsáveis pela formação desconhecem. E somente quem vivencia a relação com o trabalho é que pode desvelar essa especificidade produzida pelos trabalhadores no processo laboral. Assim, para conhecer o trabalho é preciso ouvir quem o executa e a partir dessa escuta considerar as várias reflexões possíveis, as quais envolvem saber, produção do saber e a relação do trabalhador com esse saber.

O documento registrou também a importância dessa pesquisa para elaboração das estratégias metodológicas que pudessem também reconstituir a identidade desgastada e fragili-

zada pela situação do desemprego. A confederação buscou parcerias como as escolas de formação da CUT, a saber, universidades, centros de pesquisas, educadores e trabalhadores. A estrutura curricular pautou-se, inicialmente, no debate “sobre o significado e as implicações econômicas, sociais e culturais do processo de reestruturação produtiva. [...] questões relacionadas à formação profissional e educação tecnológica.” A formação consolidou a compreensão que a formação profissional só atinge seus objetivos quando amparadas na cultural geral.

Essa discussão está entrelaçada com a defesa de uma formação humana em Gramsci para o proletariado, no sentido da constituição do homem na sua totalidade. Uma escola que não roube a criatividade, a inteligência. Em suas palavras:

Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com olho certo e a mão firme. (GRAMSCI, 2004, v. 1, 1910-1920),

A defesa gramsciana era por uma escola ampla, de alicerce humanista para todos. Conforme escreve Manacorda (2007, p.136) “O trabalho, para Gramsci, é essencialmente um elemento constitutivo do ensino [...] se insere no ensino pelo conteúdo e pelo método.” Nesse sentido, a integração do trabalho no processo educativo enriquece e desenvolve a autonomia do sujeito em formação. Gramsci argumenta sobre a escola tradicional e aponta alternativas para desconstruir essa situação:

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez tornar-se dirigente [...]. Não é a aquisição de capacidade de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escola profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (CADERNOS DO CÁRCERE, 2004, v. 2, p. 49)

O “tipo único” mencionado por Gramsci é referente à sua proposta de escola única

que em sua opinião deve desde o início trazer a “cultural geral, humanista⁵⁰, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.” (CADERNOS DO CÁRCERE, 2004, v. 2, p. 33)

A 9ª Plenária de 1999 demarca o campo de oposição ao discurso dominante que busca a educação para solucionar o desemprego e, nesse sentido, baseia-se na competitividade do mercado e na inovação profissional adequada às novas tecnologias. Dessa forma, afirmam a importância do “[...] desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias que articulem a educação básica com a formação profissional. Nesse sentido, que convertam-se em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade pela educação que os trabalhadores concebem e defendem.” (9º Plenária, 1999).

Essa Plenária também defendeu que o processo escolar além de se constituir em uma oportunidade para os trabalhadores construir conhecimento, permite também vivenciar novas relações sociais, que podem possibilitar mudanças significativas para a subjetividade do trabalhador, o que contribui para a construção de relações mais humanizadas na sociedade. Integrar trabalho e escolarização possibilita uma ampliação da visão desses sujeitos, que conquistam maiores reflexões sobre o contexto social e o próprio processo do trabalho.

No período de 2000-2002 a CUT cria o Projeto Nacional de Qualificação CUT/Brasil: a experiência do Programa Integração. Um projeto nacional de qualificação profissional, ensino e desenvolvimento sustentável desenvolvido pelo Setor de Formação da CUT, com apoio do PLANFOR do Ministério do Trabalho e Emprego. Conforme Barbára et al (2004), o objetivo era propiciar aos trabalhadores formação profissional e elevação de escolaridade em nível dos ensinos fundamental e médio.

No 8º Congresso Nacional da CUT consolida-se uma proposta de Educação Integral dos Trabalhadores, inclusive com o objetivo de intervir nas políticas públicas:

Concebida como um dos princípios para qualificação dos trabalhadores no âmbito da Política Nacional de Formação da CUT, a Educação Integral pressupõe a articulação permanente das dimensões de Escolarização, Formação Política e Sindical e Formação Profissional, na perspectiva de qualificar os sujeitos não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo, para a tomada de consciência crítica perante as transformações no mundo do traba-

⁵⁰ Gramsci explica a concepção humanista presente em sua proposta: “A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, ‘humanismo’, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-lo elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.” (CADERNOS DO CÁRCERE, 2004, v. 2, p. 36)

lho, a realidade político-econômico e social do país, como também a importância da organização sindical, tendo em vista o fortalecimento da cidadania. (8º Concut, 2003)

O trabalho no interior das salas de aula, os laboratórios e as oficinas pedagógicas estão sempre voltadas para o conhecimento da diversidade territorial. Prepondera, também, a visão dialógica do compartilhar da experiência dos educadores e da participação dos educandos expondo reflexões e opiniões. A formação proposta voltada para jovens e adultos trabalhadores não se enquadrava somente no campo profissional, mas construía a autonomia dos trabalhadores frente ao poder econômico e político. (MORAES, 2013)

O Movimento Sem-Terra-MST é mais um movimento que tem construído em sua formação escolar a identidade de um projeto educacional integrado a uma concepção de sociedade na perspectiva dos trabalhadores e na construção da contra hegemonia. No boletim nº 9 registra a concepção de educação que foi construída na trajetória do movimento:

Em nossa trajetória fomos construindo uma concepção de educação, um método de fazer a formação das pessoas, uma concepção de escola. Desde o início tivemos a preocupação de fazer e então ir pensando o que seria a 'escola diferente, e depois os princípios da educação no MST; por isso chegamos à Pedagogia do Movimento e à Educação do Campo. Começamos nossa reflexão pedagógica na escola, saímos dela e estamos voltando a ela, agora a partir de uma visão bem mais alargada de educação e do próprio Movimento. (MST, 2004, p. 12)

Para o citado movimento, o setor da educação tem o importante papel de repensar a instituição escola, tarefa na opinião deles de muito desafio, isto é, pensar outra estrutura política e pedagógica voltada para realidade do movimento. O setor de educação nasceu de uma necessidade do movimento. Inicialmente a reivindicação se concentrou na busca da educação fundamental para as crianças, depois foi ampliando para educação de jovens e adultos, educação infantil, ensino médio e, atualmente, atingiu a educação universitária.

Dentre as várias dimensões para o setor de Educação, conforme registro no boletim nº 8:

O MST espera de suas escolas que se ocupem seriamente também desta dimensão, educando para o trabalho e pelo trabalho: que incluam as questões do mundo da produção como conteúdo de seus tempos e práticas; que desenvolvam conhecimentos, habilidades e posturas necessárias aos processos de trabalho que vêm sendo produzidos na luta pela Reforma Agrária; que cultivem o trabalho como um valor humano; e que façam da pedagogia do

trabalho, combinada com a pedagogia da terra, um dos métodos de educar os seres humanos que estão sob seu cuidado. (MST, 2001, p. 51)

Nessa perspectiva o MST reafirma a educação tendo como centralidade o trabalho e, assim, educar para que os trabalhadores e seus filhos assumam sua condição de sujeitos da construção de um projeto popular de reforma agrária. Como princípios pedagógicos (MST, 2001): a organização coletiva; integração da escola no assentamento; formação integral; prática da democracia; professor como sujeito integrado no assentamento; construção de um projeto alternativo de vida social; metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento. Estes são os elementos norteadores dessa proposta de educação que o MST vem consolidando há pelos menos trinta seis anos.

O Movimento viveu um empenho de constituir um processo de educação próprio e que também aproximasse de algumas experiências de organizações de massa, partidos, sindicatos, pois tinham a clareza que a escola tradicional representava a concepção burguesa e contrária à organização do MST. Dessa forma, os objetivos registrados nos documentos (MST, 2001), revelam que a educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuarem no MST são indissociáveis e asseguram a continuidade do movimento.

Essas são algumas memórias marcadas na história brasileira em que a educação tem o caráter de unidade entre conhecimento e trabalho, embora a sociedade capitalista insista em tratar como dois mundos apartados. De fato, a educação integrada tem vivenciando um campo de disputa político na história desse país. Esse é um debate que tem alimentado educadores e trabalhadores, embora o poder hegemônico o classifique como ideia ultrapassada, ainda assim, Fernandes (1989, p. 28) argumenta:

A sugestão mais ousada e modernizadora é a da inserção do trabalho produtivo em todos os níveis da educação escolar. [...] É vital associar educação escolar e processo produtivo. Todavia, não como um reforço de aprisionamento do trabalho pelas conveniências do capital: como fator de socialização crítica e libertária, igualitária e democrática do ser humano.

Ousadia necessária, inclusive, para o público dessa pesquisa, isto é, as mulheres em trabalho precarizado, assim como os outros trabalhadores em igual situação, sem excetuar os desempregados. Esses trabalhadores também não podem reproduzir sua vida ou mal sobrevivem mediante o salário que recebem. Para Gramsci a discussão crítica é imprescindível para a

construção de um novo bloco histórico⁵¹, o que faz relação com a organização da condição contra hegemônica dos trabalhadores. Dessa forma, a educação tem papel pertinente nessa organização.

3.3 “EU TINHA LOUCURA PARA VOLTAR A ESTUDAR”

Esse é o desejo expressado pela costureira Magarete (2015) que, assim como outras trabalhadoras, falaram do sonho de retornar à escola. A partir da escuta dessas trabalhadoras, mesmo aquelas que não expressaram a vontade novamente de se aproximarem dos conhecimentos escolares, trouxe a reflexão de como seria a escola para atender à classe trabalhadora? Qual é o papel dos educadores nesse processo? As vozes das trabalhadoras, de forma relevante, colocaram o trabalho como atividade vital em suas existências.

A história vivenciada pelas entrevistadas traz a relação capital trabalho, mas em primeiro lugar diz respeito à busca de sobrevivência. Na discussão de Ciavatta (2009, p. 29), a disputa capital trabalho também, apresenta “uma luta por outros interesses, a qual se desenvolve em todos os campos sociais, entre os quais o educativo.” A possibilidade de chegar aos conhecimentos elaborados e sistematizados historicamente acontece por via da escola. Na argumentação de Ciavatta (2009, p. 29), “A escola serve ao capital tanto por negar aos trabalhadores o acesso ao saber historicamente acumulado como por ignorar ou negar o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora no trabalho e na vida.” Nas vozes das costureiras é possível ouvir toda a vivência de produção tanto no âmbito profissional, quanto nos cuidados com a casa e os filhos. Na opinião de Freire (1977, p. 66):

Existir é, assim, um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se. [...] O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade.

A urgência pela sobrevivência foi determinante para compreensão dos poucos anos de estudo na história de vida das entrevistadas. Os relatos, entretanto, demonstraram uma curiosidade, uma sede de conhecimento, que possa complementar a sabedoria prática oriunda do

⁵¹ Conforme Portelli (1977 p. 131) “O Bloco histórico foi definido como a articulação interna de uma situação histórica precisa. Tal situação evolui porém, e com ela a estrutura e a superestrutura deste bloco histórico. Esta se edifica, essencialmente, em torno do sistema hegemônico da classe fundamental.”

exercício de suas atividades laborais. Essas trabalhadoras querem mais, querem a escola. Na reflexão de Freire (1996, p.69):

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir para mudar, o que não se faz sem abertura no risco e à aventura do espírito.

A prática educativa requer a existência humana, nesse existir as facções produziram saber da “história como possibilidade e não como determinação.” (FREIRE, 1996, p. 76). A escola para receber bem este segmento, deverá desenvolver a capacidade de perceber e valorizar os conhecimentos prévios, profissionais, do trabalhador estudante. Aliás, os novos conhecimentos ofertados pela escola sempre devem, ou deveriam, partir de conhecimentos prévios, no caso, as trabalhadoras trazem uma série de saberes assimilados no dia a dia e é dessa perspectiva que a escola poderá surgir como um novo horizonte. Negar tais conhecimentos significa negar a própria identidade do trabalhador estudante.

Uma atitude de respeito e o desenvolvimento de uma fina habilidade no corpo docente no sentido de promover uma ponte entre os conhecimentos teórico-científicos próprios da escola em relação às vivências profissionais trazidas pelas trabalhadoras do segmento em tela configura-se em um grande desafio pedagógico. E um conhecimento científico em diálogo com o trabalho poderá gerar um saber mais robusto, com os pés no chão da fábrica, isto é, com reflexões com relevância social, sem correr o risco da escola cair na armadilha de produzir conhecimentos divorciados da realidade, alienados, como se a vida fosse de fato ditada e marcada pelo capitalismo, isto é, que o trabalho não tem valor em si mesmo, mas é apenas um meio de acumulação de mais capital para uma minoria, ou do consumo pelo consumo.

São as histórias de existência e vida das trabalhadoras pesquisadas e de todos os trabalhadores que podem dar significado a uma proposta de escola para essa classe. É sabido que a prática educativa da escola a partir de uma determinação histórica e se concretiza nas relações de classe, mas intercedida pelas contradições e antagonismos. Na sociedade de dominação capitalista está voltada para atender aos interesses da classe dominante, no entanto, se os trabalhadores forem ouvidos a escola pode se voltar para atender aos interesses da classe trabalhadora. (CIAVATTA, 2009)

Nesse sentido, é preciso dialogar com o trabalhador e o trabalho, na concepção histórico-ontológica, pois significa inserir a educação no princípio que constitui o ser social. Na ar-

gumentação de Alves (2014, p.10):

A categoria trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, o local de trabalho propriamente dito, mas implica também o território da própria atividade vital ou processo entre o homem e a natureza: a (1) matéria natural que ele se apropria para dar-lhe uma forma útil para sua própria vida; e a (2) sua própria vida física e mental (corporalidade viva, braços e pernas, cabeça e mãos), elementos postos não apenas no interior do território da produção propriamente dita, mas também nas instâncias da reprodução social. O trabalho como processo entre o homem e a natureza é um traço ineliminável – pressuposto estrutural (e estruturante) – da atividade humano-social.

Dialogar com essa concepção do trabalho não é fácil, pois a sociedade capitalista apresenta como princípio de formação o mercado de trabalho, sobretudo para os trabalhadores que são envolvidos constantemente nas formações técnicas, aligeiradas e que não propõe uma reflexão crítica ao processo de produção. Por isso para os educadores também torna-se tarefa complexa pensar em uma formação na escuta dos saberes elaborados com base em suas trajetórias de trabalho. Além da escuta, a exigência de rever a prática pedagógica é imprescindível.

Gramsci (2004) ressalta a pertinência de se buscar o sentido da unidade teoria-prática, enfatiza o trabalho na sua historicidade, como unidade social imprescindível, mas não se limita à ocupação, emprego, tarefa, isto é, assinala o trabalho de forma ampliada nas dimensões das relações produtivas, culturais, ciências, tecnologias e prática, técnica e política. Isso constitui o fundamento das ações educativas que as escolas, sindicatos, fábricas, prisões ou outros espaços precisam constituir para contribuir na formação dos trabalhadores.

Gramsci (2004, v. I) argumenta que a educação como prática social pode acontecer em vários espaços, a saber, nas reuniões dos partidos, nas fábricas, na organização dos sindicatos, no processo das greves e mesmo nas prisões, entre outros espaços. Os espaços das fábricas tornam-se lugares de aprendizagem, o que devem ser sustentadas nos “centros” ou “círculos de cultura”. Conforme Escritos Políticos (2004, v. 1, 1910-1920), em 1917 Gramsci propõe a criação, em Turim, de uma associação proletária de cultura, na expectativa de inserir a discussão de cultura na ação política e econômica socialista. Em 1920, participou da “escola de cultura”, promovida pela Revista L’ Ordine Nuovo, ocasião em que trazia discussões e análise sobre a Revolução Russa.

Na cidade de Turim cria, no mencionado ano, o círculo socialista sardo. Gramsci (2004, v. I) considera pertinente desenvolver a formação do movimento operário por meio de uma “associação cultural”. Para o citado autor, a associação integra ação política e econômica e assegura os saberes advindos da cultura. São elementos indissociáveis e capazes de possibi-

litar consistência aos trabalhadores e sua organização para as conquistas de classe. Em 1926, no dia 7 de dezembro Gramsci chega a Ústica, ilha em que ficou preso, conforme Escritos Políticos (2004, v. 2, 1921-1926, p. 21),

Durante sua breve permanência na ilha, mora numa casa particular, em companhia de Bordiga e de outros confinados. Com alguns companheiros e amigos, organiza uma escola para os confinados: Gramsci dirige a seção histórico-literária, enquanto Bordiga se encarrega da seção científica.

Essa ideia foi disseminada para todas as prisões na Itália, onde tivesse um preso político, lá acontecia educação, o estudo e a reflexão. Na argumentação de Mayo (2004, p. 46) para Gramsci “a educação transformadora pode ocorrer em diversos lugares de prática social.” Nos mais diversos espaços em que os trabalhadores possam construir a consciência de classe e fortaleçam na unidade e identidade de trabalhadores, que tem, enquanto sujeito histórico, a responsabilidade de assumir o comando como bem registra a poesia de Brecht, mote desse capítulo.

CAPÍTULO IV TRAJETÓRIA DAS MULHERES TRABALHADORAS NAS FACÇÕES: CONDIÇÕES DE TRABALHO E DUPLA JORNADA

A memória é o olhar da vida, e o esquecimento é a opacidade, a morte. Na história, geram-se as múltiplas formas de olhar.

(Maria Ciavatta)

Se o processo de escolarização representou uma vivência curta para as trabalhadoras dessa pesquisa, o trabalho, ao contrário, foi determinante e constante na existência dessas mulheres. Aliás, a história da humanidade pode ser entendida como o registro do trabalho realizado no decorrer de incontáveis gerações. Por seu turno, cada trabalhador carrega em si as memórias de suas lutas, de seus sonhos, de suas conquistas, de suas decisões, de suas angústias, de suas frustrações, em uma palavra, de sua história. História esta que não está perdida no passado, mas que se faz presente no presente e que está disponível para dialogar com novos saberes. As mulheres pesquisadas trazem a memória de suas vidas impregnadas de trabalho, isto é, o “uso de si” voltado para produção da própria existência e da família, em constante intercâmbio com o contexto social. Com esta perspectiva, esse último capítulo apresenta a dimensão do trabalho e sua essencialidade na vida das faccionistas.

A consolidação das mulheres no mercado de trabalho é cada vez mais evidente. Os dados vêm demonstrando a expansão da participação das mulheres com remuneração nas famílias e muitas têm, inclusive, determinado a superação de situação de pobreza nas famílias brasileiras. Porém, a falta de condições de trabalho adequado e a desigualdade, sobretudo, por ser mulher, representa mais um desafio para o enfrentamento desse grupo social. As trabalhadoras da costura, principalmente das facções, grupo pesquisado, revelam em suas trajetórias de vida o duplo desafio, trabalho precário e informal e as diferentes discriminações manifestada pela condição gênero.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD (2013) mostram o quantitativo no país de 103,5 milhões de mulheres, o que equivale a 51,4% da população. A mesma pesquisa indica que esse grupo passou a viver mais tempo, diminuiu a procriação e representa 37,3% das pessoas que sustentam as famílias. Em uma escala de 30 anos, aumentou a expectativa de vida de forma significativa, nesse sentido, no ano de 1980 a mulher vivia, aproximadamente, até 65 anos, em 2010 passou para 77 anos.

As mulheres também são maioria ente os eleitores, em 2014 o Tribunal Superior Elei-

toral apresentou em seus registros o computo de 77.459.424 eleitoras, enquanto os homens chegaram a 68.247.598 eleitores. Aumentou também a participação de mulheres que concorreram a cargos públicos eletivos; em 2010 foram 5.056 mulheres candidatas e em 2014 subiu para 6.572, mesmo assim, representa menos que 30% a participação das mulheres na disputa eleitoral brasileira.

Esses dados apresentados busca o significado da aproximação com a realidade dos sujeitos dessa pesquisa. A trajetória de vida das trabalhadoras das facções em Goiânia-GO, a história de cada uma das entrevistadas revela as relações que foram construindo e desconstruindo no trabalho e na vida domiciliar, que no caso dessas trabalhadoras, vivenciam a condição de vida profissional e, não raro, de chefe do grupo familiar, isto é, trabalho para obter os recursos para sobrevivência e o trabalho com a casa, filhos, enfim com a família.

No primeiro momento propõe-se visualizar o panorama do trabalho e mulheres, no fim do século XX e início do século XXI, na expectativa de enxergar a trajetória das entrevistadas imbricada em um contexto maior da sociedade brasileira. No segundo momento o espaço das oficinas de costura misturado com o domicílio e os afazeres domésticos nas histórias das trabalhadoras e, o terceiro, as condições de trabalho e as várias histórias do envolvimento com o fazer das costuras e facção.

4.1 TRABALHO E MULHERES: UM PANORAMA GERAL DOS ÚLTIMOS ANOS DO SÉCULO XX E OS PRIMEIROS DO SÉCULO XXI

As últimas décadas do século XX e o início XXI, o cenário foi marcado por um intenso processo de urbanização e industrialização no país. O esgotamento do modelo agrário-exportador como economia de base do Brasil propiciou a saída de muitos trabalhadores do meio rural para buscar trabalho e moradia na zona urbana. Dessa forma, o arcabouço do capitalismo que se constituía, enquanto sistema pujante no Brasil, refletiu de forma significativa na composição econômica, política e social. No âmbito social a presença da mulher marcou a especificidade no mundo do trabalho.

A inserção das mulheres no processo produtivo brasileiro não significou a possibilidade da igualdade de gênero. Ao contrário, o acesso destas ao mundo do trabalho explicitou a desigualdade social. Já que essa é uma condição histórica, –adversidade de gênero, marcada desde o período colonial. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995), publicado, inicialmente em 1936, traz a herança rural no período colonial, e mesmo depois da indepen-

dência, o marco da família patriarcal que fazia do poder e da política como um prolongamento da comunidade doméstica. Holanda (1995, p. 85) escreve:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo se não de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.

Nesse sentido, percebe-se que essa desigualdade tem alicerces nas raízes históricas desse país. Embora o contexto de desenvolvimento da industrialização no país contou com a força de trabalho feminino, o trabalho remunerado às mulheres aos poucos registrou avanços, bem como o movimento em prol das defesas dos direitos das trabalhadoras, mas esse movimento encontrou, na mesma proporção, intensa oposição que resguardava e guarda a referida herança cultural patriarcal.

O movimento da década de 1960⁵², que tinha como inclusão na pauta reivindicatória a liberdade sexual, sinalizou uma direção diferente para sociedade, a qual questionava o patriarcalismo que imperava desde o início da história do país e apontou uma nova perspectiva de participação social da mulher no mercado de trabalho assalariado, inserção educacional, inclusive universitária, e também no âmbito da política. As últimas décadas do século XX e a primeira do XXI, ampliou-se ainda mais a busca por atividade profissional por parte das mulheres.

No campo da ocupação da força de trabalho feminina, dados do IBGE (Pnad/2012) apontam para os vários ramos de atividades econômicas que mostram também a distinção de inserção na ocupação das mulheres e homens no trabalho. O total do Brasil, demonstrado pela Tabela 2 abaixo, a superioridade da inserção dos homens no mercado de trabalho.

Os setores agrícolas, outras atividades industriais, indústria de transformação, construção civil, comércio e reparação de serviços há participação significativa de mulheres; atividades como indústria de transformação, comércio e reparação, transporte, armazenagem e comunicação, são atividades ocupadas majoritariamente por homens, sobretudo agrícola e comércio de reparação com 17,3% e 17,9%, respectivamente. As ocupações em que as mulheres

⁵² Maio de 1968 é marca de inúmeras mobilizações sociais, atuação da luta de massas. O movimento estudantil revelou-se como grande protagonista no período, mas a organização dos operários também foi significativa e determinante para engrossar o embate político. Conforme Hobsbawm (2002), a década de 1960 diversos movimentos de massa entraram em cena e lutaram pela igualdade das minorias, negros, mulheres e jovens, os quais reivindicavam pautas específicas, mas juntaram-se ao movimento operário liderado pelo Partido comunista da França e exigiam justiça sócio-econômica.

exercem a supremacia são alojamento, alimentação e serviços e educação, saúde e serviços sociais, está última as mulheres atingem 17,6% para 3,9% dos homens. Os dados explicitam a velha reprodução da situação de gênero, o trabalho manual é recorrente imposto a mulheres e o trabalho que exige maiores conhecimentos técnicos exercidos pelos homens (ANTUNES, 2009).

Tabela 2 - Ramos de atividade econômica assumidos por homens e mulheres:

Ramos da Atividade Econômica	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total	93.365	39.695	53.670	100,0	100,0	100,0
Agrícola	13.194	3.893	9.301	14,1	9,8	17,3
Outras Atividades Industriais	719	92	627	0,8	0,2	1,2
Indústria de Transformação	12.386	4.640	7.746	13,3	11,7	14,4
Construção Civil	8.179	235	7.944	8,8	0,6	14,8
Comércio e Reparação	16.550	6.920	9.630	17,7	17,4	17,9
Alojamento e Alimentação	4.439	2.509	1.930	4,8	6,3	3,6
Transporte, armazenagem e comunicação	5.243	673	4.571	5,6	1,7	8,5
Administração Pública	5.176	2.142	3.035	5,5	5,4	5,7
Educação, saúde, e serviços sociais	9.093	6.999	2.094	9,7	17,6	3,9
Serviços Domésticos	6.307	5.822	485	6,8	14,7	0,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.724	2.388	1.336	4,0	6,0	2,5
Outras Atividades	8.285	3.373	4.913	8,9	8,5	9,2
Atividades mal definidas	69	11	58	0,1	0,0	0,1

Fonte: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, março de 2015, p. 89. (Dados retirados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012).

Elaboração Própria

Outra discussão pertinente à ocupação diz respeito ao vínculo ou não instituído pelo mercado do trabalho. Bruschini e Lombardi (2007) sinalizam que em 1993, e também em 2002, continuam para as mulheres e homens a denominação de empregados, na condição formal, com carteira assinada pelo empregador, ou informal, sem nenhum vínculo empregatício ou proteção social. Nesse período de 2002 as mulheres passaram a compor 47% na categoria de empregadas em relação às demais ocupações do universo feminino. Na Pnad (2012), os dados de pessoas de 16 anos ou mais de idade do sexo feminino e masculino ocupados na semana de referência, total e suas respectivas distribuições percentuais por posição na ocupação no Brasil, revela:

Tabela 3 – Vínculo Empregatício e Gênero

Brasil (total 1.000 pessoas)	Empregados – Distribuição (%)			
	Mulher		Homem	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
93.365	36,0	12,1	42,6	17,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Elaboração Própria

No contingente de 93.365.000 pessoas, o que é possível perceber que houve um aumento de mulheres empregadas nesse ano mais recente, porém os homens continuam em maior proporção. Os dados do IBGE, mostram as diferenças regionais, assim, a região sudeste é a que apresenta maior contingente de mulheres empregadas com carteira assinada, 17.574.000, e maior o número de homens, 22.933.000. A região norte é a que apresenta menor número de mulheres empregadas 2.904.000 e a região centro-oeste é a que apresenta o menor número de homens empregados, 4.261.000, e 3.109.000 mulheres empregadas, 35,5% com carteira assinada e 13,2% sem vínculo empregatício.

Ainda no final do século XX, o Brasil vivenciou significativas alterações demográficas, culturais e sociais, que ressoaram no acréscimo do trabalho das mulheres. Conforme as autoras Bruschini e Lombardi (2007, p. 47), revelam que um panorama de 1992 a 2002, tomando dados oficiais⁵³, como possíveis tendências das alterações demográficas:

A queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, até atingir 2,4 filhos por mulher em 2002; a redução no tamanho das famílias, que em 2002 passaram a ser compostas por apenas 3,3 pessoas, em média, enquanto em 1992 tinham 3,7 pessoas; o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (74,9 anos) em relação aos homens (67,3 anos) e, conseqüentemente, sobre-presença feminina na população idosa; e, finalmente a tendência demográfica mais significativa, que vem ocorrendo desde 1980, que é o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres, os quais em 2002 chegavam a 28,4% do total das famílias brasileiras (51,560 milhões de famílias).

As autoras chamam atenção para terminologia de “arranjos familiares”, que conforme o IBGE (2012), diz respeito ao grupo de pessoas que vivem no espaço residencial. Como já

⁵³ As autoras informam que, entre outros, os dados oficiais foram retirados do IBGE (Pnads, Rais) Ministério do Trabalho e Emprego (TEM); Instituto Nacional de estudos e Pesquisas (Inep), Ministério da Educação (MEC).

foi apresentado, os dados comprovam a tendência vinda desde 1998 até os dias atuais, a saber, queda na taxa de fecundidade, diminuição ainda mais o número de filhos, aumento maior da expectativa de vida e o aumento de 28,4% para 37,3% na atualidade, mulheres que são responsáveis pelo sustento da família.

Entre as famílias que tem como pessoa de referência a mulher, conforme Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (março/2015, p. 13):

42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge com filhas/os. Por outro lado, somente 3,5% das famílias com pessoa de referência do sexo masculino eram formadas por homens sem cônjuge com filhas/os. Das famílias com pessoa do sexo feminino, somente 22,9% eram compostas por casais com filhas/os.

O Relatório também mostra que 17% são mulheres que vivem sozinhas e formam as famílias que têm como referência de sustento a mulher. Com o destaque para cor ou raça, 52,6% são mulheres negras como referência de sustento da família.

Bruschini e Lombardi (2007) propõem um recorte de raça e cor para perceber que a maioria das responsáveis pelo sustento da família é preta ou parda. Essa é uma população excluída historicamente, o que lhe tirou boas condições de vida, bem como acesso à educação. Essas autoras mostram outro estudo referente ao ano de 2002, em que mostra a conexão de maior pobreza com as mulheres negras que assumiram a chefia do domicílio.

Outro estudo referenda a associação de maior pobreza com os domicílios chefiados por mulheres e por afrodescendentes: em 2002, enquanto a média de renda domiciliar per capita encontrada em domicílios chefiados por mulheres afrodescendentes era R\$ 202,00 e naqueles chefiados por homens da mesma etnia era R\$ 209,00, nos domicílios cujas chefes eram brancas atingia R\$ 481,00 e naqueles com chefia masculina na branca era R\$ 482,00. (p. 54)

Em estudo mais recente, com base em dados do IBGE (2010), a desigualdade entre as próprias mulheres; a renda salarial das mulheres pardas apontava para R\$ 727,00, na proporção de 52% das brancas que recebia em torno de R\$ 1.396,00. Em uma comparação com os homens brancos com rendimentos em torno de R\$ 2.086,00, as mulheres pardas ou pretas ganhavam o equivalente a 35% do rendimento desse grupo da população.

A mudança na identidade feminina no início do século XXI viveu um percurso não só advindo das transformações demográficas, bem como no arquétipo cultural e de valores que propiciou um balanço na função social da mulher. A expansão da escolaridade e a inserção

nas universidades ensejaram as mulheres novas possibilidades de postos de trabalho. Esse contexto apresenta o aumento da atividade feminina, bem como as mudanças no perfil dessas trabalhadoras.

Hirata (2003), discute esse perfil das trabalhadoras a partir do processo de globalização, tomando a abordagem homens-mulheres e uma pesquisa desenvolvida com países Norte-Sul. A autora analisa as diferentes consequências da globalização sobre o emprego e o trabalho, conforme o sexo no contexto Norte-Sul. Em sua argumentação:

Se considerarmos os resultados de pesquisas feitas por economistas e sociólogos do trabalho nos anos 90, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional teve como consequência um aumento no âmbito mundial – com raras exceções, como a da África Subsaariana – do emprego assalariado e do trabalho remunerado das mulheres. No entanto, e esse é um dos paradoxos da globalização, esse aumento foi acompanhado de uma precarização e vulnerabilidade desses empregos. As desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram significativamente reduzidas com o crescimento do emprego assalariado das mulheres, e a divisão do trabalho doméstico não mudou de fato, apesar das responsabilidades crescentes assumidas, pelo menos por algumas dessas mulheres, no campo profissional. (p.16)

Nesse debate da divisão do trabalho doméstico as possibilidades de mudanças são bastante morosas, mas o fato é que as mulheres continuam assumindo as tarefas domésticas como se fosse naturalizado: “tarefas de mulher”. Conforme Hirata (2003), esse caráter de trabalho precarizado, frágil e flexível desenvolveu-se na condição de tempo parcial nos países do Norte e no Sul na condição de informalidade, sem vínculo ou estabilidade alguma. Essa autora argumenta que um dos resultados do processo da globalização é a acentuada desigualdade social entre homens e mulheres, bem como entre as próprias mulheres, mas percebe, também, que em função da pulverização dos trabalhadores e trabalhadoras, os quais assumem, “empregos precários (contratos, por tempo determinado, temporários, contratos ‘subsidiados’ etc) ou isolados (trabalho em domicílio, teletrabalho etc.)” (p.16), cria-se a necessidade e condições pertinentes para o surgimento de novos sujeitos que poderão buscar alternativas de forma coletiva.

O desenvolvimento do trabalho em tempo parcial e informal é marcado pela presença feminina, sobretudo por se tratar de trabalhos que estão no setor de serviços e comércio, (conforme apresentado na tabela da p.) são comumente instáveis, baixa remuneração, desvalorizados pela sociedade, sem possibilidade de ser estruturado sob um plano de carreira e com parca

proteção social, ou quase nula. Essas condições e formatos de trabalho representam uma alternativa para as empresas que buscam utilizar de todos os formatos para assegurar produção com baixo custo.

Na opinião de Antunes (2009), o capitalismo tem buscado aproveitar dessa intensificação e polivalência do trabalho feminino. Em suas palavras:

Da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes que são,[...] – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres.(p. 109-110)

Dessa forma, as relações entre homens, mulheres e classe trabalhadora estão constituídas no universo produtivo e reprodutivo, mas que também concretiza-se em uma estruturação social sexuada, em que as mulheres e os homens que vendem sua força de trabalho são formados desde a família e na educação de forma diferenciada para inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, o capital tem se apoderado dessas condições e da divisão do trabalho entre o gênero feminino e masculino.

Hirata (2003) analisa, ainda, duas tendências presentes no emprego das mulheres. A primeira é sobre a bipolarização que revela um quantitativo maior de mulheres consideradas “não qualificadas”, com empregos precários e um número pequeno de mulheres assumindo cargos e gerências intelectuais superiores. A segunda tendência aponta o aumento dos empregos de serviços, sobretudo os empregos domésticos. Na análise do autor:

Em países como França e o Brasil, a supressão de empregos no setor industrial é compensada pela criação de empregos nos serviços, em que a bipolarização também é significativa: por um lado, há um aumento do número de mulheres que são gerentes financeiras nos bancos e nas companhias de seguros; por outro, no mundo inteiro, há um aumento dos “empregos em serviços” e do serviço pessoal (trabalho doméstico remunerado, trabalho para cuidar de crianças e de pessoas idosas etc.). Os efeitos perversos do crescimento do número de empregos em serviço pessoal são conhecidos: diminuem o status, já precário e subvalorizado, desse tipo de emprego, em geral associado à força de trabalho feminino. (p.20)

Abramo (2007) faz um estudo sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina, que traz essa discussão da bipolarização, mas pelo viés da mulher como força de trabalho secundária. Essa ideia se constitui, inicialmente, em torno de um arcabouço de família nuclear, em que a divisão social está bem estabelecida, o homem é o provedor e a

mulher é a responsável pelos afazeres do domicílio e os cuidados com os filhos. As muitas instituições de mercado de trabalho, ainda hoje, têm como norte esse ideário, dessa forma, o valor da remuneração teria como objetivo sustentar minimamente o trabalhador mais sua família.

Nesse padrão a entrada da mulher no mercado de trabalho apresenta-se como um projeto secundário em sua vida. Para Abramo (2007, p. 29), a inserção só acontece em dois contextos:

- quando o homem (por definição é o provedor principal/exclusivo) não pode cumprir seu papel, devido a uma situação de crise econômica, desemprego, diminuição de sua remuneração, doença, incapacidade temporária ou definitiva, ou outro tipo de infortúnio; - quando se trata de um lar no qual a figura masculina está ausente (por morte, separação, etc), e a mulher, por falta de alternativa, assume o papel de provedora.

As principais marcas dessa decisão de entrar no mercado de trabalho são trajetórias laborais incertas e descontínuas e sua inserção não indicava uma opção pessoal, mas uma substituição ao papel do homem, “verdadeiro” provedor. A segunda marca diz respeito à precária remuneração advinda do trabalho feminino para sustentar a família, por ter a primeira marca da instabilidade ou caráter complementar. A terceira traz a ideia que o mundo do trabalho e as relações constituídas nesse espaço não se configura como um lugar de identidade feminina. A última marca, ligado ao pensamento dos empresários e à realidade das condições específicas das mulheres, as quais comumente não podem fazer horas extras, nem viajar ou fazer horários noturnos, certa ou alta rotatividade no trabalho, sem contar os custos relativos à maternidade e aos cuidados com os filhos. Na argumentação de Abramo (2007, 34)

A ênfase dada em alguns momentos no discurso empresarial a essas “limitações” atribuídas às mulheres no trabalho contribui para fortalecer uma imagem delas como trabalhadoras “problemáticas”, “pouco adequadas” ou “diferentes” com respeito ao modelo de trabalhador, que costuma ser um modelo masculino, ou seja, um trabalhador que pode se dedicar “integralmente” ao trabalho porque tem maior disponibilidade de tempo, (...). Isso implica uma série de prerequisites sociais, que se tornam verdadeiras “vantagens” que permitem a esse trabalhador desenvolver uma trajetória profissional.

Enfim, a sustentação dessa condição de trabalho secundário das mulheres está no discurso das ditas “limitações” como se fizesse parte de uma condição natural atribuída às mulheres, que conforme Abramo (2007), está de fato na relação historicamente estruturada dos papéis de gênero, isto é, continua cabendo às mulheres, de forma unilateral, os cuidados com

a família. No entanto, esse trabalho com a família não é incorporado como atividade econômica, dessa forma, a reprodução social fica a cargo da mulher na condição de sobretrabalho⁵⁴, e sem remuneração alguma.

As autoras Bruschini e Lombardi (2007) analisam que a primeira geração de estudos sobre o trabalho feminino no Brasil buscou somente a visão da produção, nesse sentido, desconheceu que o espaço ocupado na sociedade estava determinado pelas implicações advindas de seu papel na família. Um pouco mais recente, o estudo sobre “a condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho deu origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico.” (p. 48)

No entanto, as pesquisas somente tomaram outro curso quando refletiram a partir da relação entre espaço de produção e família, ou família como espaço reprodutivo. As mulheres trabalhadoras convivem e sobrevivem dialogando com estes dois espaços, a família e o trabalho, e, em muitas realidades eles caminham completamente imbricados. Bruschini e Lombardi (2007) chamam atenção para a importância das pesquisas do IBGE a partir da Pnad de 1990, as quais possibilitaram a partir dos microdados, chegar a informações sobre as várias atividades que, embora não sejam considerados como trabalho não pago, são atividades que absorvem energia e desgasta quem realiza as referidas atividades.

Bruschini e Lombardi (2007) buscam um estudo sobre Padrões de Vida, realizada pelo IBGE no final do século XX. Nesta pesquisa as atividades domésticas estão entre as que mais absolvem tempo dos sujeitos pesquisados:

Com uma média semanal de 30 horas, variando segundo o sexo – 36 horas as mulheres, ante 14 horas os homens -, idade, cor, instrução e rendimento domiciliar *per capita*. De acordo com a pesquisa, 79% das mulheres se dedicam a esses afazeres, em comparação com 29% dos homens e, para as mulheres, há diferenças relevantes segundo o grupo etário, principalmente quando associado a cor, região, local do domicílio e instrução. (p. 51)

Assim também as diferenças de cor, mulheres pardas e pretas utilizam mais tempo do que as brancas. Quanto à região do nordeste, a pesquisa mostra que o tempo gasto é maior do que o utilizado pelas mulheres do sudeste. As autoras argumentam que as diferenças tomam

⁵⁴ Antunes (2009, p. 108) chama de duplicidade. Em suas palavras; “A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.”

distância quando as mulheres são do espaço rural, somam mais 6 horas para essas mulheres em comparação com as mulheres da área urbana. Os eletrodomésticos do meio urbano contribuem para essa diferença de horário de trabalho doméstico.

Conforme o Relatório (março/2015), as mulheres no âmbito rural vivenciam uma situação de maior precariedade ainda. O número de mulheres aposentadas por tempo de contribuição no meio rural é de 7%, o que demonstra a situação de exclusão da idosa no campo. Os dados apresentam que mesmo chegando ao século XXI, as atividades desenvolvidas pelas mulheres no campo ainda são consideradas como um “auxílio” aos trabalhos dos homens. Os trabalhos femininos rurais são desconsiderados e desvalorizados, nesse sentido, apresentam-se em uma condição pior do que trabalho secundário.

No que tange à escolaridade, também marca diferença: “as que têm de quatro a sete anos de estudo gastam 37 horas semanais, o tempo consumido pelas mais instruídas, doze anos ou mais, cai para 28 horas.” (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2007, p. 51). Por fim, apresentam o diferencial de gênero, tempo consumido concomitantemente com o trabalho remunerado e as atividades domésticas. Os homens gastam em média 46 horas semanais e as mulheres 61 horas. O gráfico abaixo, mostra o mesmo estudo, treze anos depois.

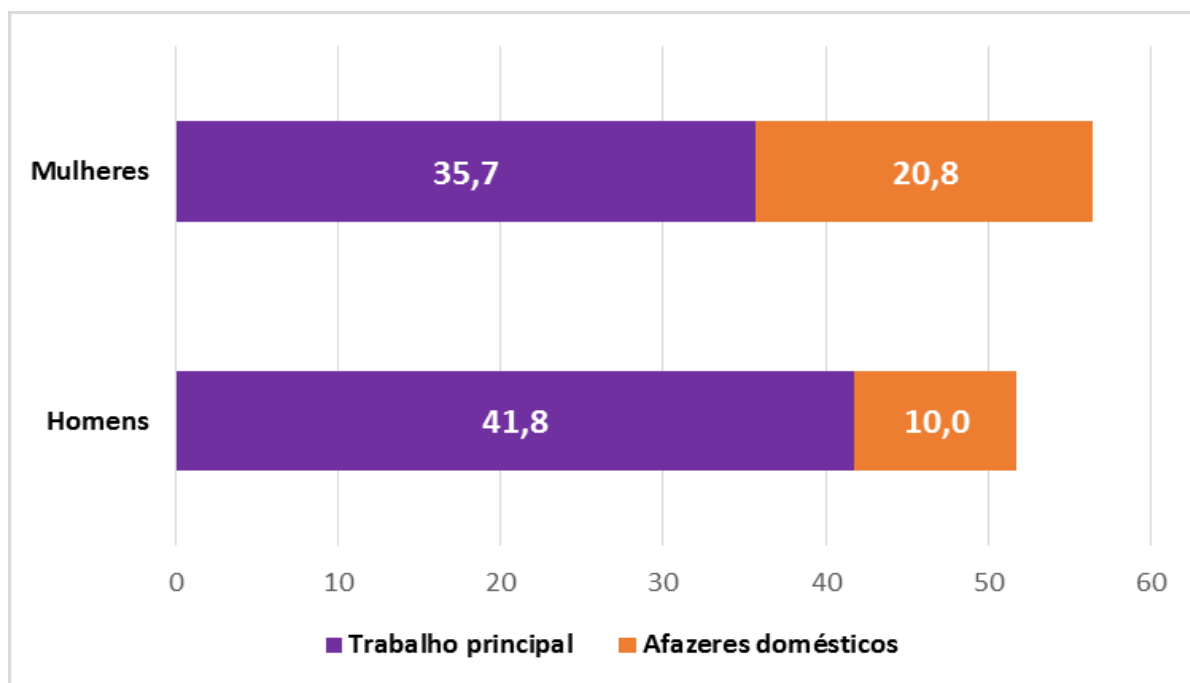


Gráfico 4 – Tempo consumido com o trabalho remunerado e as atividades domésticas:

Fonte: Boletim Observa Gênero. Edição nº 48 – Ano 7, agosto de 2015, p. 6. (Dados retirados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012).

Passado quinze anos, a diferença ainda prevalece, mas bem menor do que em 1997. As mulheres continuam consumindo mais horas com o trabalho principal mais os afazeres domésticos, em torno de 56 horas, e os homens 51. Em 1997 as mulheres trabalhavam 15 ho-

ras a mais do que homens, conforme os dados de 2012, a diferença caiu para 5 horas.

Bruschini e Lombardi (2007) estabelecem um panorama no período de 1992 a 2002, mostrando as áreas em que as mulheres mais se desenvolveram. Houve uma expansão da escolaridade para as brasileiras. Conforme as autoras esse foi um fator relevante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. “Em 2002, pouco mais da metade das brasileiras era ativa, mas entre as mulheres com quinze anos ou mais de escolaridade, 83 em cada 100 trabalhavam.” (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2007, p. 54)

Hoje a situação das mulheres e o acesso à educação vem apresentando acréscimo, sobretudo se comparado aos homens. Em uma pesquisa mais recente do IBGE(censo/2010), o percentual de jovens de 15 a 17 anos que cursavam o nível educacional adequado à sua idade subiu para 47,3%. A taxa de frequência escolar no ensino médio para os homens era de 42,4%, isto é, 8,8 pontos percentuais a menos que a taxa das mulheres, 52,2%. Os jovens de 15 e 17 anos de idade que estavam no ensino médio, as mulheres compõem o índice de 54,7% e os homens, 45,3%.

A mesma pesquisa mostra que no âmbito universitário havia um grupo maior de mulheres entre os universitários com idade de 18 a 24 anos, em um contingente 57,1% do total de estudantes; 15,1% eram mulheres que estavam estudando no ensino superior e 11,4% eram homens. A pesquisa mostra que o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens na faixa etária de 25 anos ou mais. A discrepância maior encontra-se no curso superior completo; as mulheres apresentaram índice de 12,5% e os homens 9,9%.

Em 2013 dados (PNAD/IBGE-2013) mostraram a maior escolarização das mulheres. No contingente de 173,1 milhões de pessoas com 10 anos ou mais, 9 milhões de mulheres possuem mais de 15 anos de escolaridade e apenas 6,5 milhões de homens possuem mais de 15 de instrução.

É possível perceber que desigualdades sociais, seguindo a cor ou raça, são estruturantes de nossa sociedade e tem força no campo educacional. Conforme o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (BRASIL, 2015, p. 24), as diferenças não são somente entre o sexo feminino e masculino, mas também há marcas distintas de cor ou raça, assim, o documento sinaliza:

Em 2012, quanto mais elevado o nível de ensino, maior era a desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras, de um lado; e, entre homens brancos e homens negros, do outro. Embora as taxas de frequência entre todos os segmentos populacionais tenham se elevado nos últimos anos, houve poucos avanços no sentido da reversão desse padrão de desigualdade.

					mais					mais
Brasil	10,2	5,4	6,2	7,6	19,6	12,2	6,4	8,1	11,1	29,6
Norte	8,9	4,7	5,7	7,6	16,4	9,4	5,4	6,8	10,0	25,0
Nordeste	7,6	3,5	4,2	6,8	15,3	8,2	4,2	5,3	9,3	26,3
Sudeste	11,6	6,3	7,1	8,1	22,5	14,6	7,8	9,1	12,3	32,7
Sul	9,9	6,7	6,9	7,8	16,5	12,4	8,6	9,4	10,6	25,1
Centro-oeste	11,0	5,9	5,8	7,2	21,2	13,0	7,8	9,4	11,2	28,2

Fonte: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, março de 2015, p. 90. (Dados retirados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012).

Elaboração Própria

Pelo menos duas variáveis é possível perceber a partir da tabela. Primeiro, quanto mais anos de estudo, comprova-se um maior rendimento-hora dos trabalhadores em geral, o que contribui na reflexão da pertinente inserção dos trabalhadores no processo de escolarização como aquisição de melhores condições de vida. Porém, a realidade brasileira nesse campo educacional demonstra distância, conforme analisa Paiva (1989, p. 37) “apresenta considerável déficit na qualificação básica mínima da maioria da população, insuficiente para a vida urbana e para o nível de desenvolvimento do país [...]”. A segunda variável diz respeito à diferença entre homens e mulheres em todos os grupos de estudo os homens recebem mais que as mulheres em todas as regiões.

Por último, cabe refletir sobre a discrepância regional, historicamente constituída. As regiões Sul e Sudeste, com a supremacia dos rendimentos, tanto para os homens, quanto para as mulheres, mas região Centro Oeste também demonstrou superioridade nos rendimentos, sobretudo com os homens, e ultrapassou a Região Sul. As regiões Norte e Nordeste apresentam rendimentos menores e confirmam a situação de parcas condições de sobrevivência dos trabalhadores de ambos os sexos nessas regiões.

Tabela 5 – Tempo de estudo entre mulheres e homens:

Grupos de anos de estudo					
Sexo Cor e Raça	To- tal	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Total	11,3	6,1	7,4	9,6	24,2
Branca	14,2	7,2	8,3	10,9	26,7
Negra	8,5	5,4	6,8	8,3	18,5
Mulheres	10,2	5,4	6,2	7,6	19,6
Branças	12,5	6,8	6,6	8,5	21,5
Negras	7,7	4,5	5,8	6,8	15,6
Homens	12,2	6,4	8,1	11,1	29,6
Branços	15,6	7,4	9,2	12,8	32,7
Negros	9,0	5,8	7,3	9,5	22,0

Fonte: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, março de 2015, p. 90. (Dados retirados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012).

Elaboração Própria

Quando à dimensão da análise dos rendimentos traz a desigualdade de cor ou raça torna-se ainda maior. Se a comparação for realizada entre as próprias mulheres, a desigualdade de rendimentos fica em torno de 2,0 a 5,0%, principalmente no grupo de 12 anos ou mais de estudos. Mas se a comparação for entre as mulheres negras e os homens brancos, os rendimentos destes últimos chegam a ser mais que o dobro das primeiras.

Já foi visto que a maioria das ocupações das mulheres está no setor de serviços. A atividade de serviços domésticos compreende, conforme Pnad/2013, 6,4 milhões de pessoas brasileiras, a grande maioria são mulheres que compõem 93%, ou 5,95 milhões, e 3,7 milhões são negras, em torno de 60% assumem o trabalho doméstico remunerado. Trazer esse dado dos serviços domésticos é pertinente, pois é possível concluir que não existem coincidências nessa sociedade capitalista, pois as condições concretas de existência explicitam as desigualdades. Como essa atividade de doméstica é majoritariamente ocupada por mulheres negras, é também a que oferece as remunerações mais baixas.

Na compreensão de classe trabalhadora ampliada, os desempregados também estão

inseridos e nessa dinâmica atual do trabalho, os trabalhadores, “desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.” (ANTUNES, 2009, p. 104).

É nesse contexto de avanço tecnológico que tanto o desemprego quanto a desigualdade social aceleraram. No que tange ao desemprego, é pertinente analisar que-conforme os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), entre a década de 1990 e o ano de 2002 as mulheres apresentaram alta taxa de desemprego em 1991, 4,9%, e em 2002 passou para 6,8% de desempregados, embora a pesquisa traga o índice de seis regiões metropolitanas⁵⁵ do Brasil, marca uma tendência no país.

Esse estudo revela, também, o nexo entre o desemprego e a escolaridade do trabalhador, isto é, há uma relação entre a escolarização e a continuidade no emprego. Assim argumenta, Carvalho (2003, p. 51): “Enquanto a maioria dos empregados com baixa escolaridade não consegue permanecer no emprego por mais de um ano, a maior parte dos empregados que tem escolaridade de nível médio e superior permanece mais de um ano no mesmo emprego.” A estatística do PME/IBGE(2002) mostra que o grupo de até quatro anos de estudo diminuiu na ordem de dois milhões de trabalhadores. O grupo de nove anos de estudo e com alguma formação superior aumentou em cerca de 1,2 milhões de trabalhadores, nesse sentido, quase a metade dos trabalhos oferecidos nesse período foi ocupado pelos trabalhadores mais qualificados.

Conforme dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2015 a taxa de desemprego chegou a 8,3%. Há diferença significativa na taxa de desocupação entre homens e mulheres. A taxa de desemprego foi estimada em 7,1% para os homens e em 9,8% para as mulheres. Para Pochmann (2012) as ofertas de emprego apresentam salários menores, sem possibilidade de uma ascensão social. Em sua opinião, vive-se em uma crise de reprodução social, integrada não somente ao desemprego, mas à oferta de ocupações, também precárias. O autor avalia, ainda, que como a proposta de ocupação, bem como da demanda de trabalho apresentaram mudanças nos últimos anos. O desemprego também assinala modificações significativas na quantidade como na própria feição do desempregado. Essa é uma das considerações dos estudos referente ao crescimento do índice de mulheres nas ocupações e no desemprego. Desde 1990 a população feminina vem tornando-se mais presente no grupo economicamente ativo.

⁵⁵ Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte. Recife, Salvador - Janeiro/setembro (PME/IBGE)

Conforme todos os dados assinalados, percebe-se que as mulheres têm assumido ocupações no setor de serviços e adentrado no processo de terceirização. No setor de vestuário e confecções tipicamente feminino, essa condição está, ainda, mais acentuada ainda. Conforme IBGE (2013), a maioria das trabalhadoras não possuem vínculo empregatício e fazem parte do grupo que possui no máximo sete anos de estudo formal.

O estudo desse arranjo da força de trabalho, sobretudo como foi mostrado no capítulo I, possibilita compreender que a indústria têxtil e do vestuário vem se constituindo a partir da utilização de forma alargada da mão-de-obra barata como estratégia de competitividade. Essas especificidades do trabalho de confecções, no panorama de um processo ampliado de terceirização das atividades do setor, acabam por criar condições para a propagação do trabalho a domicílio, discussão proposta a seguir.

4.2 O ESPAÇO DAS OFICINAS DE COSTURA, O DOMICÍLIO E OS AFAZERES DOMÉSTICOS NAS HISTÓRIAS DAS TRABALHADORAS

O processo de dependência crescente de todos os mercados nacionais rumo a um mercado unificado representa a ativa política econômica da globalização. Essa dinâmica globalizante não extingue as diferenças que marcam o mundo do trabalho nesse contexto, na verdade ela reúne toda a diversidade e as várias formas de inserção no trabalho.

Diante da força da flexibilização do trabalho, as desigualdades sociais tomam forma ainda mais acentuada e ao mesmo tempo abre espaço para constituição de novos grupos de trabalhadores. Esse cenário revela o declínio do trabalho formal, as várias implicações no campo do desemprego estrutural e a busca de inserção profissional no mercado de trabalho, assumindo as várias formas de emprego excludente. Nesse sentido, compreender esse tempo e, sobretudo, o espaço que se reconfigura para assumir o trabalho com suas formas e condições, exige reflexões. Harvey (2007, p. 256-265) aponta a discussão do espaço e do tempo como elementos de mudanças constituídos pelo capital:

(...) o sentido mutante do espaço e do tempo, forjado pelo próprio capitalismo, forçara perpétuas reavaliações das representações do mundo na vida cultural. (...) A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstituindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente. Por exemplo, diferenciações geográficas nas modalidades e condições de controle do trabalho, ao lado de variações na qualidade e na quantidade da força de trabalho, assumem uma importância muito maior nas estratégias locacionais

corporativas.

No contexto das trabalhadoras das facções, a variação começa pelo próprio espaço da casa, que passou a ser reconfigurado para inserção da oficina de costura. A quantidade da força de trabalho também traz de fato a variação comentada por Harvey, pois às vezes a composição são membros da própria família, ou somente a trabalhadora que se divide entre a costura e os cuidados com a casa e os filhos.

A entrevistada Geovana explicita essa realidade ao afirmar que em sua trajetória de vida, desde que engravidou e teve seu primeiro filho, saiu da confecção que trabalhava e montou a oficina de costura em sua casa: “De manhã ele (filho) fica com a gente aqui, a gente tá trabalhando, tá cuidando dele, tá... faz a tarefinha, dá um lanche [...] aí à tarde ele vai pra escola. E a gente tá vivendo disso aqui e tem perspectiva de crescimento [...]” (Geovana, 2015, p. 18)

O trabalho em domicílio no campo da costura não representa uma inovação desse século, alguns estudos e pesquisas têm sinalizado que historicamente essas oficinas nos domicílios acompanham a estruturação das grandes empresas de produção do vestuário. No atual processo da globalização econômica, as oficinas domiciliares de costura fazem parte de uma larga produção, embora a elas, mulheres trabalhadoras, fica o fardo de desproteção estatal e falta de vínculo empregatício também sustenta a larga exploração desenvolvida nessa face do capital.

Nessa condição de costureira fora das confecções ou indústrias, a exigência de conciliar os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos torna-se ainda mais explícita. Conforme Abreu (1986), no caso das mulheres trabalhadoras o trabalho remunerado, mesmo que seja essencial para manutenção da família, continua sendo visto como complementar ou “secundário”, termo cunhado por Abramo (2007). O trabalho a domicílio historicamente sobreviveu e sobrevive mesmo com a revolução industrial e toda a tecnologia estabelecida hoje nos processos produtivos. O que se percebe é que desde a primeira Revolução Industrial (séc. XVIII/XIX), as oficinas em casa continuaram existindo. O capitalismo, sistema revolucionário naquela época, não extinguiu as produções que não eram constituídas a partir do processo produtivo capitalista. A realidade incorpora a história das relações que homens travam com a natureza e os outros homens no decorrer do tempo, nas palavras de Gramsci (2004, p. 240):

De fato, toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de

desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é “essencial”, sem resíduo de um “incognoscível” que seria a verdadeira “essência”. O que se “perdeu”, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo, irrelevante, era “escória” casual e contingente, crônica e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise.

Dessa forma, a convivência com as oficinas naquele período, mesmo em pleno nascer das técnicas e maquinaria, como hoje em pleno mundo tecnológico, as oficinas de costura nos fundos dos quintais, ou mesmo dentro dos domicílios, prevalecem. Porém, é sabido que esse trabalho historicamente, sobretudo após o advento do capitalismo, deixou de ter valor significativo no campo das atividades produtivas, aliás, foi considerado como valor menor. Hobsbawm (2008, p. 379), faz análise que determinados trabalhadores continuam vivendo:

Mas num mundo que eles não mais entendem bem. Trabalha-se por tanto dinheiro quanto se consegue obter, e nada mais. Isto representa uma quebra fundamental na tradição, que, [...], tinha um ganho correspondente ao status do artífice como grupo. [...] A habilidade técnica, o bom trabalho, não era mais a base essencial para bons ganhos. No mínimo, ela era agora um problema, pois impedia o acesso aos altíssimos salários que podiam ser atingidos por homens que deliberada e inconscientemente colocavam a rapidez e a falta de cuidado à frente do trabalho perfeito.

Nesse sentido, o contexto 1780 e 1830 mostrou que os trabalhadores aptos nas oficinas de móveis, roupas se transformaram em trabalhadores mal remunerados. O contexto atual não difere tanto, pois as costureiras que trabalham hoje nas facções, dividindo o espaço do domicílio com o espaço das máquinas e as costuras, embora façam parte de uma cadeia de produção, ganham valores irrisórios em uma peça de roupa. No diálogo com a faccionista, Marina, quanto à indagação do valor recebido, por peça, ela diz, em torno de:

R\$ 6,00. Tem pessoa que está precisando muito, costura por R\$1,00, quando ela precisa muito ela encara fazer uma blusinha de malha por R\$1,00. É essa faixa que eles estão pagando. As de R\$ 1,00 também vende barato. Ali na 44 tem muita roupa barata e são eles que não conseguem pagar um preço mais justo, porque se eles pagam R\$ 1,00 para gente fazer uma peça, o máximo que a costureira ganha é R\$ 0,25, porque linha é cara, energia é cara, então ela tem que fazer muita peça para compensar, tem que fazer no mínimo umas 200 peças por dia.(Marina, 2015, p. 27-28)

A quantia de R\$ 0,25, significa, na opinião de Marina (2015), o valor líquido, pois as costureiras das facções ficam com todos os custos da produção: luz, energia para as máquinas funcionarem, a linha. Embora, recebam as peças cortadas somente para “montarem”, na linguagem das costureiras. Quanto ao vínculo da facção com uma cadeia maior de produção,

Sara (2015, p. 44-45), costureira que divide o espaço da sala de sua casa para trabalhar com três máquinas⁵⁶ revela:

Teve uma época que eu trabalhava para a Pactus⁵⁷, ela levava para mim. Hoje eu trabalho para Jean Darrot⁵⁸ (...). A Pactus, o valor de peça era entre R\$ 6,00. Quando é blusinha de alcinha simples, até R\$ 18,00. Mas eu nunca fiz peça de R\$ 18,00, fiz de R\$ 16,00. A Jean Darrot, por ser alfaiataria, as peças é de R\$ 9,00 a R\$ 20,00. Mas até hoje a peça mais cara que fiz para eles foi de R\$ 16,80. É assim, ela vem toda cortada, a Jean Darrot oferece a linha, as etiquetas, tudo bem organizado, se faltar a linha eles não gostam que compra, tem que ligar e eles vem e traz a linha, que é uma linha especial deles lá, né? A Pactus também era a mesma coisa, mas sem a linha, vinha tudo cortado, mas a linha eu tinha que preocupar com a tonalidade certa, e, eles revisavam tudo. Se o corte está aqui eles vem aqui para dar uma olhada. Até novembro do ano passado eu pegava 400 peças no mês, agora no início do ano não caba o serviço, não deixa a gente na mão, mas diminui para 100, 200. Chegou ontem para mim 231 peças.

O documento do IPEA(BRASIL, 2000) chama atenção para a discussão do trabalho a domicílio a partir de uma literatura internacional e aponta que referido trabalho parecia ser uma condição do passado, pois a compreensão era de que com o crescimento econômico também a sociedade democrática viveria a expansão dos direitos sociais e trabalhistas.

Ao contrário desse contexto, o que compôs o cenário foi um avanço tecnológico, ampliação de formas de flexibilização e precarização do trabalho, nesse sentido, o trabalho a domicílio ganhou força e tomou espaço em vários locais no mundo. “Além disso, o processo de globalização da atividade produtiva tem inserido o trabalho a domicílio, bem como outras modalidades de trabalho informal, em cadeias produtivas que ultrapassam fronteiras nacionais.” (IPEA/BRASIL, 2000, p. 1)

Esse mesmo documento aponta uma pesquisa trazendo dois aspectos do trabalho a domicílio; heterogeneidade de padrões de produção de emprego e como parte de uma cadeia produtiva internacional. Registrado no documento (IPEA/BRASIL, 2000, p. 2):

⁵⁶ A máquina denominada **Galoneira** – Usada para fazer barras em tecidos com elasticidade cruzando as linhas do lado do avesso, evitando assim que a costura estoure na hora de vestir. A **Máquina Reta** - É a famosa máquina industrial, de porte grande, possui costura reta e é utilizada na costura de couros, jeans, tapeçaria, entre outros mais pesados. E a **Overloque** além de costurar, ela também faz cortes e acabamentos de roupas para que dê maior durabilidade à mesma. É utilizável em lingerie, moda praia, camisetas, tecidos pesados como tapetes, toalhas, moletons, calças jeans, etc.

⁵⁷ Pactus é uma marca mais nova tem 19 anos, conforme seu site com algumas lojas em Goiânia, Anápolis e Brasília. Mas também de escoamento de produção para o Brasil. Link: <https://www.pactusbrasil.com.br/> - Pesquisa 12/08/2015

⁵⁸ Conforme seu site, ela foi criada em 1984, encontra-se espalhada por todo os estado de Goiás, mas alinhada com a moda nacional e internacional. Link: <http://jeandarrot.com.br/a-empresa/> -Pesquisa:12/08/2015

Heterogeneidade de padrões de produção e emprego – o estudo mencionado, realizado em seis países da União Européia, constatou grande diversidade de situações. Na Itália, por exemplo, descobriu-se que uma pequena empresa artesanal fabricava calçados infantis para um grande *retailer* na Grã-Bretanha, que, por seu turno, contratava tanto artesãos autônomos como trabalhadores a domicílio nem sempre registrados. (...) Em Portugal, foi encontrado um caso um pouco diferente: trabalhadoras a domicílio trabalhavam para subsidiárias de grandes firmas sediadas no norte da Europa produzindo um componente do calçado que era montado na França. Na Espanha, uma empresa combinava duas tendências de produção. Seus produtos *estandardizados* eram feitos na Ásia, enquanto a linha de qualidade e moda permanecia em território nacional e partes do processo produtivo eram externalizadas para pequenos estabelecimentos que empregavam trabalhadores a domicílio. b) Trabalho a domicílio como parte de uma cadeia produtiva internacional. (...) O mesmo estudo acrescentou que o processo de externalização praticado pela indústria de confecção e calçados alcançou a Ásia (China e Vietnã), África do Norte, Turquia e, mais recentemente, os países da Europa Central e Oriental.

Com esse contexto, seguindo um curso continental, presumiu-se a necessidade de estabelecer a definição do trabalho a domicílio, bem como alguns critérios básicos de resguardar os trabalhadores (as). Assim, a convenção 177⁵⁹ de 1996 da OIT, realizou a discussão para que os países que fazem parte de seu universo comprometam-se a reconhecer e colocar em prática, sistematicamente, políticas nacionais relacionadas com o trabalho a domicílio.

Caberia às políticas nacionais adotarem medidas para assegurar igualdade de tratamento entre os trabalhadores a domicílio e outros trabalhadores da empresa, tomando como referência atividades semelhantes. Dessa forma, a convenção estabeleceu trilhas para serem seguidas pelas nações. Sobre a igualdade de tratamento, apontou alguns elementos necessários a serem seguidos: direito de estabelecer ou juntar-se a organizações já formadas, proteção contra discriminação, proteção na área de segurança e saúde ocupacional, remuneração, proteção social estatutária, acesso a treinamentos, respeito à idade mínima para trabalhar, proteção à maternidade.

Nessa perspectiva, a política nacional teria o objetivo de buscar por meio das leis, regulamentos e acordos coletivos por meio de leis e regulamentos e acordos: segurança e saúde ocupacional se aplicam igualmente aos trabalhadores a domicílio; inspeção do trabalho, conforme a legislação vigente, também deve ser voltada aos mesmo trabalhadores.

No entanto, essa não é a realidade que temos presenciado no interior do trabalho a

⁵⁹ “Trabalho a domicílio significa trabalho realizado por uma pessoa, na sua residência ou em outro local que não seja o local de trabalho do empregador, remunerado, resultando num produto ou serviço especificado pelo empregador, independentemente de quem provê o equipamento, materiais ou outros insumos, a não ser que esta pessoa tenha o grau de autonomia e independência econômica para ser considerado trabalhador independente segundo as leis nacionais.” (OIT, 1996)

domicílio espalhados por todo o Brasil, além das condições precárias já sinalizadas, inclusive, trabalho análogo à escravidão, na voz das trabalhadoras entrevistadas, o que estabelece como igualdade a todas é a desproteção total. Na afirmação de Margarete (2015, p. 63-64) sobre o horário trabalhado e o acúmulo de trabalho, responde:

A facção não tem hora não, às vezes para terminar o serviço eu ia pra noite a dentro, uma duas horas da manhã para entregar o serviço. É, às vezes, mas se tivesse muito apertada, às vezes fazia a coisa mais prática da geladeira, para não parar muito o trabalho. Fazer o que era mais rápido para voltar para máquina. Não acho que é uma profissão rentável e é tirana, pois você acaba sofrendo muito. Porque não tem horário pra comer, pra dormir. Quando você trabalha para o outro você tem pra quem reclamar: olha você não vai me dá meu horário de almoço? De descanso? Tem vez que trabalha até no domingo. Essas facções trabalham. Se tiver alguma coisa pra entregar, você assumiu a responsabilidade, você trabalha até no domingo.

Com a predominância feminina no setor das confecções e a peculiaridade em conciliar os trabalhos inerentes à produção de roupas acrescidos dos afazeres da casa e cuidado com os filhos, a trajetória das mulheres entrevistadas reafirmam os conflitos da condição de gênero, bem como a falta de proteção. Conforme a entrevistada Geovana (2015):

Eu saí da confecção, aí eu... fui embora pro Maranhão de novo, com meu marido, meu filho. Com uma proposta de emprego lá pra nós. Só que não deu certo. Aí a gente foi e voltou pra cá de novo... aí depois que a gente chegou eu fui trabalhei em uma confecção pequena aqui... aí eu deixava o meu filho na creche... aí eu... decidi montar uma confecção aqui em casa pra mim trabalhar por conta própria mesmo e cuidar do filho. (p. 15)

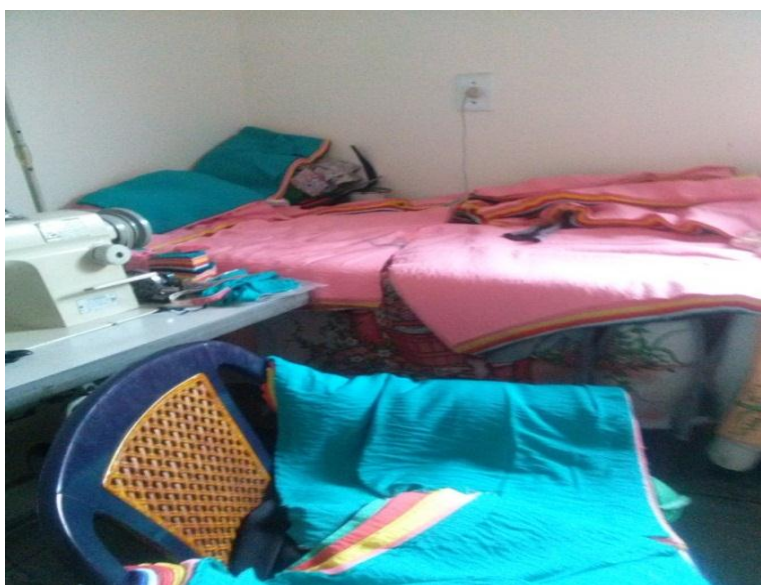


Figura 1 - “Oficina de costura e sala”. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: janeiro de 2015. .9Câmara Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Casa da costureira.

Os equipamentos, máquinas de costura, entre outros, ficam abrigados em algum cômodo da casa ou às vezes no fundo do quintal, sob precária cobertura. A forma de pagamento é, não raramente, feita por peças ou conjunto de roupas confeccionadas, mensalmente ou no momento da entrega da produção. A reflexão possível diante dessa realidade é perceber a situação de desproteção e exploração da força de trabalho. A análise de Marx torna-se atual, sobretudo no que diz respeito à omissão ao cumprimento às leis trabalhistas.

A seção externa da fábrica, da manufatura e do estabelecimento comercial, isto é, o trabalho a domicílio, onde a irregularidade é a regra, depende, quanto às matérias-primas e às encomendas, inteiramente dos caprichos do capitalista, que, no caso, não precisa levar em conta depreciação de construções, de máquinas etc. e nada arrisca além da pele dos próprios trabalhadores. (MARX, 1980 p. 548)

No diálogo com Marx, podemos afirmar que as trabalhadoras das facções ao externarem suas vivências, relatam descontinuidade, incertezas e desproteção, uma realidade explícita no trabalho nas facções, conforme relatos:

Hoje em dia eu penso, porque a costura ela acaba maltratando muito o corpo físico da gente, por trabalhar em casa, eu sou muito rigorosa comigo mesmo. Eu acabo trabalhando de 8 a 9 horas seguida (Sara, 2015, p. 42)

[...] facção é sempre ... você pega as peças e faz. É um serviço que além de não ter carteira assinada, ele não te dá o direito de nenhum benefício sobre o serviço. Porque hoje você trabalha pra um, amanhã para o outro, um te paga bem, o outro não te paga. (Margarete, 2015 p. 62)

Fazer facção, por um lado é bom para o outro é ruim, porque às vezes tem semana que você tem muito serviço, outra que você não tem. Às vezes duas três semanas sem serviço. É muito incerto. (Elisabete, 2015 p. 95)

Facção é assim, tem hora que você recebe direito outra hora ...é porque é um serviço muito informal, então às vezes tem gente que passa você pra traz [...]. Às vezes a pessoa já passa roupa há muito tempo, mas a pessoa da facção não sabe o que tá acontecendo com a pessoa, daí um belo dia não paga, então às vezes acaba ficando com as peças de roupa e começa a vender para ver se cobre o prejuízo. É um serviço que não tem um contrato, não tem carteira assinada, promissora, não tem nada. A hora que a pessoa falar que não te pago, acabou, você não tem nada para fazer. Eu já tomei prejuízo, mas coisa pouca, mas tem amiga minha que teve que vender máquina para cobrir o prejuízo. (Margarete, 2015 p. 66)

[...] e a gente gasta muito, a manutenção de máquina é muito cara, linha não tá barata [...] [...] pagam barato para costureira, não gastam com linha, nem energia, nem sindicato, não gastam com nada, só com o tecido e levar para

loja e vender. O resto tudo eles terceirizam, a gente que faz é a gente que perde, eles não perde. No máximo que eles gastam em torno de R\$ 7,00, eles vendem a R\$ 15,00. Eles estão ganhando 100% na peça. (Marina, 2015, p. 25 e 28)

Os relatos reafirmam a existência do trabalho precarizado das mulheres em casa, em que as relações individuais são marcadas pela incerteza e destituídas de organização representativa que resguarde como força social seus direitos de trabalhadoras.

No entanto, a OIT por meio de um documento denominado Módulo de Capacitação em Inspeção do trabalho e Igualdade de Gênero, demonstra a pertinente atenção e reconhecimento no aumento da inserção no mercado de trabalho, mas quanto ainda precisa ser feito e resguardado as essas trabalhadoras acesso à condição de trabalho decente. No ideário da OIT, “trabalho produtivo no qual padrões mínimos de rendimentos e proteção social sejam garantidos, e no qual os direitos fundamentais do trabalho sejam assegurados [...]” (OIT, 2012, p. 11)

O mesmo documento aponta um marco jurídico internacional que pode ser utilizado na defesa e na promoção da igualdade no mundo do trabalho em todos os países membros da OIT. Essa organização marca também a necessidade dos instrumentos jurídicos internacional servirem com balizadores para constituição das legislações nacionais. Os referidos instrumentos são conforme o documento da OIT (2012, p. 19):

Os dois principais pilares para a promoção da igualdade de gênero são a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração, 1951 (nº 100) e a Convenção sobre Discriminação no Emprego e na Ocupação, 1958 (nº 111). Estas duas convenções fazem parte do conjunto de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT e dos princípios centrais do Pacto Global das Nações Unidas. A Convenção sobre Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares, 1981 (nº156), e a Convenção sobre a Proteção à Maternidade, 2000 (nº183) oferecem orientações para a conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares, e, ainda, para proteger trabalhadoras gestantes. É importante notar que a Convenção nº 156 é aplicável para homens e mulheres com responsabilidades familiares. A Convenção sobre o Trabalho a Tempo Parcial, 1994 (nº 175), e a Convenção sobre o Trabalho a Domicílio, 1996 (nº 177) estabelecem normas internacionais para uma organização mais decente e flexível do trabalho, visando promover avanços em direção à igualdade de gênero.

No que tange à legislação brasileira, a compreensão da OIT é que a Consolidação da Lei Trabalhista (CLT) legisla sobre o trabalho a domicílio, pois considera que o disposto no artigo 6º refere-se a essa condição de trabalho, já que o artigo menciona o contrato de trabalho a partir de uma relação de emprego. “Art. 6º - Não se distingue entre trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja

caracterizada a relação de emprego.” (CLT-1943)⁶⁰.

Por considerar que o trabalho a domicílio é subordinado a um contrato ou subcontrato, dessa forma o artigo 8º da CLT também pode servir de fundamento para resguardar o trabalho a domicílio ou em situação de subcontratação. Assim diz o:

Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do trabalho na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Conforme Lavinias et. al (2000), essa norma prevista na CLT é ligada ao princípio do direito processual civil, que compreende que o juiz não deixa de dar a sentença por possíveis lacunas na legislação, caso não tenha leis pertinentes ao caso em juízo ele deverá buscar a similaridade aos costumes e as normas gerais do direito, conforme previsto no art. 126 do Código de Processo Civil.

No entanto, essa legislação apresenta imprecisão no que tange ao trabalho a domicílio no Brasil, sobretudo no contexto das trabalhadoras nas facções. Nas expressões dessas trabalhadoras, está longe alguma possibilidade de resguardo trabalhista. Marta (2015, p. 31) quando relata como era feito o repasse das roupas cortadas, afirma: “nosso patrão deixa as peças aqui para nós”, quando foi questionada sobre a relação contratual ou possível vínculo com o patrão, responde: “não tem nenhum vínculo” (Marta, 2015, p. 32). Lúcia (2015, p. 54) responde de forma parecida quando questionada sobre o contrato com uma firma ou várias firmas: “Não tem não, só tem um rapaz que tem cinco anos que eu costuro pra ele. Ele vende na Rua 44. Ele tem a firma dele registrada prá lá, mas comigo não.”

⁶⁰ Esse artigo foi alterado por meio do decreto 12.551 de dezembro de 2011, em função do teletrabalho. O objetivo, conforme o enunciado da lei é de “equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos”. Nesse sentido o artigo 6º passou a ter a seguinte redação: “Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.” Mas para as trabalhadoras costureiras em domicílio em nada favoreceu a alteração da legislação.



Figura 2 - “A Feira: centro da moda”. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: janeiro de 2015. .9Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Rua 44 no centro de Goiânia-GO.

As vozes das entrevistadas deixam claro que não existe nenhum papel assinado referente a um possível contrato estabelecido entre as partes, nem mesmo as trabalhadoras das marcas famosas. Dessa forma, consolida-se a desproteção legal e revela-se que no âmbito do trabalho a domicílio é bastante insuficiente a possibilidade de assegurar os direitos trabalhistas desse formato de trabalho no país.

4.3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS VÁRIAS HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS DO ENVOLVIMENTO COM O FAZER DAS COSTURAS E FACÇÃO

No que diz respeito aos trabalhadores formais no setor têxtil e confecções, estes estão

distribuídos, principalmente, em empresas de pequeno e médio porte. A jornada de trabalho é variada por causa do enorme incentivo ao cumprimento de horas-extras, sobretudo porque a esse setor em alguns meses do ano exige-se grande produção para atender ao mercado consumidor. A pesquisa no Polo de confecções denominado Agreste Pernambucano revela o contexto e as condições desses trabalhadores na produção de vestuário. Conforme os registros de Silva e Menezes (2011, p. 77)

O horário do expediente é das 7h às 11h30min, de das 13h às 17h, havendo um intervalo às 15h para o lanche (quinze minutos). O registro das horas de trabalho e das horas-extras é feito em um caderno, onde cada funcionário anota a hora em que chega e em que sai do estabelecimento. O horário estabelecido de entrada, de saída e para o lanche é determinado pelo patrão, que segue o padrão das outras empresas. O espaço físico é bastante fragmentado, geralmente funcionando em garagens, sendo constantemente readaptado para atender as necessidades de aumento da produção. É em geral muito quente e com pouca ventilação. A higiene do ambiente é feita diariamente pelos próprios funcionários, no entanto o modo precário como são acondicionados os estoques de tecidos produzem uma quantidade excessiva de poeira, principalmente durante o processo de corte e costura. A estamparia, além de ser o espaço mais quente de todo o processo de produção, é também um espaço de trabalho com exposição às substâncias tóxicas advindas das tintas e das outras substâncias utilizadas durante o processo. Vale ressaltar que os jovens trabalhadores, mesmo estando expostos à poeira e a substâncias tóxicas, não fazem uso de máscaras de proteção.

Essas condições precárias, somadas ao ambiente de barulho rotineiro por causa das máquinas e sem qualquer proteção para os ouvidos, agrava o panorama da situação dos trabalhadores das fábricas de roupas. Silva e Menezes (2011) apontam para o intenso e fatigante ritmo de trabalho, pois a exigência da produção em larga escala é rotineira. Conforme essas pesquisadoras, as empresas de maior porte, o número de peças confeccionadas por semana chegam aproximadamente a 40.000.

Diante desse contexto de mutações⁶¹ e relações de trabalho e capital flexibilizados, o significativo número de trabalhadores na informalidade, especialmente de perfil domiciliar e, ainda, o discurso frequente da falta de qualificação para os trabalhadores, são os elementos que compõem o atual cenário.

Para além da condição de trabalho precarizado⁶², a situação dos trabalhadores pelo

⁶¹ Termo cunhado pelos autores Ricardo Antunes e Giovanni Alves em: “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.” (2004)

⁶² Na argumentação de Antunes (2008) o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo apresenta um arrefecimento do operariado industrial e, simultaneamente, concretiza-se uma ampliação expressiva do trabalho

Brasil revela a condição análoga à escravidão em muitos espaços de confecções, inclusive envolvendo marcas internacionais. Na argumentação de Bignami (2011, p. 77), embora o direito do trabalho exista por volta de dois séculos, ainda é possível encontrar trabalhadores vivendo total desproteção no trabalho. Em suas palavras:

O setor têxtil, de vestuário e calçados, que atende nos estudos da OIT pela sigla TVC, é um desses rincões que ano após ano se reinventam para continuar mantendo situações primitivas de exploração. O resultado dessa grave violação aos direitos humanos é o retorno de diversos males à nossa sociedade, como a diminuição da expectativa de vida dos trabalhadores, a volta da tuberculose aos ambientes de trabalho, a servidão por dívida, o tráfico de pessoas, a remercantilização do trabalho e outras situações derivadas desse modo de produção tão típico e velho conhecido da economia ocidental.

A propensão à precarização é representada por diversos formatos, um exemplo é o estabelecimento do pagamento por peça, isto é, a relação direta com a produção do trabalhador, que recebe o pagamento de quem solicitou o serviço, dessa forma, dissolve o vínculo e o possível risco entre patrão e empregado. O aumento do trabalho em domicílio apresenta-se como mais uma característica desse ramo de confecções. Esse formato, por sua vez, inibe o controle da jornada de trabalho por parte do Estado. A consequência é um aumento das horas de trabalho e redução dos salários, além de revelar significativa deficiência no âmbito da segurança e saúde.

Essa conjuntura ganhou amplitude e tem se configurado nos países em desenvolvimento, os quais apresentam altos índices de exportação de mão de obra com baixos ganhos para produção da manufatura global, mas pode também ser visualizada nos países desenvolvidos, por meio das migrações desregulamentadas, as quais têm suprido as demandas da exigente manufatura globalizada. Bignami (2011, p. 89-90) traça um panorama a partir de alguns países mostrando essa realidade de escravidão contemporânea.

Nos Estados Unidos, o conhecido e estudado caso de escravidão contemporânea ocorrido em uma fábrica de roupas da cidade de El Monte, na Califórnia, comprovou definitivamente até serem resgatados pela polícia local. Uma estimativa do Departamento de Trabalho norte-americano de 1989 indicava haver cerca de 4.400 sweatshops, somente em Nova Iorque.

Em Buenos Aires, em 2006, uma oficina de costura irregular incendiou-se, levando ao óbito seis integrantes da mesma família de costureiros bolivianos. Na capital portenha, estima-se que viviam cerca de um milhão de cidadãos

assalariado, sobretudo no setor de serviços. Antunes chama de “subproletarização” do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial e temporário, ligado à informalidade.

bolivianos e paraguaios irregulares, a grande maioria trabalhando em oficinas de costura não registradas por meio do sweating system. Após a trágica ocorrência de 2006, que remete aos fatos de 1911 em Nova Iorque, O Estado passou a intervir de maneira mais enérgica e, nas semanas seguintes ao incêndio, centenas de oficinas de costura irregulares foram interditadas. Em Bangladesh, em fevereiro de 2010, uma fábrica com precárias condições de segurança e saúde, subcontratada de uma grande varejista multinacional sueca, incendiou-se, matando a 176 trabalhadores. Na Itália, a substituição crescente da mão de obra qualificada e quase artesanal de costureiros locais por mão de obra de origem chinesa na região da Toscana, berço do pronto moda, proporcionada pelo contrato di appalto, é responsável pelos casos de trabalho forçado que se multiplicaram na última década. Em Nápoles, a precarização da indústria do vestuário chegou ao ponto de, além de proporcionar a substituição da mão de obra nacional pela estrangeira e, em boa parte, vítima de tráfico de pessoas e trabalho forçado, a integrar os esquemas de lavagem de dinheiro das organizações mafiosas camorristas. [...] A vulnerabilidade do imigrante irregular chinês e a demanda por trabalho depreciado acabaram por gerar um quadro generalizado de trabalho forçado e tráfico de pessoas.

Para esse autor, algumas características comuns tem revelado o desenvolvimento das formas contemporâneas de trabalho escravo. Nesse sentido, o setor de confecção/vestuário com suas especificidades, a saber, inserção de grandes redes varejistas envolvidas com moda fashion na cadeia de produção e exploração; envolvimento de trabalhadores imigrantes em situação irregular; servidão por dívida e trabalho forçado; descontos nos salários das despesas de viagens, prática advinda das imigrações irregulares; desvio da legislação e proteção já consolidada. Essas são algumas características desse ramo de produção disseminadas por todo o mundo.

Aqui no Brasil referida situação não é diversa. Nas produções têxteis de São Paulo e Goiás, entre outros estados, é possível encontrar trabalho de imigrante irregular. Como é um contexto de trabalho informal, não se pode precisar o número dos trabalhadores nessas condições. Mas é certa a chegada dos trabalhadores oriundos de países principalmente da América do Sul, como Bolívia, Paraguai e Peru. Estão inseridos em uma reorganização produtiva, em que as confecções subcontratam uma parcela de sua produção a diversos outros centros de produção em uma cadeia de subcontratos de prestação de serviços.

Alguns relatos afirmam a denominada escravidão contemporânea. Conforme Relatório (2011), as roupas da Zara⁶³ estavam sendo fabricadas com mão de obra escrava. A investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTR/SP), iniciada em maio de 2011 na cidade de Americana (SP), conforme registro no Relatório do Auditor

⁶³ Zara; marca internacional do grupo espanhol Index. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/> Acesso: 13/03/2015.

Fiscal (2011), encontraram 52 trabalhadores em precárias condições. O cenário encontrado marcava contratações ilegais, trabalho infantil, excessivas jornadas de trabalho de até 16 horas por dia, baixos salários e restrição à liberdade, por meio de exigência irregular de pagamentos de dívidas, bem como a interdição em deixar o local de trabalho sem permissão prevista pelo gerente.

Em junho a mesma equipe da Superintendência em uma fiscalização no centro da capital paulista, bem como na zona norte, encontrou 15 pessoas, inclusive uma adolescente de 14 anos, em uma oficina que também era moradia. Bolivianos, peruanos e indígenas trabalhando em condições penosas, totalmente na informalidade, em um espaço de trabalho humilhante, sobretudo por exercerem suas atividades ao lado de trabalhadores brasileiros, os quais estavam com registros nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), salários e direitos trabalhistas assegurados.

No início do trabalho desses imigrantes, com jornadas extensas, grande parcela de seus salários estava comprometida em acertos referentes à viagem para o Brasil. Os espaços das oficinas não apresentavam qualquer respeito aos regulamentos condizentes à saúde e segurança do trabalho. Salas pequenas com muitos tecidos amontoados, máquinas com fios soltos espalhados pelo ambiente, cadeiras sem a menor condição de conforto para os trabalhadores que passavam até 12 horas trabalhando sentados. Ao fim do dia de trabalho, as costureiras e seus filhos tomavam banho frio em banheiros sujos e insalubres.

Outro Relatório (2011) da auditoria fiscal descreveu sobre o trabalho escravo na Cadeia de Confecções das Lojas Pernambucanas⁶⁴. A fiscalização encontrou uma casa na zona norte de São Paulo com 16 trabalhadores vindos da Bolívia, entre eles, dois irmãos de 16 e 17 anos vivendo em condições degradantes no espaço da oficina. Riscos à saúde e segurança das pessoas era visível. Local sem ventilação, improvisado tanto na oficina como no dormitório. Alimentos estragados, chuveiros frios, instalações elétricas irregulares, iluminação inapropriada. O espaço da oficina dividia-se em dois cômodos pequenos com oito máquinas. Os trabalhadores sentavam-se em bancos sem encostos e costuravam com jornadas exaustivas diariamente.

O alojamento era dividido por guarda-roupas em dois dormitórios, os quais na verdade apresentavam quatro espaços para atender todos os trabalhadores, inclusive os casais com seus filhos. Os salários pagos nunca chegaram ao salário mínimo e não havia pagamento de horas extras. A fiscalização encontrou cadernos com anotações de dívidas dos trabalhadores,

⁶⁴ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/04/trabalho-escravo-e-flagrado-na-cadeia-da-pernambucanas/>
Acesso em: 13/03/2015.

dívidas contraídas, inclusive, pela viagem de ônibus da Bolívia até o Brasil. Outra anotação marcou o desconto no salário em função de peças devolvidas com defeitos pela empresa que contratava a confecção das roupas.

Deslocando da região sudeste para centro-oeste, mais precisamente o estado de Goiás, o Relatório (2011) dos auditores fiscais do trabalho- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego-SRTE/GO registrou a fiscalização em uma empresa de Confecção no período de 30 de maio a 07 de junho de 2011 na cidade de Aparecida de Goiânia-GO. A fiscalização registrou 12 trabalhadores, bolivianos, homens e mulheres adultos, um adolescente e duas adolescentes, todos trabalhando em facção de confecção de roupas que já recebiam cortadas pela empregadora. Dois bebês e uma criança de oito anos, filhos dos trabalhadores, conviviam no mesmo espaço de atividades laborais. O ambiente de trabalho não apresentava condições apropriadas conforme o previsto pela legislação: pouca iluminação, cômodos pequenos, pé-direito inferior a três metros. Tratava-se de um pequeno barracão no fundo do lote, local de trabalho e moradia. A instalação sanitária era comum aos homens, mulheres e crianças. Os dormitórios dividiam-se em dois espaços, aos solteiros e aos casados. O mau cheiro do ambiente, por causa dos tecidos empilhados causando mofo e poeira, se misturava com o mau cheiro do sanitário.

Os trabalhadores não possuíam nenhum registro trabalhista. A base dos seus salários era a produção de cada um. O relatório registra os depoimentos de cada trabalhador, com base nos relatos, apenas um dos trabalhadores recebia salário mínimo integral. Os demais recebiam valores aquém de um salário mínimo brasileiro. Não existia controle da jornada de trabalho, dessa forma, alguns depoimentos chegaram a mencionar dez horas de trabalho por dia. Não assinavam recibos de pagamentos de salários e havia a presença diária de crianças em meio às instalações elétricas e máquinas de costura. Não tinham nenhum conhecimento sobre a saúde no trabalho, as cadeiras não ofereciam condições prescritas para evitar problemas de saúde futuros. Para completar a descrição da situação encontrada pelos auditores, o relatório registra (2011, p. 2)

Como se não bastasse essa enorme quantidade de infrações, a Auditoria do Trabalho ainda constatou a inexistência de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), inviabilizando o fornecimento e o uso de equipamento de proteção individual, que de fato não foram fornecidos, e também inexistência de livro de registro de empregados ou fichas no local da prestação de serviços. No que se refere à segurança, no mínimo a empregadora deveria ter fornecido dedal, máscara contra pó e fuligem de panos.

Em 2012, outro Relatório da Superintendência Regional de Goiás (Ministério do Trabalho e Emprego-MTE) demonstra uma abordagem da “Erradicação de Terceirização de Intermediação de Mão-de-Obra Ilícitas”. O período da investigação e autuação se deu de novembro de 2011 a junho de 2012 em relação à empresa Cia Hering, autuada por utilizar do esquema de serviços terceirizados ilícitos. Conforme Relatório (2012, p. 8), os auditores constataram que muitas pessoas foram “orientadas e assessoradas pela autuada, criavam empresas para prestar serviços de costura; mas que, a partir do início da prestação dos serviços eram subordinadas pela autuada, de forma a serem transformadas de possíveis empresárias a gerentes de produção, no máximo.”

O Relatório (2012) apontou que a Hering foi autuada por não registrar 1.120 trabalhadores que foram contratados por diversas empresas, que colocaram todos esses costureiros e costureiras à disposição da Hering e também gerenciavam as atividades das costuras de roupas e demais atividades, inclusive a contratação e pagamento dos trabalhadores, realizados à revelia da lei trabalhista, de proteção e saúde do trabalhador. Outra conclusão do Relatório (2012, p. 16):

Examinando os balanços e balancetes, foi que os faccionistas falaram a verdade quando disseram que não cumpriram as normas de proteção ao trabalhador porque os valores que a Hering lhes repassava era insuficiente, e que o principal motivo de suas dívidas era a exigência da Hering no que toca a comprovar o pagamento dos salários e do FGTS, isto é, para comprovar perante a Hering o cumprimento dessas obrigações, sob pena de não mais costurarem para ela, buscavam empréstimos em bancos, com familiares, com amigos e com agiotas, normalmente, nessa ordem. Quando não tiveram mais crédito junto aos bancos, recorreram aos familiares e amigos, quando estes não mais puderam socorrê-los, ou quando já estavam envergonhados de lhes pedir empréstimos, foram aos agiotas.

Os trabalhadores eram obrigados a cumprir uma meta de peças costuradas, conforme exigência da empresa autuada, e tinham seus salários parcialmente assegurados. Vários faccionistas não conseguiam cumprir com os pagamentos, conforme registra o relatório, dessa forma, os trabalhadores entrevistados informaram que em alguns meses recebiam menos que um salário mínimo, mas eram obrigados a assinar os recibos como se tivessem recebido o pagamento total, pois esses recibos eram enviados à Hering. Os faccionistas afirmaram, e as investigações provaram posteriormente, que os repasses da Hering não eram suficientes para o pagamento total dos salários e nem conseguiam pagar as contribuições integrais do INSS e das parcelas do FGTS, muito menos assegurar normas de segurança e saúde aos trabalhado-

res.

Em janeiro de 2013, fiscais e procuradores do Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego investigaram, em Americana-SP, oficinas fornecedoras das Lojas Americanas que mantinham trabalho escravo. Conforme Relatório (2013), no dia 22 de janeiro, os órgãos públicos surpreenderam cinco bolivianos em condições equivalentes à escravidão em uma oficina que confeccionava peças de roupas. Nenhum funcionário possuía CTPS.

Os trabalhadores costuravam roupas infantis diretamente para empresa Hippchik Moda Infantil, solicitada pelas Lojas Americanas⁶⁵. Embora o Relatório do Auditor Fiscal (2013) registre a argumentação dos gerentes das Lojas Americanas afirmando o desconhecimento de tal situação e que eles “rejeitam trabalho escravo”, o fato é que a confecção autuada estava instalada de forma clandestina nos fundos do quintal de um espaço residencial localizado na periferia da cidade. O dono, de origem boliviana, sustentava a produção contratando parentes que vinham da Bolívia com a promessa de trabalho e vida digna.

O espaço de trabalho e moradia era improvisado, o qual, conforme a fiscalização, era completamente insalubre, muito calor, por causa do telhado de amianto. As paredes apresentavam um pé direito muito baixo e sem nenhuma janela para ventilação. Fios descascados ofereciam risco de incêndio, sobretudo pela falta de espaço do local. Havia, ainda, a presença de crianças nesse mesmo espaço, acompanhando os pais trabalhadores, inclusive, criança recém-nascida convivendo no referido ambiente.

A marca M. Officer⁶⁶ foi flagrada duas vezes utilizando trabalho escravo em novembro de 2013. Conforme consta no registro do Relatório (2013) do Auditor Fiscal da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, dois trabalhadores costuravam roupas da referida marca na região central de São Paulo. Em maio de 2014, seis trabalhadores bolivianos foram encontrados em uma oficina no leste de São Paulo. As condições de trabalho eram semelhantes às mesmas já descritas nas abordagens anteriores.

Reportar-se a esse universo empírico permite deparar-se com trajetórias de vida, as quais podem apresentar inúmeros elementos a serem analisados. São vivências particulares ou sociais, derivadas de relações travadas no mundo do trabalho, sobretudo nas novas configurações em curso no contexto atual, as quais podem ser percebidas no âmbito mundial, a saber, a restrição aos postos de trabalho estáveis e o crescimento do trabalho precarizado e informal

⁶⁵ Disponível em: <http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2013/02/22/justica-investiga-responsabilidade-das-lojas-americanas-em-esquema-de-trabalho-escravo.htm> Acesso em: 13/03/2015.

⁶⁶ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/05/de-novo-fiscalizacao-flagra-escravidao-na-producao-de-roupas-da-m-officer/> Acesso em: 13/03/2015.

como saída possível para aqueles trabalhadores impedidos de se inserirem no mercado de trabalho formal.

Com esta perspectiva, a pesquisa buscou dialogar com as contradições que apresenta a realidade das trabalhadoras e buscou refletir sobre as relações dialéticas entre o subjetivo e o social, isto é, o movimento de contradições próprio dos vínculos construídos na sociedade, sobretudo no âmbito do contexto da metamorfose pela qual passa a atual estrutura social brasileira. As trajetórias de vida das trabalhadoras, o contexto em que estão inseridas no segmento profissional de confecção de roupas, confirmam o trabalho em permanente relação com os processos de aprendizagem e, nesse sentido, o trabalho precarizado em face de uma aprendizagem comprometida.

No relato de Sara e Vitória é possível perceber a vivência na realidade urbana e rural:

Com treze anos eu senti necessidade de entrar no mercado de trabalho. Meu pai foi embora e a mãe com 4 filhas, então eu procurei trabalho de todas formas. Naquela época não existia problema menor trabalhar, não era tão fiscalizado como hoje, a gente podia trabalhar em qualquer lugar. Comecei trabalhar de doméstica, achei pesado, meu vizinho vendo a minha situação se ofereceu para me ensinar a costurar. (Sara, 2015, p. 40)

A vida lá era muito difícil, porque nós trabalhávamos na roça, aí era roça e bolsa família o dinheiro que nós recebíamos. O dinheiro era bolsa família, e a roça era o arroz, feijão, abóbora. Aí tinha ano lá que não dava nada, às vezes num chovia, aí não dava quase nada. Ultimamente lá tava dando era muito mato, mais nada. [...] pra fazer aqueles montes, é que os homens vão lá e roçam com as roçadeiras, aqueles pauzão grosso e toca fogo e aí depois tem que ir lá limpa e avara, que a gente chama lá, a gente tem que juntar aqueles paus que não queima tudo, porque eles era grosso e juntava tudo num montezinho e depois jogava fogo lá pra terminar de queimar e ia limpando lá. [...] Tava difícil, daí minha cunhada tava vindo pra cá e chamou nós pra vir, porque lá era muito difícil, lá era R\$ 102,00 do bolsa família e nós tinha que dividir com a feira, pra comprar as coisas para sobreviver. A gente se virava com o Bolsa Família. (Vitória, 2015, p. 68)

O primeiro relato é a trajetória de uma mulher que vivenciou a transição, desde muito cedo, da condição de trabalhadora doméstica a costureira de confecção, sem vínculo empregatício, e hoje, na informalidade, dedica-se à facção que montou em sua casa. Os vários relatos demonstram que o motivo maior de buscar o trabalho da facção no domicílio está na comodidade de cuidar dos filhos e da casa. A discussão de tempo e trabalho realizada por Hirata e Zarifian (2003) permite a reflexão das relações sociais do sexo sobre o trabalho assalariado de um lado e o trabalho doméstico do outro, reveladores da apreensão do tempo e a produção da existência, situações que encontram-se envolvidas, sem perderem suas especificidades, con-

forme os autores:

Pois, de um lado, a captação do tempo pelo outro não pode mais ser reduzida somente ao tempo de trabalho assalariado. Percebe-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico. E, quando as mulheres começam a entrar massivamente no assalariamento, é sob um status duplo: como assalariados e como portadores das condições gerais – temporais – do assalariamento. De outro lado, a produção do viver, por interpellar a dimensão útil do trabalho, é levada pelas mulheres para além das fronteiras das esferas da vida nas quais os homens estão estabelecidos e inscreveram sua dominação. Para mulheres, os limites temporais se dobram e redobram, trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida – privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna. (HIRATA & ZARIFIAN, 2003, p. 67)

A reflexão dos autores aponta a exploração acumulada e o envolvimento das situações de trabalho, doméstico e profissional. A situação torna-se mais complexa se o espaço da realização do trabalho for o mesmo da casa, espaço domiciliar. Ao perguntar para entrevistada 12, sobre como realiza o trabalho de costura e da casa, ela responde: “Não, eu não desligo a máquina, não, eu vou lá, coloco a panela no fogo, volto costuro, vou fazendo lá e aqui.” (Vitória, 2015, p. 72)

Mais uma vez volta-se a discussão do tempo e do espaço. Vitória em sua condição subjetiva de trabalho está inserida no contexto social amplo, em que a exploração é perversa, portanto, os usos do tempo e do espaço não são neutros, isto é, são condicionados pelo trabalho, onipresente na vida pessoal da trabalhadora. Para Harvey (2007, p. 218)

Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos os quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentadas para a produção de mercadorias.

Nesse contexto, o tempo e o espaço estão sujeitos ao domínio do capital, mesmo com a ocorrência de resistências e conflitos sociais contra a exploração advindas da organização do capital, que presume maior lucro para o empregador. Na realidade das faccionistas, embora não exista uma relação contratual, o acordo tácito e, sobretudo, o dinheiro que somente é recebido quando se entrega a mercadoria, determina o tempo a ser gasto e, assim, o dia de trabalho é esticado para a noite e, às vezes, até madrugada.

Então eu levanto de manhã. Primeiro eu dô uma arrumada na casa, levanto por volta de 6h, um pouco antes para fazer o café da manhã porque a filha vai trabalhar. Esse é o horário que eu levanto, nunca levantei de madrugada, não, mas às vezes já fiquei até 2 horas da manhã. Às vezes quando surge roupas sob medida eu pego também para fazer, então, às vezes tem que entregar rápido. Eu já acabei ficando até 2 horas da manhã. (Elisabete, 2015, p. 96-97)

O poder e o dinheiro, como instância mediadora de controle, se desenvolvem no centro das relações de trabalho e terminam por operar de forma instrumental e técnica sobre a busca de sobrevivência dessas trabalhadoras. O poder, no cenário das trabalhadoras das facções, não se coloca na forma do “patrão” ou “empregador”, mas fica subsumido na necessidade de sobrevivência-das trabalhadoras.

O relato de Vitória (2015) revela a realidade de uma trajetória de vida e trabalho que se iniciou no espaço rural, assim como outras entrevistadas que nasceram no meio rural ou interior, e foi crescendo e aprendendo o pesado trabalho rural ou de dona de casa na-roça. Em uma análise ideológica do contexto apresentado nas entrevistas, a marca da desigualdade e empobrecimento está presente em todos os discursos das entrevistadas, sobretudo em regiões menos abastadas, em que o bolsa família⁶⁷ torna-se condição de sobrevivência. O encontro com a costura e a máquina, para grande parcela dessas mulheres, revelou-se como uma oportunidade de meio de vida em face a outras opções ainda mais precárias.

A busca de uma vida melhor para sua sobrevivência e de toda família, também são reveladas por meio dos dados, que mostram que o Brasil, de uma forma geral, é urbano, conforme Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (BRASIL, 2015, p. 13), “com quase 85% de sua população residindo em cidades. As mulheres representavam, em 2012, cerca de 52% da população residente nas cidades brasileiras, ao passo que eram 48% da população de áreas rurais.” O gráfico (ANEXO III), demonstra por regiões a distribuição percentual da população

⁶⁷ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de junho de 2015, **969.656 famílias**, representando uma cobertura de 112,8 % da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 193,59 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 187.716.185,00 no mês. No estado de MA, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em abril de 2015 era de **1.464.593** dentre as quais:

- 1.041.395 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 143.691 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 145.750 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 133.757 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral> - Pesquisa realizada 10/07/2015.

feminina e seus domicílios no meio urbano e rural. A região Centro-Oeste mostra que 91,1% são mulheres residentes nas cidades e apenas 8,9% são moradoras no âmbito rural.

Margarete (2015), uma das entrevistadas, é uma senhora de 64 anos. Hoje ela não trabalha mais como trabalhava antes, pois afirma vários problemas de saúde adquiridos, que a impedem de continuar realizando seu trabalho na costura. Quando dialogamos sobre a previdência social, aposentadoria, ou alguma forma que pudesse resguardar seus direitos de trabalhadora, ela resumiu a situação dela em algumas poucas palavras: “Acontece o que aconteceu comigo, né, você fica velha e não tem nenhuma segurança, trabalha a vida inteira e agora só fica mesmo com as doenças que a facção deixou.” (Margarete, 2015, p.67)

Assim como Margarete, outras entrevistadas afirmaram que não pagam a Previdência Pública. Sara foi uma das únicas entrevistadas que revelou ter iniciado o pagamento por conta própria da Previdência. Em seu relato:

Tem pouco tempo, eu tive um tempo de contribuição quando eu trabalhei na Confecção do Setor Sudoeste. Lá eu tinha carteira assinada, recebia direitinho. Foram 4 anos de contribuição e comecei agora no ano passado a contribuir por minha conta mesmo. Eu deixei muito a desejar, por falta de informação, eu não sabia que eu poderia pagar meu INSS sem tá ligado a uma empresa. Minha sobrinha fez para mãe dela também há pouco tempo. Ela é contadora, então arrumou toda documentação para mim, mas isso tem 5 meses. (Sara, 2015, p. 43)

Conforme os dados da PNAD/IBGE, houve uma queda na proteção social de 1992 a 2002, saindo de 66,4% no início do período e chegando a 61,7%. Porém, a partir de 2003 percebe-se uma ascensão na proteção social para homens, mulheres no total de ocupados, entre 1992 a 2013. Os números da PNAD/IBGE (2013) apontam que as mulheres contribuintes somam 3.960.001, índice de 10,4%, e não contribuintes 11.140.723, índice de 29,2%. A quantidade de trabalhadoras desprotegidas revela o quanto ainda será necessário realizar, enquanto política de inclusão social.

Vitória quando foi questionada sobre a Previdência Social, disse que pagava quando residia no Maranhão, quando estava à época ligada ao INCRA⁶⁸. E aqui em Goiânia? Ela responde:

⁶⁸ Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, uma autarquia federal criada em 1970. O Instituto cadastra e seleciona candidatos agricultores, trabalhadores na terra para os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária. A entrevistada fez o cadastro e conseguiu uma fração de terra e uma casa, mas disse que as condições para permanecer na terra eram muito difíceis, não tinha escola, por isso resolveram migrar para Goiânia-GO.

Não, tinha que fazer o salário materno, precisava dessa carteirinha lá, aí eu fiz. Até para vir pra cá, foi esse salário da minha menina que ajudou a gente, porque nós viemo com R\$ 900,00. Se não fosse esse dinheiro a gente tinha que fazer empréstimo para poder vim porque os salários lá é muito pequeno, que nem pra prefeitura mesmo, [pagam] é um salário para duas pessoas. (Vitória, 2015, p. 72-73)

Vitória aproveita para revelar que em sua trajetória de migração do Maranhão para Goiás contou com o benefício do salário materno. A situação de Vitória expressa a de muitos migrantes que buscam trabalho e melhores condições de vida, saindo do norte e nordeste para região central e sul do país. Antunes (2009) discute que essa situação também se refere ao contexto de intensificação da utilização e superexploração do trabalho, com a utilização do trabalho de migrantes e também imigrantes que às vezes são contratados em condições de exacerbada precariedade.

Outra temática referente às condições de trabalho das costureiras nas facções diz respeito aos equipamentos para propiciar a segurança no trabalho. Nas trajetórias profissionais essas trabalhadoras vão adquirindo experiência e conhecendo os vários componentes que podem contribuir para aquisição de problemas de saúde, advindos do trabalho. No diálogo com Sara, quando falou sobre esses componentes, falou inclusive, que sabe como lidar com a situação tomando medicamentos por conta própria, quando acontece a crise.

O barulho da máquina é prejudicial, o óleo, porque a máquina reta, a minha máquina é muito rápida, sabe? Eu troquei a correia dela, para justamente ela ficar rápida. Então quando eu tô costurando, quando piso, que ela acelera e bate o reflexo do sol, eu vejo que vem partículas de óleo no meu rosto. Quando eu vou lavar meu rosto e passo a mão, assim a primeira vez, eu sinto cheiro, então a gente acaba respirando isso. Eu acho que isso é um risco. Quando eu trabalhei na Indústria de União Brasileira de Uniformes, era obrigado, mas quase ninguém respeitava, usar máscara. Exatamente por conta do óleo e do pó, porque são partículas muito pequenas que você não vê aquilo, mas prejudica e na época eu tive problema respiratório. Eu tive bronquite, e hoje eu melhorei, sarei, mas quando eu vou para máquina interlock eu percebo, porque como ela corta o tecido, daí eu espirro, é uma rinite alérgica, que desse trabalho meu colaborou bastante. Hoje é controlado, começo a sentir mal, vou lá tomo o remédio e melhora. Continuo trabalhando, mas nem precisa fazer uso, não, de medicamento. (Sara, 2015, p. 46-47).

Schwartz (2007, p. 198), com base na discussão ergológica, trata a subjetividade como “corpo”, para ele existe: “[...] um tipo de inteligência do corpo que passa do muscular, pela postura, pelo neurofisiológico, por todos os tipos de circuitos [...]”. O autor afirma reconhecer toda a complexidade das relações físicas e emocionais do corpo e em sua opinião, estão sendo

estudadas pela neurociência, pois as travessias, passagens citadas por ele, não são automáticas, isto é, elas fazem parte da história do trabalhador e muitas vezes de sua condição de sujeição, que pode ser cultural e posteriormente assumida pelo inconsciente. Nas palavras de Margarete, o condicionamento é claro e apontam para o desgaste e os limites do corpo das trabalhadoras das facções.

O problema da coluna é que você está sempre com uma postura ruim, a visão que você acaba comprometendo,[...] a vista cansada, então outra coisa também é que quando você fica muito tempo também na máquina, as suas pernas... o seu sangue não circula, então o certo era você costurar e depois fazer uma caminhada, mas você não faz isso. Quando você sai de cima da máquina você vai pra panelas, não é? Quase todas as costureiras tem problema nas pernas por causa da circulação, problema na coluna. Essa costura te deixa horas e horas presa naquela máquina. (Margarete, 2015, p. 63-64)

A pesquisadora Echternacht (2008) procurou refletir sobre as perspectivas de ampliação dos campos de possibilidade preventivas sobre os impactos dos atuais modos de viver e trabalhar. Em seus estudos constatou que no último século foram claras as mudanças no modelo de morbidade/mortalidade da população mundial. Em sua argumentação (2008, p. 48):

Nos países centrais, as patologias degenerativas, cardio-vasculares, osteomusculares, mentais, entre outras – tendem a substituir o padrão anterior, caracterizado pelas doenças infecciosas e parasitárias. Nos países periféricos, incluindo-se o Brasil, não observamos esta transposição de padrões epidemiológicos. Ao contrário, nos deparamos com uma concomitância de modos antigos e modernos de adoecer e morrer, na medida em que uma população já submetida a condições precárias de vida, em suas especificidades de reprodução enquanto indivíduos e grupos sociais, se insere, como força de trabalho, na transformação dos processos de produção.

Na visão da estudiosa, no campo das relações mais diretas ente saúde e trabalho, o contexto periférico e precarizado como espaço de trabalho revela a existência dos dois elementos, antigos e modernos, no processo de produção e trabalho. Echternacht (2008, p. 48) fala das patologias ocupacionais clássicas, “tais como pneumoconioses, intoxicações químicas, surdez ocupacional, relacionadas às condições insalubres de trabalho, associam-se modos ditos modernos [...], os distúrbios musculoesqueléticos⁶⁹ e os distúrbios psíquicos [...]”, todas

⁶⁹ Conforme o centro Multidisciplinar da Dor: dor musculoesquelética é a dor persistente em músculos, tendões, ligamentos, articulações e ossos de qualquer parte do corpo, que também provoca a formação de pontos dolorosos nos músculos, provocando dor localizada ou a distância. Dentre as causas estão as posturas sustentadas, movimentos repetitivos e sobrecargas relacionados ao trabalho e atividades diárias. Disponível em: <http://centrodador.com.br/?services=dor-musculoesqueletica> Pesquisa 30/08/2015

essas doenças estão inseridas em um contexto de trabalho penoso. Nas expressões das costureiras, as mesmas queixas clássicas e modernas combinam e traduzem em doenças que quase sempre são desconsideradas ou pouco cuidadas.

Lúcia (2015, p. 54-55) diz: “Pra saúde o pó é muito ruim, eu coloco máscara, mas loquinho tiro. É por causa do pó que vai para o pulmão, igual camiseta, tem muito pó, igual ali ela tá (apontando para uma senhora que estava costurando) passando o viés, solta muito pó.” Margarete, quando foi questionada sobre o barulho das máquinas, ela expôs: “sim eu adquiri um problema de audição que acho que é por causa das máquinas, porque é o tempo inteiro aquele barulho e quando você desliga a máquina você sente que sua cabeça também desliga.” (Margarete, 2015, p. 66).

As entrevistadas afirmaram que em algumas confecções pelas quais trabalharam exigiam uso de máscara, mas muitas não usavam. Entretanto, qualquer outro instrumento de prevenção, como protetor auricular, revelaram nunca terem ouvido falar. Nas oficinas, outra situação de risco são as instalações das máquinas e os fios elétricos soltos que passam entre as máquinas. Na composição da figura dois é possível visualizar parcialmente os fios entre as máquinas. Elisabete conta alguns acidentes e fala das “gambiarras” nas oficinas:

Já tive muitos acidentes. Já caí de uma cadeira; o motor de uma máquina pegou fogo comigo trabalhando; pisei em cima daquelas gambiarras que eles fazem para colocar a máquina, o que é errada né? Aqueles montes de fio de extensão e pegou fogo debaixo do meu pé, só não queimou porque eu usava sapato plataforma, não me queimou, mas o fogo foi até em cima, graças a Deus eu não tive nada não. (Elisabete, 2015, p. 98)

Machado (2010) toma a discussão dos instrumentos de trabalho como elementos categóricos do processo de hominização. Nesse sentido, o processo de tornar-se humano, passa invariavelmente pela relação com a natureza e os outros homens, sobretudo no processo social do trabalho. Sara ao falar sobre suas mãos como meio de trabalho:

Eu ainda não sinto muitas dores, mas quando ataca a coluna eu sinto dolorimento ao fechar as mãos de manhã. Mas começa a trabalhar, o sangue esquentou, aquilo ali já some. Mas o que mais acontece é que muitas costureiras pararam de trabalhar por conta da repetição, teve LER, Lesão por Esforço Repetitivo. Os pés, não apertar o pedal, nem tanto, mas as mãos, os movimentos com a tesoura, movimentos repetitivos, acaba dando a LER. Às vezes eu sinto, mas raramente, mas nunca fui ao médico por isso, não tem nada diagnosticado.

As imagens a seguir mostram como as mãos constituem o principal instrumento laboral e para cada uma dessas costureiras, muitas são as histórias envolvendo as dores e os sofrimentos do “uso de si”. Nas palavras de Marina (2015, 13, p. 76), é possível perceber os dramas dos acidentes no trabalho: “já tive que fazer cirurgia para tirar agulha, de vez em quando corta dedo com a maquininha. Tem muito disso. Já fiz duas cirurgias no dedo.” Elisabete também conta, com humor, como viveu drama parecido, talvez uma forma de amenizar a dor:

Olha eu tenho esse dedo aqui, eu trabalhando na confecção de jeans, as máquinas são muito pesadas, a agulha é bem mais grossa. Então a agulha entrou e saiu do outro lado do dedo, quebrou em três pedaços, e um deles ficou aqui preso. Daí eu pedi uma colega, que queria chamar a ambulância, mas eu disse a ela: passa a tesoura que eu retiro a agulha. Daí eu puxei com a tesoura e retirei. Mas aí sangue espirrou. Daí pedi: pega um pano depressa para eu amarrar aqui, senão vai sai minhas tripas (risos). (Elisabete, 2015, p. 97-98)



Figura 3 - “Mãos que cortam e costuram o tecido”. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: janeiro de 2015. .9Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Casa das costureiras.



Figura 4 - “Mãos que costuram o Jeans” As duas máquinas; a da esquerda e essa abaixo, são máquinas somente para costurar jeans. Autoria da foto: Pesquisadora. Data: março de 2015. .9 Câmera Digital Profissional Samsung Smart NX Mini 20.5 MP. Local: Casa das costureiras.

O termo “uso de si”, exige um diálogo com Schwartz (2007, p. 196) que compreende que toda atividade, todo trabalho, é sempre uso. “Uso de si, mas com esta dualidade às vezes simples e ao mesmo tempo muito complicada, que é uso de si ‘por si’ e ‘pelos os outros’.” Na opinião do autor, é justamente por isso que o trabalho se torna um drama. Dramática, porque para Schwartz (2007, p. 196) toda atividade, trabalho, é previsto por normas sob várias formas, “científicas, técnicas, organizacionais, gestionárias, hierárquicas, quer remetam a relações de desigualdade, de subordinação, de poder – há tudo isso junto.” No entanto, Schwartz (2007) argumenta que é preciso articular de forma constante o uso de si pelos outros e o uso de si por si na tentativa do trabalhador ser sujeito. Em suas palavras:

Pelos os outros que cruzam, como foi dito, toda atividade de trabalho; e por si, pois há sempre um destino a ser vivido, e ninguém poderá excluí-lo dessa exigência. Tal exigência é uma oportunidade, claro, pois é a possibilidade de ‘desanonimar’ o meio, tentando fazer valer ali suas próprias normas de vida, suas próprias referências, através de uma síntese pessoal de valores. (SCHWARTZ, 2007, p. 197)

No contexto das trabalhadoras, que vivenciam suas trajetórias de trabalho precarizado essa é uma travessia de grande desafio, não é impossível, mas as condições impostas, sobretudo a relação de poder, patrão e empregada, é subsumida no ideário de que as costureiras, faccionistas são agentes ou donas de “seu negócio”. Para Marx (1987), a definição da “essência”, o abarcamento do trabalho sob a produção capitalista, propõe a compreensão do conceito de subsunção. Nos termos de Antunes e Alves (2004, p. 343), a subsunção é o conceito que aponta a “força de trabalho, o que vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital.”

Para o segmento pesquisado, essa essência é ainda mais intensa, pois o capital absorve sua força de trabalho, tanto nas oficinas de costuras, pois ela tem prazo para entregar as peças prontas para receber o pagamento, e o capital mais uma vez submerge sua força de trabalho, pois sua atividade é realizada na casa para cuidar e alimentar a família que também sai para vender sua força de trabalho.

Por outro lado, apesar de todo esse trabalho dramático, a argumentação de Schwartz (2007) que o trabalhador precisa transgredir, fazer valer suas próprias regras de vida e constituir sua identidade de trabalhador, propõe refletir também nas palavras de Antunes e Alves (2004, p. 344) “as relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho ‘subordinar-se ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposi-

ções ao outro formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista.”

Nos relatos extraídos das entrevistas, quase todas afirmaram que antes de “optarem” pela facção em casa passaram por alguma confecção. Algumas vivenciaram a realidade da carteira assinada, outras sob a forma de contratos informais e temporários. A trabalhadora Sara, quando buscou emprego com o vizinho, foi o primeiro encontro com a possibilidade de aprendizagem e um contrato temporário com uma confecção. Em seu relato:

Ele tinha uma confecção de peças íntimas, masculina e feminina, lá no Parque Anhanguera, onde minha mãe ainda mora. Daí um dia eu bati na porta dele para propor serviço de doméstica. Ele se ofereceu para me ensinar a costurar. Eles eram da igreja adventista, um pessoal muito legal. E as máquinas eram simples, não eram como hoje, eram bem lentas e assim eu aprendi a costurar, fazia calcinhas. De lá, quando eu saí de lá eles foram à falência, um ano depois. Aí, ele me apresentou para um outro amigo deles. Isso foi em 1989. Lá abriu falência, eles ficaram com muitas dívidas e não conseguiram continuar com a confecção,[...] Daí eu fui lá para o Parque Anhanguera I, seu ...(nome), eu trabalhei com ele 2 anos, até meus 16 anos. Depois dessa época eu me casei, aí eu fiquei 2 anos sem trabalhar, mudei para o interior, quando eu voltei pra cá, precisei trabalhar, fui para uma confecção no Setor Sudoeste que faz uniforme, militar, bombeiro. E aí que fui conhecer a máquina industrial. Até aí eu não conhecia. Daí comecei a trabalhar lá e já guardando dinheiro para comprar a minha máquina, porque eu tinha vontade de trabalhar em casa, já tinha a minha primeira menina com 1 ano e pouco de idade. Daí fui trabalhando, meu esposo me auxiliando, pensando em comprar a minha máquina. Quando eu comprei a minha primeira máquina, a gente já tava morando nesse setor aqui. Daí já veio a primeira filha e eu pegava pouquinho serviço fazendo aqui em casa. (Sara, 2015, p.41)

O relato de Dalila também traz a marca da descontinuidade no trabalho formal com vínculo empregatício para o trabalho precarizado, o que marca o novo contexto da chamada economia informal, que na argumentação de Antunes (2009) são trabalhadores sem carteira assinada, que prestam serviço, mas continuam sendo assalariados, vendem sua força de trabalho, portanto fazem parte da classe trabalhadora. Dalila relata sua trajetória de um ano na confecção, 2005 a 2006:

[...] trabalhei foi numa tal de GR, de peças íntimas. Trabalhava na ala de camisolas. Aí foi aonde eu fui aprendendo aos pouquinhos, fui pegando o jeito de costurar. Aí eu saí de lá e vim pra cá. Eles me mandaram embora, dois meses depois eles me convidam pra trabalhar na minha casa, me deram as máquinas e me pediram pra fazer facção. [...] Eles mesmos me deram tudo, da agulha até as máquinas. Eles me deram tudo pra mim trabalhar para eles. Disseram: nós confiamos em você e queremos que você costure para nós, né? Aí eu fazia pijama, camisola de cetim de malha, ligalight. Daí eu trabalhei pra eles mais uns 4 anos. (Dalila, 2015, p.78 e 79)

Os relatos acima reiteram o contexto social que vem se constituindo desde o final século XX e nos primeiros anos do século XXI. Essa trajetória de descontinuidade e a inserção na facção marcam uma condição de desproteção no que diz respeito à legislação trabalhista e maior exploração. Antunes (2009, p. 105) assinala o aumento do trabalho feminino, o qual “atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado.” Conforme dados da PNAD (2013), a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil é de 53,61%. Dados da População Economicamente Ativa (PEA) apontam um salto de 32.530 milhões para 46.401 milhões, período de 2000 a 2013, da inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Dalila em seu relato, quando questionada sobre o valor de seu salário na confecção, respondeu que era o salário de costureira, mais uma gratificação. Quando passou a realizar sua atividade como facção passou a receber por peça em torno de R\$ 0,80 a R\$ 1,50. (Dalila, 2015, p. 79). Os dados já demonstrados, anteriormente, confirmam a realidade dos vencimentos das mulheres menores do que aqueles designados aos homens⁷⁰.

Nessa perspectiva, a partir das pesquisas e discussões apresentadas por Antunes (2009), sobre a manifestação da contradição, se a ampliação do trabalho feminino pôde indicar a concretização do histórico embate pela emancipação feminina, todavia, “o capital converte em uma fonte que intensifica a desigualdade.” (ANTUNES, 2009, p. 110)

No entanto, mesmo na situação dramática do trabalho imposto pelo mundo do capital, conforme Alves (2014), o trabalho na concepção sócio-histórica, que no atual contexto assume a condição de precarização, essas trabalhadoras construíram condições concretas de sobrevivência para elas e para suas famílias. Nessa perspectiva, afirmaram em seus discursos o significativo valor do trabalho em suas vidas. Eleuza (2015) diz da conquista: “ não é muita coisa, mas pelo menos já... esse teto, pra mim, que tá debaixo, já é pra mim, já é um lucro do maior, um bem maior que eu tenho, né?” (p. 2). Nas vozes dessas mulheres, mesmo sob um trabalho alienante, ainda é possível, como argumenta Schwartz (2007), articular o “uso de si” pelos outros e o “uso de si por si. Marina (2015), revela: eu gosto de inventar coisas, gosto de criar modelo, eu aprendi amar isso aqui. E eu sempre sobrevivi disso aqui” (p. 28).

Na perspectiva do trabalho como categoria histórico-ontológica, o trabalho faz uma interação orgânica com a natureza, nas palavras de Alves (2014, p. 9):

⁷⁰ IPEA. Um retrato de duas décadas do mercado do trabalho brasileiro utilizado na PNAD. Nº 160 -2013. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/.../1/Comunicados_n160_Retrato.pdf . Pesquisa 10/07/2015

Ou como diria Karl Marx em “O Capital”, “ um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Nesse caso, Natureza é a matéria natural como força natural. Por exemplo, a própria corporalidade viva – braços e pernas, cabeça e mãos do homem, isto é, o homem em-si e para-si – pertencem às forças naturais que o homem tem que por em movimento a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.

Na sociedade capitalista, vivenciar o trabalho como categoria histórico-ontológica é quase impossível, mas é preciso encontrar caminhos para construir essa condição de trabalho do homem e da mulher em-si e para-si, com a compreensão de que o trabalhador quando se reconhece enquanto ser humano, no processo de produção, reconhece também os outros, o que representa um processo social e transformador do trabalho como atividade vital.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*“Nós vos pedimos com insistência:
 Não digam nunca: ‘isso é natural!’
 Diante dos acontecimentos de cada dia,
 Numa época em que reina a confusão.
 Em que corre sangue,
 Em que o arbitrário tem força de lei,
 Em que a humanidade se desumaniza,
 Não digam nunca: ‘isso é natural!’
 Para que nada passe a ser imutável!”*
Bertolt Brecht

A análise das trajetórias educativo-laborais das trabalhadoras em facções que compõem a rede de confecção de Goiânia foi o objeto de estudo dessa tese. O contexto goiano assemelha-se aos demais espalhados pelo país no ramo das confecções e revela a convivência da relação de trabalho com uma articulação formal e informal, trabalho doméstico, artesanal, familiar, com centralidade na produção.

A indústria têxtil apresenta estreita relação com o desenvolvimento da máquina a vapor e as grandes alterações oriundas da revolução industrial. O método de fiar a lã por meio da tosquia do carneiro, na sequência, o lavar as fibras, enrolar em cordões e, depois de secas, atar a fusos pesados, era o processo natural que por centenas de anos, homens e mulheres realizaram, mais precisamente, sobretudo mulheres.

No século XVIII, a invenção de máquinas como a lançadeira, que possibilitou ampliar a largura dos tecidos, em seguida, a máquina de fiar e depois a associação com a máquina a vapor, a substituição da lã pelo algodão, enfim, todas as mudanças possibilitaram a fabricação têxtil em menor tempo, o que marcou grande desenvolvimento no setor.

O Brasil também demonstrou seu envolvimento com a indústria têxtil desde o início de seu processo de industrialização. A cada período histórico o processo de produção industrial impôs aos trabalhadores novas situações. No setor de confecções isso não se apresentou de forma diferente. Nessa perspectiva, em cada contexto foi possível perceber o quanto os trabalhadores foram envolvidos pelos ditames dessa sociedade e as exigências advindas dos processos produtivos. Sobretudo no fim do século passado e nessa primeira década do XXI, com a globalização em curso acelerado, os trabalhadores, não raramente, estão sujeitos a condições de trabalho precarizado.

A globalização dos mercados e o *laissez faire* comercial tem apontado para constituições de organizações mais cooperativas para os vários ramos produtivos. Para a indústria têxtil e o setor das confecções, de forma específica, há modificações em desenvolvimento, sobretudo na cadeia

produtiva no âmbito mundial, por meio dos novos entrelaçamentos estratégicos mundiais, bem como as novas formas de organização da produção.

As empresas do circuito espacial da fabricação de vestuário no mundo responderam com estratégias que adequaram-se às transformações e às novas organizações. Cada país do centro do sistema capitalista acomodou-se em um espaço de atuação. Aos países da América Central, como por exemplo, o México, bem como os países asiáticos, foram delegadas, por parte dos Estados Unidos, as fases da costura, as mais dispendiosas, por causa da intensa utilização da mão de obra.

O mundo europeu também adotou essa tática, isto é, deixou a etapa da costura para os países do Leste. O Japão considerou compensatória a mudança de atividades e passou a subcontratar na China, Taiwan, Índia, entre outros, pelos aspectos favoráveis dessas nações; a localização, sistemas técnicos de circulação da mercadoria, mas, sobretudo, o baixo custo da mão de obra. Por outro lado, as empresas que compõem a CTC dos países denominados desenvolvidos têm buscado enfrentar o aumento da concorrência por meio de um encontro com mercados lucrativos de produção de maior valor agregado. Assim, tem-se investido no campo da moda, além da ênfase nas máquinas mais complexas, bem como nas novas fibras químicas.

No Brasil, com base em pressupostos das várias mudanças no setor têxtil e de confecções, as empresas têm apresentado uma reconfiguração do setor, enfrentando os desafios constituídos a partir da globalização econômica. Para recuperar a crise instalada logo no início da liberalização comercial, ao final da década de 1990, o setor têxtil brasileiro buscou a estratégia da concentração industrial e com isso houve aumento do desemprego, sobretudo no setor de tecelagem, o que reafirma a tese do mundo globalizado, maior concentração das grandes empresas, que se tornam centros de poderes, em detrimento das pequenas e médias que ficam subjugadas e controladas.

Embora a produção de confecções de Goiás inicia sua história a partir da década de 1960, é como polo de confecções que Goiás se estabelece como grande empreendedor no cenário nacional. As localizações dos Arranjos Produtivos Locais mais arrojados estão tanto na região metropolitana de Goiânia, quanto em algumas regiões do interior do Estado de Goiás. A política de apoio aos arranjos em Goiás não chegou a se configurar como uma política de governo. Dessa forma, praticamente não existe previsão orçamentária e há apenas alguns pequenos núcleos de técnicos e dirigentes intermediários em algumas secretarias e agências do Estado.

Goiás apresenta uma inserção na produção de moda e confecções de roupas, sobretudo feminina, e tem uma repercussão desde a capital do Estado até algumas cidades do interior e, inclusive, com algumas projeções no país. As feiras são os espaços mais voltados para comercialização da produção, mas há, também, o crescimento do comércio em perfil de atacado, com escoamento para outros estados brasileiros.

Existem, ainda, a disseminação de várias unidades produtivas, como lavanderias, domiciliares ou mesmo facções, o que vem a completar o cenário da produção goiana. É a produção de moda e confecção goiana inserida nessa condição de regime de grande acumulação, o que termina por elevar o desemprego, acelerada extinção e reconstrução das habilidades, com ganhos restritos dos salários reais.

Uma notícia⁷¹ publicada na mídia local no dia 16 de maio de 2014 anunciava que o governo de Goiás seria o pioneiro no país por fornecer tecnologia de ponta para impulsionar o setor de confecções. Nesse sentido, foi noticiada a previsão de inaugurar em junho de 2014 seis máquinas de corte nos municípios de Catalão, Jaraguá, Pontalina e Itaguaru. A máquina chamada Audaces é um investimento do governo do Estado, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTEC), com a promessa de aumentar a capacidade de produção do setor de confecções em mais de 300%.

A reportagem afirma que as empresas de confecções do Estado vão sair de um processo manual para automatização. De cinco mil peças passaria para produção de aproximadamente vinte mil diárias. Ao que parece, é que diante da automatização, conseqüentemente diminui o número de trabalhadores no processo de corte. A própria reportagem sinaliza para a passagem do manual para automação.

Essa configuração de automação tem deixado uma marca desde o século XX, e continua alimentando a condição de trabalhador desempregado nesse século XXI. Marx (1982) argumentou que essa população excedente é fundamental para acumulação do capital, constitui natureza para existência do mundo capitalista. Embora os dados oficiais não demonstrem que os índices de desemprego cresceram no interior do Estado, a informalidade aponta crescimento, isto é, os trabalhadores como denomina Souza (2013), vivem no espectro do “assalariamento encoberto” ou trabalhadores “donos” do próprio negócio.

A formação profissional ficou mais evidente como aprendizagem na idade média, por meio dos mestres de ofícios, dessa forma, os parentes, vizinhos, amigos ensinavam seus ofícios. De forma similar, nas atividades inerentes à costura, as entrevistadas, da mesma forma que aprenderam, ensinam o “domínio da máquina” e o ofício da costura, que tem revelado intensa exploração das trabalhadoras no atual contexto.

Condição essa que está sendo respaldada pelo poder atual Legislativo por meio do Projeto de Lei 4330/2004, que pretende regulamentar a terceirização de serviços, o que repre-

⁷¹ Disponível em: <http://site.sectec.go.gov.br/post/ver/177985/com-maquinas-audaces-governo-de-goias--sera-pioneiro-no-pais-ao-fornecer-tecnologia--de-ponta-para-impulsionar-setor-de-confeccoes>. Pesquisa em 28/07/2015

senta um retrocesso na legislação trabalhista brasileira. Esta foi conquistada a partir de um processo árduo de disputa política por parte da classe trabalhadora. Mais uma vez o trabalhador será banido de efetiva cidadania em função de mera redução do custo do capital e ampliação do lucro dos empresários, sobretudo em momentos de crise econômica.

Por meio da escuta das trabalhadoras em facção ficou evidenciada a inserção em uma estrutura produtiva constituída na contradição do mundo do capital. Por um lado as trabalhadoras encontram-se coladas no contexto da mundialização complexa do capital, entretanto, simultaneamente, inserem-se na lógica da condição precarizada, trabalho em domicílio, sem nenhum registro legal que as resguardem, enquanto trabalhadoras. Assim, ainda estão no espectro taylorista, isto é, com a produção fragmentada, específica, recebem as peças cortadas apenas para serem fechadas, etc. Essa estrutura produtiva compõe a sustentação de uma cadeia de produção maior, isto é, o complexo e o rudimentar em íntima associação e dependência no contexto atual.

A trajetória de vida das trabalhadoras das facções reafirma a peleja para sobreviver na condição de excluídas sociais. A condição de gênero só complementa a exploração enquanto trabalhadora que acumula o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e o profissional, o espaço único de trabalho e residência. A trajetória revela a disputa histórica entre atividade laboral e escola e, mais uma vez, o trabalho esteve e continua na frente.

Talvez essa tenha sido a etapa de maior complexidade da pesquisa, encontrar essa difícil realidade das condições de trabalho, as quais estiveram presentes praticamente toda a trajetória de vida dessas trabalhadoras. Nesse sentido, a condição de gênero foi e continua sendo determinante para que a escola tenha ocupado um lugar tão parco em suas histórias. A pesquisadora compreende que a condição imposta às trabalhadoras, pertencentes ao gênero feminino, são indissociáveis, por isso as entrevistadas revelaram que, ainda hoje, se pudessem retornar à escola, seria realizar “um sonho”, porém não poderiam, por considerar imprescindível assegurar a formação escolar aos filhos, como foi o caso de Sara que hoje se preocupa em ganhar dinheiro para manter a filha na educação superior privada.

Dessa forma, a previsão da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, que conforme registro no capítulo III, apresenta uma mudança de paradigma, sinaliza o rompimento da concepção compensatória para educação como direito e para toda vida, (MACHADO, 2008). Para o público dessa pesquisa a consolidação desse direito não aconteceu. Esses sujeitos continuam à margem dos domínios dos conhecimentos sistematizados historicamente, bem como dos bens econômicos e sociais indispensáveis para a formação humana.

Buscar as ideias da equidade social, aqui registrada, significa afirmar a necessidade da

ampliação da função social como parte do conceito de justiça social prevista na Constituição Federal de 1988. No âmbito da educação a discussão da equidade social e da inclusão se aproxima da disputa no campo dos direitos humanos. A educação em direitos humanos configura-se como uma ferramenta de atuação dos educadores que precisam imbuir-se do olhar ao ser humano como sujeito histórico e de cultura e, assim, possam acrescentar a perspectiva de uma educação que respeite os trabalhadores com toda a sua construção histórica de existência. Que dialogue com a trajetória de seus conhecimentos que foram elaborados no processo laboral e também com os conhecimentos sistematizados, os quais também foram construídos historicamente.

Essa proposta de educação talvez pudesse empoderar estas trabalhadoras de um conhecimento que contribuísse para enfrentar o sistema de exploração a que estão submetidas. A escola para os trabalhadores possui uma tarefa complexa quando se propõe a pensar em uma formação na escuta dos saberes constituídos por meio de trajetórias de trabalho. O fazer pedagógico para a classe trabalhadora deve dialogar com a existência humana, buscar as histórias dos trabalhadores/as como possibilidade de produzir novos saberes. No entanto, efetivamente, nossas escolas não incorporam essa concepção.

A pesquisa apontou que a escolarização é ausente de sentido na vida destas trabalhadoras. Esse foi um dos limites da pesquisa, nessa ótica, ainda é preciso conhecer qual escola poderá ser significativa para as trabalhadoras. Outro limite diz respeito à escuta das trabalhadoras na formalidade, isto é, fora de seus domicílios, para ampliar e refletir sobre as condições de gênero relativas as trabalhadoras em circunstâncias de formalidade. Justifica a importância do trabalho em domicílio para cuidar dos filhos? E a possibilidade de escutar os homens trabalhadores nas facções e a relação com a escolarização, qual o lugar da escola para o gênero masculino?

A tentativa de trazer os modelos de formação integrada propiciadas pelos movimentos sociais teve o objetivo de apresentar uma alternativa de formação frente à, marca histórica da sociedade capitalista, isto é, separação da formação técnica da formação intelectual. Na disputa de poder político, os movimentos sociais organizados conseguem afirmar uma educação aos trabalhadores que desenvolve seu objetivo formativo, além de uma proposta pedagógica própria e significativa, resguardados todos os limites da efetivação de uma proposta. Também lutam para assegurar políticas públicas que tenham como escopo equidade social, processo de inclusão, sobretudo em relação àqueles que foram impedidos de exercer seu direito de escolarização.

No entanto, as trabalhadoras em facção também não conseguem acesso a essa forma-

ção, pois elas compõem uma grande parcela de trabalhadores/as em situação de precarização e informalidade, grupo esse sem vínculo sindical. Embora existam, inclusive, algumas tentativas por parte dos sindicatos em buscar tanto os trabalhadores da informalidade como os desempregados, ainda, prevalece grande dificuldade para aproximar desses grupos.

Os estudos de Souza (2013) apresentam os limites dos sindicatos na organização dos trabalhadores sem trabalho e na informalidade. Existe uma resistência por parte da categoria na ativa que dificulta uma luta em conjunto, mas também falta uma ação político-sindical para buscar trabalhadores não sindicalizados. Os dirigentes sabem que esses trabalhadores de reserva ou temporários, informais, também caracterizam uma maneira de fragilizar a resistência sindical.

Embora a pesquisa tenha contribuído para “dar voz” às trabalhadoras, possibilitar a visibilidade de um grupo de trabalhadoras que tem crescido no país, pelo desemprego, pela condição de gênero, mas também pelas novas estruturas do mundo capitalista, a pesquisadora termina a tese com dois sentimentos: o primeiro de indignação com a situação descortinada, inclusive, vivenciada por meio de todas as reflexões suscitadas; o segundo sentimento tem o sabor do inacabado, pois ouvindo a trajetória de Margarete (2015, p. 62-63), ela diz com esperança “teria que surgir alguém que se destacasse e fosse atrás, né? Porque todas as coisas tem sindicato, então se levantasse uma pessoa, assim, e fosse procurar quais são os direitos, porque todo trabalhador tem o direito. Por trabalhar informal a pessoa acha que nunca vai ter direito na vida?” As reflexões advindas dessa fala suscitou o desejo de buscar o sindicato dessa categoria e questionar se alguma ação teria ocorrido no sentido de buscar as trabalhadoras na informalidade.

Uma das últimas leituras que busquei fazer antes de terminar a tese foi sobre o sindicalismo e desemprego de Souza (2013). Para esse autor, tanto os desempregados como os trabalhadores na informalidade e precarizado compõem a classe trabalhadora, portanto, cabe aos sindicatos exercerem o papel de aproximação e organização desses trabalhadores. Nesse sentido, o inacabado pode ser traduzido nesta indagação, qual o olhar do sindicato para as costureiras? Que outros movimentos podem contribuir no sentido de reunir essas/esses trabalhadoras/res? Essas são algumas questões que convidam para novas pesquisas. Conhecer é, assim, sempre um gosto de querer saber mais, mas saber mais para interferir, desvelar e talvez ousar construir uma nova situação.

A compreensão desse contexto remete a discussão ao que parece natural e imutável. É preciso insistir, como desafia o poema de Brecht e a esperança de Margarete. O “arbitrário”, PL 4330/2004, entre tantas outras perversidades, não pode continuar tendo “força de lei” no

mundo do trabalho, pois essa situação vem tecendo a desumanidade na humanidade, e isso, não pode ser naturalizado. É preciso insistência e indignação das mulheres e homens desse tempo.

Há de se registrar, por outro lado, que as histórias colhidas dos relatos demonstraram a resistência das trabalhadoras mesmo diante de um contexto adverso, eivado de injustiças sociais. Trata-se de histórias que comprovam que o conhecimento teima em ser produzido, mesmo que passando de mão em mão, como ficou evidenciado no aprendizado da arte de costurar. Em suas casas, sem proteção do Estado, as costureiras tecem dia e noite, suas histórias de vida feitas de trabalho, compromisso para com a família, cooperação e solidariedade para com as colegas de trabalho e vizinhos. Esta riqueza de atitudes e valores, com o incremento da escola formal que respeite esses saberes culturalmente constituídos, poderá criar um novo tecido social que se contraponha a uma ideologia decadente marcada pela competição e o individualismo.

REFERÊNCIAS

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções. **Relatório macroeconômico da Indústria Têxtil e Confeccionista no Brasil** – EMI – ABIT/TEXBRASIL – 2006-2010. Disponível em: <http://www.iemi.com.br/biblioteca/publicacoes-setoriais/brasil-textil-2011/>

_____. São Paulo-SP Brasil. **Panorama Têxtil**. 2010. Acesso em: 11 de ago. 2013. Disponível em: Http://www.abit.org.br/site/texbrasil/default.asp?Id_menu=2&Idioma=PT&id_sub_tex=1

ABRAMO, Laís. **Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?** In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.) Trabalho e Sociedade: Organização, Trabalho e Gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 21-42.

ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Textil. **Análise da Estrutura Setorial da Cadeia Textil Brasileira**. Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2013. Acesso em : 13 de jul. 2015. Acesso: 10/07/2015 Disponível em: http://cepesp.fgv.br/sites/cepesp.../Relatorio_trecho_lete_rodanel_CEPESP_0.pdf

ALVES, Giovanni. **Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. v. 4. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo; ALVES Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. In: *Revista Educação e Sociedade*, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

_____. **Adeus ao trabalho ? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 13^a edição, São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel G. Trabalho – **Educação e Teoria Pedagógica**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Crise do trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 138-165.

BARBARA, M., MIYASHIRO, R., GARCIA, S. **Experiência de educação integral da CUT**. Práticas em construção. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BIGNAMI, Renato. **Trabalho Escravo Contemporâneo: Sweating System no contexto Brasileiro como Expressão do Trabalho Forçado Urbano**. In: NOCCHI, Andrea Saint P.; VELOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (coords). Trabalho Escravo Contemporâneo: desafio de superar a negação. 2^a ed. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do trabalho-ANAMATRA – São Paulo: LTr, 2011.

BRASIL. Consolidação das Leis Trabalhistas. **Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1943.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 1961.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-PLANFOR:** reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil. Brasília, 1998.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA.** *Diário Oficial da União*, de 14/07/2006.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego-PME/IBGE.** 2002.

_____. **Estatística, população, trabalho e rendimento.** PNAD/ 2009. Acesso em: 21 de out. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar.** 2010

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (Pnad). 2012

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo do IPEA Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Política Pública.** Brasília, DF, 2013.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Trabalho a Domicílio: Novas Formas de Contratualidade.** Brasília, DF, 2000. Acesso: 17/06/2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0717.pdf

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (Pnad). 2013

_____. MEC, SETEC. **Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de Goiás. Relatório Circunstanciado.** Período 30/05/2011 a 07/06/2011, p. 1-9.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Superintendência Regional do trabalho e**

Emprego no Estado de Goiás. Relatório de Operação. Período maio/2011 a junho/2012, p. 1-91.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. Relatório de Operação.** Período maio/2011 a junho/2011, p. 1-158.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. Relatório de Operação.** Período abril/2011, p. 1-163.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. Relatório de Operação.** Período janeiro/2013, p. 1-81.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. Relatório de Operação.** Período maio/2014, p. 1-123.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.** Brasília, 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.** Brasília, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.** Brasília, 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.** Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**, março, 2015. Acesso: 8/09/2015 Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular:** um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974. (Parte 1, p. 13-134).

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes.** In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.) Trabalho e Sociedade: Organização, Trabalho e Gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 43-88.

CARVALHO, Olgamir F. **Educação e Formação Profissional – Trabalho e tempo livre.** Brasília: Plano Editora, 2003.

CASTIONI, Remi. **Da Qualificação à Competência: dos Fundamentos aos usos – O Planfor como dissimulados de novos “conceitos” em Educação.** Campinas, UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado)

CASTRO, Sergio D. BRITO, L. **Dinâmica Produtiva da Indústria de Confeções de Vestuário em Goiás.** 2005. Acesso: 26/07/2015. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj7/05.htm>

CASTRO, Sergio Duarte de (coord.). **Nota técnica: APL de Confeções de Jaraguá Sete Anos Depois (2003-2010).** Redesist. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **O arranjo produtivo de confeções da região de Jaraguá-Go. Relatório de atividades da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** UFRJ. Instituto de Economia. Março, 2004. Disponível em <www.ie.ufrj.br/redesist.

_____. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições.* São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

_____. **Mediações históricas de trabalho e educação – Gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60).** Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, Faperj, 2009.

COUTINHO, Sabrine Mantuan dos S.; MEANDRO, Paulo Rogério M. **Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: “Que seja terno enquanto dure”.** Revista Psicologia Clínica, PUC- Rio de Janeiro, v. 22 n. 2, 2010, p. 83 – 106.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. **5º Congresso Nacional da CUT.** Resoluções. 1994. Acesso: 17/09/2015. Disponível em: <http://www.cut.org.br/system/uploads/document/7e5a9517d8e93e4029f8ae49fa05a91e/file/5-congresso-nacional-da-cut-5-concut-19-a-22-05-1994.pdf>

_____. **7ª Plenária Nacional da CUT.** Resoluções. 1997. Acesso: 17/09/2015. Disponível em: <http://www.cut.org.br/system/uploads/document/7d382b7231006d240a29e8c4a1a56b7e/file/7-plenaria-nacional-da-cut-30-08-a-02-09-1995.pdf>

_____. **Trabalho e Cidadania - Uma década de Educação Integral.** III Congresso Nacional dos Metalúrgicos. 1995. Acesso: 17/09/2015. Disponível em: http://www.integrar.org.br/arquivos_publicacoes/fundamentos%20do%20integrar.pdf

_____. **9ª Plenária Nacional da CUT.** Resoluções. 1997. Acesso: 17/09/2015. Disponível em: <http://www.cut.org.br/system/uploads/document/24a2032949b23f144cc7625c634cd23d/file/9-plenaria-nacional-da-cut-17-a-20-08-1999.pdf>

_____. **8º Congresso Nacional da CUT.** Resoluções. 2003. Acesso: 17/09/2015. Disponível em: <http://www.cut.org.br/system/uploads/document/26dd9521c0b73c55e06b41f8b5a25/file/8-congresso-nacional-da-cut-8-concut-03-a-07-06-2003.pdf>

DOMINGUES, José Luiz, TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública.** *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 21, n. 70, abr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Pesquisa em 25/07/2015

DURAFFOURG, Jacques. **Levar a sério o trabalho que acreditamos ser simples**. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (orgs.) *Trabalho e Ergologia – Conversas sobre a atividade humana*. Tradução e Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói-RJ. 2007, p. 68-71.

Dourado, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. *Educ. Soc.*, Set 2002, vol.23, no.80, p.234-252. ISSN 0101-7330

_____. **Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle**. RBPAAE – v. 27, n. 1, já./abr. 2011, p. 53-65. Acesso: 08/07/2015 Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/19967-72426-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/19967-72426-1-PB%20(1).pdf)

ECHTERNACHT, Eliza. **Atividade humana e gestão da saúde no trabalho: Elementos para a reflexão a partir da abordagem ergológica**. Revista Laboreal. V. IV nº 1, Universidade do Porto- Portugal. 2008, p. 46-55.

ENGELS, Friedrich. **A importância do trabalho na humanização do macaco**. In: *A dialética da natureza*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ENGUIA, Mariano F. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo : Cortez / Autores Associados, 1989.

FERRETTI, Celso João. **Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre Trabalho e Educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª ed. 1986.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 25-54.

_____. **A nova e a velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 21-46.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre**

perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

GEREFFI, Gary. **Promessa e desafios do desenvolvimento.** Tempo Social -Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. , jun. 2007, p. 223-248. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a12v19n1.pdf> Acesso em: 8/12/2015

GOMES, Carlos A. **A Qualificação Resignada. A Má Formação da Força de Trabalho como um Problema Estrutural do Desenvolvimento Brasileiro.** Campinas, UNICAMP. 2011

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: **Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Henriques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere. vol. 1.** Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 e 2004a.

_____. **Cadernos do cárcere. vol. 2.** Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a e 2004b.

_____. **Estudos Políticos. vol. 1.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Estudos Políticos. vol. 2.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio.** Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação: 500 anos de educação escolar. São Paulo: Cortez, n. 14, maio-ago. 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Revista Brasileira Est. Pedag., Brasília, v. 75, n. 179/180/181, p. 373-394, jan./dez. 1994. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/340/345> Pesquisa em: 07/03/2014

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo, Ed. Loyola. 16ª Ed, 2007.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 15-20.

_____; ZARIFIAN P. **O conceito de trabalho.** EMÍLIO M.; TEIXEIRA M.; NOBRE M.; GODINHO Tatau (orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios**

para as Políticas Públicas. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf> Pesquisa em 18/07/2015

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, set./dez., 2007, p. 595-609.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX.** Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária.** Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Tradução de Waltensir Dutra. 21. Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1986.

IANNI, Otavio. **O mundo do trabalho. São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, Fundação Seade, v. 8, n. 1, 1994.

JONAS, E. **Mujeres que viven del trabajo a domicilio – El tempo próprio de las trabajadoras de ropa de vestir.** Goiás – Brasi, 1975-1995. Universidad Complutense de Madrid/UCM. Madrid-Espanha. Tese de Doutorado. 2001

KELLER. Paulo F. **Globalização e mudança na cadeia têxtil brasileira –** São Luís: Edufma, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Trad. por Célia Neves e Alderico Toríbio. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia Z. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vem do trabalho.** São Paulo: Cortez. 5ª ed. 2007.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa Sociológica.** Revista Análise Social, vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), 871-883. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf> - Pesquisa 07/03/2014

LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E. & MACIEL, M.L. (orgs) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ/Instituto de Economia, 2003.

LE GOFF, J. **Uma longa Idade Média explicada a meus filhos.** Rio de Janeiro: Agir, 2008.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003. (Col. Docência em for-

mação).

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas.** São Paulo, nº 4, 1978, p. 1-18.

_____. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Ciência Humanas, 1979.

MACHADO, Lucília. Usos sociais do trabalho e da noção de competências. HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana. (org.s). **Organização, trabalho e gênero.** São Paulo: Editora Senac, 2007 (Série Trabalho e Sociedade), p. 277-312.

_____. **Instrumentos de trabalho.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no século XXI – da alfabetização ao ensino profissional.** Revista Inter-Ação. UFG. Goiânia, v. 36, n. 2, p. 393-412, jul./dez. 2011.

_____. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós- Lei nº 9.394/1996: a possibilidade de constituir-se como política pública.** Revista Em Aberto, v. 22, n. 82, Brasília, nov. 2009, p. 17-2009.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Tradução de Newton Ramos de Oliveira. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1991

_____. MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Trad. Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002

MARCÍLIO, Maria L. **História da escola em São Paulo e no Brasil.** São Paulo: Instituto Braudel e Imprensa Oficial, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I, vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980

_____. **O Capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, L. 1 v. 1, 2006.

_____. **O Capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, L.1, v.2, 2009.

MAYO, Piter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉSZARÓS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares, São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª edição, 2006.

MORAES, Carmen Sylvia V. A reforma do ensino médio e a educação profissional. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FAE-UFMG, n. 3, jan./jul. 1998.

_____. **Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação**. Educação e Sociedade, Campinas v. 34n. 124, p. 970-1001, jul.-set, 2013.

MOURA, Dante H. **A relação entre a Educação Profissional e a Educação Básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, jul.-set. 2010. Acesso: 13 jul. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/12.pdf>

_____; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Monica Ribeiro. **Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Trabalho encomendado pelo GT-09 – Trabalho e Educação para 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas – PE, 2012, p. 1-41.

MST. Movimento Sem Terra. 9º Boletim. 2004. Acesso: 16/09/2015 Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/BE%20\(9\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/BE%20(9).pdf)

_____. 8º Boletim. 2001. Acesso: 16/09/2015 Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/BE%20\(8\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/BE%20(8).pdf)

NAVILLE, Pierre. **Essai Sur la Qualification du Travail**. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie, 1956. (Tradução livre disponível).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Brasiliense. (Seleções CEBRAP, 1) 1975.

PAIVA, Vanilda. **Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989. 72 p. (Texto para discussão, 214).

_____. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2003

PAIVA, Ely Laureano; CARVALHO JR., José Mario de; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. **Estratégias de produção e de operações: conceitos, melhores práticas, visão de futuro**. 2ª ed. [Dados Eletrônicos]. – Porto Alegre: Bookman, 2009. Disponível em:

[http://books.google.com.br/books?id=0fZAPpXn8I4C&pg=PA162&lpg=PA162&dq=para+producao+de+operacoes+\(Original+Equipment+Manufacturing\),&source=bl&ots=rbUR_ySRNY&sig=Oio92bMCPwIO-4VDLDPz99loNw&hl=pt-BR&sa=X&ei=FC4mU8yLHsbokQea5ICgDw&ved=0CFgQ6AEwBQ#v](http://books.google.com.br/books?id=0fZAPpXn8I4C&pg=PA162&lpg=PA162&dq=para+producao+de+operacoes+(Original+Equipment+Manufacturing),&source=bl&ots=rbUR_ySRNY&sig=Oio92bMCPwIO-4VDLDPz99loNw&hl=pt-BR&sa=X&ei=FC4mU8yLHsbokQea5ICgDw&ved=0CFgQ6AEwBQ#v) Acesso em 16/03/2014.

PARO, Vitor H. Reprovação escolar? Não, obrigado. Estadão.com.br Disponível em: <http://www.vitorparo.com.br/trabalhos-publicados/artigos/download/> Pesquisa em: 20/09/2015

PEDROSO, Eliane. **Da negação ao reconhecimento da escravidão contemporânea**. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Coords.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr., 2006, p. 17-73.

PEREIRA, Vera M. C. O coração da Fábrica – estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

PIMENTEL, Lilian C. Teixeira. **O trabalho e o processo de saúde-doença das costureiras por facção – região metropolitana de Goiânia**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Dissertação de Mestrado. 2010.

POCHAMANN, Marcio. **Trabalho em questão neste início de século XXI**. In: Thaiz Braga, Francisco Vidal, Laumar Neves (orgs.). Trabalho em questão. (pp. 12-26) Salvador: (Série estudos e pesquisas, 86) SEI. 348, 2010.

_____. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: brasileira, 1981.

RAMOS, M. N. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. IN: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; e RAMOS, M. N. (Orgs.) Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p. 106-127.

Relatório de Acompanhamento Setorial(UNICAMP – 2008) – nov. 2009. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/RelatorioABDI/Txtil_Confeco_vol_I_V.pdf

RIBEIRO, S.C. **A pedagogia da repetência**. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5 n.12, p. 7-21, maio/agosto, 1991. Acesso: 29/09/2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000200002&script=sci_arttext

ROCHA, Maria Isabel A; HAGE, Salomão M. (orgs). Escola de Direito: Reiventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (apresentação) p. 15-19.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 36ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2010.

SAVIANI, Demerval, **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SEBRAE. Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiás: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de sele-**

ção para políticas de apoio. 2006. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_GO.pdf Acesso 15/06/2015.

_____. **Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiás: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio.** 2011. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_GO.pdf Acesso 15/07/2015.

SCHWARTZ, Yves. **A comunidade ampliada e o regime de produção de saberes.** *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n.7, jul./dez. 2000.

_____. **Entrevista: Trabalho e Educação. Presença Pedagógica.** Belo Horizonte, v.7, n.38, p.5-17, mar./abr. 2001. (Realização, tradução e apresentação: Eloísa Helena Santos e Daisy Moreira Cunha).

_____. **Trabalho e saber.** Tradução Daisy Moreira Cunha, Francisco Lima e Eloísa Helena Santos. *Revista Trabalho e Educação – Vol. 12 nº 1 – jan./jun. -2003* p.21-35. **Disponível em:** <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1227/989> Pesquisa 10/08/2015

_____. **Do Desvio Teórico À Atividade como Potência de Convocação dos Saberes.** *Revista Serviço & Saúde*, Campinas v.6 n. 6 p. 1-144, maio de 2007.

_____. **Produzir saberes entre aderência e dasaderência.** *Educação Unisinos* v. 13, número 3, setembro/dezembro 2009, p. 264-274.

_____. **A experiência é formadora?** *Revista Educação e Realidade.* UFGS. Jan./abr. 2010, p.35-48.

SILVA, Sandra R. A.; MENEZES, Marilda A. **Os jovens no mercado de trabalho precário e informal do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco.** In: ARAÚJO, Angela M. C.; OLIVEIRA, Roberto V. (orgs.). **Formas de Trabalho no Capitalismo Atual:** condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: Annablume, CNPQ: 2011, p. 67- 86.

STURGEON, T.; GEREFFI, G.; GUINN, A. & ZYLBERBERG, E. **O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio.** FUNCEX, Rio de Janeiro – RJ. 2013. Disponível em: www.funcef.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_TSGGAGEZ.pdf.pdf Acesso em 8/12/2015.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 2000.

TARTUCCE, Gisela Lobo B. P. **Algumas Reflexões sobre a Qualificação do Trabalho a partir da Sociologia Francesa do Pós-Guerra.** *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25 n. 87, p. 353-382, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica.** Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v. II, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTE, Wagner R. **Arquivos escolares virtuais considerações sobre uma prática de pesquisa**. Revista brasileira de história da educação, nº 10 jul./dez. 2005, p. 175-191.

VARGAS, Nilton. **Gênese e difusão do Taylorismo no Brasil**. Revista Ciências Sociais hoje, 1985, p. 155-187.

VILASBOAS, Jaqueline P. de O. **A capital goiana do Jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá-GO**. Universidade de Campinas – SP. Tese de Doutorado. 2015.

TRABALHADORAS ENTREVISTADAS

ALINE - 16/09/1979 – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

AMANDA- 23/04/1993- entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

DALILA - (22/09/1965) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de/junho 2015.

ELEUZA - (19/03/1970) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/junho de 2015.

ELISABETE- (26/11/1961) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/maio de 2015.

GEOVANA- (13/12/1985) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

LÚCIA- (13/05/1978) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

LILIANE- (19/06/1994) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

MARGARETE- (01/04/1951) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/março de 2015.

MARINA- (20/05/1979) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/abril de 2015.

MARTA- (14/08/1971) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

ONDINA- (18/07/1952) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/maio de 2015.

SARA -(23/06/1977) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/março de 2015.

SUELI -(13/06/1994) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

VITÓRIA -(23/08/1986) – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro/abril de 2015.

VERA- (12/04/1980)- – entrevista realizada em Goiânia-GO, fevereiro de 2015.

APÊNDICES

Apêndice I - História da Educadora e Pesquisadora na História da Educação

Minha trajetória intelectual foi, não raro, entrelaçada com a escola pública. Em 1972 ingressei como aluna em uma escola municipal na cidade de Luziânia-GO. A primeira escola em que estudei refletia as contradições postas pelo projeto educacional empreendido pelos militares: instalações precárias, salas de aula superlotadas, ausência de espaços adequados para atendimento a crianças na idade de 7 a 14 anos. Não havia quadras de esportes, espaços para recreação, salas de leitura, além de material básico para os professores desenvolverem suas aulas, como giz, livros de apoio, mapas, entre outros.

Convivíamos em meio a uma mescla de elementos, como afirmaria Libâneo (1994), da pedagogia tradicional, com discurso da renovada e as imposições do tecnicismo educacional. Este último, principalmente respaldado pela Lei nº 5.692/1971. A pedagogia tecnicista, segundo Saviani (1987, p. 16), caracteriza-se pela “organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem por em risco sua eficiência”, tanto por professores como por alunos. Foi convivendo com essa realidade que cursei todo o Ensino de 1º e 2º Grau, conforme denominação à época.

Ao ingressar no, à época, 2º Grau, optei pelo ensino técnico em magistério, também em escola pública. Em 1982 iniciei minha profissão como educadora em uma turma de Jardim de Infância de uma escola privada, profissão exercida até a presente data, sem interrupção.

Ingressei no ensino superior em 1985, Curso de História, no Centro Unificado de Brasília – (CEUB), atual Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, com o objetivo de consolidar minha profissão já iniciada, bem como de compreender melhor como essa marginalização das camadas populares foi se constituindo cultural e politicamente na história do meu país.

Particpei do movimento estudantil, na luta por um ensino público e de qualidade. Uma parcela da minha aprendizagem foi obtida nos corredores da Faculdade, dialogando nas salas de aula, nas caminhadas e passeatas nas avenidas da cidade de Brasília.

No ano de 1989, ingressei na carreira de professora de História da Secretaria Estadual de Goiás e, no ano de 1995, na mesma carreira da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, ambas pela via do concurso público. Ao vivenciar, sobretudo o ensino noturno - modalidade de Educação de Jovens e Adultos-, percebi a exclusão dessa modalidade das políticas públicas. Busquei melhor compreender e contribuir para a elevação da qualidade do

ensino oferecido aos alunos do noturno via discussão de questões sociais e políticas ligadas às condições materiais de suas existências.

No ano de 2002, iniciei a Pós-Graduação na área de Docência Universitária, com conclusão em 2003, pela Universidade Estadual de Goiás – UEG. De 2003 a 2008 exerci atividades de assessoria técnica no Conselho Municipal de Educação. Obtive, assim, um maior entendimento das questões administrativas e pedagógicas de instituições públicas e particulares.

Em 2006 iniciei o Mestrado em Educação na Universidade Católica de Goiás, na linha de pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais, com conclusão em 2008. Os estudos me proporcionaram crescimento acadêmico e profissional e reafirmaram meu compromisso com a educação, sobretudo com a construção de uma educação transformadora. A pesquisa de campo realizada e a revisão bibliográfica possibilitaram aprofundar o conhecimento da história da EJA no Brasil, bem como entrelaçar essa modalidade de ensino com a educação em geral, por meio de uma constante discussão de ideias com os vários autores e pesquisadores da educação e do mundo do trabalho.

Outra fonte importante foi a minha participação no Fórum Goiano de EJA⁷², que possibilitou o encontro com diversas experiências vivenciadas pela modalidade de EJA no Estado de Goiás, além de permitir a inserção nas várias discussões propiciadas em encontros temáticos⁷³: estaduais, nacionais e preparatórios para a conferência internacional realizada em 2009, na cidade de Belém- PA.

Em 2007, ministrei curso de formação para professores de EJA no Estado do Pará e cursos de formação continuada, em 2008 e 2009, aos professores do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, no campus de Goiânia e Inhumas. Fiz a relatoria do I Seminário de pesquisa: Desafios da Integração entre educação de jovens e

⁷² Em 1999, foi constituída uma comissão para a criação do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, que promoveu reuniões periódicas e constituiu-se em Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, em 29 de novembro de 2002, dando continuidade à iniciativa daquela comissão, e procurando agregar o poder público, entidades de classe, organizações não-governamentais, empresas e outras instituições, no sentido de fortalecer a EJA no Estado de Goiás. Centrado em seus objetivos na proposição de temáticas pertinentes ao pensar e fazer da EJA e na possibilidade de construção de uma política democrática para a modalidade. (Relatório-Síntese do V Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA, abril de 2006).

⁷³ II Encontro Temático – Avaliação na EJA – março/2006; V Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA – Uma Política de Estado: alfabetização e continuidade enquanto direito – abril/2006; III Encontro Temático – Financiamento da EJA – agosto/2006; VI Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA – EJA educação básica e formação continuada – maio/2007; II Seminário Nacional de Formação de Educadores da EJA – maio/2007; VI Encontro Temático – EJA e o mundo do trabalho: o que é isso? – novembro/2007; Encontro Estadual Preparatório para a VI CONFINTEA – Brasil – Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida – março/2008 - I Seminário de Pesquisa: desafios da integração entre EJA e educação profissional – março/2008.

adultos e educação profissional, em março de 2008, e do encontro - Diálogos do PROEJA I-, em novembro do mesmo ano.

Em 2008, após o retorno da licença para aprimoramento, integrei a equipe da Divisão de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos - DEF-EAJA - da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Dessa forma, tenho desenvolvido diversas atividades para contribuir com as 92 escolas que funcionam com o primeiro e segundo segmento de EJA na capital de Goiás.

Contribuí com a equipe da DEF-AJA na coordenação do Grupo de Trabalho, Estudo e Pesquisa para reescrita da Proposta Político-Pedagógica da EAJA, no ano de 2009 e início de 2010. A proposta, depois de reescrita, foi enviada para o Conselho Municipal de Educação e aprovada no ano de 2011. As entrevistas realizadas com os trabalhadores-alunos e educadores da EAJA, em minha pesquisa de mestrado, foram relevantes nos debates com o referido Grupo de reescrita da Proposta.

Destaco a colaboração com a redação do Pré-Projeto para implantação da primeira experiência do Programa de Educação Profissional Integrada à Educação Básica – Formação Inicial e Continuada - Educação Fundamental, PROEJA-FIC, da referida Rede Municipal. O Projeto foi aceito pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC e está em desenvolvimento, contando com a parceria do IFG. Tenho coordenado o curso de formação dos educadores envolvidos com o PROEJA-FIC, tanto da Rede Municipal, quanto do IFG. Este curso segue a proposta prevista no projeto do PROEJA-FIC.

Desde 2008 tenho participado de algumas bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC em faculdades particulares e na UFG. Estes trabalhos trouxeram a centralidade da EJA e Trabalho-Educação, exigindo mais leituras e novos questionamentos acerca da temática.

Particpei pelo Fórum Goiano de EJA da conferência Nacional de Educação- CONAE, de 28 de março a 1º de abril de 2010 no Eixo VI- Justiça Social, Educação e trabalho. A participação se deu desde as conferências que antecederam a CONAE. O objetivo era a constante de reafirmar nossas lutas para consolidação da EJA como política pública e na condição que assegure a todos o direito à educação. No referido eixo VI ocorreram várias reflexões que terminaram por constatar a diversidade étnica e geracional dos sujeitos da EJA. Nesse sentido, ficou evidente a necessidade de um permanente diálogo com os diversos setores da sociedade que possam contribuir com essa complexa realidade.

Os contextos dos educandos da EJA apresentam-se invariavelmente em estreita relação com o mundo do trabalho, dessa forma, não há como não refletir sobre estratégias de defesa

de uma política pública de educação profissional que possam atender ao segmento em tela. Outro desafio refere-se à responsabilidade a ser assumida pelo poder público com a educação que faça das escolas e outros espaços formativos, lugares de cultura para que possamos assegurar, de fato, a formação humana.

Viver a CONAE/2010 reafirmou a preocupação com a formação dos professores e a importância das Instituições Superiores inserirem EJA nos currículos de todas as licenciaturas. Essas foram, de forma geral, nossas defesas na construção do Plano Nacional de Educação e o compromisso de assegurar para EJA igual espaço em relação às demais modalidades de educação neste país.

Na ANPED transito entre o GT-09, relativo a Trabalho-Educação, e o GT-18, focado na EJA. Apresentei trabalho na reunião de 2010 da ANPED/GT-09: Trabalhadoras-alunas da EJA – desafios da sobrevivência e a permanência na escola. Tenho, ainda, acompanhado uma pesquisa coordenada pela Universidade Federal de Goiás (UFG)/SETEC/PROEJA.

No ano de 2011 ministrei minicurso na I Semana de História do IFG, intitulado Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho: trajetória histórica de afirmação e negação do direito à educação. Essa discussão possibilitou perceber as ramificações complexas no que tange à questão do direito, sobretudo no que Hobsbawm (2000) afirma em seu debate sobre o operariado e os direitos humanos. O autor argumenta que a linguagem dos direitos humanos é imprópria à luta pela transformação da ordem social e econômica, mas reconhece que os movimentos operários, historicamente, marcaram a luta pelos direitos do homem e a colaboração para consolidar e ampliar esses direitos foi de grande relevância.

A possibilidade de dar continuidade a pesquisas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos trouxe o vínculo com um projeto amplo denominado Centro de Memória, Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos/EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais da Região Centro Oeste. O Centro está sob a coordenação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-UFG. A participação nesse espaço tem propiciado a ampliação dos estudos, debates e diálogos com a história da EJA, principalmente em Goiás. A busca e tratamento de documentos, a escuta aos sujeitos educandos trabalhadores, educadores e demais profissionais envolvidos com a formação de jovens e adultos tem contribuído para reunir material que, inclusive, possam favorecer outras pesquisas que porventura surjam na Região Centro Oeste.

Ingressei, em 2012, no Curso de Doutorado em educação oferecido pela UnB na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação – Eixo de Interesse: Desenvolvimento de ações e projetos de educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento territorial. Em

2013, cursei algumas disciplinas relacionadas ao tema dessa pesquisa, o que possibilitou aprofundamentos e contato com a literatura pertinente com a temática do trabalho e qualificação, objeto de estudo proposto no projeto de escuta às trabalhadoras na informalidade das confecções de Goiânia-GO.

Em 2013 tive a oportunidade vivenciar mais uma vez as discussões preparatórias da Conferência Nacional de Educação (CONAE) prevista para 2014, que teve como tema central, conforme o documento referência – O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Por representar um espaço democrático, sua construção previu etapas preparatórias, compreendidas por conferências livres, ordinárias municipais e intermunicipais, estaduais e do Distrito Federal. Participei de algumas conferências intermunicipais pelo Estado de Goiás e pude contribuir como relatora, coordenadora e expositora em colóquio. Também participei da conferência estadual. Enquanto, educadora, pesquisadora e participante do movimento da EJA, sei de nossos grandes desafios previstos no PNE:

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a **população de quinze a dezessete anos e elevar**, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.

Meta 8: Elevar a **escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos**, de modo a alcançar no mínimo doze anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9: Elevar a **taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três vírgula cinco por cento** até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, **vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional**, nos ensinos fundamental e médio. (DOCUMENTO REFERÊNCIA – CONAE/2014)

O reconhecimento desses desafios e o contato com o campo próprio da pesquisa possibilitou perceber que o universo dos trabalhadores, sobretudo o contexto das trabalhadoras. Nos registros realizados por meio do diálogo com uma trabalhadora na garagem de sua casa, que enquanto conversava comigo pinçava com os dedos fragmentos de linhas das peças confeccionadas, revela:

Pesquisadora: Você sabe responder quantas peças dessa você faz no dia?

Trabalhadora: Acho que umas mil. Eu só, não, esse povo todo cata linha também (“esse povo” eram duas pessoas – uma adolescente e uma senhora, irmã e sobrinha da trabalhadora).

Pesquisadora: Quer dizer que você fica o dia todo nessa cadeira?

Trabalhadora: O dia e também noite, quando é preciso.

Pesquisadora: Qual o horário você começa? Quando para de trabalhar?

Trabalhadora: Depende, quando tem muitas peças, quando eles ligam dizendo que vai trazer um lote grande de roupas, a gente já prepara para começar às 7h e só parar às 23h ou mais.

Pesquisadora: E quando vocês ganham? É por peça?

Trabalhadora: Depende, se for peça grande como calça é R\$ 0,40 e se for peça menor, R\$ 0,23.

Pesquisadora: Você estudou?

Trabalhadora: Estudei até o ensino primário.

Pesquisadora: Você não gostaria de estudar mais, retornar a escola?

Trabalhadora: É, até pensei, mas a gente precisa trabalhar, né, para sobreviver, né, acho difícil voltar a estudar.

Essas e outras conversas são reveladoras do caminho da pesquisa que inicialmente busca um entrelaçamento do trabalho com a educação. Por ocasião da qualificação do doutorado, em setembro de 2014, foi ainda mais revelador o caminho que a pesquisa iria percorrer. A banca composta pelas professoras Olgamir Francisco de Carvalho e Maria Margarida Machado, com base em uma leitura cuidadosa dessas professoras ao meu texto, as profissionais sugeriram que buscasse centrar a pesquisa nas mulheres trabalhadoras em facções, informalidade e nos seus próprios domicílios. Dessa forma, nos meses seguintes busquei trilhar o caminho de acesso as essas trabalhadoras e realizar as entrevistas.

No caminho do estudo e da pesquisa, também estava o da disputa política e da organização para participar da segunda edição da Conferência Nacional de Educação-CONAE, realizada de 19 a 23 de novembro de 2014, cujo tema, “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, abriu espaço para os diversos debates, em que profissionais da educação, gestores educacionais, estudantes, pais, entidades sindicais, científicas, movimentos sociais, conselhos de educação e representantes da rede privada de ensino, demarcassem espaço e disputassem politicamente a defesa de seus interesses.

Nesse sentido, minha participação como delegada possibilitou a unidade com os pares do Movimento dos Fóruns de EJA do Brasil, em todos os espaços na defesa do direito dos estudantes trabalhadores à Educação de Jovens e Adultos. Inclusive conseguimos aprovar uma Moção com mais de 800 assinaturas, que denunciou e repudiou o quantitativo de 14,6 milhões de pessoas não alfabetizadas (IBGE/Censo 2010); 65 milhões de pessoas com 15 ou mais

anos que não concluíram o Ensino Fundamental (IBGE/Censo 2010); 15.268.965 de pessoas (18 a 29 anos) que estão fora da escola e não concluíram, ainda, a educação básica (IBGE/Censo 2010), tudo isso, agravado pelo fechamento diário de turmas e escolas em todo o país.

Em Goiânia, vivenciei, concomitante à pesquisa, o estudo e avaliação do Plano Municipal de Educação-PME com os companheiros do Fórum Municipal de Educação e Fórum Goiano de EJA. Na expectativa de contextualizar a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no município de Goiânia, identificando os problemas, desafios e avanços, propomos uma análise do Diagnóstico composto a partir dos dados fornecidos pelas instituições que desenvolveram a EJA em Goiânia, entre 2004 a 2013, acrescidos dos dados oficiais do IBGE. Após esta análise, percebemos o quanto foi tímido o atendimento aos jovens e adultos trabalhadores, dessa forma, elaboramos metas e estratégias para assegurar o direito e vínculo escolar para os trabalhadores.

Essa elaboração e debate com a sociedade civil e com poder legislativo municipal enfrentou significativa disputa política. As bancadas religiosas, sobretudo evangélica e católica, da Câmara Municipal se uniram contra o PME, que tratava das relações de gênero, sob a alegação de que o texto fazia apologia à ideologia de gênero. Vivenciamos um cenário da idade média em pleno século XXI. De certa forma, participar desse processo me fez ter maior responsabilidade e compromisso com os sujeitos da minha pesquisa, aliás, muito ainda precisa ser feito para que os direitos das mulheres sejam respeitados.

De volta aos bairros selecionados para fazer contato com as trabalhadoras em facção, a primeira constatação era de que eu não conseguiria naquele período do ano, final de novembro e dezembro, realizar as entrevistas com as costureiras. O número de peças de roupas, verbalmente acordado, era, não raro, exorbitante em relação ao prazo para entrega e, ainda, com promessa de mais remessas. Entendi que na temporada de fim de ano é o momento de maior trabalho dessas trabalhadoras, por isso deixei para realizar as entrevistas após as festas de fim de ano.

Nesse período fui realizando leituras e estudos pertinentes à temática da tese. Na segunda quinzena de janeiro retomei o campo de pesquisa e o contato com as trabalhadoras, nesse sentido, realizei entrevistas e fiz o exercício da entrevista em profundidade, o que exigiu contar com o compromisso e paciência das entrevistadas, haja vista a necessidade de diálogos mais longos e frequentes. Na opinião de Duarte (2012, p. 63), a entrevista individual em profundidade, de perfil qualitativo, permite buscar informações, percepções e vivências dos sujeitos participantes, o objetivo está voltado ao “fornecimento de elementos para

compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” para, em um segundo momento, constituir um formato para apresentação.

Entrevistei as integrantes da força laboral em facções na cidade de Goiânia, e houve a necessidade de retomar as entrevistas para esclarecimentos e aprofundamentos em relação às participantes. Vivenciei a realidade dessas trabalhadoras no cotidiano de seu trabalho e na dinâmica de ir e vir do campo fui transcrevendo os discursos e retornando com outras indagações e, assim, até o fim do mês de junho cheguei à conclusão da coleta de dados. Ao realizar as entrevistas pedia permissão para fazer as imagens das mãos e do espaço da oficina. Essa última foi mais difícil. Com a oficina sempre misturada com a sala, cozinha, ou outra área residencial, as trabalhadoras sentiam-se constrangidas de fazer o registro fotográfico desse espaço. Para Ciavatta (2009, p. 114)” a fotografia participa da criação da subjetividade humana (...) é parte importante da ampliação da capacidade de se representar, construindo a história e conferindo significado a essas representações.” Dessa forma, os registros realizados possibilitam, ainda que de forma parcial, visualizar o contexto das trabalhadoras em facções.

Em meio a esse processo de entrevistas, recebi um convite do meu Orientador, Remi Castioni para escrevermos artigo e enviar ao XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, que ocorreu em setembro na UNICAMP, Campinas-SP. No referido artigo apresentamos algumas reflexões em relação à pesquisa em tela, à época ainda em curso. O encontro foi de grande importância, pela possibilidade de discutir as profundas transformações econômicas, políticas e sociais e a intensa instabilidade financeira e crises econômicas e as conseqüentes interferências nos “mundos do trabalho”, sobretudo no cenário internacional.

A primeira atividade do encontro chamada de pré-abertura, trouxe a discussão “Trabalho e reestruturação produtiva no capitalismo global”, exibição e análise crítica do filme: “Dois dias, uma noite” (D. Jean Pierre e Luc Dardenne), coordenado pelo professor Giovanni Alves. O filme trouxe o conflito do contexto atual do trabalho e a questão do desemprego. A análise foi permeada por uma abordagem multidisciplinar, pois a trama envolvia também a saúde psicológica da protagonista, uma trabalhadora, mas talvez a mais importante reflexão estivesse na retomada da solidariedade por parte dos trabalhadores presentes na trama, condição imprescindível na organização da classe trabalhadora.

O tema “Trabalho, dinâmicas internacionais e os desafios para o Brasil” contou com um espaço de debates sobre o trabalho em uma dimensão inter e multidisciplinar. Nesse sentido foi possível realizar discussões com pesquisadores de diversas disciplinas, investigações sobre variadas experiências, dinâmicas e natureza do trabalho, subjetividade dos

(as) trabalhadores (as), saúde dos trabalhadores (as), entre outras.–Paralelamente à academia, houve a presença de movimentos sindicais e gestores públicos, o que contribuiu para o debate acerca da dinâmica do trabalho e a organização de classe, bem como as políticas públicas em favor dos (as) trabalhadores (as).

Aproximação com a discussão do trabalho e desigualdade de gênero foi essencial e muito contribuiu para escrita da tese. A conferência “Trabalho e dinâmicas internacionais” com os professores Ed Webster (Professor emérito da Universidade de Witwatershand, África do Sul) e Helena Hirata (Centre de Recherches Sociologiques ET Politiques de Paris) foi esclarecedora, sobretudo porque trouxe os movimentos migratórios e a nova divisão internacional do trabalho, a terceirização das economias e o desenvolvimento do setor de serviços e da atividade produtiva, as mudanças na organização do trabalho e do emprego, em que o “modelo japonês”, que podemos chamar “defensivo”, parece de novo se disseminar ao nível internacional. E por fim a precarização social, intimamente relacionada à precarização do trabalho. A professora Hirata trouxe vários exemplos de mulheres no trabalho precarizado, como as costureiras na Índia, com características similares aos achados da pesquisa, isto é, trabalho na informalidade, em domicílios e integrantes às cadeias globais de produção de roupas.

Por fim, a apresentação do artigo contribuiu para avaliação das primeiras impressões dos estudos e da pesquisa realizada com as trabalhadoras em facções da cidade de Goiânia. Dessa forma, algumas respostas foram encontradas e outras indagações continuaram no processo da pesquisa. E outras, ainda, poderão se tornar inquietações para outras pesquisas acadêmicas, bem como embates políticos para os movimentos sociais. Concordo com Gramsci que afirmava em suas cartas⁷⁴ e cadernos: “Meu estado de espírito sintetiza estes dois sentimentos e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista pela vontade” (GRAMSCI, 1996, p.143).

⁷⁴ Em sua correspondência, Gramsci a empregara repetidas vezes. Numa carta ao irmão Carlo de 19 de dezembro de 1929.

Apêndice II - Roteiro para o primeiro diálogo com trabalhadores envolvidos na confecção de roupas da cidade de Goiânia-GO.

1- Dados Pessoais

Nome: _____ Sexo: ()F () M

Data de Nascimento: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____

Profissão: _____

2- Como você se considera:

() Branco(a). () Amarelo(a).

() Indígena. () Pardo(a).

() Preto(a).

3- Qual a sua religião?

() Católica. () Protestante ou Evangélica.

() Espírita. () Umbanda ou Candomblé.

() Outra. () Sem religião

4- Cite os lugares que você já residiu em sua vida. Pode ser em regiões rurais em ou em cidades. _____

5- Você mora: Sozinho (a) () Com sua família () Outros ().

6- Você mora em casa própria? () sim () não

7- Quantos cômodos tem a casa? _____

8- Como é constituída a sua família? Quantas pessoas fazem parte de sua família?

_____ Quem são:

() Pai () Mãe () irmãos/ãs () filhos/as () esposo/a

- netos/as avós primos/as padrasto madrasta
 nora genro outros

Quantas pessoas moram na casa? _____

9 - Qual é a sua escolaridade

- 1ª a 4ª série do ensino fundamental 5ª a 8ª série do ensino fundamen
 1º ao 3º ano do ensino médio ensino superior
 curso técnico: Qual ? _____
 cursando: _____

10- Qual é a escolaridade de seus pais?

- 1ª a 4ª série do ensino fundamental 5ª a 8ª série do ensino fundamen
 1º ao 3º ano do ensino médio ensino superior
 curso técnico: Qual ? _____

11- Qual é a sua renda ?

- menos de um salário mínimo
 um salário mínimo dois salários mínimos
 três salários mínimos quatro salários mínimos
 outros _____

12- Esse trabalho é sua única fonte de renda?

13- Qual é a sua atividade? Comente sobre o seu trabalho

14- O horário de trabalho é de:

() 7:00 às 12:00 / 13:00 às 15:00 () 8:00 às 12:00/ 14:00 às 18:00

() 23:00 às 7:00 () Outros _____

15- Quanto tempo está envolvido(a) na confecção de roupas? _____

16- Como começou a trabalhar nesse ramo? _____

17- Como aprendeu a trabalhar? Fez algum curso profissionalizante? Onde? _____

18- Possui vínculo empregatício? Trabalha com carteira assinada? SIM () NÃO()

Quanto tempo? _____

19- Você faz parte do sindicato de sua categoria?

20- O seu trabalho é ligado com alguma cooperativa e ou associação?

21- Você tem algum lazer? () Sim () Não. Qual?

22- Você costuma ler? () Sim () Não Qual ou quais tipos de leitura?

() revistas () gibis () jornais

() livros: () didáticos () literários () outros

23- Você tem acesso a computador? () Sim () Não

Onde? () lan house () em casa () trabalho () escola

24- Você acessa à internet? () Sim () Não

25- Com qual objetivo?

() pesquisa/trabalho para escola () notícias () diversão/ jogos

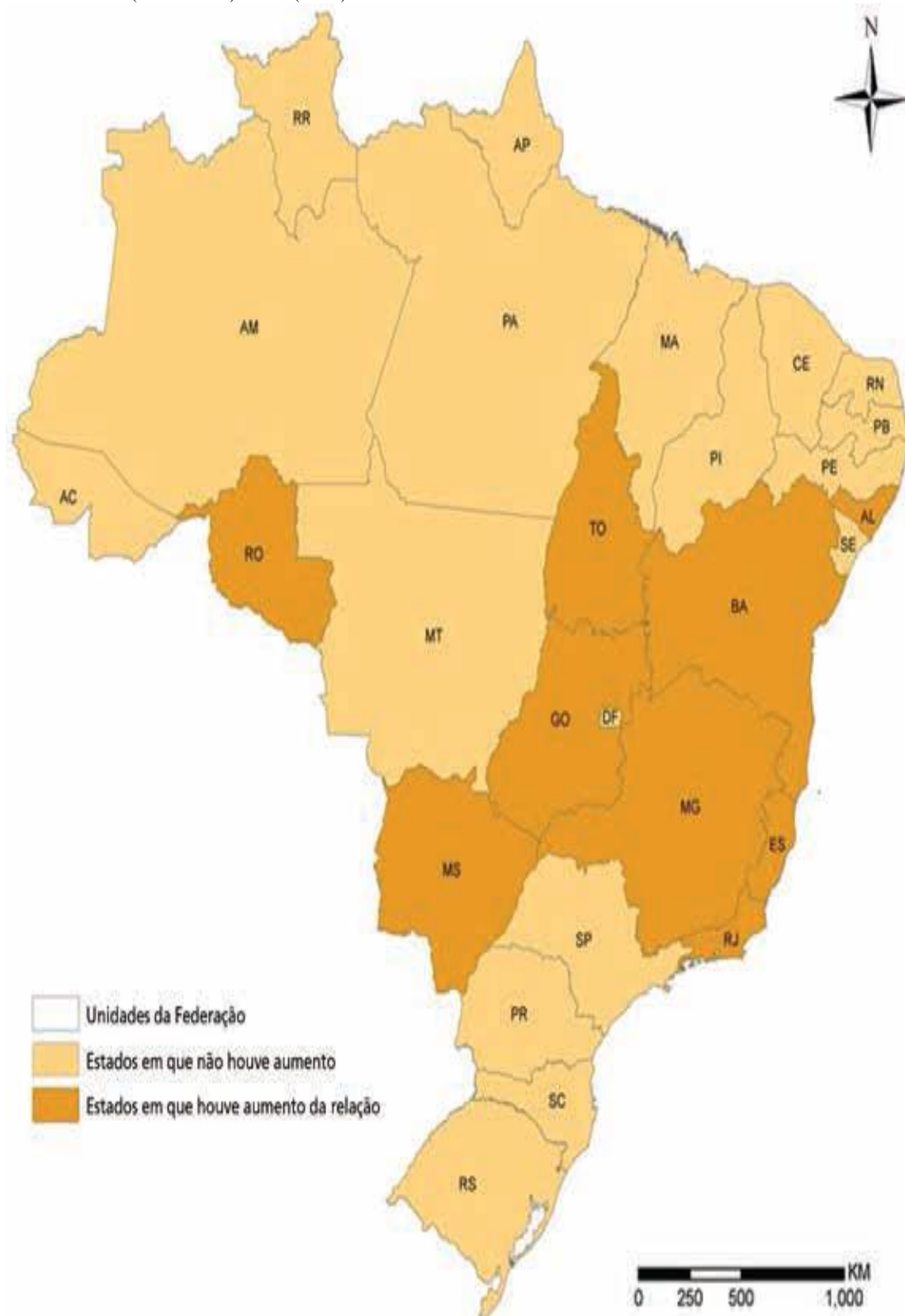
() para o trabalho () outros

ANEXOS

ANEXO I

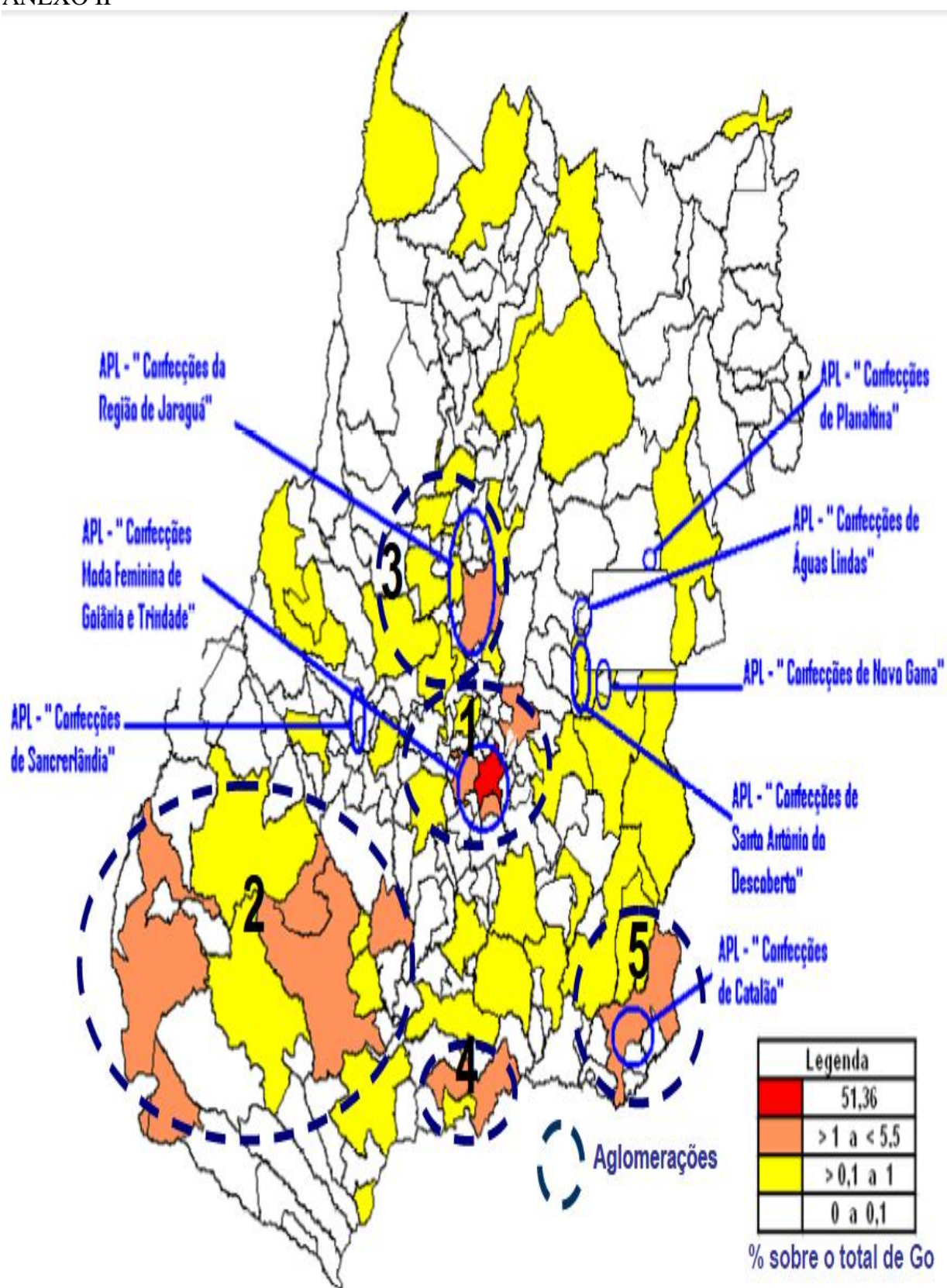
Estados onde houve aumento da relação entre exportações e produção industrial

Fonte: AliceWeb (Secex/MDIC) e Sidra (IBGE).

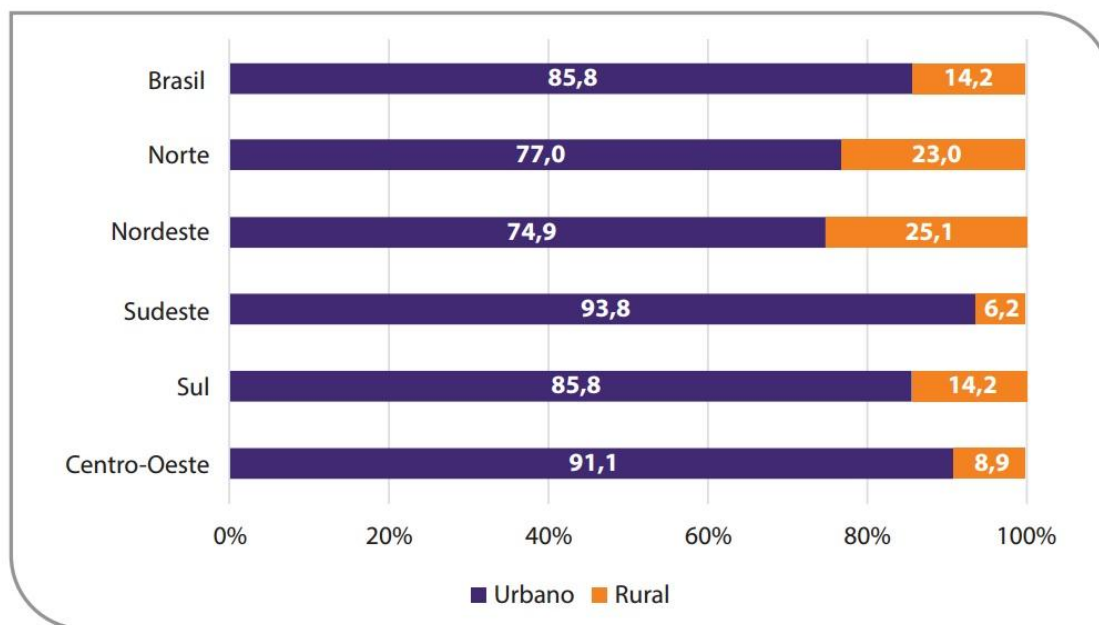


Elaboração: Dinte/Ipea.

ANEXO II




ANEXO III

Gráfico 2.4 – Distribuição percentual da população feminina por situação do domicílio – Grandes Regiões – 2012

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.8 do Anexo Estatístico.

ANEXO IV

Administrações Regionais			
Regional	População	Superfície (km²)	
1 Centro	282.559	37,46	
2 Sul	248.990	36,22	
3 Sudoeste	187.676	71,88	
4 Leste	186.959	79,53	
5 Noroeste	160.030	46,35	
6 Norte	140.098	85,52	
7 Oeste	124.239	86,82	
Goiânia¹	1.318.148	739	

Notas: (1)Os dados referentes à população do município são da projeção populacional do